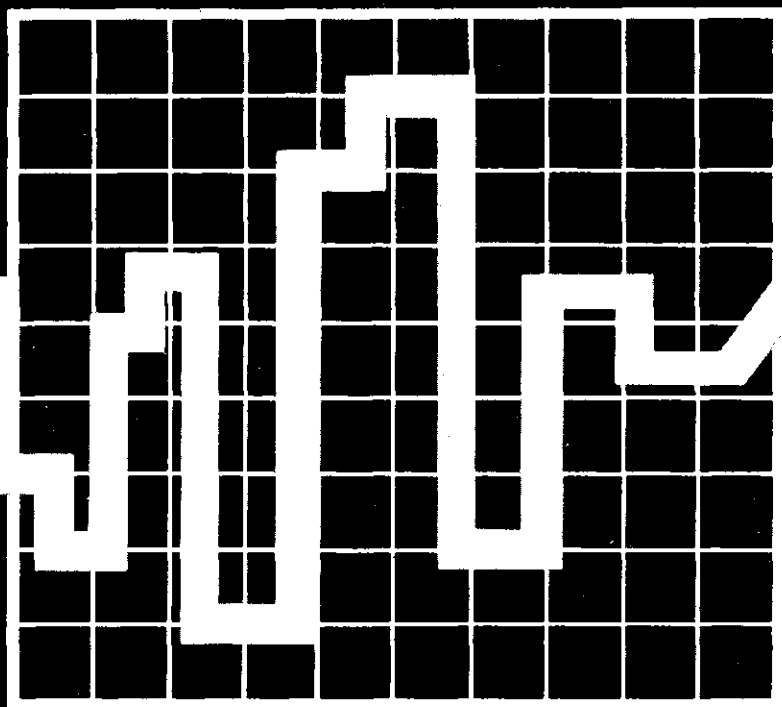


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS)
COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)
CONVÊNIO MPAS/CEPAL

7

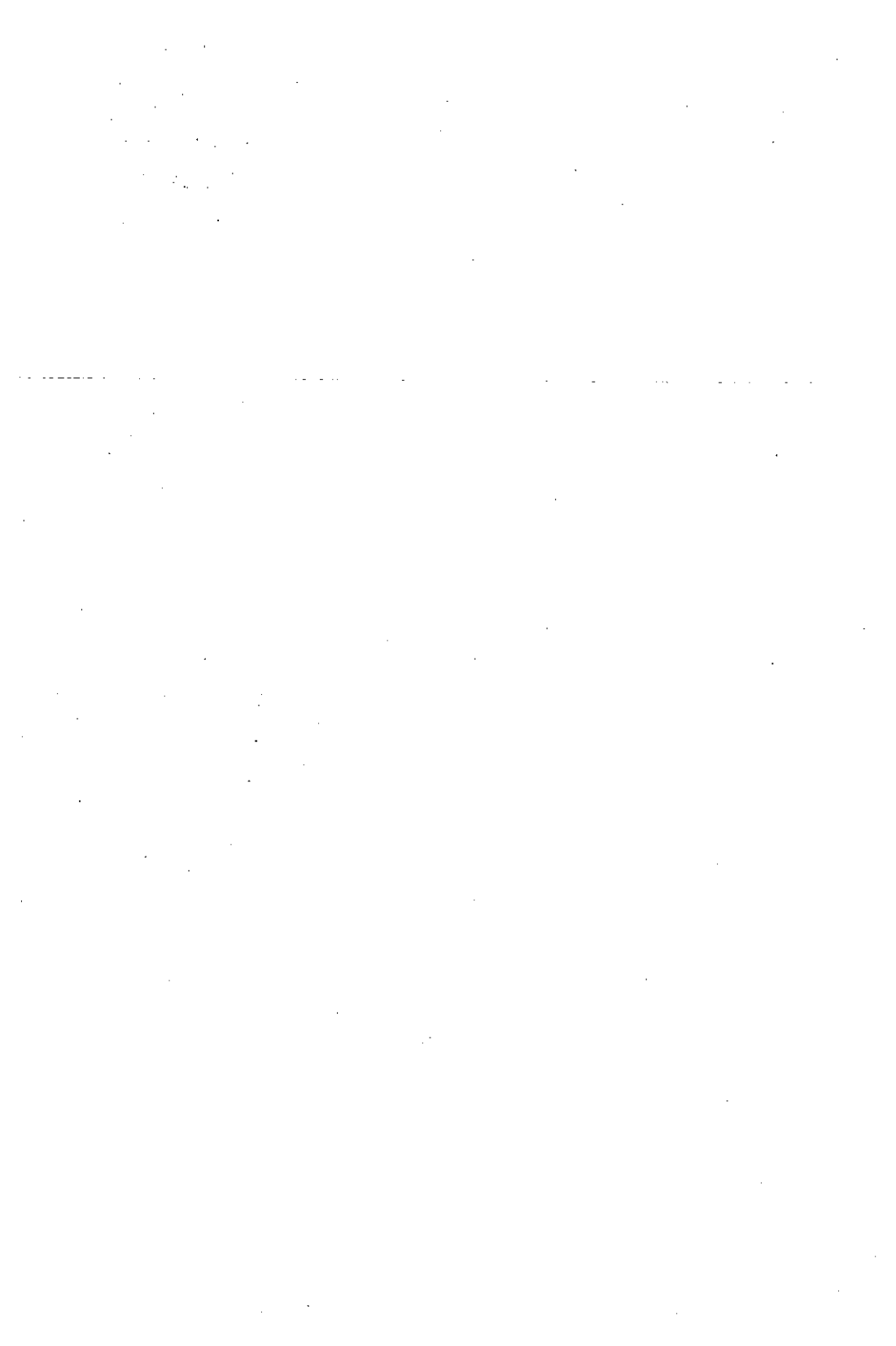
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO



**A POLÍTICA SOCIAL EM TEMPO DE CRISE:
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DESCENTRALIZAÇÃO**

VOLUME IV

Brasília, 1990



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS)
COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)
CONVÊNIO MPAS/CEPAL

**PROJETO: A POLÍTICA SOCIAL EM TEMPO DE CRISE:
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DESCENTRALIZAÇÃO**

VOLUME IV
BRASIL: INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS

Brasília, 1990

LC/BR/S/L. 13
Brasília, 1990

Tiragem: 600 exemplares
Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)
Escritório no Brasil
SBS – Edifício BNDES, 17º andar
70.076 – Brasília - D.F.

Os trabalhos aqui reunidos foram elaborados no âmbito do Projeto “A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização”, no marco do Convênio MPAS/CEPAL. As opiniões neles expressas são de exclusiva responsabilidade de seus autores, podendo não coincidir com as das instituições auspiciadoras.

**BRASIL: INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS
EQUIPE TÉCNICA**

COORDENAÇÃO GERAL
Cláudio Leopoldo Salm
Luiz Carlos Eichenberg Silva

**TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
DA POPULAÇÃO**
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

**INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, SALÁRIOS,
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA**
Cláudio Leopoldo Salm
Luiz Carlos Eichenberg Silva

HABITAÇÃO E SANEAMENTO
Sandra Helena Bandarovsky

EDUCAÇÃO
Azuete Fogaça

SAÚDE
André César Médici

PREVIDÊNCIA SOCIAL-BENEFÍCIOS
Cláudio Leopoldo Salm
Luiz Carlos Eichenberg Silva

GASTO SOCIAL
Marco Cícero N.P. Maciel

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	23

CAPÍTULO I TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA

I. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	35
A. A dinâmica demográfica recente	37
1. Fecundidade	37
2. Mortalidade	40
3. Migração	42
B. As perspectivas da evolução populacional. Conseqüências previsíveis	46
II. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA	49
A. O desempenho até 1980	50
1. A Economia	50
2. A produtividade do trabalho	51
3. Emprego	54
4. Distribuição de renda, salários e pobreza	57
B. Os anos 80	61
1. A Economia	61
2. Emprego e desemprego	62
3. Salários e rendimentos	64
4. Distribuição de renda e pobreza	65
ANEXO ESTATÍSTICO	67

CAPÍTULO II
DIMENSÃO, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL
CONSOLIDADO DO GOVERNO: 1976-1984

I. INTRODUÇÃO	129
II. A CONTA CONSOLIDADA DO GOVERNO NA ÁREA SOCIAL	132
III. A COMPOSIÇÃO DO GASTO SOCIAL CONSOLIDADO	133
ANEXO ESTATÍSTICO	137

CAPÍTULO III
INDICADORES DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

I. O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH)	161
A. Fontes básicas de recursos	163
1. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	163
2. Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)	163
B. Desempenho global	165
II. RESULTADOS EM HABITAÇÃO	171
A. Resultados globais	171
B. Soluções alternativas	181
1. Companhias de Habitação (COHABs)	181
2. Financiamento individual para construção, aquisição e melhoria de habitação de baixa renda	182
3. Lotes urbanizados	182
4. Urbanização de aglomerados de sub-habitação e autocons- trução	183
5. Avaliação dos resultados	183
C. O alcance social da atuação em habitação	185
III. A ATUAÇÃO DO SFH EM SANEAMENTO BÁSICO	191
A. O saneamento básico até 1968	191
B. O Sistema Financeiro de Saneamento	192
C. O Plano Nacional de Saneamento – PLANASA	192
D. Resultados obtidos em saneamento básico	194
1. Abastecimento de água	194
2. Esgotamento sanitário	196

CAPÍTULO IV
INDICADORES SOBRE SAÚDE

I. INTRODUÇÃO	209
II. OS INDICADORES DE MORTALIDADE	212
A. A mortalidade por causa no Brasil	215
B. Principais causas da mortalidade infantil	218

III. CAPACIDADE INSTALADA E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....	222
A. O crescimento da capacidade instalada.....	222
B. O crescimento da capacidade instalada do setor saúde ao nível regional.....	225
C. A natureza da rede conveniada com o INAMPS.....	227
D. Evolução do número de leitos hospitalares.....	228
E. A cobertura dos serviços.....	230
IV. OS INDICADORES DE GASTO PÚBLICO COM SAÚDE... ..	232
A. Indicadores de gasto do INAMPS.....	235
B. O gasto em saúde do FAS e do FINSOCIAL.....	237
C. O gasto global em saúde por categoria econômica.....	238
D. O gasto em saúde ao nível estadual e municipal.....	242
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
ANEXOS:	
I. Notas conceituais e metodológicas sobre as tabelas estatísticas..	245
II. Anexo Estatístico.....	249

CAPÍTULO V INDICADORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – BENEFÍCIOS

I. INTRODUÇÃO	283
II. TENDÊNCIAS.....	285
III. QUESTÕES RELATIVAS À EQUIDADE.....	287
IV. QUESTÕES RELATIVAS À VIABILIDADE.....	289
ANEXOS:	
I. Quadro Sinótico da Previdência Social.....	293
II. Anexo Estatístico.....	305
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	322

CAPÍTULO VI INDICADORES EDUCACIONAIS

I. A EXPANSÃO (1950/1980).....	325
A. A expansão e o analfabetismo.....	325
B. O alcance efetivo da expansão: A seletividade do sistema.....	326
C. O alcance efetivo da expansão: A manutenção das características do ensino de 2º grau.....	327
D. A notável expansão do ensino superior.....	329
E. A participação do setor privado no processo de expansão.....	330
F. O atendimento do sistema aos adolescentes e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade: O ensino supletivo.....	332
G. A permanência dos fenômenos da evasão e da repetência: O problema da qualidade do ensino.....	334

II. A DÉCADA DE 80.....	337
A. O ensino de 1º grau.....	337
B. O ensino de 2º grau.....	339
C. O ensino superior.....	340
D. A queda da qualidade do ensino.....	341
ANEXO ESTATÍSTICO.....	343

**A POLITICA SOCIAL EM TEMPO DE CRISE:
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DESCENTRALIZAÇÃO */**

APRESENTAÇÃO

As políticas sociais vêm constituindo um eixo central das preocupações de boa parte da "inteligência" brasileira nos últimos dez anos. Farta literatura vem sendo produzida sobre as formas de enfrentar, a partir de recursos e instituições públicas, as agudas desigualdades e a extrema miséria - as duas pontas mais visíveis do processo de empobrecimento que atinge a população. O que não é de se estranhar, pois ambas - a ponta das desigualdades e a ponta da miséria - conseguiram exceder-se em perversidade, neste tempo de crise, tornando-se demasiadamente gritantes, incômodas, dado o próprio modelo perverso de geração de riqueza no País. Agravaram-se, sem dúvida, com a recessão econômica do período 1979/84 e suas conseqüências em termos de desemprego e redução do salário real; reproduziram-se na espiral inflacionária que tentativas, como a do Plano Cruzado, em 1986 (e outras, posteriores e menos cotadas), não lograram debelar;

*/ A presente coletânea integra o conjunto de documentos elaborados durante a execução do projeto sobre políticas sociais e que foram compilados e publicados em três outros volumes sob os seguintes títulos: Volume I - Reflexões sobre a Natureza do Bem-Estar; Volume II - Financiamento das Políticas Sociais no Brasil; Volume III - Avaliação das Políticas Sociais Brasileiras. Sua elaboração esteve a cargo de consultores técnicos sob a coordenação geral da Professora Sulamis Dain, assistida pela Professora Maria Lúcia T. Werneck Vianna. Adolfo Gurrieri, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL, concebeu a idéia original deste projeto de pesquisa.

sobretudo, revelaram a inépcia de um imenso aparelho estatal montado para lhes fazer face e o desperdício de consideráveis recursos extraídos com tal finalidade.

A recente multiplicação de trabalhos, investigações, relatórios, etc., no campo das políticas sociais, mostra a contemporaneidade do tema enquanto objeto de reflexão, bem como a urgência de seu encaminhamento pela via de medidas concretas. Este tempo de crise, não custa lembrar, constitui, também, o momento da longa, difícil e, ainda, incompleta transição democrática no Brasil, durante o qual tanto os horizontes do pensamento e da crítica aumentaram muito, quanto as possibilidades de experimentar e mudar ficam mais próximas. Fragmentada e dispersa, a produção sobre a problemática da política social não se origina só na Academia; judiciosos documentos, elaborados no âmbito de agências governamentais, trazem à tona elementos essenciais para a compreensão do freqüente insucesso de propostas inovadoras e bem intencionadas.

Longe de se encontrar esgotada, a questão da política social oferece, no caso brasileiro - e neste tempo de crise renitente -, ocupação de sobra para os estudiosos. As necessidades de aprofundamento da reconstituição histórica das estruturas (financeira, administrativa, política) do sistema de proteção social e de revisão de conceitos-chave para o entendimento das funções desempenhadas por ele no desenvolvimento do País, somam-se, hoje, exigências da conjuntura. Exigências ao conhecimento, no sentido de incorporar analiticamente mudanças em curso, algumas fundamentais, como a vigência de uma nova Constituição a demandar mecanismos e regulamentos que viabilizem sua real implantação.

A pesquisa **A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização**, realizada entre setembro de 1987 e novembro de 1988, mediante convênio entre a CEPAL e o MPAS, se situa na fronteira entre estes dois grandes objetivos:

apresentar uma apreciação cumulativa da área interdisciplinar de estudos que é a política social e sugerir tendências relevantes a serem examinadas por futuras investigações. Por apreciação cumulativa, pode-se entender um duplo esforço mapeador: de rever as principais linhas de interpretação e análise das políticas sociais no Brasil, presentes em abordagens históricas, econômicas ou sociológicas; e de reconstruir os caminhos e efeitos de decisões substantivas, seja do ponto de vista do sistema como um todo, seja sob o ângulo das políticas setoriais. A sugestão de tendências - especialmente de dificuldades novas e/ou renovadas à consecução de políticas de Welfare - resultou de evidências quanto aos inúmeros desafios suscitados pelos processos de agudização da crise de avanço democrático; desafios não menos veementes para o intelectual empenhado em explicar, que para o decisor interessado em formular ações, e cuja averiguação, descortinada pelo presente trabalho, deverá certamente constar da agenda de ambos daqui em diante.

Arquitetada em moldes pouco ortodoxos, a pesquisa mobilizou especialistas de áreas diversas, encarregados de concluir em prazos curtos e concomitantes, ensaios que cobrissem aspectos cruciais do objeto em pauta, no intuito de condensar o conhecimento acumulado e apontar perspectivas. Quatro dimensões ordenaram o material solicitado: a primeira, consistiu na identificação de uma morfologia - institucional e política - do sistema de proteção social brasileiro, capaz de explicitar a sua singularidade e, paralelamente, permitir a comparação com outros sistemas; um segundo eixo de diagnóstico revisitou a questão do financiamento das políticas sociais, pretendendo elucidar as relações que as formas usuais de extração e alocação de recursos mantêm com as estruturas salarial e de redistribuição de renda no País; na terceira dimensão, a tônica residiu no issue avaliação, percebido em suas implicações diretas - a avaliação de políticas e experiências específicas - e trabalhado como função correlata à implementação da política social, vale dizer, buscou-se descrever de modo abrangente a teoria e a prática da avaliação no Brasil; a

quarta linha foi desenhada para enfatizar o problema da informação, através do levantamento e da sistematização de indicadores sociais indispensáveis a qualquer inspeção rigorosa do Welfare.

Estas dimensões encontram-se contempladas num conjunto de publicações, composto de quatro volumes. O volume que iniciou a edição reuniu os ensaios de Sulamis Dain - **A Crise da Política Social: Uma Perspectiva Comparada** -; de Wanderley Guilherme dos Santos - **A Gênese da Ordem** -; de Sônia Miriam Draibe e Liana Aureliano - **A Especificidade do "Welfare State" Brasileiro** -; e de Paulo Renato Costa Souza - **Ajustamento nos Países em Desenvolvimento**. Apesar do enfoque peculiar de cada um, em todos há o claro intento de definir marcos conceituais pertinentes para a caracterização da política social num país de capitalismo tardio periférico como o Brasil. Lidando com variáveis macro-políticas de estruturação do sistema, sem, contudo, perder de vista como se manifestam no cotidiano determinados movimentos - dinâmica de funcionamento, processos decisórios, módulos de intermediação de interesses, formas de relacionamento com as clientelas -, tais estudos fornecem diretrizes valiosas para o entendimento das conhecidas disfuncionalidades da máquina social do Estado brasileiro num approach comparativo.

O volume II da coletânea foi dedicado ao tema do financiamento das políticas sociais, englobando os textos de Sulamis Dain - **O Financiamento das Políticas Sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente** - e de Adolfo Furtado - **Limites Estruturais ao Financiamento da Previdência Social**. O elo entre estes trabalhos reside em privilegiar-se um ponto decisivo, mas geralmente obscurecido nas análises sobre o Welfare State brasileiro: o caráter em princípio não-redistributivo de qualquer sistema de Welfare, no Brasil, por força de uma estrutura sócio-econômica profundamente heterogênea, acaba por se expressar quase que num anti-redistributivismo. A compreensão de que política social,

por si só, não transforma os padrões de desigualdade atuantes numa sociedade, permite, por exemplo, repensar, com melhores chances de êxito, estratégias para a diminuição da miséria.

No volume III - que deu conta da terceira dimensão pesquisada - foram reunidos os trabalhos agregados sob a rubrica avaliação: Diagnóstico e Resenha das Pesquisas na Área da Política Social: um "survey" das avaliações, de Maria Lúcia T. Werneck Vianna; Interpretação e Avaliação da Política Social no Brasil: uma bibliografia comentada, de Maria Lúcia T. Werneck Vianna e Beatriz Azeredo da Silva; Análise da Política de Saneamento no Brasil, de Márcio Miller Santos e Luiz Fernando Rodrigues de Paula; Uma Análise dos Programas de Suplementação Alimentar nos Anos 80: desempenho e formas de organização, de Ernani Teixeira Torres Filho e Mônica Esteves de Carvalho; e Política Social e Descentralização: a experiência do BNDES/FINSOCIAL pós-1985, de Maria Thereza Lobo. Tratam-se de ensaios que, embora tendo em comum o fato de realizarem avaliações, perseguem duas linhas distintas. Numa, o foco recai sobre setores e experiências da política social brasileira: as áreas de saneamento e alimentação e a experiência da descentralização; aqui, o sentido é o de contribuir positivamente para o diagnóstico de situações problematizadas. Na outra linha, é enfocada a própria prática da avaliação, inserindo-a no contexto analítico mais abrangente da produção teórica sobre política social no Brasil.

O presente volume, que encerra a coleção, compõe-se dos quadros, comentados, de indicadores sociais selecionados. Coordenado por Cláudio Leopoldo Salm e Luiz Carlos Eichenberg da Silva, o levantamento apresenta dados relativos a: 1) transição demográfica e distribuição espacial da população; 2) inserção no mercado de trabalho, salários, distribuição de renda e pobreza; 3) saúde; 4) educação; 5) previdência social; 6) habitação e saneamento básico; e 7) gasto social.

Nenhuma pesquisa tem a pretensão de ser conclusiva. Esta não fugiu à regra. No entanto, se o breve espaço de um ano foi insuficiente para dar vazão às (justificadas) ambições dos pesquisadores envolvidos com o projeto, os resultados garantem alento bastante para prosseguir.

**LA POLITICA SOCIAL EN TIEMPO DE CRISIS:
ARTICULACION INSTITUCIONAL Y DESCENTRALIZACION */**

PRESENTACION

La investigación global, que llevó por título "La política social en tiempo de crisis: articulación institucional y descentralización", desarrollada entre septiembre de 1987 y noviembre de 1988, resultó de un convenio entre el Ministerio de la Seguridad Social de Brasil y la Oficina de la CEPAL en aquel país. Con ella se pretendió cubrir un doble objetivo: por un lado, presentar una visión acumulativa del área interdisciplinar de la política social; por otro sugerir tendencias relevantes que se espera sean objeto de investigaciones futuras. El primer objetivo fue más bien mapeador, en el sentido de rever las principales líneas de interpretación y análisis de las políticas sociales en Brasil presentes en aproximaciones históricas, económicas o sociológicas. Asimismo, se buscó reconstruir los caminos y consecuencias de decisiones sustantivas, ya sea desde la perspectiva del sistema como un todo, ya sea desde el ángulo de las políticas sectoriales. En cuanto al segundo objetivo, el

*/ Esta publicación (Libro IV) reúne algunos documentos elaborados en el contexto de una investigación más amplia sobre políticas sociales. Los demás trabajos han sido publicados en tres otros libros, con los siguientes títulos: Libro I - "Reflexões sobre a Natureza do Bem-Estar"; Libro II - "Financiamento das Políticas Sociais no Brasil"; y Libro III - "Avaliação das Políticas Sociais Brasileiras". El desarrollo de la investigación articuló el apoyo de varios consultores bajo la coordinación general de la Profesora Sulamis Dain, con la asistencia de la Profesora Maria Lúcia T. Werneck Vianna. Adolfo Gurrieri, Director de la División de Desarrollo Social de la CEPAL, fue el autor de la concepción original de este proyecto de investigación.

de sugerir tendencias relevantes - especialmente el examen de dificultades nuevas y/o renovadas para la consecución de políticas de Welfare - su tratamiento resultó de evidencias sobre los innumerables desafíos originados en las crisis del avance democrático. Desafíos que se espera haber puesto de manifiesto en este trabajo, para la consideración de estudiosos del tema y de quienes tienen responsabilidad en el proceso decisorio.

El primer libro reunió los ensayos de Sulamis Dain - "A Crise da Política Social: Uma Perspectiva Comparada"; Wanderley Guilherme dos Santos - "A Gênese da Ordem"; Sônia Draibe y Liana Aureliano - "A Especificidade do Welfare State Brasileiro"; y Paulo Renato Costa Souza - "Ajustamento nos Países em Desenvolvimento". A despecho de la visión peculiar de cada uno de los trabajos, hay, en todos ellos, un claro intento de definir marcos conceptuales pertinentes para la caracterización de la política social en un país como el Brasil, de capitalismo tardío periférico. Manejando variables macro-políticas de estructuración del sistema, pero sin olvidar como se presentan en el cotidiano determinados movimientos - dinámica de funcionamiento, procesos decisorios, módulos de intermediación de intereses, formas de relacionamiento con determinados segmentos sociales - los trabajos antedichos establecen directrices valiosas para la comprensión de las conocidas disfuncionalidades de la máquina social del estado brasileño, con un approach comparativo.

El segundo volumen fue dedicado al tema del financiamiento de las políticas sociales, abarcando los trabajos de Sulamis Dain - "O Financiamento das Políticas Sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente"; y de Adolfo Furtado - "Límites Estruturais ao Financiamento da Previdência Social". El punto de convergencia entre estos dos trabajos está en la consideración privilegiada de un principio decisivo, pero generalmente olvidado en los análisis sobre el Welfare State brasileño: el carácter en principio no redistributivo de los sistemas de Welfare en Brasil, dado la

estructura socioeconómica profundamente heterogénea. La comprensión de que política social, per se, no transforma los patrones de desigualdad permite repensar, con más posibilidades de éxito, estrategias para la minoración de la miseria.

En el tercer libro han sido agregados los trabajos relativos al tema de la evaluación: Maria Lúcia Werneck Vianna - "Diagnóstico e Resenha das Pesquisas na Área da Política Social: um survey das avaliações"; Maria Lúcia Werneck Vianna y Beatriz Azeredo da Silva - "Interpretação e Avaliação da Política Social no Brasil: uma bibliografia comentada"; Márcio Miller Santos y Luiz Fernando Rodrigues de Paula - "Análise da Política de Saneamento no Brasil"; Ernani Teixeira Torres Filho y Mônica Esteves de Carvalho - "Uma Análise dos Programas de Suplementação Alimentar nos Anos 80: desempenho e formas de organização"; y Maria Thereza Lobo - "Política Social e Descentralização: a experiência do BNDES/FINSOCIAL pós-1985". Son ensayos que, aún teniendo en común el hecho de realizaren evaluaciones, persiguen dos líneas distintas. En una, el interés recae sobre sectores y experiencias de la política social brasileña, donde el sentido de los trabajos es el de contribuir positivamente para el diagnóstico de situaciones-problema. En la otra, se enfoca la práctica misma de evaluaciones, insertándola en el marco analítico más abarcador de la producción teórica sobre política social en el Brasil.

Cerrando este conjunto de trabajos, el presente volumen contiene cuadros comentados de indicadores sociales seleccionados. Elaborado por Cláudio Leopoldo Salm y Luiz Carlos Eichenberg da Silva, el levantamiento presenta datos relativos a: transición demográfica y distribución espacial de la población; inserción en el mercado de trabajo, salarios, distribución del ingreso, pobreza; salud; educación; seguridad social; vivienda y saneamiento básico; y gasto social.

**SOCIAL POLICY IN TIME OF CRISIS:
INSTITUTIONAL FRAMEWORK AND DESCENTRALIZATION */**

PRESENTATION

The research "Social Policy in Time of Crisis: Institutional Framework and Decentralization", carried out between September 1987 and November 1988 through an Agreement signed between ECLAC and the Ministry of Social Welfare of Brazil (MPAS) had two main objectives: to present a cumulative appreciation of the Brazilian social policy focusing the studies made by different areas of knowledge and to indicate relevant issues for future research. Such cumulative appreciation can be understood as the review of the main analysis on the social policies of Brazil, either on their historical, economical or sociological concepts, and as the reconstruction of the paths and effects of the substantive decisions made by the public sector, not only in a broad view of the social system but also in sectorial policies. The relevant points for future research resulted from various challenges brought about by the simultaneous worsening of the economic crisis and the advance of the democratization process in Brazil. These challenges are not only difficult for the researcher to

*/ This book is part of the collection of papers elaborated by the ECLAC/MPAS research project on social policy. The other three volumes were published with the following titles: Volume I - Reflexões sobre a Natureza do Bem-Estar; Volume II - Financiamento das Políticas Sociais no Brasil; and Volume III - Avaliação das Políticas Sociais Brasileiras. Professor Sulamis Dain was responsible for the general coordination of this research project, assisted by Professor Maria Lúcia T. Werneck Vianna. The original idea of this research project was conceived by Adolfo Gurrieri, Director of the Social Development Division of ECLAC.

explain, but as well to the policy maker interested in establishing new projects. The inquiries opened by this research should be part of any future work program of both of them.

The first book brought together the following essays: "A Crise da Política Social: Uma Perspectiva Comparada", by Sulamis Dain; "A Gênese da Ordem", by Wanderley Guilherme dos Santos; "A Especificidade do Welfare State Brasileiro", by Sônia Draibe and Liana Aureliano; and "Ajuste nos Países em Desenvolvimento", by Paulo Renato Costa Souza. In spite of the peculiar scope of each paper, in all of them there is a clear goal to define pertinent concepts for the characterization of social policies in a developing country like Brazil. Using macro-policy variables of the social system structure, but without losing its everyday movements, these essays provide valuable directives for understanding the disfunctions of the social apparatus in the Brazilian State.

The second volume covered the financing of the social policies containing the following essays: "O Financiamento das Políticas Sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente", by Sulamis Dain; and "Limites Estruturais ao Financiamento da Seguridade Social", by Adolfo Furtado. The link between these studies is that they privilege a decisive point often obscured in the normal analysis of the Brazilian welfare system: its non-redistributive character, because of the heterogeneous socio-economic structure of the Brazilian society. The comprehension that social policies alone are not able to change social inequalities permits, for example, to reconsider, with better chance for success, strategies to reduce extreme poverty.

The third book presented the following evaluation studies: "Diagnóstico e Resenha das Pesquisas na Área de Política Social: um 'survey' das avaliações", by Maria Lúcia T. Werneck Vianna; "Interpretação e Avaliação da Política Social no Brasil: uma

bibliografia comentada", by Maria Lúcia T. Werneck Vianna and Beatriz Azeredo da Silva; "Análise da Política de Saneamento no Brasil", by Márcio Miller Santos and Luiz Fernando Rodrigues de Paula; "Uma Análise dos Programas de Suplementação Alimentar nos Anos 80: desempenho e formas de organização", by Ernani Teixeira Torres Filho and Mônica Esteves de Carvalho; and "Política Social e Descentralização: a experiência do BNDES/FINSOCIAL pós-1985", by Maria Thereza Lobo. Although these papers bear in mind the common point of carrying out evaluations, they follow two distinct lines. The first of them focuses the Brazilian sectorial background on social policy, like sanitation, food programs, as well as decentralization issues to diagnose these problem areas. The second line deals with the exercise of evaluation itself, inserting it within the theoretical studies of the social policies in Brazil.

The present volume is composed of annotated tables of selected social indicators for Brazil, presenting data on: 1) demographic transformation and spatial distribution of the population; 2) labor market, wages, income distribution and poverty levels; 3) health; 4) social welfare; 5) housing and sanitation; and 6) public expenditures on social programs. This statistical effort was coordinated by Cláudio Leopoldo Salm and Luiz Carlos Eichenberg da Silva.

INTRODUÇÃO

Não existe consenso sobre a natureza e os limites das informações que devem compor um conjunto de Indicadores Sociais. Nos países desenvolvidos, esse conjunto tem sofrido considerável expansão, na medida em que novos aspectos da dimensão social vão sendo incorporados e mensurados, passando a agregar-se a um conceito cada vez mais amplo de bem-estar.

No presente caso, optou-se por não listar exaustivamente dados sobre os mais variados aspectos das condições de vida da população, mas por reunir um conjunto relevante de informações que permitisse uma visão concisa, porém abrangente, das transformações por que passou a sociedade brasileira, bem como servisse para uma avaliação do padrão da intervenção estatal na questão social. Da proposta inicial, dois blocos não puderam ser incluídos no trabalho: Organização e Participação, e Cobertura de Programa Sociais Específicos, devido à não disponibilidade, em tempo hábil, dos dados do Suplemento Especial da PNAD-86.

Apesar disso, o trabalho realizado permite fundamentar algumas reflexões, que são o objeto deste volume, sobre a evolução da situação social no País nas últimas décadas, como também sobre a dimensão da pobreza. */ Em outras palavras, as informações apresentadas oferecem material suficiente para avaliar duas questões essenciais sobre os efeitos na sociedade de

*/ É importante registrar que, na elaboração do presente volume, a equipe técnica valeu-se, também, das exposições feitas por Carlos Lessa e Hélio Jaguaribe, durante seminários realizados na UNICAMP (Brasil - Século XXI) e no IEI/UFRJ, respectivamente.

um processo rápido de desenvolvimento: o perfil da desigualdade e o nível da pobreza.

O desenvolvimento, ou o avanço, do capitalismo industrial, processa-se através da desarticulação das formas tradicionais de produção, expropriando populações de seus meios de subsistência, criando, assim, a disponibilidade de mão-de-obra que garante o prosseguimento da acumulação. Simultaneamente, este processo marginaliza parte dos trabalhadores, seja na forma de um exército de reserva, seja na de exclusão mais ou menos definitiva. Em alguns casos, como na Inglaterra, desde a Revolução Industrial, havia, ainda que de forma precária, ações públicas de proteção a esses pauperizados.

Aos incorporados à produção capitalista, dependentes de seus salários e da produção de bens de consumo, não há garantias automáticas de melhoria no bem-estar. Isto vai depender das circunstâncias específicas de cada experiência histórica. Assim, nas primeiras fases da industrialização, a condição de operário representava sinônimo de pobreza. Só mais adiante, e por múltiplas determinações, é que os salários tendem a acompanhar o ritmo da produtividade. Entretanto, cabe enfatizar desde logo, que não é necessário aguardar que o ritmo da acumulação enxugue o excedente de mão-de-obra para que os salários comecem a subir. Os trabalhadores mais organizados podem formar segmentos que atuem no sentido de desvincular suas taxas salariais das que seriam impostas por um mercado ainda caracterizado por uma abundante disponibilidade de mão-de-obra. O importante é que será o crescimento da massa salarial que irá permitir transferências de renda aos grupos não incorporados, seja diretamente através da demanda de bens e serviços, seja indiretamente através de carga tributária compatível com o financiamento das políticas sociais, assistencialistas ou universais, bem como de contribuições que sustentem um sistema previdenciário.

O Brasil, país de industrialização retardatária, não foge às linhas gerais de um paradigma deste tipo.

Não é motivo de controvérsia o argumento de que, nas três décadas do pós-guerra, o processo de industrialização brasileiro mostrou um desempenho marcante no que tange à absorção de mão-de-obra. Os empregos diretos gerados no setor industrial e aqueles induzidos pela indústria, que se criam no terciário "funcional", permitiram uma flagrante alteração da estrutura ocupacional, anteriormente marcada por um peso substancial das atividades agrícolas. Maior significação deve-se atribuir à industrialização, quando se nota que esses indicadores positivos na criação de postos de trabalho se deram num contexto de explosão demográfica e de impressionante volume de migração rural-urbana.

Ainda assim, embora não sejam tantos, em termos relativos, certamente o são em termos absolutos, os que ainda não foram expropriados, i.e. que subsistem através de atividades não-assalariadas. Esta parcela da população está geograficamente concentrada no Nordeste e, por falta de acesso à terra, em quantidade e qualidade, aúfere parcos rendimentos de uma agricultura de baixíssima produtividade. Tal segmento representa, aproximadamente, metade dos brasileiros pobres, para os quais o acesso aos programas sociais é praticamente inexistente.

Além desses não incorporados, o processo de crescimento vem gerando um contingente crescente daqueles que já não servem à produção capitalista - o "óleo queimado" na expressão de M.C. Tavares -, sobrevivendo em condições bastante precárias nas periferias urbanas, inclusive nas áreas metropolitanas das regiões mais desenvolvidas e dinâmicas. Boa parte da pobreza urbana enquadra-se nessa categoria, cujo acesso a alguns dos mecanismos de política social é recente, em função da universalização na concessão de certos benefícios - como no caso de saúde e previdência - ou de serviços - como seria o caso da

disposição legal da gratuidade e obrigatoriedade da educação de I Grau. Há ainda programas especiais de alimentação e nutrição, cuja eficiência e amplitude são questionáveis e que, supostamente, definem seus beneficiários entre aqueles de mais baixo nível de renda.

Além de todos esses, que estão à margem do processo de produção e de consumo, também uma grande parte dos trabalhadores incorporados à produção capitalista pode ser classificada como pobre, no sentido da privação de itens que compõem uma cesta tida como básica pelos padrões dominantes. Pelo valor de mercado desta cesta básica, "objetiva", pode-se traçar uma linha demarcatória que separa os pobres dos não-pobres. Problemas metodológicos à parte, certamente um exercício dessa natureza revelaria que, hoje, a taxa de salários ou o salário de base, seria insuficiente para adquirir tal cesta. E é precisamente em função dos baixos salários que não se cria uma massa crítica de renda a ser transferida aos que se inserem precariamente nos mercados de bens e serviços, aos que trabalham no setor informal e, sobretudo, aos marginalizados, via políticas sociais.

Se o trabalhador, nas primeiras fases da industrialização brasileira, era pobre (no sentido mencionado) ou não, é questão para ser esclarecida pelos historiadores econômicos. Se a pobreza foi fator importante para a manutenção de baixos salários, isto é, se cumpriu a função de exército de reserva, não é matéria de fácil comprovação. No entanto, pode-se afirmar, com segurança, que a instituição do salário-mínimo, justamente em função de uma cesta básica determinada, representou uma segmentação no mercado de trabalho, uma proteção para certas categorias.

De qualquer forma, o intrigante em nossa experiência é a reprodução ampliada da pobreza nas etapas mais avançadas da industrialização.

Nas décadas do pós-guerra, o ritmo da acumulação foi intenso, não se sustentando a hipótese de insuficiência dinâmica. Ao contrário, o que deve ser enfatizado é a rapidez com que se processou a difusão do assalariamento e, portanto, a desagregação e a expropriação das formas tradicionais de sustentação, particularmente no campo. Na medida em que a estrutura produtiva foi se integrando, o sentido da densificação da malha de relações inter-setoriais, aumentou também a elasticidade produto-emprego. Não cabe, para o caso brasileiro, abordar a incapacidade da industrialização em gerar volumes adequados de empregos.

Não se trata, até a crise da dívida, de um problema de emprego, a não ser para os excedentes populacionais no Nordeste rural. Aqui sim, tudo indica que não é pela acumulação capitalista que será possível, num prazo razoável, absorver produtivamente aqueles excedentes, por mais que prossiga a expulsão. Aliás, enquanto as análises costumam chamar a atenção para o fenômeno da expulsão, o que merece mesmo melhores explicações é a capacidade daquela região em reter populações a níveis tão miseráveis de vida.

A indústria, como setor, não só absorveu mão-de-obra a taxas elevadas - 4 a 5% a.a. - como dinamizou o emprego nos serviços ditos "funcionais" (comércio, transportes, finanças, etc.), não se observando qualquer tendência à sobreterciarização, a despeito da forte migração para as cidades. Ao contrário, alguns indicadores, tais como a relação entre ocupados no setor terciário e no secundário, a dimensão do setor informal no bojo do terciário e o crescimento da produtividade nos serviços, não sustentam aquela suposta tendência. O processo apontava na direção da diminuição das heterogeneidades, principalmente se levarmos em conta a capitalização da agricultura e o rápido esvaziamento do campo.

Neste aspecto, novamente, não é claro se há um caso de paraíso perdido. É arriscado fazer algum juízo sobre a pobreza

ser maior ou menor quando se compara "o colono ao bóia-fria"; provavelmente seja menor. Parece haver concordância de que o êxodo dos pequenos produtores agrícolas, com a perda da produção para o auto-consumo e a entrada numa economia monetizada, deve ter sido um fator de empobrecimento e de deteriorização na distribuição de renda.

O que parece certo é que a rápida proletarianização no Brasil não foi acompanhada de alguns dos mecanismos compensatórios clássicos. Primeiro, menor pressão populacional, seja por emigração, seja pela queda nos níveis de fecundidade, que entre nós só vai ocorrer de forma significativa a partir dos anos 70. Segundo, talvez pela rapidez do processo, a mão-de-obra incorporada à produção capitalista não se estrutura e, portanto, não se organiza com força suficiente para proteger-se do exército de reserva, de modo a forçar aumentos nos índices de salários, a fim de que os mesmos acompanhassem o aumento da produtividade. Terceiro, há também uma dimensão política importantíssima. A sindicalização, no Brasil, a partir do Estado Novo, transfigurou-se em forma de controle social e político. A representação de interesses dos trabalhadores perde autonomia e é feita dentro do aparelho do Estado, tutelada. O golpe de 64 afastou até mesmo esse tipo de representação, abrindo caminho á violenta queda do valor do salário-mínimo.

Essa acentuada queda do salário-mínimo acabou permitindo a abertura do leque salarial, já que algumas categorias de trabalhadores mais qualificados, especialmente os de gerência, conseguiram descolar suas remunerações da taxa salarial, o que contribuiu para os elevados níveis de concentração de renda vigentes.

Como resultado, há uma indústria cuja participação dos salários no produto é uma das mais baixas do mundo.

Os baixos salários, por sua vez, não permitem maiores transferências de renda aos setores não-incorporados. Além disso, tornam a base de incidência tributária estreita. A receita tributária brasileira, como parcela do PIB, hoje, não vai além de 12%. Ademais desta evidente insuficiência de recursos, a ineficácia do aparelho de Estado, na gestão das políticas sociais, vem causando a sua deterioração, sendo, atualmente, uma das questões mais denunciadas.

Seria por demais complexo analisar todas as facetas que conformam esta ineficácia. Entretanto, para mencionar apenas algumas, não se pode ignorar a falta de vocalização dos segmentos mais pobres, utilizados como massa de manobra através de práticas clientelísticas que operam como fator desmobilizador das reivindicações. Por outro lado, a "privatização" de certos segmentos do Estado, em função de interesses de cunho nitidamente corporativo, também se reflete no desvio das ações da política social daqueles grupos realmente carentes. Isto é facilmente observável pelo fato de que são aqueles que estão formalmente incorporados ao mercado de trabalho os que se beneficiam em maior grau das políticas sociais.

Entretanto, do ponto de vista econômico, pela maturação e integração alcançadas pelo parque industrial, a pobreza não parece cumprir hoje qualquer função relevante, seja na manutenção dos baixos salários, seja, indiretamente, via bens e serviços produzidos pelos pobres para o consumo dos trabalhadores.

A literatura tem explorado profusamente a idéia da funcionalidade das formas de produção não-capitalistas, geralmente familiares, no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Até mesmo o uso intensivo do trabalho de menores tem sido incluído nesse tipo de interpretação. No entanto, com exceção da construção de moradias, são escassas as evidências empíricas, de que na produção para o consumo dos

trabalhadores, haja participação significativa de atividades não capitalistas. Isto não significa minimizar o espaço ocupado pelas atividades informais, principalmente aquelas que fazem uso de trabalho assalariado não registrado, empregando algo como 15% da força de trabalho urbana. Vale dizer, que o setor informal "puro" (atividades familiares, autônomos de baixa renda) é menor no Brasil do que na maior parte da América Latina. Aquelas atividades informais, na verdade, disputam fatias do mercado com as empresas capitalistas, mas, por serem de baixa produtividade, utilizam a forma precária de assalariamento, bem como a evasão de tributos, como expedientes para o rebaixamento de seus custos.

Nesse contexto, cabe esclarecer que mão-de-obra "barata" não é necessariamente sinônimo de pobreza. Toda atividade econômica, que enfrenta concorrência, beneficia-se de mão-de-obra barata, qualquer que seja o estágio tecnológico. A mão-de-obra japonesa ou coreana, por exemplo, é mais barata do que a européia ou norte-americana e nem por isso Japão ou Coreia possuem grandes contingentes de pobreza. A indústria aeronáutica brasileira vende aviões no exterior, porque dispõe de mão-de-obra mais barata do que seus competidores, o que não significa que precisa pagar salários abaixo da linha de pobreza para competir com sucesso.

É inegável, entretanto, que o País tem uma parcela substancial de sua população em situação de pobreza. Ainda que esse contingente tenha mostrado indícios de diminuição, ao final dos anos 70, sua dimensão, na década de 80, tem-se apresentado bastante estável, e muito pouco afetada pelas oscilações econômicas conjunturais. Daí que se pode cunhar a expressão "colchão de miséria", como algo inerente às fases mais dinâmicas do crescimento e ao aumento das oportunidades de trabalho. São aqueles pauperizados inempregáveis. Não é desta indigência que se recrutam os trabalhadores. Inclusive, a experiência recente mostra que a cada aquecimento da demanda surge escassez de mão-de-obra em todos os níveis de qualificação.

Vejam-se alguns resultados, talvez inesperados, como a experiência do Plano Cruzado.

Os dados das tabelas apresentadas mostram que a melhoria da estrutura ocupacional foi significativa: o emprego cresceu a um ritmo muito superior ao da força de trabalho e essa absorção concentrou-se no mercado formal de trabalho, em faixas superiores a 2 salários-mínimos, verificando-se, inclusive, diminuição absoluta dos que recebiam menos que esse nível. Os assalariados sem registro em carteira e os trabalhadores por "conta-própria" experimentaram os maiores aumentos relativos. A produção de bens de consumo respondeu ao aumento da demanda provocada pelo crescimento da massa salarial, pelo menos até o momento em que a especulação e as restrições inviabilizaram o Plano.

Finalmente, quanto às perspectivas, cabe chamar a atenção para um fenômeno particularmente relevante, no que se refere à reprodução da pobreza e da desigualdade, que é o da rapidez com que vem se processando a transição demográfica.

Para a força de trabalho, obviamente, a queda da fecundidade só irá repercutir num lapso de aproximadamente 15 anos. Assim, para o futuro próximo, o crescimento da população economicamente ativa seguirá a uma taxa em torno de 2,5%, aí incluído o aumento na taxa de participação da força de trabalho feminina. Se as perspectivas da economia fossem menos nebulosas, tal taxa não seria problemática, dada a experiência anterior da economia brasileira. Nas circunstâncias atuais, é arriscado prognosticar o comportamento do mercado de trabalho. De qualquer forma, tudo indica que taxas de crescimento do PIB entre 5 e 6% já seriam suficientes para absorver a força de trabalho entrante.

Porém, há outras repercussões mais imediatas da queda da fecundidade, entre as quais se destaca a mudança na composição da pirâmide etária. As projeções indicam que, na melhor das hipóteses, a população infantil e em idade escolar (7 a 14 anos)

deverá ficar estável. Isto tem efeitos importantes sobre a composição do gasto social.

No caso da educação, é lícito supor que a prioridade até agora conferida à expansão da rede física possa ser substituída pela preocupação sistemática com a melhoria do desempenho do sistema de ensino do I Grau. Níveis de repetência, como os que vigoram atualmente, são, sob qualquer ângulo, inadmissíveis e contribuem para o baixo conteúdo educacional da força de trabalho. Neste aspecto, se foi possível incorporar até aqui grandes contingentes de trabalhadores semi-qualificados com poucos anos, em média, de escolaridade formal, há sérias dúvidas se esse perfil de escolaridade da mão-de-obra atenda aos requisitos impostos pela difusão de um novo paradigma tecnológico. Não se trata somente das exigências dos novos postos de trabalho que emergem com as novas tecnologias, mas sim da produtividade global de uma economia cada vez mais assentada na informática.

No outro extremo da pirâmide, embora o Brasil não venha, a médio prazo, sofrer os mesmos problemas dos países europeus, qual seja o de uma relação entre idosos e população em idade ativa que comprometa a viabilidade financeira do sistema previdenciário, cabe, assim mesmo, esperar, daqui por diante, um crescimento substancial da população acima dos 65 anos (superior a 3% a.a.). Também, aqui, os reflexos sobre a necessidade de se aumentar os gastos sociais são evidentes, se for levado em conta o maior custo relativo do atendimento médico das doenças degenerativas que incidem sobre a população idosa, e as implicações com gastos crescentes em benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões.

CAPITULO I

**TRANSIÇÃO DEMOGRAFICA E DISTRIBUIÇÃO
ESPACIAL DA POPULAÇÃO**

**INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, SALARIOS,
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA**

I. TRANSIÇÃO DEMOGRAFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Os últimos anos vêm consistentemente revelando um novo cenário acerca da evolução da população brasileira, com importantes mudanças no perfil de sua composição, estrutura, distribuição espacial e padrões reprodutivos.

O processo de mudanças nos padrões demográficos brasileiros segue, com suas particularidades históricas, a experiência internacional da chamada transição demográfica, qual seja, a tendência a uma estabilidade do crescimento populacional, com base em níveis baixos de mortalidade e fecundidade.

Em linhas gerais, o declínio da mortalidade vem ocorrendo de forma gradual há algumas décadas, sendo mais expressivo nas Unidades da Federação e regiões onde o grau de urbanização e de desenvolvimento econômico foi mais intenso. Nos últimos anos, a partir da década de 70, esse declínio da mortalidade acelerou-se com significativos ganhos na esperança média de vida ao nascer e redução nos indicadores de mortalidade infantil. Quanto à fecundidade, a retrospectiva histórica de sua evolução põe em evidência a longa estabilidade de seus níveis, os quais, em média, mantiveram-se durante muitas décadas em patamares superiores a 6 filhos por mulher, embora com padrões de declínio da fecundidade, o qual, à diferença do observado na mortalidade, caracterizou-se por um ritmo rápido, acentuando-se em um primeiro momento nas regiões mais desenvolvidas e nas áreas urbanas em geral, onde os níveis reprodutivos já eram relativamente mais baixos. Nos anos recentes, e sobretudo no início da década de 80,

esse declínio, além de ter sofrido uma ligeira aceleração, generalizou-se intensamente pelo conjunto do País, atingindo regiões e situações rurais onde prevaleciam padrões que favoreciam a fecundidade elevada.

Tais fenômenos parecem se revestir de condições concretas que afastam possibilidades objetivas de reversibilidade, estabelecendo-se, assim, um conjunto de processos de natureza sócio-econômica e cultural que asseguram a continuidade da transição demográfica no Brasil. A nível concreto, a notável expansão e difusão do uso de métodos contraceptivos e, mais recentemente, o significativo avanço da esterilização, apontam também no sentido de tornar irreversível o processo de declínio da fecundidade.

A outra componente demográfica básica, as migrações, igualmente emite sinais de alterações no curso das tendências observadas em décadas passadas. Embora não estejam disponíveis dados referentes aos primeiros anos da década de 80, o que não permite sequer estimar os fluxos e movimentos que vêm ocorrendo recentemente, existem indicações relevantes no sentido de apontar novos processos de tendência que estariam tomando forma no período recente.

Assim, ter-se-ia uma redefinição da magnitude de tradicionais fluxos inter-regionais, com reflexos sobre a redistribuição espacial da população brasileira. Conquanto a expectativa seja de que a proporção de população urbana persista aumentando significativamente, estima-se que importantes reorientações venham ocorrendo, a julgar pelas expressivas correntes migratórias que têm sido verificadas rumo às áreas urbanas e metropolitanas nas regiões Norte e Nordeste, desacelerando-se o histórico deslocamento para o eixo Centro-Sul e suas grandes cidades. Da mesma forma, as indicações acerca das migrações de retorno de nordestinos residentes na Região Sudeste

para suas áreas de origem no Nordeste, sugerem um quadro de refluxo migratório, a nível regional.

Em linhas gerais, o quadro da situação demográfica brasileira estaria revelando a persistência e continuidade de mudanças fundamentais nos padrões de reprodução e mobilidade populacional, de tal forma que se supõe estar assistindo a um processo de transição que conduz a uma nítida ruptura com os padrões anteriormente estabelecidos. Os efeitos e reflexos dessa transição sobre a dinâmica da vida social e econômica deverão ser particularmente intensos e demandarão um grande esforço de perquirição e reflexão.

Na seção seguinte, pretende-se fornecer uma visão mais detalhada da situação atual e das linhas de mudança dos principais elementos constituintes da dinâmica demográfica.

A. A dinâmica demográfica recente

1. Fecundidade

A fecundidade brasileira conheceu um longo período de estabilidade de seus níveis, que, certamente, remonta a séculos passados, mas que, por falta de informações precisas, somente pôde ser efetivamente calculada a partir de 1940. Assim, níveis elevados de fecundidade, visualizados na Tabela 1, permeiam as diversas regiões e situações de domicílio, embora, desde 1940, as taxas sejam mais elevadas nas regiões economicamente mais atrasadas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) do que nas regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul). Assim, por exemplo, a taxa de fecundidade total das mulheres residentes na Região Sudeste, em 1970, era da ordem de 4,5 filhos em média por mulher, o que já comprovava um declínio gradual dos níveis de fecundidade regionais, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 70, a fecundidade cai em torno de 24,5% no Brasil, atingindo todas as regiões e situações urbano-rurais. O ritmo do declínio é relativamente menos intenso nas regiões onde a fecundidade era mais elevada (Norte e Nordeste) e nas áreas rurais. Em-média, no Brasil, reduz-se a fecundidade em torno de 1,5 filho a menos por mulher, entre 1970 e 1980.

Já entre 1980 e 1984, assiste-se ao vertiginoso descenso da taxa de fecundidade. Assim é que, nesse curto período, a TFT decresceu em torno de 19% no Brasil, com variações regionais de intensidade distintas das observadas na década anterior, visto que, nos primeiros anos da década de 80, o declínio relativo é maior nas regiões de fecundidade mais alta do que nas regiões de fecundidade mais baixa. Também nas áreas rurais, o declínio da fecundidade se faz sentir de forma mais visível, o que reforça a convicção de que vive-se em um período em que a transição da fecundidade generalizou-se pelo conjunto do País, seja no campo ou na cidade, atingindo também um amplo espectro social de famílias interessadas em reformular os padrões e reduzir o tamanho da prole.

Nesse sentido, a Tabela 2 ilustra o grau de generalização da fecundidade e os níveis de diferenciação, segundo atributos sócio-econômicos das mulheres e famílias. Como já foi assinalado anteriormente, a evolução histórica das formas de organização social e econômica no Brasil tenderam, inicialmente, a influir sobre os níveis de fecundidade das classes médias e altas, atingindo, mais recentemente, os volumosos contingentes identificados com as classes e camadas mais pobres, sejam assalariadas ou não.

Desse modo, ainda é bastante expressiva a diferença entre os níveis de fecundidade dos grupos mais pobres e as camadas médias e altas, mas a redução da taxa de fecundidade entre as primeiras vem sendo intensificada nos últimos anos, a ponto de, nas áreas urbanas por exemplo, em média, os grupos de mais baixa renda ou

instrução, em 1984, não atingirem o número de 5 filhos por mulher. Estima-se que, entre 1970 e 1984, esses grupos tenham sofrido uma redução na fecundidade da ordem de 3 filhos em média por mulher, o que demonstra, claramente, o impacto da transição da fecundidade entre a população de baixa renda.

As causas de tal processo estão intimamente associadas aos padrões de organização econômica e social, funcionando como uma resposta, a nível de comportamento reprodutivo, ao avanço das relações sociais capitalistas. A redução do tamanho da família é um ajustamento requerido pelas relações de monetarização da economia e declínio das atividades de subsistência. É um imperativo social às famílias, crescentemente vivendo em relações assalariadas, em face das relações de mercado, das necessidades de consumo e da diversificação e ampliação dos custos de subsistência e reprodução de seus membros, características do funcionamento de uma sociedade que se moderniza.

Os meios que concretizam esse ajustamento localizam-se, principalmente, na difusão do uso de métodos contraceptivos, como pode ser verificado nas Tabelas 3 e 4.

Segundo pesquisa da BENFAM, em 1986, 65% das mulheres casadas, na faixa de 15 a 44 anos de idade, estavam usando algum método contraceptivo, sendo essa proporção mais elevada nas regiões mais desenvolvidas, mas igualmente expressiva nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Deve-se ressaltar o peso majoritário, em todas as regiões, da esterilização feminina, a qual identifica o recurso a um método irreversível, em termos de fecundidade. Na faixa de 30 anos em diante, é extremamente elevada a proporção de mulheres esterilizadas, após terem um número "ideal" de filhos, em torno de 2 ou 3. A extensão da esterilização também ocorre em todas as regiões e seu emprego somente é inferior ao uso da pílula anticoncepcional, nas áreas rurais.

Em suma, as tendências recentes observadas no Brasil, a generalização do declínio da fecundidade por todas as regiões e classes sociais e o espetacular avanço do uso de métodos anticoncepcionais, fatores esses conjugados às transformações econômicas e sociais, conduzem à hipótese da continuidade, nos anos imediatos, do processo de transição da fecundidade brasileira para níveis baixos e compatíveis com os padrões de estabilização e crescimento populacional moderado.

2. Mortalidade

Historicamente, foram os níveis elevados de mortalidade no Brasil que, de certa forma, regularam o tamanho da fecundidade, tendo em vista a necessidade que as famílias tinham de gerar uma quantidade de filhos capaz de sobreviver até a idade adulta. Com efeito, por volta da virada do século XIX, a esperança média de vida ao nascer no Brasil pôde ser estimada entre 27 e 33 anos, ou seja, extremamente baixa. A mortalidade era uma componente demográfica fundamental na evolução da população brasileira.

Somente em 1960, a esperança de vida ultrapassa a casa dos 50 anos, após décadas de ampliação dos serviços médicos, de higiene e de saneamento urbano. A partir de 1970, a extensão, diversificação e progresso técnico no campo médico-sanitário, garantiu uma redução mais acelerada da mortalidade, propiciando ganhos na esperança de vida da ordem de 12 anos, em média, entre 1970 e 1984. O impacto da tecnologia médica e da extensão dos serviços hospitalares, de higiene e saneamento sobre as condições de mortalidade, tem se revelado de grande importância, afetando os níveis de mortalidade geral e infantil, a despeito das carências e desigualdades sociais representadas pela exclusão de amplos segmentos populacionais das melhorias no campo da distribuição de rendimentos, educação, alimentação, moradia e participação social.

Nesse sentido, os efeitos da generalização da tecnologia médico-sanitária, da rede hospitalar e das políticas públicas, vêm funcionando como fatores exógenos que condicionam e dão o ritmo do declínio da mortalidade. A esperança de vida ao nascer, conforme mostra a Tabela 5, é da ordem de 65,3 anos no Brasil, em 1984. As regiões Sul e Sudeste apresentam valores superiores a 70 anos, enquanto o Nordeste enquadra-se, ainda, na faixa dos 55 anos. Os últimos anos, de certa forma, ampliaram a diferença de esperança de vida entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas, embora a mesma venha aumentando também no Nordeste.

Apesar das políticas públicas no campo médico-sanitário, os componentes econômicos e sociais têm seu peso específico na configuração da mortalidade e determinam limites à sua evolução, na medida em que são expressivas as causas de morte derivadas das condições estruturais de existência da população. Assim, em relação à mortalidade infantil (Tabela 6), apesar do declínio observado nas últimas décadas, o nível de 68,1% é, ainda, consideravelmente elevado, em termos de padrões internacionais. Além das causas de natureza estrutural que impelem a população a condições precárias de vida, a distribuição e o acesso aos serviços médico-sanitários é social e regionalmente desigual, de tal forma que, na região Nordeste, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil, em 1984, atingia a 105%. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas, a mortalidade infantil oscilava entre 45 e 50%, valor que é superior ao dobro, em média, do observado nos países desenvolvidos.

A chamada desigualdade social diante das probabilidades de morte, pode ser visualizada na Tabela 7. Em que pese todos os avanços no campo médico-sanitário e o processo histórico, recentemente acelerado, de declínio da mortalidade, o grupo de renda familiar de mais de 5 salários-mínimos no Brasil pode viver, em média, mais 16 anos do que o grupo de renda inferior a

1 salário-mínimo. Também em termos dos atributos de instrução, a escala de diferenciação é igualmente ampla.

No tocante à mortalidade infantil, a taxa do grupo de renda familiar mais baixa é 60% superior à do grupo de renda familiar de mais de 5 salários-mínimos. Tanto a esperança de vida quanto a mortalidade infantil apresentam, nas áreas rurais, valores desfavoráveis em relação às áreas urbanas.

Em síntese, a mortalidade no Brasil vem declinando consideravelmente nas últimas décadas, a tal ponto que, em termos de mortalidade geral, pode-se afirmar que seu peso específico na estrutura e evolução da população brasileira é atualmente bastante modesto, visto que as mudanças significativas no padrão de evolução demográfica estão, hoje, fortemente associadas ao desempenho da fecundidade. Significa isso que os ganhos ainda necessários na mortalidade não terão uma influência fundamental na composição demográfica do País; mas, do ponto de vista social, tais ganhos são imperativos para a correção de uma situação que exclui, parcialmente, do acesso aos serviços de saúde e saneamento e dos benefícios da melhoria das condições de vida e reprodução, parte substancial da população pobre, especialmente aquela residente nas regiões mais atrasadas.

3. Migração

A análise das migrações recentes no Brasil acha-se grandemente prejudicada pelo fato de inexistirem informações e estatísticas referentes aos movimentos migratórios ocorridos na década de 80. Com efeito, os últimos dados que cobrem o País e as Unidades da Federação são os do Censo Demográfico de 1980, cujos resultados espelham, preferencialmente, os movimentos observados na década de 70.

Os especialistas no assunto têm se voltado, recentemente, para determinadas indicações que sugerem reorientações parciais

nos movimentos e fluxos migratórios, segundo origem ou destino e que estariam introduzindo mudanças, até certo ponto relevantes, nos padrões migratórios prevaletentes nas últimas décadas.

Assim, ao se consultar a Tabela 8, percebe-se que, na década de 70, além do declínio absoluto da população rural no Brasil (salvo nas regiões Norte e Nordeste), ocorreu igualmente uma pequena desaceleração do ritmo de crescimento da população urbana, explicado, naturalmente, pelo declínio da fecundidade no País. Porém, quando se observam os padrões regionais desses ritmos de crescimento urbano e rural, vê-se que nas regiões Norte e Centro-Oeste o crescimento urbano foi intenso, enquanto na região Sudeste e também na Sul, o ritmo foi mais lento e inferior ao da década de 60. Percebe-se, então, que, comparando-se regionalmente as taxas geométricas de crescimento das populações urbanas e rurais na década de 70, já é possível traçar uma primeira aproximação das tendências migratórias de novo tipo.

A. Tabela 9 fornece os valores absolutos do incremento populacional da década de 70. A magnitude dos mesmos relativiza conclusões que podem ser sugeridas apenas com o exame das taxas de crescimento, como, por exemplo, o fato de que, apesar das taxas de crescimento urbano terem sido mais elevadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, o incremento populacional das mesmas na década foi da ordem de 1,4 e 2,7 milhões, respectivamente, enquanto na região Sudeste, com taxa de crescimento bem inferior, o incremento foi de 13,9 milhões. A relatividade fica por conta, portanto, do cuidado que se deve tomar quando se considera apenas as taxas, esquecendo-se das magnitudes em questão. Nesse sentido, o incremento populacional nas regiões Norte e Centro-Oeste, em boa parte fruto de processos migratórios recentes, ainda é pequeno, em termos absolutos, enquanto o ritmo de crescimento declinante na região Sudeste, fruto em parte de um descenso relativo da migração para essa região, revela ainda um potencial de crescimento populacional considerável.

A Tabela 10 fornece os fluxos migratórios, segundo região de origem e destino, e dá uma imagem bastante precisa da mobilidade espacial nos anos 70.

Assim,- mais de 5,4 milhões de pessoas mudaram de região naquela década, sendo que o Sudeste permaneceu como pólo de atração principal, tendo para lá se dirigido 54,3% dos fluxos inter-regionais. A região Centro-Oeste também recebeu um fluxo considerável, vindo em segundo lugar com 1,140 milhão de migrantes (20,8 do total), estando a região Norte em terceiro, com 692 mil (12,6% do total). A grande absorção de migrantes pela região Sudeste corresponde à experiência histórica dessa região como receptora de fluxos populacionais. Chama atenção, no entanto, o peso ascendente das regiões Norte e Centro-Oeste, que receberam juntas quase 34% do total de migrações inter-regionais na década de 70, havendo representado um pólo de atração significativamente importante naquele decênio.

A região Nordeste continuou sendo a região que mais liberou migrantes inter-regionais, com cerca de 2,425 milhões, figurando, em seguida, a região Sul com 1,344 milhão.

A reorientação regional dos movimentos migratórios pode ser atestada, em primeiro lugar, pelo peso recente das migrações para as áreas de fronteira econômica do Norte e Centro-Oeste. Em segundo, pela desaceleração relativa dos fluxos para a região Sudeste, embora esses ainda sejam os fluxos predominantes. E, adicionalmente, pela continuidade dos processos migratórios da região Nordeste, onde na década de 70, ao processo histórico de migração para fora da região acrescentou-se um processo interno de migração, que reteve população em áreas urbanas da própria região. Também o surgimento da região Sul como região expulsora de população é um acontecimento absolutamente identificado com os novos padrões migratórios regionais.

Na Tabela 11, visualiza-se a elevada proporção de destino urbano das migrações no Brasil (76,2%), prevalecendo os fluxos para as regiões metropolitanas (31,0%), sendo porém muito importante os fluxos para municípios pequenos com menos de 100.000 habitantes (24,4%). A evolução da distribuição residencial da população urbana pode ser observada na Tabela 12, a qual mostra que, na década de 70, são exatamente os municípios com população entre 2.001 e 50.000 habitantes que apresentam as maiores proporções de crescimento relativo (66,4%), enquanto que, nas décadas passadas, eram os municípios maiores (50.001 a 500.000 habitantes, e mais de 500.000 habitantes) que detinham o maior percentual de crescimento relativo.

Sem dúvida, a década de 70 promoveu uma certa desconcentração espacial do crescimento urbano, apesar de continuarem crescendo expressivamente os grandes centros urbanos e as regiões metropolitanas, conforme se pode verificar na Tabela 13.

Efetivamente, as regiões metropolitanas, com exceção de Curitiba, experimentaram um declínio na intensidade do crescimento durante a década de 70, sendo que os municípios periféricos das RMs cresceram invariavelmente a taxas superiores ao núcleo central (capital).

A desconcentração passa, então, por uma maior capacidade de retenção populacional por parte das regiões tradicionalmente expulsoras de mão-de-obra, como o Nordeste; pela diminuição relativa dos fluxos migratórios para o Sudeste; pelo aumento das migrações de retorno dos nordestinos; pela ampliação dos movimentos populacionais em direção ao Norte e Centro-Oeste; e pelo crescimento da população em cidades pequenas e médias, além das cidades maiores e metrópoles regionais.

Todas essas situações, que de algum modo foram ocorrendo na década de 70, parecem ter se reproduzido ou se intensificado nos

primeiros anos da década de 80. Junte-se a isso o processo existente de transição da fecundidade e se torna possível prever resultados e conseqüências no sentido de uma grande transformação nos padrões demográficos brasileiros.

B. As perspectivas da evolução populacional.

Conseqüências previsíveis

Tendo em vista os traços gerais da transição demográfica brasileira, melhor percebidos através dos resultados referentes aos primeiros anos da década de 80, os especialistas têm sido obrigados a proceder a constantes exercícios de correção das projeções populacionais.

Com efeito, além de alterações no tamanho anteriormente projetado para a população brasileira, necessário se faz estimar a variação na estrutura etária, na distribuição regional e na situação de domicílio. A rápida queda da fecundidade é a causa principal das alterações na estrutura e composição da população, embora o envelhecimento da mesma, fruto de significativos ganhos que se vêm observando na esperança de vida, concorra também para as revisões nas projeções.

As reorientações que começam a ser assinaladas nos movimentos migratórios tendem a influir poderosamente sobre a distribuição regional e a situação rural-urbana, merecendo igualmente atenção sobre seu comportamento em futuro próximo.

Um outro ponto de reflexão diz respeito à evolução recente da população economicamente ativa no Brasil. Pela Tabela 14, percebe-se que, enquanto nas últimas três décadas as variações nas taxas de atividade da população masculina foram em média de pequena monta o mesmo não pode ser dito em relação às variações nas taxas de atividade feminina. Assim, entre 1950 e 1980, praticamente dobrou a taxa de atividade feminina, com crescimento gradual nas décadas de 50 e 60 e acelerado na década de 70,

quando a taxa passou de 18,4% para 26,9%. Isto ocorreu, sobretudo, nas classes de idade potencialmente mais produtivas. O avanço do trabalho feminino parece ter sido generalizado tanto entre classes de renda quanto no que se refere à situação conjugal. Nesse sentido, face aos requisitos econômicos e aos novos valores sócio-culturais que se consolidam no atual estágio de desenvolvimento econômico e social, a inserção das mulheres nas atividades econômicas parece ser mais uma daquelas tendências com alto grau de não-reversibilidade, conquanto os níveis de atividade das mulheres ainda sejam, em média, inferiores ao dos homens.

O crescimento das atividades femininas pode também estar funcionando como mais um fator de inibição da fecundidade, inserindo-se, por conseguinte, no conjunto de tendências que favorecem a transição demográfica.

Em linhas gerais, o crescimento da população economicamente ativa no Brasil tem se dado em ritmo mais rápido do que o crescimento da população total e da população em idade ativa, em grande parte, devido ao crescimento da atividade feminina.

As tendências para as próximas décadas sugerem a existência de forças que favorecem a intensificação do ritmo de crescimento da PEA, com base na ascensão ao mercado de trabalho de cortes de idades de épocas de alta fecundidade e na evolução histórica dos níveis de atividades feminina.

Em termos de projeções da população brasileira, com metodologias já incorporando os níveis de mortalidade e fecundidade subjacentes à PNAD-1984, os valores da Tabela 15 mostram as perspectivas em dois cenários plausíveis para o ano 2000.

Em ambos, independente do fato das diferenças de magnitude, observa-se considerável diminuição relativa da proporção de

população jovem no ano 2000 em relação a 1980 (38,7% em 1980 para 27,5% em 2000 - Hipótese B) e o avanço na participação das idades ativas e mesmo do grupo idoso - que aumentaria entre 3 e 3,6 milhões de pessoas entre 1980 e o ano 2000.

Os efeitos da desaceleração do crescimento aparecem, em primeiro lugar, nessa redistribuição etária da população. O crescimento relativo do grupo em idade ativa variaria, conforme a hipótese, entre 2,2% e 2,47% ao ano, em média, contra um crescimento relativo do grupo de 0-15 anos entre 1,4% e -0,1% ao ano, em média.

Percebe-se, então, que o crescimento da população em idade ativa implicaria, até o ano 2000, um crescimento relativo das taxas da PEA a níveis superiores às taxas de crescimento da população em geral, que variaria entre 1,9% e 1,6% ao ano, em média.

Essas projeções implicam, também, de um lado, em ligeiras quedas na relação entre população em idade ativa e idosos; de outro (Hipótese B), decréscimos relativos e mesmo absolutos da população de 0-15 anos.

Em suma, importa reafirmar que a transição demográfica no Brasil é um fenômeno cujo desdobramento previsível é indispensável à formulação de políticas públicas.

II. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA

Esta parte trata daqueles indicadores que antecederam até mesmo a idéia de Indicadores Sociais, embora atualmente estejam a eles incorporados. Isto porque são reflexos mais diretos do desempenho econômico. Como se notará, a seção está organizada de modo a contrastar a década de 80 com as anteriores, especialmente a década de 70.

Este corte não é gratuito e nem se deve à mera disponibilidade de dados censitários. Ocorre, em 1980, uma inflexão do crescimento econômico e das transformações estruturais do que pode ser denominado o ciclo de industrialização da economia brasileira. E mais, enquanto a modernização, até um certo momento, era vista como responsável pelo aumento da desigualdade, surgem, na segunda metade da década de 70, sinais de que o desenvolvimento econômico começaria não só a beneficiar os estratos inferiores, como, ao menos nas regiões mais desenvolvidas, a atenuar os elevados índices de concentração de renda. Esses sinais, ainda que tímidos, indicavam que o processo se encaminharia numa direção menos perversa.

A profundidade da crise nos primeiros anos da década de 80, o caráter errático dos períodos de recuperação e, principalmente, o esgotamento dos mecanismos de financiamento, que pudessem sustentar a continuidade das taxas históricas de crescimento, ameaçam reverter até mesmo aqueles sinais favoráveis acima apontados.

Para alguns, a comparação com a década de 70 não seria legítima, na medida em que esta teria sido uma "década atípica". Isto porque, em primeiro lugar, as taxas de investimento foram superiores à média histórica, devido à facilidade de acesso ao financiamento externo. Segundo, porque foram implantados importantes segmentos produtivos de forma articulada e simultânea, como que completando a estrutura industrial brasileira. Assim, os efeitos substanciais desse processo sobre a incorporação de mão-de-obra e a estrutura ocupacional não poderiam prosseguir na mesma intensidade daí para a frente, mesmo na ausência dos desequilíbrios externos que levaram à recessão no início dos anos 80.

Por outro lado, a montagem dessa estrutura criou linkages muito intensos por todo o aparelho produtivo, fazendo com que a propagação de estímulos de renda se dê de forma muito mais rápida e profunda. Dessa maneira, taxas negativas de crescimento tendem a repercutir intensamente na incorporação de mão-de-obra, da mesma forma que taxas positivas devem produzir efeitos globais mais significativos do que numa economia menos diversificada e integrada, como era a brasileira até o fim dos anos 60.

Portanto, quer se veja a década de 70 como "atípica", no sentido de transformações estruturais que não terão seguimento, ou como parte de uma tendência no rumo de uma economia moderna e flexível, o corte em 1980 se sustenta.

A. O desempenho até 1980

1. A Economia

A economia brasileira no pós-guerra caracterizou-se por um rápido e praticamente ininterrupto crescimento: entre 1947 e 1980, as taxas médias anuais de crescimento do PIB e do produto industrial foram respectivamente de 7,1% e 8,5% (Tabela 16).

Tão ou mais importante do que o vigoroso dinamismo econômico nesse período foram as transformações ocorridas na estrutura produtiva, principalmente a partir de meados da década de 50. Entre 1955 e 1980, a participação industrial no PIB cresceu de 26% para 38,1%, enquanto a do setor agropecuário caiu de 23,5% para 10,0% (Tabela 17).

No que se refere à indústria de transformação, as modificações das relações interindustriais em favor dos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis podem ser avaliadas na Tabela 18.

Enquanto, em 1949, os bens de consumo não-duráveis eram responsáveis por 72,8% do valor da produção, nos anos de 1959, 1970 e 1980, sua participação caía para 56,7%, 45,0% e 34,4%, respectivamente. No caso dos bens intermediários, embora seu peso já fosse significativo em 1949 (20,4%), entre 1959 e 1980 seu peso cresceu consideravelmente, passando de 24,6% para 37,5%. A expansão mais espetacular ficou por conta dos bens de capital e de consumo durável, os quais elevaram sua proporção no valor da produção, respectivamente, de 4,5% e 2,5%, em 1949, para 13,5% e 5,1%, em 1959; e 14,7% e 13,5%, em 1980.

As alterações da estrutura produtiva acabaram por se refletir na pauta de exportações, revelando possuir o País, pelo menos para alguns segmentos, certo grau de competitividade. A participação de produtos manufaturados que, em 1968, representava apenas 10,0% das exportações, chega a 40,0% no final da década de 70 (Tabela 19).

2. A produtividade do trabalho

O dinamismo econômico e as alterações na estrutura produtiva foram acompanhados de substancial crescimento na produtividade do trabalho - entre 1947 e 1980, o PIB por habitante cresceu a uma taxa média anual de 4,0%.

Por outro lado, tomando-se a relação entre o PIB e a PEA por setor de atividade, notamos que a produtividade industrial aumentou em média 2,0% a.a., no período 1960/80, a do setor agropecuário 3,1% a.a., entre 1960/70, e 4,9% a.a., entre 1970/80 (Tabela 20).

Porém, é importante ressaltar que, se o conceito de produtividade industrial é claro e de fácil medição, dado o caráter predominantemente capitalista da produção industrial e ausência de subemprego, o mesmo não ocorre com a agricultura e o setor terciário. Assim, na indústria, a evolução da razão entre produto e pessoal ocupado representa um indicador consistente das mudanças na produtividade do trabalho. Já na agropecuária, dado que o conceito de ocupação agrícola envolve situações tão dispares que o tornam mais demográfico do que econômico, essa forma de medir a produtividade não mostra resultados tão eloqüentes. Basta mencionar que a emigração rural por si só poderia implicar aumentos de produtividade.

É conveniente, portanto, além da medida convencional, tomar outros indicadores para compreender o ritmo da modernização e o conseqüente aumento da produtividade agrícola: a utilização de insumos e implementos industriais (fertilizantes e tratores) ou, de modo mais geral, a participação do consumo intermediário no valor da produção agrícola. Quanto maior este consumo, menor a auto-suficiência das unidades agrícolas e, por conseguinte, maior a interdependência técnica com os demais setores produtivos.

No que tange a máquinas e implementos, a utilização de tratores era irrisória até 1950, o que torna menos expressivo o grande crescimento entre este ano e 1970. A partir daí, o ritmo de utilização se acelera, com uma taxa média de crescimento de 11,0% a.a. (Tabela 21). O mesmo ocorre com o consumo de fertilizantes, que se intensifica a partir de 1967 (Tabela 22). O indicador mais geral do grau de integração da agricultura, o consumo intermediário, mostra bastante bem a rápida modernização

do setor, sobretudo a partir de meados da década de 60 (Tabela 23).

É preciso, entretanto, relativizar os efeitos da modernização no campo sobre a produtividade global da agropecuária. Na verdade, este processo se distribuiu desigualmente entre as regiões, sendo bem mais intenso no centro-sul (Tabela 24). Assim, apesar do bom desempenho no período considerado, a produtividade na agricultura ainda equivale a 40% da média da economia nacional (Tabela 25).

O que foi dito em relação à aferição da produtividade agrícola aplica-se, em certa medida, ao setor terciário. Também aqui o conceito de ocupação envolve situações dispare, sobretudo no que se refere à "prestação de serviços". Não obstante, se tomarmos apenas aqueles ramos do setor terciário, cujo crescimento é vinculado à produção de bens, notaremos que, entre 1970 e 1980, o aumento da produtividade foi sensível: Comércio 2,0%, Transportes 6,0% e Comunicações 15,0% (Tabela 26). Em função disso, ao contrário de grande parte dos países latino-americanos, a ocupação terciária em relação à ocupação urbana decresce, algo que não parece confirmar para o Brasil as hipóteses de sobreterciarização (Tabela 27).

Finalmente, há que se mencionar que o aumento da produtividade, nas últimas décadas, resultou também de um processo anterior de rápida concentração da produção, tendo como consequência o surgimento de estruturas ocupacionais mais complexas, onde o peso das remunerações das hierarquias típicas do controle burocrático tende a aumentar. Não se dispõe de dados precisos sobre a concentração da produção, mas a queda da parcela salarial dos trabalhadores diretos no valor da transformação industrial indica a ocorrência deste fenômeno, notadamente a partir de meados dos anos 60 (Tabela 28). Os reflexos dessa piora da distribuição funcional da renda na distribuição pessoal serão vistos mais adiante.

3. Emprego

Entre 1950 e 1980, a População Economicamente Ativa brasileira cresceu a uma taxa média de 3,2% a.a. Sem nenhuma dúvida, o aspecto marcante da evolução, nesse período, foi a queda da participação do setor primário na estrutura ocupacional, que foi acompanhada de profundas alterações no meio rural, como veremos adiante. Enquanto, em 1950, a agricultura ainda ocupava cerca de 60% da PEA, em 1980, sua participação chegava a 30% (Tabela 29). O ritmo dessa transição, sobretudo a partir de 1960, tem poucos paralelos na história e, associado ao menor desempenho do emprego industrial na década de 50, criou a impressão de que um processo de sobreterciarização estaria ocorrendo.

De fato, nos anos 50, embora o crescimento líquido do emprego industrial fosse reduzido - 2,3% a.a., enquanto a PEA urbana crescia a 6,3% a.a. -, há que se ressaltar dois fenômenos simultâneos. De um lado, a grande destruição de empregos nas indústrias tradicionais, em razão da modernização tecnológica. De outro, a implantação no País da indústria pesada, que vai servir de base para o crescimento do emprego até meados da década de 70 (Tabelas 30 e 31).

Dessa maneira, as décadas de 60 e 70 vão se caracterizar, em primeiro lugar, por um crescimento intenso do emprego no setor secundário, particularmente na indústria de transformação. Em segundo lugar, a expansão do setor terciário não foi explosiva, se considerarmos a relação entre emprego terciário e emprego secundário (Tabela 32): "[...] entre 1950 e 1960, essa relação passa de 1,83 para 2,56, quando esse número começa a cair, atingindo a cifra de 2,11, em 1970, e caindo para 1,87, em 1980". ^{1/} E mais, as atividades do setor terciário que mais

^{1/} Vilmar FARIA, "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações", in: A TRANSIÇÃO incompleta, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, vol. 1, pág. 9.

criaram foram aquelas que mantêm estreita relação funcional com a produção de bens.

Na década de 70, enquanto ocupações do tipo de reparos do vestuário e empregados domésticos sofreram quedas relativas substanciais na sua participação no emprego terciário, outras aumentam sua participação, tais como: corretagem de valores mobiliários e imobiliários, reparação de veículos e atividades sociais públicas e privadas. 2/ Mesmo o comércio de mercadorias, que praticamente manteve sua participação no emprego, sofreu mudanças internas consideráveis. Empregadores e autônomos têm uma participação declinante, enquanto os empregados no comércio apresentam tendência oposta, fruto da concentração e mudanças na organização das atividades desse setor (Tabela 33).

Como resultado do crescimento do emprego urbano, observa-se uma expansão significativa do chamado mercado formal de trabalho 3/, ainda que no final do período em análise, na região metropolitana de São Paulo, a mais desenvolvida do País, 22% dos trabalhadores ainda não mantêm qualquer formalização nos seus vínculos de trabalho, nem contribuem para a previdência social (Tabela 34).

Também no campo ocorreram profundas transformações na estrutura ocupacional, particularmente durante os anos 70. Não só a expulsão de mão-de-obra da agricultura representa a característica marcante ao longo do período 1960/80, mas também o crescente ritmo do assalariamento da mão-de-obra agrícola nos anos 70 oferece uma indicação das mudanças no padrão de utilização da mão-de-obra (Tabela 35). Mesmo que se considere que o assalariamento parte de uma base muito restrita, fazendo com que 2/3 das ocupações correspondam aos pequenos produtores, não

2/ Ver Valdir QUADROS, Nova Classe Média Brasileira: 1950/80. Campinas, UNICAMP, 1985. Mimeo.

3/ Entendemos, aqui, como mercado formal de trabalho os trabalhadores que possuem seus vínculos empregatícios registrados em carteira.

há dúvidas de que estes últimos vêm perdendo importância no valor total da produção (Tabela 36). Além disso, considerando-se que há uma certa especialização da produção nessas pequenas unidades - basicamente produtos alimentares tradicionais, como o feijão, o milho e a mandioca (Tabela 37) -, observa-se que estes produtos vêm perdendo participação no consumo global de alimentos, o que reforça a tendência no sentido do assalariamento agrícola, seja como complemento da renda (assalariados temporários), seja como tendência da intensificação inexorável da desarticulação da pequena produção. 4/

Há que se ter em mente que o assalariamento temporário está sujeito à sazonalidade típica da agricultura. Não se tem indicações de que a modernização agrícola tenha efeitos no aumento da sazonalidade, havendo inclusive quem sugira o contrário. 5/ De qualquer maneira, o problema que se apresenta é o número cada vez maior de assalariados, sujeitos, portanto, à flutuação da renda em função da sazonalidade.

A incorporação do trabalho feminino foi, também, um traço marcante na configuração do mercado de trabalho nas últimas décadas. Enquanto, em 1950, a participação da mulher na PEA era de 14,6%, em 1980 alcançou 27,2%. É evidente que a maior parcela dessa inserção se deu em atividades urbanas. No campo, embora hajam problemas de conceituação do trabalho feminino, em 1950, apenas 8% da PEA rural era composta de mulheres, mas, em 1980, esse valor sobe para 13,5%. Com exceção da prestação de serviços e das atividades sociais, que, tradicionalmente, concentravam ocupações tipicamente femininas, tais como emprego doméstico e atividades de ensino, nas demais atividades a incorporação de mulheres se deu a ritmo altamente diferenciado (Tabelas 29 e 30). Embora tenha havido também uma crescente participação feminina

4/ José Graziano SILVA, "Mas, Qual Reforma Agrária". Revista da ABRA. Ano 17, (1) abr./jul. 1987.

5/ B.M.B. AGUIRRE & A.M. BIANCHI, Mudanças Técnicas e Empresa Sazonal de Volantes. INPES/CENDEC, 1987. Mimeo.

nas ocupações mais qualificadas, não há dúvida de que ainda predomina uma forte segmentação de funções no mercado de trabalho em favor da mão-de-obra masculina. Um indicador dessa segmentação são as significativas diferenças salariais entre homens e mulheres para níveis educacionais semelhantes (Tabela 38).

Finalmente, a transferência acelerada de mão-de-obra rural para as cidades, o ritmo intenso de criação de empregos na indústria e no setor terciário moderno, bem como a conseqüente criação de novas funções nos segmentos mais altos das burocracias públicas e privadas, possibilitaram um grau de mobilidade ocupacional bastante elevado.

A Tabela 39 permite uma visão agregada do aumento da participação dos trabalhadores não-manuais e dos manuais na indústria e nos serviços, em detrimento dos trabalhadores manuais na agricultura. Embora a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade seja vista como mobilidade social ascendente, o que mais chama a atenção é o crescimento das ocupações não-manuais (Tabela 40). Voltaremos a esta questão quando tratarmos da distribuição de renda.

4. Distribuição de renda, salários e pobreza

A publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 revelou uma piora substancial nos índices de concentração de renda 6/, que já eram elevados em 1960. Neste ano, os 40% mais pobres percebiam (11,57%) pouco menos do que o estrato mais rico, correspondente a 1% da população total (12,11%). Em 1970, a situação se agrava ainda mais, já que esse contingente de 40% da

6/ Os dados normalmente utilizados para o cálculo da distribuição da renda - Censos Demográficos e PNAD's -, talvez com exceção dos extremos da distribuição, refletem essencialmente os rendimentos derivados do trabalho.

população não chegava a perceber nem 70% da renda apropriada pelos mais ricos (Tabela 41).

Alegava-se, em contrapartida, que todos os grupos haviam tido incrementos reais de renda (uns mais do que outros, evidentemente), indicando que não houve queda no bem-estar. Este argumento, entretanto, está sujeito a dois tipos de crítica: em primeiro lugar, a utilização de outros deflatores indica que pode ter havido perdas de renda para alguns estratos; 7/ em segundo, dada a precariedade da medição do autoconsumo no setor rural numa década em que este sabidamente diminuiu, aumentos de renda monetária nos estratos inferiores podem não significar, como se supõe, melhorias no padrão de vida.

De qualquer maneira, a concentração não atingiu seu auge em 1970, visto que o índice ainda é maior em 1980 (Tabela 42). No entanto, há indícios de que a concentração tenha chegado a um ponto máximo na primeira metade dos anos 70, quando a tendência passa a se reverter. 8/

Não é objetivo deste documento tentar explicações teóricas ou penetrar no bojo da polêmica sobre as causas da concentração de renda. No entanto, é importante trazer evidências sobre alguns dos pontos que se constituíram em focos das discussões. Entre estes, sem dúvida, destacam-se o comportamento do salário-mínimo e a abertura do leque salarial, os quais estão intimamente relacionados aos movimentos de concentração e desconcentração da renda.

7/ J. WELLS & A. DROBNY, "A Distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil; uma revisão crítica da literatura existente". Pesquisa e Planejamento Econômico, 12(3), dez. 1982.

8/ Se tomamos a distribuição familiar ao invés da pessoal, já em 1980, nota-se ligeira desconcentração em relação a 1970. Ver H. HOFFMAN in: A TRANSIÇÃO Incompleta. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, v.2.

O salário-mínimo, que havia alcançado seus níveis mais elevados ao fim da década de 50, começa a se deteriorar no início dos anos 60, devido à aceleração inflacionária. A tendência declinante se intensifica a partir de 1964. No período até 1980, alcança seu nível mais baixo em 1974, quando seu poder de compra não chegava à metade do de 1961. Dali até 1980, sofre uma ligeira recuperação de, aproximadamente, 13% (Tabela 43).

Esta queda do salário-mínimo foi acompanhada, sobretudo depois de 1967 e exacerbando-se no período do milagre, de uma abertura geral do leque de remunerações. Sem dúvida, o afastamento mais pronunciado até o auge do milagre foi das remunerações gerenciais em relação aos trabalhadores da produção; mas também, entre estes últimos, alargou-se o diferencial entre qualificados e não-qualificados, ainda que em menores proporções (Tabela 44). Tomando-se o conjunto das ocupações administrativas (inclusive gerência) na indústria em relação ao salário médio dos trabalhadores diretos, nota-se uma diferenciação bem menos pronunciada, em virtude de não ser significativo o crescimento da remuneração dos empregados de escritório (Tabelas 45 e 46). Por último, pelo menos na indústria, percebe-se um descolamento dos salários dos trabalhadores não-qualificados em relação ao salário-mínimo (Tabela 47).

Já na segunda metade da década de 70, esses movimentos passaram a ter um sentido contrário. No caso do leque salarial, que, como vimos, tendeu a uma maior diferenciação na primeira metade, começa a se fechar. Em função disso, ao se analisar os níveis de remuneração por ocupações, em 1970 e 1980, vê-se uma diminuição dos diferenciais em relação à média (Tabela 48). Por outro lado, dado que o emprego continuou a crescer e melhorou a distribuição dentro do setor formal, pelo menos nas regiões onde este é grande, isto refletiu-se em alguma desconcentração de renda, a partir da metade da década em exame (Tabelas 49 e 50).

Na agropecuária, o ritmo de concentração de renda aumentou sensivelmente de 1970 para 1980. Aqui parece não ter havido qualquer modificação da tendência concentradora durante a década (Tabela 51). Embora a posse da terra signifique um determinante fundamental no nível de renda da agricultura, não se nota nenhum indício de que tenha exercido influência de peso sobre o aumento recente da concentração de renda, já que a posse da terra não teve seus elevados índices alterados significativamente desde 1920 (Tabelas 52 e 53), mesmo que na década de 70 seja possível detectar um leve aumento (Tabela 54) do coeficiente de Gini. Assim, o aumento da concentração pessoal da renda deve ser buscado no intenso processo de modernização a que já nos referimos. Na verdade, em função dele houve um aumento de renda monetária generalizado na agricultura, cujo impacto, porém, foi bastante diferenciado conforme a posição na ocupação. No grupo dos autônomos, por exemplo, a renda média cresceu muito acima da mediana e houve piora no índice de concentração. Para os empregados, aumentou em proporções semelhantes à renda média e à mediana, e aquele índice não apresentou alteração considerável (Tabela 55).

Finalmente, cabe observar que, ao contrário da década de 60, quando tanto a distribuição pessoal da renda quanto a familiar apresentaram praticamente o mesmo comportamento, na década de 70, a distribuição familiar evoluiu de forma distinta da distribuição pessoal. Para o País como um todo, a distribuição familiar não piorou, havendo inclusive uma ligeira melhora na região Sudeste (Tabela 56). Isto, certamente, resulta de uma maior incorporação de membros da família na força de trabalho remunerada, especialmente nas famílias mais pobres (Tabela 57). Em resumo, tendo aumentado a renda média e crescido o número de trabalhadores remunerados por família, na década de 70, independentemente do que ocorreu com a distribuição da renda, é visível a diminuição dos índices de pobreza, entendida esta em termos de níveis de renda monetária.

Entre 1970 e 1980, verifica-se, no País, uma redução substancial nos indicadores de pobreza entre as famílias, tomando-se como linha de pobreza 1 salário-mínimo (preços de agosto de 1980). Há que se mencionar que essa redução também se verifica em todas as regiões, embora no Nordeste a queda tenha sido bem menos significativa (Tabelas 58 e 59).

Quanto à pobreza rural, agora para pessoas e não famílias e usando o mesmo critério de demarcação, há também uma diminuição em todo o País. De novo, é no Nordeste onde se verifica a queda mais modesta, o que significa um aumento de sua participação no total. E, entre os pobres rurais, diminui a participação dos pequenos produtores autônomos e cresce a dos empregados, o que não significa, em absoluto, uma melhoria eventual dos primeiros, mas sim que boa parte destes, por diversas razões já conhecidas, passou à condição de assalariado (Tabelas 60 e 61).

B. Os Anos 80

1. A Economia

Esta seção tem por objetivo mostrar as repercussões da crise do início da década sobre as tendências analisadas na seção precedente. Durante esses anos, o caráter altamente instável da economia trouxe sérias dúvidas quanto à continuidade de uma trajetória que, ao fim e ao cabo, vinha se manifestando positivamente nos indicadores aqui considerados.

Depois da profunda recessão de 1981/1983, já na segunda metade de 1984 teve início a recuperação que vai se manter por um período de mais ou menos três anos, sugerindo que os rumos haviam sido retomados. No entanto, o ritmo favorável da economia, que se assentou, num primeiro momento, no desempenho das exportações, e, em seguida - 1985 e, especialmente, 1986 -, na expansão do mercado interno, não dá margem a perspectivas otimistas.

Em primeiro lugar, escasseiam as fontes para o financiamento dos investimentos necessários não só à ampliação da capacidade produtiva como também à sua modernização. Em segundo, a incerteza sobre o dinamismo das exportações face às dificuldades causadas pelo déficit comercial norte-americano, cujos reflexos na economia internacional não afastam a possibilidade de uma recessão a nível mundial. A Tabela 62 resume os principais agregados econômicos desta década.

2. Emprego e desemprego

Se tomarmos 1979 como base, em 1983, o pior ano da crise, a queda da produção industrial vai alcançar, aproximadamente, 10% e vai provocar efeitos devastadores sobre o emprego que, no mesmo período, se reduz em 15% para o País como um todo. A região mais industrializada do País - a Grande São Paulo - foi a que sofreu as maiores perdas relativas. As principais fontes de informação sobre o emprego - pesquisas domiciliares (PNAD) ou por estabelecimentos (RAIS e FIESP) -, são bastante coerentes entre si e registram para a Grande São Paulo quedas no emprego industrial entre 18% e 23%. 9/ Os únicos setores que tiveram um comportamento positivo, no período, foram a Administração Pública e as Atividades Financeiras que, entretanto, não conseguiram compensar a redução generalizada no emprego formal (Tabelas 63 a 66).

A reativação econômica, a partir de 1984, faz reverter este quadro. Assim, em fins de 1986, o emprego industrial naquela região havia alcançado o patamar de 1979 (Tabela 67).

Por outro lado, parece relevante apontar a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho na região mais desenvolvida de um país, que carece dos mecanismos tradicionais de proteção ao

9/ Tomando-se por base o ano de 1979, foram os seguintes os índices de emprego registrados em 1983: RAIS, 76,9%; FIESP, 77,8%; PNAD, 82,1%.

trabalho do tipo seguro-desemprego, em razão das controvérsias sobre a forma pela qual se deu o ajuste. No período considerado, na região metropolitana de São Paulo, o setor formal (empregados com carteira de trabalho assinada) sofreu uma perda de 242 mil postos de trabalho, além dos 20 mil empregadores que deixaram de existir como tal. Estimando-se um acréscimo da PEA em 448 mil pessoas, 10/ a disponibilidade adicional de mão-de-obra no período é de 710 mil pessoas. As informações da PNAD permitem mostrar qual o destino desse contingente: aproximadamente 44% foram incorporados como assalariados informais (empregados sem carteira); 38,3% passaram ao desemprego aberto; apenas 14,5% transformaram-se em trabalhadores por conta própria de baixa renda; 3% em conta própria que contribuem para a previdência social; e 0,3% a membros familiares não-remunerados (Tabelas 68 e 69).

Quanto ao desemprego aberto, medido pelo conceito mais restrito da PME/IBGE 11/, mostrou ser um indicador bastante sensível às variações conjunturais da economia. Atingiu seus níveis mais elevados no mês de maio de 1984, declinou consistentemente com a recuperação da economia e alcançou, ao final de 1986 níveis que se aproximavam do desemprego friccional (Tabela 70). 12/

Outros indicadores de desemprego - PED/SEADE -, que buscam captar formas precárias de inserção no mercado de trabalho e inclui-las como parte de um conceito mais amplo de desemprego, mostram um comportamento análogo à série mencionada, embora,

10/ BRASIL. Ministério do Trabalho/IEI, Mercado de Trabalho no Brasil. 1987.

11/ Pessoas desocupadas que na semana ou mês de referência buscaram trabalho ativamente.

12/ O desemprego aberto no Brasil apresenta um nítido comportamento sazonal: nos primeiros meses do ano as taxas são elevadas, declinando a seguir até alcançar seus níveis mais baixos ao final do ano.

obviamente, seus patamares sejam bem mais elevados (Tabela 71). 13/

No exame da composição do desemprego, verifica-se que as taxas de desemprego específicas variam muito em função de certas características: os mais afetados são os jovens, as mulheres, os não brancos e aqueles que não são chefes de família (Tabela 72).

3. Salários e rendimentos

Ao longo dos primeiros anos da década de 80, os salários tiveram sucessivas quedas, especialmente em 1983 e 1984, refletindo não só os efeitos da recessão, mas também as políticas de contenção salarial, promulgadas em 1983, que afetavam sobretudo e de forma progressiva aqueles que percebiam acima de 3 (três) salários-mínimos. A média dos salários reduziu-se em, aproximadamente, 25% entre 1980 e 1984 (Tabela 73). Com a recuperação em 1986, os salários já haviam superado ligeiramente os níveis vigentes em 1980. No entanto, de novo, estas comparações são delicadas. Em períodos de inflação alta, elas dependem do deflator utilizado. Na Tabela 74 são comparados os rendimentos médios reais dos empregados com carteira na região metropolitana de São Paulo, de 1979 a 1986, segundo vários índices de deflação. Os dois índices mais utilizados - INPC e DIEESE - indicam que, em setembro de 1986, estes rendimentos médios ainda não haviam alcançado os níveis de 1979.

Outro indicador interessante para avaliar os efeitos da crise no mercado de trabalho é o comportamento da massa salarial, porque combina os movimentos do nível de emprego e dos rendimentos. Enquanto a massa salarial se reduziu menos do que os rendimentos médios, até o auge da crise, em 1985 e 1986, a grande expansão do emprego formal teve um efeito amplificado sobre a massa salarial (Tabela 75). Como há uma diferença substancial

13/ Os conceitos mencionados estão definidos na tabela.

entre os salários médios dos empregados com carteira e sem carteira, a transferência de uma situação para a outra eleva o salário médio (Tabela 76). Além disso, a expansão da massa salarial acaba por beneficiar o setor não-organizado - assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Isto ocorreu com mais intensidade durante o Plano de Estabilização de 1986, quando era impossível controlar os rendimentos deste segmento que, por causa disto, obteve os maiores ganhos (Gráfico 1).

4. Distribuição de renda e pobreza

Não se dispõem ainda dos resultados da PNAD-86, que permitiriam avaliar as repercussões dos movimentos apontados acima na distribuição de renda. No entanto, é possível tecer alguns comentários, com base nas PNAD's até 1985, sobre o brusco movimento cíclico.

Na fase recessiva do ciclo, a metade mais pobre da população ocupada sofre uma diminuição dos seus rendimentos médios, superior à queda ocorrida nos grupos de renda mais elevada. Na fase de recuperação, os ganhos foram tão mais intensos quanto mais elevados os níveis de renda dos grupos, registrando-se, até mesmo, um declínio no rendimento médio dos 10% mais pobres (Tabela 77). Como resultado deste duplo movimento de concentração, temos até uma elevação pequena, mas não desprezível, do coeficiente de Gini (Tabela 78). É preciso notar que um elemento importante nessa trajetória foi a continuidade da intensa concentração de renda no meio rural (Tabela 79).

Já no que tange à pobreza, as variações ao longo da década de 80 têm sido tão grandes, em função do nível de emprego e do valor do salário-mínimo, que qualquer ano que se tome por base para efeitos comparativos pode ter seus resultados muito alterados no ano subsequente. Assim, com o propósito de evitar comparações equivocadas, optou-se por apresentar algumas

informações estruturais sobre a pobreza, com base em 1985-últimos dados disponíveis sobre o assunto.

Tomando-se as famílias cuja renda familiar per capita é de até 1/2 salário-mínimo, aproximadamente, 11 milhões de famílias e 54 milhões de pessoas estariam incluídas na faixa de pobreza (Tabela 80).

Apesar de ser óbvia a maior incidência relativa da pobreza na região Nordeste - notadamente, na área rural -, não se pode inferir daí que o problema da pobreza no Brasil seja exclusivamente rural ou nordestino. Fora do Nordeste ainda se encontram 51,4% das pessoas pobres, o que significa em termos absolutos, mais de 27 milhões de pessoas. Deste número, 16,076 milhões estão localizadas na região Sudeste, a mais desenvolvida do País. Nesta última região, 5,431 milhões encontram-se nas suas três áreas metropolitanas e 5,890 espalhados pelo resto do setor urbano não-metropolitano (Tabela 81).

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA 1

BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1940/1984
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

BRASIL E GRANDES REGIÕES	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL										
	1940	1950	1960	1970			1980			1984	
				TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO
BRASIL	6,16	6,21	6,28	5,76	4,54	7,72	4,35	3,63	6,40	3,53	3,03
Região Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,62	9,59	6,45	5,24	8,04	-	4,04
Região Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,44	8,45	6,13	4,94	7,66	4,96	4,00
Região Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,83	7,14	3,45	3,17	5,46	2,96	2,70
Região Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	4,06	6,86	3,63	3,20	4,55	3,04	2,79
Região Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	5,31	7,71	4,51	3,97	5,98	3,38	3,06

FORTE: Censos Demográficos 1940 a 1980.

Resultados Preliminares da PNAD 1984.

TABELA 2

BRASIL - 1984
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DE
DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR E
ANOS DE ESTUDOS DAS MULHERES

ANOS DE ESTUDO DA MULHER E CLASSES DE RENDA FAMILIAR	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL		
	TOTAL	URBANA	RURAL
ANOS DE ESTUDO			
Sem instrução e menos de 1 ano	5,52	4,53	6,93
De 1 a 3 anos	4,32	3,83	5,41
4 anos	3,43	3,32	3,97
De 5 a 8 anos	2,92	2,77	4,01
9 anos e mais	2,31	2,24	3,15
RENDA FAMILIAR			
Menos de 1 salário-mínimo	5,85	4,73	7,31
1 a 2 S.M.	5,04	4,58	6,00
2 a 3 S.M.	3,61	3,34	4,17
3 a 5 S.M.	2,94	2,75	3,77
Mais de 5 S.M.	1,98	1,91	2,41

FORTE: Resultados Preliminares da PNAD 1984.

TABELA 3

BRASIL E REGIOES - 1986
 MULHERES ATUALMENTE CASADAS OU EM UNIAO, DE 15
 A 44 ANOS, SEGUNDO USO E TIPO DE METODO ANTICONCEPCIONAL
 DISTRIBUICAO PERCENTUAL (%)

USO ATUAL E METODO	BRASIL	RJ	SP	REGIAO SUL	REGIAO CENTRO- LESTE a/	REGIAO NORDESTE	REGIAO NORTE E CENTRO- OESTE b/
USANDO	65,3	70,6	72,7	72,6	61,6	53,0	63,1
	----	----	----	----	----	----	----
Esterilizaco feminina	(27,2)	(33,6)	(31,5)	(18,3)	(25,1)	(25,3)	(42,0)
Esterilizaco masculina	(0,8)	(0,2)	(2,0)	(0,5)	(0,6)	(0,2)	(1,2)
Pilulas	(25,0)	(25,2)	(24,7)	(39,6)	(23,1)	(17,4)	(13,5)
Coito interrompido	(5,0)	(3,1)	(6,6)	(7,5)	(2,9)	(4,2)	(1,9)
Metodos naturais	(4,3)	(5,3)	(3,4)	(3,7)	(5,5)	(4,5)	(3,5)
Condom	(1,6)	(1,8)	(3,2)	(1,4)	(2,0)	(0,4)	(0,7)
DIU	(0,9)	(1,1)	(0,7)	(1,4)	(1,8)	(0,4)	(0,5)
Metodos vaginais	(0,5)	(0,4)	(0,7)	(0,2)	(0,6)	(0,5)	(0,0)
NAO USANDO	34,7	29,4	27,3	27,4	38,4	47,0	36,9
	----	----	----	----	----	----	----
Atualmente grávida	(10,0)	(8,2)	(8,2)	(7,9)	(12,5)	(13,2)	(7,7)
Outros	(24,7)	(21,2)	(19,1)	(19,5)	(25,9)	(33,8)	(29,2)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: BENFAM, Pesquisa Nacional de Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar.
 Relatório Preliminar.

Notas:

a/ Regiao Centro-Leste: Minas Gerais e Espirito Santo.

b/ Regiao Norte e Centro-Oeste: somente área urbana.

TABELA 4

BRASIL - 1986
 MULHERES ATUALMENTE CASADAS OU EM UNIAO, DE 15
 A 44 ANOS DE IDADE, POR SITUACAO DE DOMICILIO,
 SEGUNDO USO E TIPO DE METODO ANTICONCEPCIONAL

(Em percentagem)

USO ATUAL E METODO	SITUACAO DE DOMICILIO		
	TOTAL	URBANO	RURAL
USANDO	65,3	68,3	57,2
Esterilizacao feminina	(27,2)	(30,3)	(18,6)
Esterilizacao masculina	(0,8)	(0,9)	(0,4)
Pilulas	(25,0)	(24,8)	(25,8)
Coito interrompido	(5,0)	(3,9)	(8,0)
Metodos naturais	(4,3)	(4,7)	(3,0)
Condom	(1,6)	(1,9)	(0,9)
DIU	(0,9)	(1,2)	(0,2)
Metodos vaginais	(0,5)	(0,5)	(0,3)
NAO USANDO	34,7	31,7	42,8
Atualmente grávida	(10,0)	(9,0)	(12,5)
Outros	(24,7)	(22,7)	(30,3)
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: BENFAM, Pesquisa Nacional de Saude Materno-
 -Infantil e Planejamento Familiar.
 Relatório Preliminar.

TABELA 5

BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1940/1984
 ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

BRASIL E GRANDES REGIÕES	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	1984
BRASIL	41,53	45,51	51,64	53,46	60,08	65,28
Região Norte	40,69	44,59	53,36	54,63	63,64	69,92 */
Região Nordeste	38,68	38,94	40,98	45,54	51,01	55,64
Região Sudeste	43,53	48,95	57,18	57,30	64,35	70,46
Região Sul	49,19	52,82	60,32	60,03	67,22	71,42
Região Centro-Oeste	47,92	51,11	56,65	58,93	63,86	69,18

FONTE: Censos Demográficos 1940 a 1980.

Resultados Preliminares da PNAD 1984.

*/ 1984, Região Norte somente área urbana.

TABELA 6

BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1940/1984
 PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR
 UM ANO DE IDADE

BRASIL E GRANDES REGIÕES	PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DO 1o. ANO DE VIDA (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	1984
BRASIL	163,59	146,37	121,08	113,79	88,0	68,14
Região Norte	167,31	150,27	114,19	109,13	74,3	51,03 */
Região Nordeste	176,38	175,20	166,03	146,25	124,5	105,14
Região Sudeste	154,85	132,05	99,11	98,65	71,6	49,07
Região Sul	131,06	116,34	86,96	88,07	60,9	45,59
Região Centro-Oeste	136,29	123,23	101,19	92,31	73,5	53,70

FONTE: Censos Demográficos 1950 a 1980.

Resultados Preliminares da PNAD 1984.

*/ 1984, Região Norte somente área urbana.

TABELA 7

BRASIL - 1984
 ESPERANCA DE VIDA AO NASCER E PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR
 UM ANO DE IDADE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO,
 SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR E ANOS DE ESTUDO DAS MULHERES

ANOS DE ESTUDO DA MULHER E CLASSES DE RENDA FAMILIAR	ESPERANCA DE VIDA (eo)			PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DO 1o. ANO DE VIDA (oql)		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
ANOS DE ESTUDO						
Sem instrução e menos						
de 1 ano	55,10	56,21	54,12	107,27	102,91	111,15
De 1 a 3 anos	62,29	63,36	60,90	79,41	75,38	84,73
4 anos	68,03	68,41	66,79	57,93	56,52	62,50
De 5 a 8 anos	72,64	72,86	69,59	41,24	40,48	52,22
9 anos e mais	-	-	-	-	-	-
RENDA FAMILIAR						
Menos de 1 S.M.	57,45	58,23	56,86	98,05	95,04	100,37
1 a 2 S.M.	62,04	63,42	59,79	80,37	75,15	88,98
2 a 3 S.M.	67,61	69,19	62,72	59,49	53,69	77,78
3 a 5 S.M.	69,68	70,26	66,67	51,90	49,80	62,93
Mais de 5 S.M.	73,38	73,33	71,31	38,62	38,80	45,97

FONTE: Resultados Preliminares da PNAD 1984.

TABELA 8

BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1960/1970 E 1970/1980
 TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL
 ANUAL, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

BRASIL E GRANDES REGIÕES	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	1960/1970	1970/1980	1960/1970	1970/1980	1960/1970	1970/1980
BRASIL	2,93	2,48	5,16	4,44	0,69	-0,62
Região Norte	3,40	5,02	5,28	6,44	2,09	3,70
Região Nordeste	2,41	2,16	4,52	4,10	1,14	0,53
Região Sudeste	2,76	2,64	5,14	3,99	-1,60	-2,00
Região Sul	3,42	1,44	5,17	4,98	2,23	-2,48
Região Centro-Oeste	5,57	4,05	9,15	7,69	3,15	-0,81

FONTE: Censos Demográficos.

TABELA 9

BRASIL E GRANDES REGIÕES
INCREMENTO POPULACIONAL NA DÉCADA DE 1970
POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

(Em valores absolutos)

BRASIL E GRANDES REGIÕES	INCREMENTO POPULACIONAL NA DÉCADA DE 1970		
	TOTAL	URBANO	RURAL
BRASIL	25.862.773	28.350.387	-2.487.614
Região Norte	2.276.408	1.410.550	865.858
Região Nordeste	6.699.435	5.812.827	886.608
Região Sudeste	11.880.625	13.875.480	-1.994.855
Região Sul	2.534.669	4.574.312	-2.039.643
Região Centro-Oeste	2.471.636	2.677.218	-205.582

FONTE: Censos Demográficos 1970 e 1980.

TABELA 10

FLUXOS MIGRATORIOS INTER-REGIONAIS NA DÉCADA 70-80

ORIGEM	DESTINO					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
TOTAL	692.047 (12,63)	366.227 (6,69)	2.973.537 (54,28)	305.182 (5,57)	1.140.976 (20,83)	5.477.969 (100,00)
Região Norte	-	28.537 (24,03)	53.621 (45,17)	6.753 (5,67)	29.841 (25,13)	118.752 (100,00)
Região Nordeste	256.865 (10,59)	-	1.785.807 (73,65)	34.774 (1,43)	347.180 (14,32)	2.424.626 (100,00)
Região Sudeste	127.523 (11,70)	264.022 (24,22)	-	228.792 (20,99)	469.561 (43,09)	1.089.898 (100,00)
Região Sul	138.358 (10,29)	25.203 (1,99)	886.011 (65,93)	-	294.394 (21,90)	1.343.966 (100,00)
Região Centro-Oeste	169.301 (33,81)	48.465 (9,68)	248.098 (49,55)	34.863 (6,96)	-	500.727 (100,00)

FONTE: Lúcia M.M. BOGUS & Suzano P. TASCANER, Mobilidade Espacial da População Brasileira: aspectos tendências. "Revista Brasileira de Estudos de População", 3(2), jul./dez. 1986.

TABELA 11

BRASIL - 1980
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE DESTINO DOS FLUXOS MIGRATORIOS
POR SITUACAO DE DOMICILIO E UNIDADES ESPACIAIS

ORIGEM	DESTINO	TOTAL	URBANO				RURAL	
			TOTAL	REGIOES METROPOLITANAS	AGLOMERACOES URBANAS	MUNICIPIOS DE 100.000 HAB.		MUNICIPIOS + DE 100.000 HAB.
TOTAL		23.552.408	76,2	31,0	13,0	24,4	7,8	23,8
URBANO		13.012.140	90,1	38,7	16,2	26,4	8,8	9,9
Regioes Metropolitanas		3.962.188	91,5	60,2	11,0	14,7	5,6	8,5
Aglomeracoes Urbanas		1.254.204	90,5	26,5	36,8	22,1	5,1	9,5
Municípios com menos de 100.000 habitantes		6.800.982	89,2	28,9	15,9	33,3	11,1	10,8
Municípios com mais de 100.000 habitantes		994.766	90,3	35,5	13,5	31,2	10,1	9,7
RURAL		10.540.268	59,1	21,4	9,1	21,9	6,7	40,9

FONTE: IBGE. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

TABELA 12

BRASIL - 1940/1980
 EVOLUCAO DA DISTRIBUICAO RESIDENCIAL DA POPULACAO
 URBANA, SEGUNDO TAMANHO DE CIDADES

(Em 1.000 pessoas)

POPULACAO SEGUNDO TAMANHO DAS CIDADES	ANOS				
	1940	1950	1960	1970	1980
Populacao Urbana					
N.A. a/	12.880,2	18.782,9	31.533,7	52.085,0	80.436,4
C.R. (%) b/	-	45,8	66,7	66,4	54,4
Populacao em Cidades de mais de 2.000 hab.					
N.A.	10.410,1	16.011,4	28.697,4	49.284,4	77.369,7
C.R. (%)	-	53,8	79,2	71,7	57,0
Populacao em Cidades de 2001 a 50.000 hab.					
N.A.	5.194,0	7.362,6	12.785,7	18.734,7	31.170,0
C.R. (%)	-	41,8	73,7	46,5	66,4
Populacao em Cidades de 50.001 a 500.000 hab.					
N.A.	2.438,0	3.748,7	6.843,56	15.788,8	23.846,6
C.R. (%)	-	53,8	82,6	130,7	51,0
Populacao em Cidades de mais de 500.000 hab.					
N.A.	2.777,5	4.900,1	9.068,2	14.760,9	22.459,0
C.R. (%)	-	76,4	85,1	62,8	52,2

FONTE: IBGE. Departamento de Estatisticas e Indicadores Sociais.

Notas:

a/ Números Absolutos.

b/ Crescimento Relativo em cada decada.

TABELA 13

REGIOES METROPOLITANAS - 1960/1980
INDICADORES SELECIONADOS

REGIOES METROPOLITANAS	TAXA GEOMETRICA ANUAL DE CRESCIMENTO 60/70	TAXA GEOMETRICA ANUAL DE CRESCIMENTO 70/80	% DA POPULACAO EM RELACAO A POPULACAO DO ESTADO 1980	% DA POPULACAO DO MUNICIPIO DA CAPITAL EM RELACAO A POPULACAO DO NUCLEO R.M. 1980	TAXA GEOMETRICA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULACAO 70/80	TAXA GEOMETRICA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULACAO DA PERIFERIA 70/80	% DE MIGRANTES NA DECADA PARA AS R.Ms. EM RELACAO A POPULACAO DAS R.Ms. 1980
	Betim	4,73	4,29	29,36	93,41	3,95	11,29
Fortaleza	4,87	4,29	29,88	82,76	4,29	4,30	23,01
Recife	4,01	2,73	38,21	51,30	1,27	4,56	26,81
Salvador	4,77	4,40	18,69	85,02	4,07	6,49	17,59
Belo Horizonte	6,26	4,69	18,99	70,11	3,73	7,43	29,36
Rio de Janeiro	3,66	2,44	79,83	56,47	1,82	3,32	14,52
Sao Paulo	5,53	4,46	50,27	67,49	3,67	6,34	26,61
Curitiba	5,26	5,79	18,88	71,15	5,35	6,95	32,67
Porto Alegre	4,21	3,84	28,72	50,44	2,43	5,53	28,71

FONTES: Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

TABELA 14

BRASIL - 1950/1980
TAXAS ESPECIFICAS DE ATIVIDADE, POR IDADE E SEXO

CLASSES DE IDADE	HOMENS				MULHERES			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
TOTAL	81,0	77,2	71,5	73,1	13,6	16,6	18,4	26,9
10 - 19	53,8	45,2	37,8	41,9	15,7	15,0	14,6	19,9
20 - 29	95,1	94,4	90,5	92,9	16,6	20,8	26,0	37,7
30 - 39	97,4	97,4	96,4	96,6	11,5	17,0	20,9	34,2
40 - 49	96,6	96,0	94,1	91,4	10,7	16,7	19,9	30,1
50 - 59	93,1	90,4	85,4	82,4	9,5	14,6	15,5	21,4
60 - 69	82,9	76,5	68,2	58,3	7,8	11,5	10,1	10,6
70 e +	56,8	49,4	40,4	22,2	4,6	6,3	7,7	2,8

FONTE: Censos Demográficos de 1950 a 1980.

TABELA 15

POPULACAO BRASILEIRA OBSERVADA EM 1980 E PROJETADA
PARA O ANO 2000, SEGUNDO DUAS HIPOTHESES DE CRESCIMENTO

(Em milhoes de habitantes)

CLASSES DE IDADE	1980		2000			
	OBSERVADA		HIPOTHESE A		HIPOTHESE B	
TOTAL	119,200	100,00	175,500	100,00	164,500	100,00
0 - 14	46,130	38,70	61,074	34,80	45,238	27,50
15 - 64	68,266	57,27	106,669	60,78	110,857	67,39
65 e +	4,804	4,03	7,757	4,42	8,406	5,11

FONTE: Ralph HAKKERT, "A Queda da fecundidade e o novo padrao da estrutura etaria brasileira", in ABEP. Anais do V Encontro, Aguas de Sao Pedro, SP, 1986.

HIPOTHESE A: Os niveis de fecundidade e de mortalidade de 1984 ficarao constantes, isto e, com taxa de fecundidade total de 3,5 e esperanca de vida ao nascer de 65 anos para as mulheres e 61 anos para os homens.

HIPOTHESE B: A queda da fecundidade continua acentuada ate que a TFT atinja a 2,0 filhos em media por mulher no quinquenio 1995/1999; simultaneamente, ganhos graduais na esperanca de vida ao nascer levam a que no quinquenio 2005/2009 seus niveis alcancem a 75 anos para mulheres e 71 anos para os homens.

TABELA 16

BRASIL - 1947/1980
PIB E PRODUTO SETORIAL
TAXAS MEDIAS GEOMETRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

PERIODO	PRODUTO				INDUSTRIA MANUFATU- REIRA	CONSTRUCAO CIVIL
	PIB		AGRICOLA	INDUSTRIAL		
	TOTAL	"PER CAPITA"				
1947/80	7,1	4,0	4,3	8,5	8,8	5,7
1947/55	6,8	3,9	4,7	9,0	9,5	5,5
1955/62	7,1	4,0	4,5	9,8	10,0	5,1
1962/67	3,2	0,8	1,7	2,6	2,7	(2,8)
1967/73	11,2	7,0	4,7	12,7	13,9	10,9
1973/80	7,1	4,0	5,2	7,6	6,8	8,7

FONTE: FGV, Contas Nacionais.

TABELA 17

BRASIL - 1947/1980
PARTICIPACAO RELATIVA DOS SETORES NO PIB

SETORES	ANOS							
	1947	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980
Agropecuária	20,7	24,3	23,5	17,8	15,9	11,5	11,2	10,0
Indústria	25,2	24,1	26,0	32,2	32,0	35,9	37,4	38,1
Serviços	54,1	51,6	51,6	50,0	52,1	52,6	51,4	51,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 18

BRASIL - 1947/1980
ESTRUTURA DA PRODUCAO NA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO NO BRASIL

(Em Cr\$ 10 de 1970)

CATEGORIAS DE USO	1947		1959		1970		1975		1980	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	Bens de Consumo									
Nao-Duráveis	16.247	72,8	32.419	56,7	52.432	45,0	70.521	36,8	94.063	34,4
Bens Intermediários	4.552	20,4	14.079	24,6	40.082	34,4	66.296	34,6	102.410	37,4
Bens de Consumo										
Duráveis	565	2,5	2.934	5,1	10.836	9,3	25.475	13,3	36.951	13,5
Bens de Capital	949	4,3	7.724	13,5	13.116	11,3	29.459	15,4	40.227	14,7
TOTAL	22.313	100,0	47.156	100,0	116.516	100,0	191.751	100,0	273.651	100,0

FONTE: IBGE & Ministério do Planejamento, in: Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra, José SERRA, Desenvolvimento capitalista no Brasil, Brasiliense, 1982. v.1.

TABELA 19

BRASIL - 1968/1980
PRINCIPAIS PRODUTOS NA COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

(Em percentagem)

	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
TOTAL GERAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1. Produtos Básicos	79,3	77,7	74,8	68,3	66,0	64,5	56,8	57,5	60,1	57,0	51,2	46,3	42,0
2. Produtos Industrializados	20,2	21,4	24,3	28,5	32,8	32,9	40,7	40,1	36,1	40,7	47,4	52,6	56,5
a) Semi-manufaturados	9,7	9,4	9,4	8,8	10,3	9,8	12,3	10,3	8,7	9,0	10,9	12,2	11,6
b) Manufaturados	10,5	12,0	14,9	19,7	22,5	23,1	28,5	29,8	27,4	31,7	36,5	40,4	44,9
c) Transações Especiais	0,5	0,9	0,9	3,2	1,2	2,6	2,5	2,4	3,8	2,3	1,4	1,1	1,5

FONTE: IBGE & Ministério do Planejamento, in: Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra, José SERRA, Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Brasiliense, 1982. v.1.

TABELA 20

BRASIL - 1960/1980
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO
PIB/PEA POR SETOR DE ATIVIDADES

(Em C2\$ de 1960)

SETORES	ANOS	1960	1970	1980	TAXAS MÉDIAS ANUAIS	
					1960/1970	1970/1980
Agricultura		41,8	60,1	98,4	3,1%	4,9%
Indústria		232,7	283,9	362,8	1,8%	2,2%
Indústria de Transformação		250,9	331,6	395,6	2,6%	1,7%
Serviços		237,5	274,1	357,9	1,4%	2,4%
TOTAL		127,1	166,6	265,5	2,4%	4,3%

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 21

BRASIL - 1920/1980
 TRATORES E ARADOS EXISTENTES NOS
 ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

ANOS CENSITARIOS	TRATORES	ARADOS			
		DE TRACAO ANIMAL	DE TRACAO MECANICA	DE DISCO	DE ALVECA
1920	1.706	...	---	---	141.196
1940	3.380	39.455	408.101
1950	8.372	54.576	659.683
1960	61.345	130.397	846.704
1970	165.870	1.718.041	160.884
1975	323.113	1.758.051	335.909
1980	545.205	1.677.408	559.169

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 22

BRASIL - 1950/19847
 CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES

PERIODO	CONSUMO MEDIO ANUAL (1000 t)
1950/59	153
1960/66	274
1967/71	768
1972/76	1.922
1977/80	3.544
1981/84	2.799

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas
 do Brasil.

TABELA 23

BRASIL - 1939/1980
 CONSUMO INTERMEDIARIO NA AGRICULTURA, COMO %
 DO VALOR BRUTO DA PRODUCAO

ANO	1939	1949	1959	1965	1970	1975	1980
CI/VP	10,0	11,0	14,3	21,5	27,6	34,4	38,7
% a.a.	-	1,0	2,7	7,0	5,7	4,5	2,4

FONTE: J. Graziano da SILVA, Reforma Agrária, ano 17, (1), abr./jul. 1987.

TABELA 24

BRASIL E SAO PAULO - 1950/1980
 MODERNIZACAO DA AGRICULTURA
 INDICADORES SELECIONADOS

INDICADORES	BRASIL				SAO PAULO		
	1950	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Ha explorado por trator	21.826	3.407	1.483	572	641	277	134
Tratores por 1000 pessoas	0,76	3,92	8,09	23,8	n.d.	43,3	85,5
Estabelecimentos que usam adubação (%)	n.d.	13,2	18,6	32,1	26,6	47,5	77,7
Despesas por Ha explorado (Índice: SP/1970 = 100)	n.d.	n.d.	28	46	n.d.	100	178
Despesas por pessoa ocupada (Índice: SP/1970 = 100)	n.d.	n.d.	31	53	n.d.	100	171

FONTE: J. Graziano da SILVA, Reforma Agrária, ano 17, (1) abr./jul. 1987.

TABELA 25

BRASIL - 1960/1980
 PRODUTIVIDADE DOS SETORES EM RELACAO
 A PRODUTIVIDADE MEDIA

SETORES	1960	1970	1980
Agricultura	32,9	36,1	37,1
Indústria	183,1	170,4	136,6
Serviços	186,9	164,5	134,8
Produtividade Media	100	100	100
Indústria/Agricultura	5,6	4,7	3,7
Indústria/Serviços	1,0	1,0	1,0

FONTE: Tabela 20.

TABELA 26

BRASIL - 1970/1980
 COMERCIO, TRANSPORTES E COMUNICACOES
 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

PIB/PEA	1970	1980	1970/80 (% a.a.)
Comercio	12.276	14.820	2,0
Transportes	5.872	10.887	5,9
Comunicações	8.397	39.116	15,0

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 27

AMERICA LATINA - 1950/1980
EVOLUCAO DA PEA NO SETOR TERCIARIO EM
RELAÇÃO A PEA URBANA

SETORES	(Em percentagem)			
	1950	1960	1970	1980
América Latina	58,7	60,2	60,2	59,6
Argentina	58,5	55,5	59,3	64,0
Brasil	56,9	61,0	59,8	54,9
Colômbia	60,3	62,5	64,2	64,9
Costa Rica	62,1	62,7	62,6	63,4
Chile	59,8	60,8	60,6	65,5
México	59,1	59,5	55,9	58,7
Peru	55,3	61,8	63,0	67,3
Uruguai	...	60,7	62,1	62,1
Venezuela	65,5	68,1	67,9	62,0

FONTE: J. RAMOS, "Urbanización y Mercado de Trabajo". Revista de la CEPAL, (24), Dez. 1984.

TABELA 28

BRASIL 1959/80
PARCELA SALARIAL (TRABALHADORES DIRETOS)
NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

PERIODOS	PARCELA SALARIAL (MÉDIA)
1959/64	20,5
1965/67	17,3
1968/70	15,6
1971/72	13,5
1973/74	14,5
1975/79	14,0
1980	13,5

FONTE: C. CONSIDERA, "Preços, mark-up e distribuição funcional da renda na indústria de transformação: dinâmica de longo e de curto prazo - 1959/80". Pesquisa e Planejamento Econômico, 11(3) dez. 1981.

TABELA 29

BRASIL - 1950/1980
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA,
OCUPADA POR SEXO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	1950			1960			1970			1980	
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS
TOTAL (1000 pessoas)	17.117	(85,4)	(14,6)	22.150	(82,1)	(17,9)	39.338	(79,1)	(20,9)	42.272	(72,8)
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	59,9	65,0	30,2	54,0	59,2	30,0	44,8	51,1	20,6	30,1	36,1
Indústria	17,6	16,3	25,5	17,6	16,3	23,4	22,0	22,8	18,7	29,1	31,9
- Extrativa Mineral	9,4	7,1	22,9	8,7	6,0	21,2	8,9	7,0	16,0	11,0	9,0
- De Transformação	12,8	10,7	25,0	13,0	10,8	22,9	14,5	13,6	18,2	20,0	19,8
- Tradicionais	9,4	7,1	22,9	8,7	6,0	21,2	8,9	7,0	16,0	11,0	9,0
- Dinâmicas	3,4	3,6	2,1	4,3	4,8	1,7	5,6	6,6	2,2	9,0	10,8
- Construção Civil	3,4	4,0	0,2	3,4	4,1	0,2	5,9	7,3	0,2	7,5	10,1
- Serv.inds.de Utilidade Pública	0,7	0,8	0,2	0,6	0,8	0,2	1,0	1,2	0,2	1,0	1,2
Serviços	22,2	18,4	44,0	26,8	22,8	44,8	31,7	24,6	58,7	40,1	31,4
- Comércio e Finanças	6,3	6,7	4,1	7,5	8,0	4,9	9,3	9,8	7,3	12,2	12,1
- Transportes e Comunicações	4,0	4,5	1,1	4,6	5,4	1,0	4,2	5,0	1,0	4,5	5,7
- Governamentais	3,0	3,2	1,8	3,1	3,4	2,0	3,9	4,3	2,6	4,5	4,9
- Comunitários, de Recreação etc.	3,0	1,7	10,1	4,3	2,6	11,9	6,3	3,3	17,5	9,8	5,6
- Pessoais	5,9	2,3	26,9	7,3	3,4	25,0	8,0	2,2	30,3	9,1	3,1
Atividades Mal Definidas	0,3	0,3	0,3	1,6	1,6	1,8	1,5	1,5	2,0	0,7	0,6

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (dados brutos).

TABELA 30

BRASIL - 1950/1980
 TAXA DE CRESCIMENTO MEDIO ANUAL DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA,
 OCUPADA, POR SEXO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	1950/60			1960/70			1970/80		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	2,6	2,2	4,5	2,3	2,0	3,0	3,4	2,6	5,9
Agropecuária	1,6	1,4	4,5	0,6	0,6	0,2	(0,3)	(0,5)	2,3
Indústria	2,6	2,3	3,7	4,4	5,2	1,7	6,0	5,8	7,4
- Extrativa Mineral	1,2	1,1	2,2	2,7	2,8	(0,5)	3,4	3,1	11,8
- De Transformação	2,7	2,3	3,7	3,4	4,1	1,6	6,4	6,2	7,1
. Tradicionais	1,9	0,7	3,8	2,6	3,4	1,1	5,4	5,0	6,1
. Dinâmica	4,7	5,0	2,4	5,0	5,0	6,3	7,8	7,3	12,5
- Construção Civil	2,7	2,6	5,3	7,4	7,4	7,4	5,7	5,6	13,1
- Serv.Inds.de Utilidade Pública	1,9	1,8	4,8	6,3	6,2	8,1	3,3	2,6	11,8
Serviços	4,4	4,3	4,7	3,9	2,7	6,3	5,6	4,9	6,6
- Comércio e Finanças	4,1	4,2	6,3	4,3	3,8	7,7	6,0	4,8	11,3
- Transportes e Comunicações	3,9	3,9	3,3	1,4	1,3	3,7	4,1	3,7	8,7
- Governamentais	3,1	2,8	5,6	4,5	4,2	6,9	4,6	3,9	8,0
- Comunitários, de Recreação etc.	6,0	6,1	6,0	6,0	4,2	7,6	7,6	7,6	7,6
- Pessoais	4,6	6,0	3,8	3,3	(1,7)	5,6	4,6	5,8	4,2

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (dados brutos).

TABELA 31

BRASIL - 1950/1980
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, DE DEZ ANOS E MAIS,
DA POPULAÇÃO URBANA E DO EMPREGO TOTAL E URBANO

	1950/60	1960/70	1970/80	1950/80
POPULAÇÃO				
Total	3,0	2,9	2,5	2,9
De dez anos e mais	2,9	3,0	3,0	3,0
Urbana	6,3	5,8	4,8	5,6
EMPREGO				
Total	2,6	2,3	3,4	3,0
Urbano	4,3	4,6	6,4	5,1

FONTE: Tabela 30 e Vilmar FARIA, "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações" in A TRANSIÇÃO INCOMPLETA. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TABELA 32

BRASIL - 1950/1980
PESSOAS EMPREGADAS EM CADA UM DOS SETORES
E SUBSETORES, POR PESSOA EMPREGADA NO SECUNDARIO

RAZÕES	1950	1960	1970	1980
PRIMARIO/SECUNDARIO	4,22	4,18	2,47	0,95
TERCIARIO/SECUNDARIO	1,83	2,56	2,11	1,87
Serviços distributivos/ secundário	0,65	0,83	0,64	0,55
Serviços pessoais/ secundário	0,73	1,03	0,74	0,66
Serviços sociais/ secundário	0,37	0,50	0,51	0,45
Outras ocupações/ secundário	0,07	0,20	0,22	0,20

FONTE: Vilmar FARIA, op.cit.

TABELA 33

BRASIL - 1970/1980
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA PEA NO SETOR TERCIARIO

ATIVIDADES DO SETOR TERCIARIO	ESTRUTURA (SUBTOTALS = 100)		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
	1970	1980	
TOTAL	100	100	5,9
Comercio de Mercadorias	22	22	6,0
Empregadores e Autônomos	45	36	3,6
Empregados	54	62	7,5
Não-Remunerados	1	2	11,7
Comercio de Imóveis, Valores Mobiliários, Credito, Seguro	4	5	8,5
Serviços	35	38	6,8
Alojamento e Alimentação	12	13	7,9
Higiene Pessoal	4	3	4,0
Confeção, Reparos Vestuário	18	3	(4,9)
Diversos, Rádios e TV	3	2	2,6
Reparos, Manutenção Veículos	10	13	9,5
Domesticos Remunerados	48	34	3,7
Outros	5	15	18,7
Serviços Técnico-Profissionais	-0-	9	-0-
Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas	-0-	6	-0-
Transporte, Comunicações, Armazenagem	12	10	3,8
Atividades Sociais Privadas	5	6	9,0
Emprego Público	20	9	5,1
Atividades Sociais Públicas	45	50	6,2
Administração, Defesa e Segurança	55	50	4,1
Profissionais Liberais	2	-0-	-0-
Organização Internacional e Representação Estrangeira	-0-	-	-0-

FONTE: IBGE, "Censos Demográficos", in Waldir Jose QUADROS, A Nova classe média brasileira. Campinas, UNICAMP, 1985. Mimeo.

TABELA 34

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

(Em 1.000 pessoas)

POSICÃO NA OCUPAÇÃO	ABSOLUTO	%
Assalariados com carteira	3.402	71,1
Assalariados sem carteira	708	14,8
Contra-própria que contribuem para a Previdência Social	327	6,8
Contra-própria que não contribuem para a Previdência Social	286	6,0
Não-Remunerados	59	1,2
TOTAL	4.782	100,0

FONTE: PNAD/IBGE, 1979.

TABELA 35

BRASIL - 1950/1980
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA,
SEGUNDO A POSICAO NA OCUPACAO

POSICAO NA OCUPACAO	1950	1960	1970	1980
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	50,6	47,9	55,2	66,4
Empregadores	3,7	1,9	1,5	2,6
Autónomos	28,5	35,1	34,1	24,9
Nao-Remunerados	17,0	15,0	9,2	5,3
Outros	0,2	0,1	-	0,8
Atividades Agrícolas	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	34,2	25,9	25,5	38,0
Empregadores	3,2	1,9	1,6	2,5
Autónomos	35,8	46,0	53,2	43,0
Nao-Remunerados	26,6	26,2	19,7	16,0
Outros	0,2	-	-	0,5
Atividades Nao-Agrícolas	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	75,8	74,2	79,2	78,7
Empregadores	4,4	1,9	1,5	2,6
Autónomos	17,2	22,0	18,6	17,1
Nao-Remunerados	2,2	1,5	0,7	0,6
Outros	0,4	0,4	-	1,0

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (dados brutos).

TABELA 36

BRASIL - 1970/1980
PARTICIPACAO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
NO VALOR TOTAL DA PRODUCAO

(Em percentagem)

ESTRATOS DE AREA (ha)	No.DE ESTAB.		AREA TOTAL		VALOR DA PRODUCAO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Menos de 10	51,4	50,4	3,1	2,5	17,8	13,0
10 a 50	32,4	31,5	12,3	10,1	29,9	26,6
50 a 100	7,0	7,6	8,1	7,5	10,2	11,1
100 e mais	9,2	10,4	76,5	79,9	42,2	49,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: "Censos Agropecuários", in J. Graziano SILVA, op. cit.

TABELA 37

BRASIL - 1970/1980
DISTRIBUICAO DA PRODUCAO FISICA DE ALGUMAS LAVOURAS,
POR ESTABELECIMENTOS AGRUPADOS SEGUNDO A AREA TOTAL CULTIVADA

(Em percentagem)

LAVOURA	MENOS DE 10 HA		10 A 50 HA		50 A 100 HA		100 HA E MAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Arroz	19,5	13,3	23,8	14,5	11,5	9,3	45,2	62,9
Café	9,6	9,9	29,5	30,4	14,3	14,9	46,6	44,8
Cana-de-açúcar	4,2	1,8	11,7	7,8	6,7	5,7	77,4	84,7
Feijão	32,8	26,9	40,4	39,3	10,0	12,4	16,8	21,4
Mandioca	34,5	37,9	44,0	40,0	9,6	9,5	11,9	12,6
Milho	19,9	14,8	44,3	41,0	11,3	12,3	24,5	31,9
Soja	14,5	4,0	46,3	29,3	8,9	12,9	30,3	53,8
Trigo	5,6	2,1	31,2	29,3	12,7	15,5	50,5	53,1

FONTE: "Censos Agropecuários", in J. Graziano SILVA, op. cit.

TABELA 38

BRASIL - 1976
 PERCENTAGEM DE EMPREGADOS COM SALARIO INFERIOR A TRES SALARIOS-MINIMOS,
 SEGUNDO GRAU DE INSTRUCAO, POR SEXO E SETORES DE ATIVIDADE ECONOMICA

GRAU DE INSTRUCAO	SETORES DE ATIVIDADES					
	INDUSTRIA		COMERCIO		SERVICOS	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
1º Grau, 4ª Srie incompleta	93,79	81,58	94,51	89,34	95,17	84,55
1º Grau, 4ª Srie completa	92,96	70,70	90,93	84,12	93,13	79,63
1º Grau, 8ª Srie completa	78,85	51,49	86,94	71,70	79,11	59,56
2º Grau completo	56,91	26,52	80,05	50,08	65,87	35,42
Superior completo	27,84	4,82	48,69	18,70	37,15	18,42

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho, "Relação Anual de Informações Sociais, 1976" in Concessa Vaz de MACEDO. O Trabalho feminino e suas possíveis implicações sobre o crescimento demográfico. CEPPD, 1985.

TABELA 39

BRASIL - 1960/1980
 TRANSFORMACAO NA ESTRUTURA OCUPACIONAL DA
 POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR ESTRATOS

	1960		1970		1980		VARIACAO LIQUIDA (%)		
	MIL	%	MIL	%	MIL	%	1960/70	1970/80	1960/80
Estratos nao-manuais	3.371,0	15,2	5.524,0	19,8	11.139,6	27,3	4,6	7,5	12,1
Estratos Manuais no Secundário e no Terciário	6.662,8	30,1	9.388,2	33,7	17.155,4	42,0	3,6	8,3	11,9
Estratos Manuais no Primário	12.131,4	54,7	12.971,9	46,5	12.546,3	30,7	(8,2)	(15,8)	(24,0)
TOTAL	22.165,2	100,0	27.884,1	100,0	40.841,3	100,0			

FONTE: CEPAL. La Transformación socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la Crisis Social de Los '80, 1986.

TABELA 40

BRASIL - 1950/1980
 OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS EM RELACAO AO TOTAL
 DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA

	1950		1980	
	N	%	N	%
Ocupações administrativas	1.367.478	8,0	5.101.926	12,1
. Homens	1.197.228	7,0	3.369.773	8,0
. Mulheres	170.250	1,0	1.732.153	4,1
Ocupações técnico-científicas e afins	362.723	2,1	2.773.886	6,7
. Homens	177.291	1,0	1.188.369	2,8
. Mulheres	185.432	1,1	1.585.517	3,8
Comercio de imóveis e valores, instituições de crédito e seguros	115.488	0,7	979.458	2,3
PEA TOTAL	17.117.362	100,0	42.271.526	100,0

FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1950 e 1980, in Vilmar FARIA, op. cit.

TABELA 41

BRASIL - 1960/1970
DISTRIBUICAO DO RENDIMENTO DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA

CORTES PERCENTUAIS	1960				1970				VARIACAO ANUAL DO RENDIMENTO MEDIO 1960/1970	
	% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MEDIO (CR\$ DE 1970)		% DO RENDIMENTO		RENDIMENTO MEDIO (CR\$ DE 1970)			
	NO PER- CENTIL	ACUMU- LADA	DO PER- CENTIL	ACUMU- LADA	NO PER- CENTIL	ACUMU- LADA	DO PER- CENTIL	ACUMU- LADA	DO PER- CENTIL	ACUMU- LADA
10-	1,9	1,9	39	39	1,2	1,2	35	35	-1,1	-1,1
10	2,0	3,9	43	41	2,2	3,4	64	50	4,1	2,0
10	3,0	6,9	64	49	2,9	6,3	81	60	2,4	2,0
10	4,4	11,3	93	60	3,7	10,0	104	71	1,1	1,7
10	6,1	17,4	130	74	4,9	14,9	137	84	0,5	1,3
10	7,5	24,9	161	88	6,0	20,9	171	99	0,6	1,2
10	9,0	33,9	191	103	7,3	28,2	205	114	0,7	1,0
10	11,3	45,2	240	120	9,9	38,1	279	135	1,5	1,2
10	15,2	60,4	324	143	15,2	53,3	429	167	2,8	1,6
10+	39,6	100,0	842	213	46,7	100,0	1.319	283	4,6	2,9
5+	28,3	-	1.203	-	34,1	-	1.929	-	4,8	-
1+	11,9	-	2.542	-	14,7	-	4.147	-	5,0	-
INDICADORES	1960				1970					
Rendimento Medio (Cr\$ de 1970)	213				283					
Indice de Gini										
Limite Inferior	0,497				0,552					
Limite Superior	0,515				0,571					

FONTE: IBGE, Indicadores Sociais, 1979.

OBS.: Rendimentos deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB.

TABELA 42

BRASIL, REGIAO NORDESTE E ESTADO DE SAO PAULO - 1970/1980
 COEFICIENTES DE GINI DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA
 COM RENDIMENTO, SEGUNDO SITUACAO DE DOMICILIO

SITUACAO DE DOMICILIO	BRASIL		REGIAO NORDESTE		ESTADO DE SAO PAULO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
TOTAL	0,547	0,569	0,505	0,573	0,519	0,517
Urbano	0,536	0,557	0,555	0,586	0,512	0,510
Rural	0,389	0,498	0,309	0,426	0,396	0,521

FORTE: "Censo Demográfico e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980", in A. C. MEDICI, Distribuição da renda nos anos 70. 1983. Mimeo.

TABELA 43

BRASIL - 1952/1987
EVOLUCAO DO MAIOR SALARIO-MINIMO REGIONAL a/

ANOS	INDICE DE SALA- RIO MINIMO b/	ANOS	INDICE DE SALA- RIO MINIMO b/
1952	100,0	1972	65,6
1953	82,1	1973	60,1
1954	100,1	1974	55,2
1955	112,4	1975	57,6
1956	114,2	1976	57,2
1957	124,2	1977	59,6
1958	108,0	1978	61,4
1959	120,9	1979	62,0
1960	102,0	1980	62,5
1961	113,2	1981	64,1
1962	103,1	1982	66,8
1963	90,6	1983	56,8
1964	93,6	1984	52,7
1965	90,3	1985	53,9
1966	77,0	1986	49,1
1967	72,8	1987/Jan c/	45,5
1968	71,3	1987/Mar	49,2
1969	68,6	1987/Mai	38,5
1970	69,8	1987/Jun	36,7
1971	66,8	-	-

FONTE: BOLETIM DO DIEESE (vários números) e IBRE/FGV, Revista Conjuntura Econômica, V.41, n. 8, ago. 1987 e C. SALM, org., Mercado de Trabalho: estrutura e conjuntura. 1987.

Notas:

- a/ Até 1983, existiam no Brasil 3 salários-mínimos regionais, sendo que o maior correspondia ao recebido nos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Recentemente, o salário-mínimo foi unificado nacionalmente. Considerou-se, portanto, nesta tabela, a evolução do maior salário-mínimo. Os dados que serviram de base para o cálculo desses índices, foram deflacionados até 1958 pelo índice de custo de vida elaborado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De 1959 a 1986, tais dados foram deflacionados pelo índice de custo de vida do DIEESE para São Paulo. Em 1987, utilizou-se como deflator o IGP/DI.
- b/ Base 1952=100. Corresponde à média anual dos salários reais mensais.
- c/ A partir de janeiro de 1987, os dados são relativos ao salário real nos meses de reajuste efetivo do salário-mínimo, em função dos gatilhos salariais.

TABELA 44

RELACAD ENTRE INDICES SALARIAIS E DE ORDENADOS
NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DA INDUSTRIA BRASILEIRA

(Em percentagem)

	ORDENADOS DE DIRECAO, GERENCIA E CHEFIA/ SALARIOS DE OPERARIOS	SALARIOS DE OPERARIOS QUALIFICADOS/ SALARIOS DE OPERARIOS NÃO-QUALIFICADOS
1961 (2o sem.)	100	100
1967 (2o sem.)	105	114
1970 (2o sem.)	169	128
1974	181	137
1976	180	131
1980 (2o sem.)	139	131

FONTE: "PRIL - Pesquisas em Relações Industriais Ltda." in Revista de Empresas Públicas, v.6, número 2 - abr./jun. de 1986.

TABELA 45

BRASIL - 1949/1978
TAXAS MEDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS
SALARIOS REAIS NA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO

DISCRIMINACAO	1949/59	1959/70	1970/74	1976/77	1977/78
Salário Médio do Pessoal Ocupado na Produção	2,2	2,2	5,1	7,6	7,5
Salário Médio do Pessoal Ocupado na Administração	4,5	2,6	10,0	6,3	7,5
Salário Médio Total	3,0	2,2	7,4	8,1	7,5

FONTE: IBGE, Indicadores Sociais, 1979.

TABELA 46

BRASIL - 1963/1979
 RELACAO ENTRE A REMUNERACAO MEDIA DO PESSOAL
 ADMINISTRATIVO E DE GERENCIA E O SALARIO MEDIO
 DOS OPERARIOS NA INDUSTRIA BRASILEIRA

ANOS	REMUNERACAO MEDIA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E DE GERENCIA/ SALARIO MEDIO DOS OPERARIOS
1963	1,96
1964	1,94
1965	1,85
1966	-
1967	2,11
1968	2,22
1969	2,23
1970	2,11
1971	-
1972	2,43
1973	2,48
1974	2,38
1975	1,81
1976	2,14
1977	2,10
1978	1,75
1979	1,95

FONTE: "IBGE, Censos Industriais, vários números" in Jose Márcio CAMARGO, Minimum Wage in Brazil; theory, policy and empirical evidence. Rio de Janeiro, PUC/RJ. (Texto para Discussao, 67).

TABELA 47

BRASIL - 1961/1984
RELACAO ENTRE SALARIO NOMINAL DE OPERARIOS
NAO-QUALIFICADOS DA INDUSTRIA E SALARIO-MINIMO

W.N.Q./MES a/		SALARIO-MINIMO		A/B
MES/ANO b/	VALORES NOMINAIS (A)	MES/ANO b/	VALORES NOMINAIS (B)	
09/1961	13.048,80	10/1961	13.216,00	0,98
03/1962	16.264,00	03/1962	13.216,00	1,15
03/1963	27.076,00	01/1963	21.000,00	1,29
02/1964	49.562,40	02/1964	42.000,00	1,18
01/1965	81.033,60	03/1965	66.000,00	1,23
08/1965	90.842,40			
01/1966	120.700,80	03/1966	84.000,00	1,44
09/1966	125.244,00			
02/03/1967	159,36	03/1967	105,00	1,52
09/1967	161,28			
12/1968	255,36	08/1968	129,60	
04/05/1969	255,36	05/1969	156,00	1,64
11/12/1969	316,08			
04/05/1970	326,40	05/1970	187,20	1,74
11/12/1970	364,32			
04/05/1971	351,36	05/1971	225,69	1,56
04/05/1972	427,80	05/1972	268,80	1,59
04/05/1973	555,60	05/1973	312,00	1,78
04/05/1974	709,92	05/1974	376,80	1,88
04/05/1976	984,86	05/1975	532,80	1,85
12/1976	1.805,28	05/1976	768,00	
04/05/1977	2.126,00	05/1977	1.106,40	1,92
05/1978	3.122,40	05/1978	1.560,00	2,00
05/1979	6.202,20	05/1979	2.268,00	2,29
11/11/1979	6.523,20	11/1979	2.932,80	2,22
05/06/1980	9.864,00	05/1980	4.149,80	2,37
11/1980	13.788,00	11/1980	5.788,80	2,38
05/1981	23.078,40	05/1981	8.464,80	2,73
12/1981	36.398,40	11/1981	11.928,00	3,05
06/1982	50.488,80	05/1982	16.608,00	3,04
12/1982	64.934,40	11/1982	23.568,00	2,75
06/1983	85.793,34	05/1983	34.776,00	2,47
04/1984	224.968,20	05/1984	97.176,00	2,31

FONTE: "PRIL - Pesquisas de Relações Industriais Ltda." in Revistas de Empresas Públicas, abr./jun. 1986.

Notas:

a/ Salários-hora transformados em mensais ao multiplicá-los por 240. Não computadas as horas extras.

b/ A referência é sempre apenas a mês e ano. Exemplo:

02/03/1967 significa fevereiro/março 1967, etc.

TABELA 48

BRASIL - 1970/1980
 TRINTA OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS ESTRATIFICADAS
 POR RENDA MÉDIA

OCUPAÇÕES	1970		1980		VARIACÃO SOBRE A 1970/8
	% PERCEPTORES	ÍNDICE DE RENDA	% PERCEPTORES	ÍNDICE DE RENDA	
01. Médico, etc.	0.3	864	0.4	553	+0.1
02. Prof. Indústria	0.3	722	0.3	497	=
03. Engenheiro, etc.	0.4	649	0.7	438	+0.3
04. Administrador Privado	1.0	460	1.4	361	+0.4
05. Proprietário Agrícola	0.7	357	0.9	348	+0.2
06. Administrador Público	0.3	398	0.3	318	=
07. Rep. de Comércio, Corretor	0.7	336	0.6	270	-0.1
08. Prop. e Aut. em Comércio e Serviços	3.0	259	4.0	266	+1.0
09. Caixas etc.	1.0	315	4.4	242	+3.4
10. Professor, exceto Primário	0.6	318	1.0	194	+0.4
11. Outros Profissionais	0.8	384	1.8	181	+1.0
12. Forças Armadas	1.7	209	1.7	154	=
13. Trab. em Transporte	3.9	139	4.4	127	+0.5
14. Datilógrafo	0.4	172	1.9	121	+1.5
15. Trab. Ind. Mecânica	2.6	136	3.4	116	+0.8
16. Trab. Ind. Metalúrgica	0.1	125	0.2	112	+0.1
17. Auxiliar de Oficina	3.4	159	4.3	102	+0.9
18. Enfermeira	0.7	151	0.9	91	+0.2
19. Professor Primário	1.9	111	1.8	89	-0.1
20. Vendedor Ambulante	1.2	91	1.2	84	=
21. Trab. Indústria (Outros)	7.6	89	9.7	80	+2.1
22. Trab. Servs. Pessoais (Outros)	4.2	98	6.2	79	+2.0
23. Trab. Pesca, Minas, Floresta	2.0	56	1.6	77	-0.4
24. Trab. Construção	4.7	91	6.3	76	+0.6
25. Trab. Comércio	2.7	83	3.4	74	+0.7
26. Trab. Agrícola Qualificado	0.3	82	0.5	68	+0.2
27. Trab. Indústria de Vestuário	2.0	69	2.4	64	+0.4
28. Trab. Agrícola Não-Qualificado	41.7	39	26.7	38	-15.0
29. Empregada Doméstica	5.7	34	5.6	27	-0.1
30. Outros	4.1	134	5.4	119	+1.3

FONTES: CEPAL, op. cit.

Renda Média Nacional = 100

TABELA 49

BRASIL - 1970/1981
 COEFICIENTE DE GINI (LIMITE INFERIOR) DA POPULACAO ECONOMICAMENTE
 ATIVA COM RENDIMENTOS, SEGUNDO SITUACAO DE DOMICILIO

SITUACAO DE DOMICILIO	1970	1972	1976	1977	1979	1981
TOTAL	0,552	0,622	0,590	0,589	0,574	0,562
Urbano	0,532	-	0,583	0,579	0,563	0,550
Rural	0,410	-	0,499	0,519	0,483	0,496

FONTE: "IBGE, Censo Demográfico de 1970 e PNAD's" in Indicadores 1979 e Indicadores Sociais 1984.

TABELA 50

NORDESTE E SAO PAULO - 1970/1981
 COEFICIENTE DE GINI (LIMITE INFERIOR) DA POPULACAO
 ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS

	1970	1976	1977	1979	1981
NORDESTE	0,520	0,564	0,562	0,560	0,569
SAO PAULO	0,513	0,548	0,547	0,527	0,517

FONTE: "IBGE, Censo Demográfico de 1970 e PNAD's" in Indicadores 1979 e Indicadores Sociais 1984.

TABELA 51

BRASIL - 1970/1979
 COEFICIENTE DE GINI (LIMITE INFERIOR) DA POPULACAO
 ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	1970	1976	1977	1979
Primário	0,414	0,510	0,569	0,526
Secundário	0,473	0,537	0,518	0,516
Terciário	0,547	0,605	0,597	0,581

FONTE: "IBGE, Censo Demográfico de 1970 e PNAD's" in Indicadores 1979 e Indicadores Sociais 1984.

TABELA 52

DISTRIBUICAO DA TERRA NO BRASIL E REGIOES: INDICE DE GINI (G),
 PROPORCAO DA AREA TOTAL CORRESPONDENTE A 50% DE ESTABELECIMENTOS
 MENORES (50-), AOS 10% MAIORES (10+) E AOS 5% MAIORES (5+),
 SEGUNDO O CENSO AGROPECUARIO DE 1980

REGIOES E BRASIL	G	50-	10+	5+
Norte	0,835	3,2	74,9	78,6
Nordeste	0,862	2,1	79,7	68,3
Sudeste	0,771	5,0	67,2	53,9
Sul	0,745	7,6	67,7	57,9
Centro-Oeste	0,845	2,3	77,0	65,3
Brasil	0,857	2,4	79,3	69,3

FONTE: R. KOFFMANN, Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira, 1987. Mimeo.

TABELA 53

BRASIL - 1920/1972
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA TERRA

PERCENTIL	CENSOS AGRICOLAS					CADASTRO DO INCRA	
	1920	1940	1950	1960	1970	1967	1972
10-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2
10	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
10	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7
10	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	1,0	1,4
10	1,5	1,5	1,4	1,3	1,3	1,5	1,5
10	2,0	2,2	2,0	2,0	1,9	2,0	2,0
10	2,7	3,1	2,9	3,1	3,0	2,8	2,9
10	4,7	4,9	4,5	4,7	4,9	4,5	4,5
10	10,7	9,5	9,0	9,1	9,6	9,8	8,9
10+	76,0	76,7	78,3	78,0	77,6	77,1	77,9
50-	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	3,5	3,8
5+	66,1	66,2	67,9	67,9	66,8	66,0	68,1
1+	41,9	43,0	44,6	44,5	42,8	44,3	46,0
Indice de	0,798	0,826	0,838	0,836	0,837	0,820	0,832
de	0,805	0,831	0,842	0,841	0,842	0,832	0,836
Gini	0,852	0,833	0,844	0,843	0,844	0,846	0,838

FONTE: Bernardo SORJ, Estado e classes sociais na agricultura brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

TABELA 54

BRASIL - 1970/1980
DISTRIBUICAO DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

INDICADORES	1970	1975	1980
Milhoes de estabelecimentos com declaração de área	4,9	5,0	5,2
Area total (milhoes ha)	294,1	323,9	369,6
Area media (ha)	60,0	64,9	71,7
Area mediana (ha)	9,3	8,9	9,7
Indice de Gini	0,844	0,855	0,859
50-	2,9	2,5	2,4
5+	67,0	68,7	69,7

FONTE: J. Graziano SILVA, op.cit.

TABELA 55

BRASIL: 1970/80
DISTRIBUICAO DA RENDA DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA NA
AGROPECUARIA, SEGUNDO A POSICAO NA OCUPACAO

POSICAO NA OCUPACAO	RENDIMENTO MEDIO			RENDIMENTO MEDIANO			COEFICIENTE DE GINI		50-		10+		5+	
	1970	1980	1970/80	1970	1980	1970/80	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
	(%)			(%)										
Empregado	0,65	1,02	57	0,57	0,87	52	0,320	0,358	28,7	27,0	24,7	29,1	15,9	20
Autônomo	0,75	1,66	121	0,58	0,95	64	0,383	0,539	25,2	17,2	30,0	44,8	19,6	33
Empregador	5,12	10,32	101	2,67	3,80	42	0,590	0,667	13,1	9,2	47,3	55,1	34,6	40
Total	0,81	1,63	102	0,58	0,92	58	0,424	0,554	23,6	17,4	35,0	48,8	25,7	38

FONTE: R. HOFFMAN, op.cit.

TABELA 56

BRASIL - 1970/1980
DISTRIBUICAO DAS FAMILIAS, SEGUNDO O RENDIMENTO FAMILIAR */

REGIAO	GINI		50-		10+	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
	Norte	0,529	0,562	17,1	14,2	43,3
Nordeste	0,593	0,614	14,1	11,9	49,7	50,0
Sudeste	0,585	0,564	12,9	14,2	45,5	44,2
Sul	0,547	0,560	15,9	14,5	43,9	44,2
Centro-Oeste	0,573	0,604	14,8	12,4	47,3	49,1
Brasil	0,608	0,597	12,1	12,2	48,3	47,1

FONTE: Helga HOFFMAN, in "A TRANSICAO Incompleta", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, v.2.

*/ Índice de Gini e percentagens de renda correspondentes aos 50% mais pobres (50-) e aos 10% mais ricos (10+).

TABELA 57

BRASIL - 1970 E 1977
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DAS FAMILIAS, POR NUMERO DE PESSOAS OCUPADAS,
SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA

GRUPOS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA	1970					1977				
	TOTAL	NENHUMA PESSOA OCUPADA	1 PESSOA	2 PESSOAS	3 PESSOAS E MAIS	TOTAL	NENHUMA PESSOA OCUPADA	1 PESSOA	2 PESSOAS	3 PESSOAS E MAIS
TOTAL	100,0	9,2	59,5	18,9	12,4	100,0	9,6	47,4	24,5	18,5
Sem rendimento	100,0	95,8	3,3	0,6	0,3	100,0	96,2	9,5	3,5	0,8
Ate 1/2 salário-mínimo	100,0	4,3	65,1	17,5	13,1	100,0	8,9	49,5	21,5	20,1
Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo	100,0	6,9	57,8	22,0	13,3	100,0	8,8	47,4	23,6	20,2
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	100,0	8,3	54,3	26,0	11,4	100,0	6,9	45,5	28,4	19,2
Mais de 2 salários-mínimos	100,0	10,2	54,5	28,4	6,9	100,0	7,8	48,5	32,4	11,3

FONTE: Dados básicos: IBGE, amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970 e dados da PNAD-77. In UNICEF/IBGE. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. Rio de Janeiro, 1982.

TABELA 58

 BRASIL - 1970/1980
 INDICADORES DE POBREZA ENTRE AS FAMILIAS */

REGIAO	H	I	P	FAMILIAS POBRES (%)	INSUF. DE RENDA (%)	% DA INSUF. DE RENDA NA RENDA TOTAL
Brasil	0,422	0,466	0,265	100,0	100,0	7,7
Norte	0,453	0,373	0,237	3,7	2,9	8,7
Nordeste	0,682	0,510	0,452	46,9	51,3	26,5
Sudeste	0,271	0,451	0,169	28,7	27,8	3,4
Sul	0,359	0,403	0,202	15,1	13,0	6,2
Centro-Oeste	0,462	0,404	0,257	5,7	4,9	8,8

FONTE: Helga HOFFMAN, op.cit.

*/ Considerou-se o rendimento mensal por família e uma linha de pobreza de Cr\$ 161,84 (equivalente ao salário-mínimo de agosto de 1980), de acordo com o Censo Demográfico de 1970.

OBS.: Para as definições "proporção de pobres" (H), "razão de insuficiência de renda" (I) e "Índice de pobreza de Sen" (P), ver R. HOFFMANN, *Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira*, ESALQ, 1987. Mimeo.

TABELA 59

 BRASIL - 1970/1980
 INDICADORES DE POBREZA ENTRE AS FAMILIAS */

REGIAO OU CONDIC DE DOMICILIO	H	I	P	FAMILIAS POBRES (%)	INSUF. DE RENDA (%)	% DA INSUF. DE RENDA NA RENDA TOTAL
Brasil	0,219	0,420	0,128	100,0	100,0	1,9
Norte	0,218	0,422	0,130	4,3	4,3	2,5
Nordeste	0,439	0,431	0,260	53,6	55,0	7,3
Sudeste	0,115	0,408	0,066	24,3	23,6	0,8
Sul	0,161	0,403	0,090	12,2	11,6	1,4
Centro-Oeste	0,202	0,406	0,115	5,6	5,5	1,7
Urbana	0,135	0,429	0,081	43,3	44,2	1,0
Rural	0,421	0,414	0,240	56,7	55,8	8,0

FONTE: Helga HOFFMAN, op.cit.

*/ Considerou-se o rendimento mensal por família e uma linha de pobreza equivalente a um salário-mínimo por família, conforme o Censo Demográfico de 1970.

TABELA 60

BRASIL - 1970/1980
 INDICADORES DE POBREZA ENTRE AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NA
 AGROPECUARIA, EXTRACAO VEGETAL E PESCA */

REGIAO	POSICAO NA OCUPACAO	H		I		P	
		1970	1980	1970	1980	1970	1980
Norte	EMP	0,807	0,462	0,350	0,283	0,379	0,186
	AUT	0,730	0,354	0,341	0,293	0,337	0,147
	PAT	0,228	0,107	0,246	0,326	0,079	0,059
	TOTAL	0,737	0,373	0,342	0,290	0,341	0,154
Nordeste	EMP	0,965	0,869	0,535	0,393	0,638	0,470
	AUT	0,916	0,742	0,536	0,424	0,605	0,431
	PAT	0,291	0,292	0,350	0,350	0,139	0,143
	TOTAL	0,923	0,785	0,535	0,410	0,609	0,442
SE excl. SP	EMP	0,898	0,666	0,492	0,314	0,556	0,296
	AUT	0,831	0,465	0,500	0,336	0,520	0,221
	PAT	0,195	0,078	0,344	0,291	0,092	0,032
	TOTAL	0,837	0,565	0,495	0,320	0,320	0,256
SP	EMP	0,751	0,428	0,360	0,289	0,366	0,176
	AUT	0,616	0,218	0,377	0,305	0,311	0,094
	PAT	0,082	0,037	0,258	0,289	0,030	0,015
	TOTAL	0,682	0,370	0,365	0,291	0,336	0,153
Sul	EMP	0,773	0,589	0,409	0,334	0,421	0,278
	AUT	0,636	0,341	0,396	0,355	0,338	0,170
	PAT	0,151	0,089	0,281	0,309	0,060	0,039
	TOTAL	0,658	0,423	0,399	0,344	0,352	0,206
C.Oeste	EMP	0,852	0,506	0,381	0,291	0,428	0,210
	AUT	0,786	0,436	0,390	0,319	0,404	0,197
	PAT	0,105	0,076	0,262	0,284	0,039	0,031
	TOTAL	0,785	0,452	0,387	0,304	0,400	0,195
Brasil	EMP	0,869	0,672	0,466	0,350	0,522	0,330
	AUT	0,806	0,553	0,479	0,392	0,494	0,301
	PAT	0,180	0,125	0,320	0,326	0,080	0,053
	TOTAL	0,814	0,595	0,474	0,369	0,494	0,307

FONTE: Rodolfo HOFFMAN; op. cit.

*/ Considerou-se a seguinte classificacao: Empregados (EMP), Autônomos (AUT) ou Empregadores (PATROES, PAT), de acordo com os Censos Demográficos de 1970 e 1980. Proporcao de Pobres (H), Razao de Insuficiencia de Renda (I) e Indice de Pobreza de SEN (P), adotando uma linha de pobreza de um salário-mínimo de 1980 e seu equivalente em 1970.

TABELA 61

BRASIL - 1970/1980
DISTRIBUICAO DAS PESSOAS E DAS PESSOAS POBRES ECONOMICAMENTE
ATIVAS NA AGROPECUARIA, EXTRACAO VEGETAL E PESCA a/

REGIAO	POSICAO NA OCUPACAO	DISTRIBUICAO DA PEA NAS 3 POSICOES NA OCUPACAO (E No. TOTAL EM 1.000)		DISTRIBUICAO DA PEA POBRE NAS 3 POSICOES NA OCUPACAO (E No. TOTAL EM 1.000) b/	
		1970	1980	1970	1980
Norte	EMP	16,2	20,4	17,8	25,3
	AUT	82,7	78,4	81,9	74,4
	PAT	1,1	1,2	0,3	0,3
	TOTAL	(459)	(619)	(338)	(231)
Nordeste	EMP	27,3	40,2	28,6	44,5
	AUT	71,7	58,1	71,1	54,9
	PAT	1,0	1,7	0,3	0,6
	TOTAL	(4.179)	(4.389)	(3.857)	(3.447)
SE excl. SP	EMP	39,2	60,0	42,1	70,6
	AUT	57,6	34,8	57,2	28,7
	PAT	3,2	5,2	0,7	0,7
	TOTAL	(1.911)	(1.761)	(1.599)	(996)
SP	EMP	60,3	76,1	66,4	88,0
	AUT	36,8	19,5	33,2	11,5
	PAT	2,9	4,4	0,4	0,5
	TOTAL	(1.088)	(1.053)	(742)	(389)
Sul	EMP	24,5	36,7	28,8	51,0
	AUT	73,1	60,0	70,7	48,3
	PAT	2,4	3,3	0,5	0,7
	TOTAL	(3.933)	(1.757)	(1.271)	(744)
C.Oeste	EMP	25,3	48,3	27,5	54,1
	AUT	72,1	46,6	72,1	45,0
	PAT	2,6	5,1	0,4	0,9
	TOTAL	(718)	(776)	(563)	(351)
Brasil	EMP	31,8	46,0	34,0	52,1
	AUT	66,2	50,9	65,5	47,3
	PAT	2,0	3,1	0,4	0,6
	TOTAL	(10.287)	(10.356)	(8.369)	(6.158)

FONTE: Idem, Tabela 60.

Notas:

a/ Considerou-se a seguinte classificacao: Empregados (EMP), Autônomos (AUT) ou Empregadores (PATROES, PAT), de acordo com os Censos Demográficos de 1970 e 1980.

b/ Sao considerados pobres os que ganham ate 1 salário-mínimo em 1980 ou o seu equivalente em 1970.

TABELA 62

BRASIL - 1979/1986
DADOS MACROECONOMICOS BASICOS
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

PERIODO	P R O D U T O										I N V E S T I M E N T O S	
	PIB		SETORES			INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO					FBCF	EMPRESAS ESTATAIS (FEDERAIS)
	TOTAL	PER CAPITA	AGRICUL- TURA	INDUSTRIA	SERVICOS	TOTAL	CATEGORIA DE USO					
							BI	BK	BCD	BCND		
1979/80	8,1	5,5	7,2	8,0	8,8	8,0	8,0	9,2	8,2	13,0	5,4	6,5
1981	(3,4)	(5,7)	6,1	(9,2)	(0,9)	(10,4)	(11,1)	(19,4)	(24,9)	1,2	(13,3)	(0,4)
1982	0,9	(1,5)	(1,9)	(0,1)	2,2	(0,4)	2,5	(14,9)	8,0	2,1	(5,4)	3,4
1983	(2,5)	(4,9)	1,8	(6,6)	(0,4)	(6,1)	(3,0)	(19,3)	(0,8)	(4,6)	(17,0)	(28,9)
1984	5,7	3,1	3,1	6,1	5,9	6,1	10,3	14,7	(7,5)	1,9	4,1	(2,4)
1985	8,3	5,6	8,8	9,0	7,7	8,3	7,2	12,3	15,1	7,9	11,6	6,2
1986 */	8,2	5,6	(7,3)	12,1	8,3	11,3	8,4	21,6	20,3	8,8	19,8	n.d.

FONTE: IBRE/FGV e SEST in IPEA/IMPES, Perspectivas da Economia Brasileira, 1987.

*/ Estimativas.

TABELA 63

BRASIL - 1979/1985
 ESTIMATIVAS DE EMPREGO ANUAL POR ATIVIDADES ECONOMICAS SELECIONADAS
 BASE: PAINEL RAIS E RAIS EM 31/12/85

(em milhares)

ATIVIDADES	ANOS							
	(EM 31 DE DEZEMBRO)	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EXTRATIVA MINERAL		133.0	138.0	131.1	130.0	123.0	128.0	136.0
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		5.144.0	5.278.0	4.760.0	4.733.0	4.410.0	4.662.0	5.080.0
Ind.de prod. de minerais nao-metálicos		325.0	335.0	297.0	286.0	245.0	242.0	268.0
Ind.metalgica		655.0	677.0	580.0	558.0	505.0	547.0	592.0
Ind.mecânica		374.0	391.0	340.0	306.0	277.0	306.0	348.0
Ind.de mat.eletrico e comunicacoes		304.0	320.0	276.0	272.0	244.0	259.0	289.0
Ind.de material de transporte		358.0	371.0	295.0	315.0	289.0	345.0	377.0
Ind.de madeira		241.0	246.0	208.0	199.0	182.0	183.0	196.0
Ind.de mobiliário		168.0	166.0	150.0	156.0	136.0	139.0	158.0
Ind. de papel e papelao		129.0	136.0	123.0	123.0	115.0	122.0	129.0
Ind.química		226.0	233.0	222.0	218.0	212.0	221.0	233.0
Ind.prod.materias plásticas		146.0	154.0	137.0	138.0	125.0	136.0	155.0
Ind.têxtil		475.0	471.0	418.0	410.0	355.0	375.0	416.0
Ind.vestuário, calçados e art.tecidos		448.0	466.0	460.0	489.0	482.0	515.0	560.0
Ind.prod.alimentares		620.0	639.0	638.0	640.0	652.0	658.0	685.0
Ind.de editorial e gráfica		165.0	160.0	149.0	151.0	140.0	142.0	154.0
UTILIDADES PUBLICAS		280.0	291.0	281.0	285.0	279.0	279.0	294.0
CONSTRUCAO CIVIL		1.337.0	1.285.0	1.263.0	1.155.0	798.0	766.0	820.0
COMERCIO		2.838.0	2.819.0	2.680.0	2.653.0	2.524.0	2.493.0	2.585.0
SERVICOS		5.760.0	5.921.0	5.866.0	5.894.0	5.660.0	5.839.0	6.112.0
Serv.de transporte		812.0	841.0	821.0	803.0	783.0	831.0	867.0
Serv.de comunicacoes		289.0	296.0	299.0	295.0	205.0	238.0	255.0
Serv.de alojamento e alimentacao		424.0	413.0	393.0	390.0	373.0	359.0	371.0
Serv.pessoais		598.0	620.0	628.0	627.0	600.0	609.0	636.0
Serv.comerciais		1.296.0	1.316.0	1.277.0	1.308.0	1.228.0	1.278.0	1.373.0
Entidades financeiras		755.0	780.0	799.0	930.0	867.0	935.0	986.0
ADMINISTRACAO PUBLICA		3.133.0	3.308.0	3.512.0	3.733.0	3.837.0	4.140.0	4.395.0
T O T A L		19.414.0	19.863.0	19.288.0	19.426.0	18.677.0	19.378.0	20.492.0

FORNTE: BRASIL. Ministerio do Trabalho, RAIS.

TABELA 64

BRASIL - 1979/1985
 INDICES DE EMPREGO ANUAL POR ATIVIDADES ECONOMICAS SELECIONADAS
 BASE: PAINEI RAI S (1979 = 100)

ATIVIDADES	ANOS							
	(EM 31 DE DEZEMBRO)	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EXTRATIVA MINERAL	100,00	103,82	98,68	97,85	92,58	96,33	102,36	
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	100,00	102,60	92,53	92,01	85,72	90,63	98,75	
Ind.de prod. de minerais neo-metálicos	100,00	102,95	91,22	87,98	75,41	74,43	82,41	
Ind.metaldrgica	100,00	103,40	88,57	85,25	77,11	83,46	90,40	
Ind.mecânica	100,00	104,69	91,10	81,90	74,25	81,86	93,12	
Ind.de met.eletrico e comunicaçoes	100,00	105,14	90,74	89,37	80,10	85,12	95,00	
Ind.de material de transporte	100,00	103,73	82,46	88,10	80,59	96,29	105,28	
Ind.de madeira	100,00	102,14	86,61	82,73	75,62	76,13	81,45	
Ind.de mobiliário	100,00	98,81	89,07	92,76	81,04	82,66	94,01	
Ind. de papel e papelao	100,00	105,12	95,62	95,03	89,12	94,47	105,12	
Ind.química	100,00	103,04	98,17	96,24	93,77	97,46	102,88	
Ind.prod.materias plásticas	100,00	105,79	93,83	94,64	85,40	92,95	106,14	
Ind.têxtil	100,00	99,04	87,88	86,33	74,74	78,90	87,55	
Ind.vestuário, calçados e art.tecidos	100,00	104,03	102,72	109,03	107,66	114,83	124,96	
Ind.prod.alimentares	100,00	103,12	102,93	103,29	105,24	106,21	110,52	
Ind.de editorial e gráfica	100,00	96,83	90,17	91,30	84,74	85,66	93,17	
UTILIDADES PUBLICAS	100,00	104,04	100,25	101,87	99,54	99,74	105,04	
CONSTRUCAO CIVIL	100,00	96,06	94,40	86,37	59,64	57,30	61,31	
COMERCIO	100,00	99,35	94,45	83,48	88,94	87,85	91,09	
SERVICIOS	100,00	102,80	101,85	102,34	98,28	101,38	106,12	
Serv.de transporte	100,00	103,51	101,14	98,83	96,44	102,27	106,75	
Serv.de comunicaçoes	100,00	102,63	103,43	102,11	70,89	82,23	88,27	
Serv.de alojamento e alimentação	100,00	97,52	92,84	92,04	88,05	84,67	87,55	
Serv.pessoais	100,00	103,74	104,97	104,83	100,37	101,94	106,39	
Serv.comerciais	100,00	101,51	98,53	100,93	94,71	98,61	105,92	
Entidades financeiras	100,00	103,30	105,72	109,86	114,78	123,82	130,51	
ADMINISTRACAO PUBLICA	100,00	105,60	112,09	119,15	122,48	132,13	140,28	
T O T A L	100,00	102,31	99,35	100,06	96,20	99,81	105,55	

FONTE: BRASIL. Ministerio do Trabalho, RAIS.

TABELA 65

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1985
 ÍNDICES DE EMPREGO ANUAL POR ATIVIDADES ECONÔMICAS SELECIONADAS
 BASE: PAINEL RAIS (1970 = 100)

ATIVIDADES	ANOS							
	(EM 31 DE DEZEMBRO)	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EXTRATIVA MINERAL	100,00	101,02	94,28	87,92	70,51	66,78	67,21	
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	100,00	100,77	86,09	85,17	76,94	83,18	91,49	
Ind.de prod. de minerais não-metálicos	100,00	100,35	86,82	81,87	69,16	70,24	76,06	
Ind.metalúrgica	100,00	102,74	84,13	81,44	73,28	79,19	86,62	
Ind.mecânica	100,00	104,59	89,42	82,11	71,94	75,95	86,26	
Ind.de mat.eletrico e comunicações	100,00	102,12	83,27	83,18	75,15	79,47	86,39	
Ind.de material de transporte	100,00	102,40	75,12	80,54	75,18	97,88	109,52	
Ind.de madeira	100,00	98,18	86,61	83,77	79,36	77,27	82,99	
Ind.de mobiliário	100,00	99,02	86,78	89,71	77,66	83,87	92,91	
Ind. de papel e papelão	100,00	103,18	90,48	90,61	83,36	90,16	94,96	
Ind.química	100,00	101,50	91,28	86,58	83,84	85,89	89,74	
Ind.prod.materias plásticas	100,00	103,04	91,37	93,86	85,80	92,38	107,55	
Ind.têxtil	100,00	89,56	80,19	78,30	63,11	67,88	73,83	
Ind.vestuário, calçados e art.tecidos	100,00	99,92	96,55	98,90	91,79	92,50	104,70	
Ind.prod.alimentares	100,00	101,20	97,29	91,82	90,23	86,10	88,84	
Ind.de editorial e gráfica	100,00	97,37	89,86	90,36	78,86	82,47	93,11	
CONSTRUÇÃO CIVIL	100,00	104,86	111,20	98,30	71,02	72,89	78,39	
COMÉRCIO	100,00	98,62	93,83	92,67	88,72	87,88	91,37	
SERVIÇOS	100,00	100,49	99,64	98,68	95,04	98,25	103,48	
Serv.de transporte	100,00	102,85	100,82	89,90	90,85	92,93	97,31	
Serv.de comunicações	100,00	97,84	96,72	95,23	68,72	81,16	81,83	
Serv.de alojamento e alimentação	100,00	96,80	93,93	92,44	91,97	88,44	94,71	
Serv.pessoais	100,00	100,16	99,67	98,30	94,25	98,64	103,22	
Serv.comerciais	100,00	99,51	99,02	102,13	91,76	94,71	100,23	
Entidades financeiras	100,00	102,16	104,80	106,45	113,66	121,26	131,38	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	100,00	100,91	103,61	107,11	107,15	109,10	116,30	
T O T A L	100,00	100,67	94,22	93,38	88,57	92,02	98,31	

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho, RAIS.

TABELA 66

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1979/1986
ESTIMATIVA DO EMPREGO FORMAL, TOTAL E RAMOS SELECIONADOS (31/12)
EM NUMEROS ABSOLUTOS E INDICES (31/12/79 = 100)

(Em 1.000 pessoas)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985 a/	1986 b/
TOTAL	4268.1 100	4296.7 100.7	4021.4 94.2	3985.5 93.4	3780.2 88.6	3927.5 92.0	4168.6 97.7	4361.0 102.2
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1627.5 100	1640.0 100.8	1401.1 86.1	1386.1 85.2	1242.2 76.9	1353.7 83.2	1447.8 88.6	1574.1 96.7
DURAVEIS E BENS DE CAPITAL c/	753.7 100	775.3 102.9	623.6 82.7	616.0 81.7	555.3 73.7	627.0 83.2	-	-
CONSUMO NAO-DURAVEIS d/	340.7 100	325.8 95.6	304.9 89.5	300.5 88.2	268.4 78.8	273.3 80.2	-	-
CONSTRUCAO CIVIL	202.3 100	212.1 104.8	224.9 111.2	198.8 98.3	143.7 71.0	147.4 72.9	155.7 76.9	-
SERVICOS	1245.3 100	1251.4 100.4	1240.8 99.6	1228.9 98.6	1183.6 95.0	1223.5 98.2	1292.9 103.8	1430.9 114.9
ADMINISTRACAO PUBLICA	581.9 100	587.2 100.9	602.9 103.6	623.3 107.1	623.5 107.1	634.9 109.1	640.1 110.0	644.7 110.8

FORTE: RAIS (MTb) e "4923" (MTb).

Notas:

a/ Aproximação, aplicando-se o Índice Mensal do Nível de Emprego (MTB/4923) à RAIS.

b/ Idem, até julho de 1986.

c/ Metalúrgica, Mecânica, Mat. Elétrica e Comunicações, Mat. de Transporte.

d/ Têxtil, Vestuário, Calçados e Art.Tecidos, Prod. Alimentares.

TABELA 67

GRANDE SAO PAULO - 1979/1986
NIVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Media Anual	155,7	160,1	146,4	139,5	126,2	122,3	136,6	152,1
Media 1o Trimestre	154,0	157,7	156,8	139,4	131,0	120,3	132,9	145,8
Media 2o Trimestre	155,7	159,9	147,9	140,6	127,0	121,0	134,2	148,2
Media 3o Trimestre	156,4	161,4	141,7	140,8	125,0	122,4	137,4	155,1
Media 4o Trimestre	156,8	161,2	139,3	137,2	122,0	125,3	142,0	159,0

FONTE: FIESP, Índice de Emprego Industrial. Base Dezembro 1970 = 100.

TABELA 68

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1979/1983
DINAMICA DE OCUPACAO E RENDIMENTO DA POPULACAO
ECONOMICAMENTE ATIVA

	CRESC.ABSOLUTO (1.000)	QUEDA NO RENDI- MENTO MEDIO (%)
1. Empregados c/carteira	-242	30
1.1. Na ind. de transf.	-308	26
2. Empregados s/carteira	312	42
3. Conta própria c/previdencia	22	30
4. Conta própria s/previdencia	103	41
5. Desempregados	271	-
6. Empregadores	-20	37
7. Nao-remunerados	2	-
8. PEA	448	-

FONTE: IBGE, PNAD's 1979 e 1983, Tabulações Especiais.

OBS.: Rendimentos a preços de 1979, deflacionados pelo ICV/SP (FIPE).

TABELA 69

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1983
 RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO E NÚMERO
 DE PESSOAS (1.000), SEGUNDO POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO

	1979		1983	
	REND.	Nº	REND.	Nº
1. Assalariados com carteira assinada	11.426	3.402	8.008	3.160
1.1. Na ind. de transf.	11.710	1.722	8.686	1.414
2. Assalariados sem carteira assinada	8.405	708	4.906	1.020
3. Conta própria que contribuem para a Previdência Social	16.895	327	11.833	349
4. Conta própria que não contribuem para a Previdência Social	7.217	286	4.252	389
5. Empregadores	35.663	214	22.586	194
6. Desempregados		168		439
7. Não-remunerados		59		61
PEA		5.178		5.626
População		12.359		13.284

FONTE: IBGE, PNAD's 1979 e 1983, *Tabulações Especiais*.

OBS.: Rendimentos a preços de 1979, deflacionados pelo ICV-SP (FIPE).

TABELA 70

REGIÕES METROPOLITANAS DE RECIFE, SALVADOR, BELO HORIZONTE,
RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE - 1982/1987
MÉDIAS DAS TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO

MESES	A N D S					
	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro		6,30	7,45	6,31	4,18	3,19
Fevereiro		6,14	7,82	6,12	4,40	3,38
Março		7,02	7,81	6,48	4,39	3,28
Abril	6,69	7,17	7,71	6,08	4,17	3,39
Maió	6,18	7,03	8,28	5,93	4,08	
Junho	5,81	6,90	7,57	5,63	3,76	
Julho	5,89	6,82	7,28	5,35	3,60	
Agosto	5,80	7,00	7,32	5,03	3,50	
Setembro	5,47	7,12	6,77	4,77	3,23	
Outubro	5,15	6,75	6,48	4,28	2,98	
Novembro	4,71	6,51	6,10	3,90	2,64	
Dezembro	4,00	5,63	4,80	3,15	2,16	

FONTE: PME -IBGE.

OBS.: Pessoas de 15 anos e mais.

TABELA 71

GRANDE SÃO PAULO - 1985/1986
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO E OCULTO POR TRABALHO
PRECARIO E DESALENTO

TRIMESTRES	DESEMPREGO ABERTO		OCULTO PELO TRABALHO PRECARIO a/		OCULTO PELO DESALENTO b/	
	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Janeiro a Março	8,9	7,3	3,2	2,5	1,8	1,7
Abril a Junho	8,7	6,6	3,1	2,2	1,7	1,4
Julho a Setembro	7,2	5,7	3,0	2,0	1,7	1,7
Setembro a Dezembro	5,8	4,4	2,3	1,4	1,7	1,5

FONTE: SEADE/DIEESE.

Notas:

a/ "Desemprego oculto pelo trabalho precário: realiza, de forma irregular, algum trabalho remunerado ou não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho".

b/ "Desemprego oculto pelo desalento: não possui nenhum trabalho, não procurou nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto, procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás.

TABELA 72

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO
 MAIO/JUNHO/JULHO - 1986
 TAXAS ESPECIFICAS DE DESEMPREGO ABERTO,
 SEGUNDO ALGUMAS CARACTERISTICAS

	Taxas
Idade	
10 - 14	23.9
15 - 17	15.6
18 - 24	8.6
25 - 39	3.5
40 e +	2.3
Sexo	
Homens	4.5
Mulheres	8.4
Cor	
Branca	5.5
Nao branca	7.3
Posiçao no Domicilio	
Chefes	2.0
Demais	9.0
TOTAL	6.0

FONTE: Pesquisa de Emprego e Desemprego,
 Convênio SEADE/DIEESE.

TABELA 73

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1980/1986
RENDIMENTO MEDIO DOS EMPREGADOS

(Em Cz\$ de março de 1986)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Janeiro	-	2.981	3.090	3.144	2.580	2.406	2.743
Fevereiro	3.162	2.924	2.991	2.998	2.479	2.404	2.696
Março	3.232	2.925	3.029	2.903	2.367	2.332	2.803
Abril	3.175	3.069	3.035	2.877	2.292	2.311	2.976
Maió	3.437	3.133	3.041	2.998	2.485	2.555	3.098
Junho	3.308	3.216	3.024	2.916	2.451	2.634	3.099
Julho	3.285	3.210	3.006	2.638	2.444	2.607	3.275
Agosto	3.237	3.053	2.949	2.540	2.469	2.617	3.353
Setembro	3.235	3.003	2.979	2.387	2.356	2.597	3.411
Outubro	2.999	3.021	3.009	2.331	2.366	2.605	3.461
Novembro	3.389	3.472	3.422	2.674	2.685	2.949	-
Dezembro	4.495	4.795	4.327	3.435	3.024	3.325	-
Julho/Setembro							
Media	3.252	3.088	2.978	2.521	2.423	2.607	3.346
Índice	100,0	95,0	91,6	77,5	74,5	80,2	102,9

FONTE: PME/IBGE, Tabulação Especial.

OBS.: Deflacionado pelo INPC sem expurgo - Março 1986 = 100.

TABELA 74

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1979/1986
RENDIMENTO MEDIO MENSAL DA OCUPACAO PRINCIPAL
DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA

DEFLATOR	1979	1983	1984	1985	1986
IGP-DI nao ajustado	100,0	57,5	53,5	58,2	72,6
INPC	100,0	67,6	67,6	75,1	87,8
FIPE- Total	100,0	76,8	84,5	99,0	127,2
FIPE-Alimentação	100,0	66,6	74,0	83,1	108,5
DIEESE-TOTAL	100,0	67,3	71,5	76,4	88,0
DIEESE-Alimentação	100,0	58,4	63,5	68,6	84,5

FONTE: PNADs - IBGE e PME's 1986 (setembro).

TABELA 75

REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1980/1986
 MASSA SALARIAL
 (RENDIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL)

(Em Cz\$ milhoes de março de 1986)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Janeiro	-	9.780	9.399	11.562	9.213	9.439	10.688
Fevereiro	10.330	9.795	9.565	10.983	9.060	9.544	10.671
Março	10.662	9.619	10.419	10.915	8.893	9.234	11.166
Abril	10.138	9.877	11.007	10.806	8.819	9.182	12.364
Maiο	11.464	10.088	11.602	11.256	9.625	10.138	12.943
Junho	11.090	10.104	11.274	10.881	9.569	10.360	12.692
Julho	11.155	10.159	11.197	9.772	9.429	10.200	13.513
Agosto	11.096	9.605	10.911	9.303	9.797	10.319	14.080
Setembro	11.101	9.422	11.129	8.540	9.364	10.421	14.386
Outubro	10.305	9.435	11.540	8.304	9.417	10.567	14.598
Novembro	11.350	10.205	12.891	9.222	10.571	11.810	-
Dezembro	14.578	14.015	16.076	11.938	11.676	13.120	-
Julho/Setembro							
Media	11.117	9.728	11.079	9.205	9530	10.313	13.999
Indice	100,0	75,5	99,7	82,8	85,7	92,8	125,8

FONTE: PME/IBGE, Tabulação Especial.

OBS.: Deflacionado pelo INPC sem expurgo - Março 1986 = 100.

TABELA 76

BRASIL - 1985
SALARIO MEDIO DOS EMPREGADOS CHEFES DE FAMILIA E
DIFERENCIAIS DE SALARIO POR GRUPO DE OCUPACAO */

OCUPACAO	SALARIO MEDIO (EM SALARIOS-MINIMOS)		DIFERENCIAL DE SALARIO MEDIO DOS ESC EM
	EMPREGADOS COM CARTEIRA	EMPREGADOS SEM CARTEIRA	RELACAO A ECC (%)
Técnicas, Científicas e Assemelhadas	19,7	14,6	-25,9
Auxiliares Técnicas, Científicas e Assem.	8,4	5,5	-34,5
Agropecuária, Prod. Extr. Vegetal e Animal	3,3	1,1	-66,7
Construção Civil	2,4	1,8	-25,0
Ind. Mecânica, Metalúrgica e Elétrica	4,8	2,7	-43,8
Ind. Madeira, Móveis, Gráfica, Cer. Vidros	3,4	2,8	-17,6
Alimentação, Bebidas, Têxtil, Vestuário e Couro	2,8	2,1	-25,0
Comércio e Ativ. Auxiliares	5,8	5,2	- 5,5
Transportes e Comunicações	4,0	3,5	-12,5
Prestação de Serviços	2,2	1,8	-18,2
Administrativas	11,3	7,7	-31,9
Defesa Nacional, Segurança e Adm. Pública	4,7	14,5	208,5
Outras Mal Definidas ou Não-Declaradas	5,1	3,2	-37,3
Total	6,3	3,8	-39,7

FONTE: IBGE, PNAD, 1987 in Ricardo Paes de BARROS & Simone VARANDAS, Uma avaliação do impacto da carteira de trabalho sobre as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

*/ Foram excluídos da amostra os empregados da Administração Pública.

TABELA 77

BRASIL - 1979/1985 */
 VARIACAO DO RENDIMENTO MEDIO DAS PESSOAS
 OCUPADAS NA RECESSAO E NA RECUPERACAO
 SEGUNDO GRUPOS DE DISTRIBUICAO DE RENDA

GRUPOS DE DISTRIBUICAO DE RENDA	1979/83 (%)	1983/85 (%)
1 +	-16,6	34,3
5 +	-17,0	26,8
10 +	-16,6	24,0
15 +	-16,0	22,7
15+ - 50 -	-16,4	15,5
50 -	-21,4	10,8
20 -	-20,5	5,2
10 -	-16,2	- 8,8
TOTAL	-17,0	18,7

FONTE: Com base na Tabela A.4 in IPEA/
 INPES. Perspectivas da Economia
 Brasileira. Rio de Janeiro, 1987
 Dados básicos das Pesquisas Na-
 cionais por Amostras de Domicí-
 lios, IBGE.

*/ Base 1979 = 100.

TABELA 78

BRASIL - 1979/1985
DISTRIBUICAO DO RENDIMENTO MENSAL DA POPULACAO
ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO a/

ANO	G b/	50-	10+	5+
1979 c/	0,585	13,7	47,3	34,4
1981 d/	0,572	14,2	45,5	32,7
1983 d/	0,591	13,2	47,1	33,8
1984 d/	0,587	13,2	46,9	33,4
1985 d/	0,599	12,6	48,0	34,5

FONTE: Para 1979 a 1983: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1985, p.670; para 1984 e 1985: índices calculados a partir dos dados das PNADs. in R. HOFFMAN, op.cit.

Notas:

a/ De acordo com as PNADs's de 1979, 1981, 1983, 1984 e 1985: Índice de Gini (G), Porcentagem da renda correspondente aos 50% mais pobres (50-), aos 10% mais ricos (10+) e aos 5% mais ricos (5+).

b/ Média ponderada dos valores mínimos e máximos.

c/ Excluída a população da zona rural da região Norte e dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

d/ Excluída a população da zona rural da região Norte.

TABELA 79

BRASIL - 1981/1985
 DISTRIBUICAO DO RENDIMENTO MENSAL DA POPULACAO ECONOMICAMENTE
 ATIVA COM RENDIMENTO, SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO a/

SITUACAO DO DOMICILIO	ANO	G b/	50-	10+	5+
Urbana	1981	0,561	14,7	44,2	31,1
	1983	0,579	13,6	45,6	32,1
	1984	0,579	13,4	45,8	32,1
	1985	0,589	13,0	46,9	33,2
Rural c/	1981	0,507	17,9	40,3	28,9
	1983	0,529	17,0	43,0	31,0
	1984	0,526	17,4	42,9	31,0
	1985	0,548	16,2	44,5	32,4

FONTE: Para 1981 e 1983: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1985, p.670;
 para 1984 e 1985: índices calculados a partir dos dados das PNADs
 in R. HOFFMAN, op.cit.

Notas:

a/ De acordo com as PNAD's de 1981, 1983, 1984 e 1985: Índice de Gini (G),
 Porcentagem da renda correspondente aos 50% mais pobres (50-), aos 10%
 mais ricos (10+) e aos 5% mais ricos (5+).

b/ Média ponderada dos valores mínimo e máximo.

c/ Exclui-se a população da zona rural da região Norte.

TABELA 80

BRASIL - 1985
DISTRIBUICAO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA

RENDA FAMILIAR PER CAPITA (EM SALARIOS-MINIMOS)	FAMILIAS (EM MIL)			PESSOAS (EM MIL)		
	NUMERO	%	% AC.	NUMERO	%	% AC.
Ate 1/4 s.m. */	4.692	14,7	14,7	24.444	18,7	18,7
De 1/4 a 1/2 s.m.	6.374	19,9	34,6	28.728	22,0	40,7
De 1/2 a 1 s.m.	7.860	24,6	59,2	31.844	24,4	65,1
De 1 a 2 s.m.	6.462	20,2	79,4	23.872	18,3	83,4
De 2 a 3 s.m.	2.471	7,7	87,1	8.469	6,5	89,9
De 3 a 5 s.m.	2.121	6,6	93,7	7.008	5,4	95,3
De 5 a 10 s.m.	1.404	4,4	98,1	4.477	3,4	98,7
De 10 a 20 s.m.	484	1,5	99,6	1.370	1,0	99,7
Mais de 20 s.m.	134	0,4	100,0	316	0,3	100,0
Sem declaracao	214	-	-	883	-	-
TOTAL	32.215	-	-	131.411	-	-

FONTE: IBGE, "PNAD/85: Tabulações Especiais", in Nelson do Valle SILVA, O Estado Social da Nação em 1985. 1987. Mimeo.

*/ Inclui famílias sem rendimentos.

TABELA 81

BRASIL E REGIÕES - 1985
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA MISÉRIA E DA POBREZA,
POR FAMÍLIAS E PESSOAS */

REGIÕES	FAMÍLIAS (EM MIL)				PESSOAS (EM MIL)			
	ATE 1/4	X	ATE 1/2	X	ATE 1/4	X	ATE 1/2	X
	S.M.		S.M.		S.M.		S.M.	
0. Brasil	4.692	100,0	11.066	100,0	24.444	100,0	53.172	100,0
0.1. Urbano	2.278	48,6	6.384	57,7	10.651	43,6	29.150	54,8
0.1.1. Metropolitano	706	15,0	2.108	19,0	3.110	12,7	9.471	17,8
0.1.1. Não-Metropolitano	1.572	33,6	4.376	38,7	7.541	30,9	19.679	37,0
0.2. Rural	2.414	51,4	4.682	42,3	13.793	56,4	24.022	45,2
1. Norte	88	1,9	254	2,2	445	1,8	1.325	2,5
1.1. Urbano	88	1,9	254	2,2	445	1,8	1.325	2,5
1.1.1. R.M. Belem	21	0,5	63	0,5	85	0,3	287	0,6
1.1.2. Não-Metropolitano	67	1,4	191	1,7	360	1,5	1.038	1,9
2. Nordeste	2.653	56,5	5.161	46,6	14.524	59,4	25.830	48,6
2.1. Urbano	1.026	21,9	2.391	21,6	5.101	20,9	11.369	21,4
2.1.1. R.M. Recife	94	2,0	236	2,1	433	1,8	1.099	2,1
2.1.2. R.M. Fortaleza	61	1,3	170	1,5	305	1,2	828	1,6
2.1.3. R.M. Salvador	44	0,9	132	1,2	206	0,9	639	1,2
2.1.4. Não-Metropolitano	827	17,7	1.853	16,8	4.157	17,0	8.803	16,5
2.2. Rural	1.627	34,6	2.770	25,0	9.423	38,5	14.461	27,2
3. Sudeste	1.230	26,2	3.511	31,7	5.925	24,2	16.076	30,2
3.1. Urbano	824	17,6	2.574	23,3	3.592	14,7	11.321	21,3
3.1.1. R.M. Rio de Janeiro	178	3,8	570	5,2	724	3,0	2.401	4,5
3.1.2. R.M. São Paulo	170	3,6	480	4,3	714	2,9	2.147	4,0
3.1.3. R.M. Belo Horizonte	61	1,4	187	1,7	301	1,2	883	1,7
3.1.4. Não-Metropolitano	415	8,8	1.337	12,1	1.853	7,6	5.890	11,1
3.2. Rural	406	8,6	937	8,4	2.333	9,5	4.755	8,9
4. Sul	480	10,2	1.442	13,0	2.302	9,4	6.551	12,3
4.1. Urbano	214	4,6	744	6,7	918	3,7	3.185	6,0
4.1.1. R.M. Porto Alegre	26	0,6	94	0,8	101	0,4	872	0,7
4.1.2. R.M. Curitiba	24	0,5	93	0,8	115	0,4	420	0,8
4.1.3. Urb. Metropolitano	164	3,5	557	5,1	702	2,9	2.393	4,5
4.2. Rural	266	5,6	698	6,3	1.384	5,7	3.366	6,3
5. Centro-Oeste	240	5,1	697	6,3	1.250	5,1	3.389	6,4
5.1. Urbano	126	2,7	421	3,8	595	2,4	1.950	3,7
5.1.1. R.M. Brasília	27	0,6	83	0,8	126	0,5	395	0,8
5.1.2. Não-Metropolitano	99	2,1	338	3,0	469	1,9	1.555	2,9
5.2. Rural	114	2,4	276	2,5	655	2,7	1.439	2,7

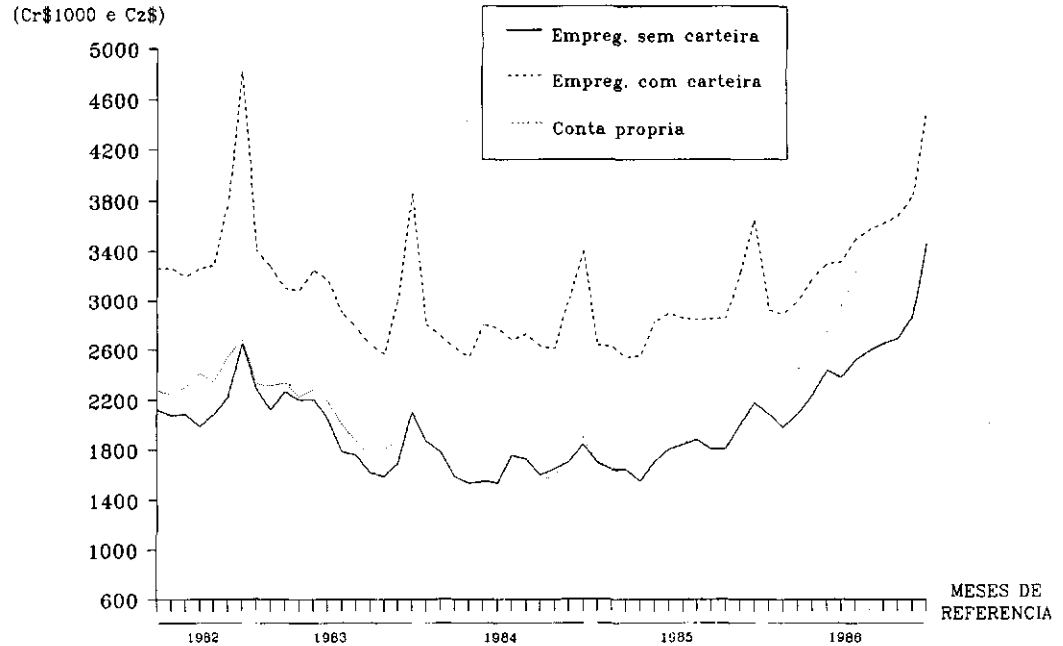
FONTES: N. SILVA, op. cit.

*/ Renda familiar até 1/4 e 1/2 salário-mínimo per capita.

GRAFICO 1

RENDIMENTO MEDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS
COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA,
E DOS CONTA PROPRIA QUE, EFETIVAMENTE, RECEBERAM REMUNERACAO
NO MES DE REFERENCIA, POR POSICAO NA OCUPACAO - 1982/86

PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO



Fonte: Indicadores IBGE, vol.5, num.10.

CAPITULO II

**DIMENSÃO, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL
CONSOLIDADO DO GOVERNO: 1976 - 1984**

I. INTRODUÇÃO

Apesar de numerosas, as tentativas de se construir séries históricas para os gastos sociais do Governo têm-se limitado ou a áreas sociais específicas ou a uma ou duas esferas governamentais.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, este relatório procura preencher esta lacuna, fornecendo uma idéia da dimensão, estrutura e evolução recente dos gastos sociais do Governo, em suas três esferas: União, estados e municípios.

Visando obter séries históricas homogêneas e coerentes, e na tentativa de evitar distorções derivadas de múltipla contagem, foram excluídas do universo pesquisado as empresas não-financeiras e as instituições financeiras oficiais.

Assim, o que denominamos "gastos de governo" compreende a consolidação das despesas correntes e de capital das unidades orçamentárias e extra-orçamentárias (autarquias, fundações e fundos) da União, dos estados e dos municípios.

Por outro lado, foram considerados como "gastos sociais" os recursos alocados pelas três esferas de Governo nos seguintes programas:

a) Assistência Social

Inclui a promoção e execução da política de bem-estar do menor e a assistência à velhice e à população carente em geral.

b) Cultura e Desportos

Compreende a preservação de acervos bibliográficos e museológicos, bem como a promoção e o incentivo às atividades artísticas, culturais e esportivas.

c) Educação

Inclui os gastos com ensino em seus diversos níveis: primeiro e segundo graus, superior, supletivo e especial. Compreende, ainda, os gastos de alimentação, material escolar e bolsas de estudo, os quais estão alocados no subprograma "Assistência a Educandos".

d) Habitação e Urbanismo

Estão aí incluídas as seguintes atividades: planejamento e controle de trânsito, habitação e urbanização, limpeza e iluminação públicas e manutenção e construção de vias.

e) Previdência

Inclui os pagamentos de aposentadoria e demais benefícios efetuados pelo INPS e pelas instituições de previdência de servidores públicos das três esferas do Governo.

f) Ressarcimentos do FGTS e Saques do PIS e do PASEP

g) Saúde

Compreende a prestação de assistência médica de natureza clínica, cirúrgica e farmacêutica, bem como a supervisão e execução de atividades de erradicação e controle. Inclui, ainda, as atividades de alimentação e nutrição de gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares.

h) Saneamento

Supervisão e execução da política de saneamento geral e básico e controle de enchentes e saneamento ambiental em áreas urbanas e rurais.

Para a construção das séries históricas, recorreremos, principalmente, às estatísticas elaboradas pelo Centro de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas e pela Divisão de Estatística do Setor Público do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Foram utilizados como fontes auxiliares:

- Balanço Geral da União;
- Balanços das entidades da administração descentralizada federal;
- Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas;
- Recessão e Gasto Social: a Conta Social Consolidada (1980-1986), Solon Magalhães Vianna et alii, IPEA, Dezembro, 1987.

II. A CONTA CONSOLIDADA DO GOVERNO NA AREA SOCIAL

No Brasil, entre 1976 e 1984, a participação do gasto social do governo no PIB foi, em média, de 14,4%.

A Tabela 1, que evidencia a participação da carga tributária e dos gastos do governo no PIB, para diversos países, sugere que o menor peso relativo verificado para os gastos sociais no Brasil deve-se, em grande parte, a sua menor capacidade de arrecadação tributária.

Por outro lado, enquanto naqueles países a relação entre os gastos sociais e o PIB apresentou uma tendência ao crescimento (Tabela 2), no Brasil, à exceção de 1982, esta relação se revelou particularmente sensível à política de contenção dos gastos públicos e à oscilação do ciclo econômico (Tabela 3).

A evolução real desses gastos apresentou comportamento semelhante: entre 1976 e 1979, os recursos do Governo alocados em programas sociais acusavam acréscimos reais sucessivos, crescendo a uma taxa média de 7% ao ano (Tabela 4).

Coincidindo com a adoção de uma política econômica de caráter ortodoxo e com a reversão do crescimento econômico, os gastos sociais do Governo sofreram quedas reais nos anos de 1980 e 1981. E, após um crescimento recorde em 1982, esses dispêndios se retraíram de forma significativa entre 1982 e 1984.

III. A COMPOSIÇÃO DO GASTO SOCIAL CONSOLIDADO

Refletindo o excessivo grau de centralização de recursos, entre 1976 e 1984, a participação da União no total dos gastos sociais do Governo foi de pouco menos de 2/3. Do restante desses gastos, a esfera estadual foi responsável por cerca de 75% e a municipal por apenas 25%.

No que se refere à performance das três esferas de Governo, coube aos gastos da União um maior dinamismo (Tabela 5), tendo sua participação no gasto social total se elevado de 62,6%, em 1976, para cerca de 66,0%, em 1984 (Tabela 6).

As Tabelas 7 e 8 explicitam, respectivamente, a estrutura e a evolução das áreas que compõem o gasto social do Governo.

No Brasil, entre 1976 e 1984, os programas de subvenção social e manutenção da renda foram responsáveis por 57% dos recursos alocados em áreas sociais.

Este elevado grau de centralização de recursos em programas de assistência e previdência social e o baixo peso relativo dos programas de Educação e Saúde são ilustrados na Tabela 9, que evidencia a composição dos gastos sociais para diversos países.

Dentre os programas de assistência e previdência social, coube ao de "Assistência Social" o comportamento menos homogêneo, tendo sua participação no gasto social variado entre 1,3% e 4,3%.

Os "Ressarcimentos do FGTS e Saques do PIS/PASEP" apresentaram um crescimento relativo ininterrupto entre 1980 e 1984, passando sua participação no gasto social de 7,4% para 11,4%.

Já o comportamento dos dispêndios em "Previdência Social", área que responde por cerca de 45% do gasto social total, revelou-se particularmente sensível às variações no nível de emprego e à intensificação do processo inflacionário.

O segundo maior programa social, "Educação", teve uma participação no total do gasto social que variou entre 20,2% e 17,5%. Do total de recursos absorvidos nesta área, coube à esfera estadual uma participação de 54,9% (Tabela 10). Quanto à União, a Tabela 11 permite constatar uma queda quase ininterrupta da participação dos dispêndios em "Educação" no total do gasto social dessa esfera do Governo.

Dentre os três principais programas sociais, o de "Saúde" foi o que apresentou maior dinamismo, crescendo a uma taxa média real de 3,2% ao ano. Apesar disso, e da mesma forma que para a "Educação", os recursos alocados em "Saúde" (cerca de 2,4% do PIB) revelaram-se insuficientes para atender às necessidades da população, qualquer que seja o critério adotado. Por outro lado, a centralização dos recursos da União, em detrimento das esferas estadual (Tabelas 10 e 12) e municipal (Tabelas 10 e 13), acarretou fortes distorções, tais como elevados percentuais de gastos administrativos e baixa participação de assistência sanitária geral no total dos gastos (tabela 14 e 16).

"Habitação e Urbanismo" é um programa de natureza eminentemente local. Entre 1976 e 1984, os gastos da esfera municipal representaram, em média, 79,3% dos recursos alocados nesta área (Tabela 10).

Finalmente, "Saneamento" foi a área social que apresentou a performance mais declinante para o período, tendo sua participação no gasto social do Governo caído de 3,4%, em 1976, para 2,8%, em 1984.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA E DOS GASTOS
DO GOVERNO NO PIB - VÁRIOS PAÍSES

(em %)

	Austrália	Brasil	Estados Unidos	França	Japão	Reino Unido
Carga Tributária(1982)	34,2	22,0	32,0	46,9	30,2	43,7
Gastos do Governo(1981)	33,2	27,2	31,7 ^{a/}	46,8	33,2	38,6 ^{b/}
Programas Sociais	19,1	14,4	17,4	33,2	19,4	22,7
Outros Programas	10,7	10,3	11,6	11,4	10,2	11,3
Juros	3,4	2,5	2,7	2,2	3,6	4,6

Fontes: IBRE/FGV, Centro de Estudos Fiscais de Contas Nacionais, IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

Notas: ^{a/} 1978
^{b/} 1979

TABELA 2
RELAÇÃO ENTRE O GASTO SOCIAL E O PIB
VÁRIOS PAÍSES: 1960 - 1982

	Gasto Social/ PIB (em %)		Elasticidade dos Gastos Sociais em Relação ao PIB			
	1970	1981	Período	Funções Sociais Educação Saúde Previdência		
Austrália	12,1	19,1	1966-1981	1,32	1,35	1,44
Estados Unidos	15,0	17,4 ^{b/}	1970-1978	1,09	1,35	1,41
França	26,2 ^{a/}	46,8	1975-1981	0,99	1,20	1,25
Japão	10,4	19,4	1970-1982	1,26	1,44	1,89
Reino Unido	20,1	22,7 ^{c/}	1960-1979	1,20	1,20	1,29

Fonte: OCDE

Notas: ^{a/} 1975
^{b/} 1979
^{c/} 1978

TABELA 3**RELAÇÃO ENTRE O GASTO SOCIAL CONSOLIDADO DO GOVERNO E O PIB
BRASIL: 1976 - 1984**

Ano	Produto Interno Bruto (A)	Gasto Social (B)	Relação B/A (%)
1976	1.626	232	14,3
1977	2.487	351	14,1
1978	3.621	535	14,8
1979	6.041	868	14,4
1980	12.639	1.696	13,4
1981	24.737	3.517	14,2
1982	48.148	7.792	16,2
1983	118.195	17.033	14,4
1984	387.968	51.109	13,2

Fonte: IBRE/FGV, Centro de Contas Nacionais e Centros de Estudos Fiscais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

TABELA 4

EVOLUÇÃO REAL DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO NA AREA SOCIAL
BRASIL: 1976 - 1984

Anos	Gasto Social do Governo			
	Total		Per capita	
	Cz\$ milhões <u>a/</u> de 1980	Variação Anual (%)	Cz\$ <u>b/</u>	Variação Anual (%)
1976	1.415	-	13,07	-
1977	1.500	6,0	13,20	1,0
1978	1.651	10,1	14,14	7,1
1979	1.738	5,1	14,38	1,7
1980	1.696	- 2,3	14,30	- 0,6
1981	1.676	- 1,2	14,29	- 0,1
1982	1.898	13,3	16,02	12,1
1983	1.630	-14,1	13,57	-15,3
1984	1.526	- 6,4	12,80	- 5,7
1976/79	-	7,0		3,2
1979/84	-	- 2,6		- 2,3
1976/84	-	1,0		- 0,3

Fonte: FGV/IBRE, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

Notas: a/ Deflator: IGP-DI (FGV)
b/ Deflator Implícito PIB (CCN/FGV)

TABELA 5

EVOLUÇÃO REAL DO GASTO SOCIAL SEGUNDO ESFERA DO GOVERNO
BRASIL: 1976 - 1984

Anos	Gasto Social					
	União		Estados		Municípios	
	CZ\$ milhões de 1980	%a.a.	CZ\$ milhões de 1980	%a.a.	CZ\$ milhões de 1980	%a.a.
1976	885,8	-	359,4	-	169,8	-
1977	940,5	6,2	379,5	5,6	180,0	6,0
1978	1.058,3	12,5	407,8	7,4	184,9	2,7
1979	1.117,5	5,6	424,0	4,0	196,4	6,2
1980	1.090,5	- 2,4	407,0	- 4,0	198,4	1,0
1981	1.096,1	0,5	403,9	- 0,8	176,0	-11,3
1982	1.243,2	13,4	451,7	11,8	203,1	15,4
1983	1.075,8	-13,5	389,6	-13,7	164,6	-19,0
1984	1.004,1	- 6,7	354,0	- 9,1	167,9	2,0
1976/79		8,1		5,7		4,9
1979/84		- 2,1		- 3,8		- 3,0
1976/84		1,6		- 0,3		- 0,6

Fonte: CEF, IBRE/FGV
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público e
Tabela 8.

TABELA 6

PARTICIPAÇÃO DOS NÍVEIS DE GOVERNO NO GASTO SOCIAL TOTAL
BRASIL: 1976 - 1984

Nível de Governo	ANOS								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
União	62,6	62,7	64,1	64,3	64,3	65,4	65,5	66,0	65,8
Estados	25,4	25,3	24,7	24,4	24,0	24,1	23,8	23,9	23,2
Municípios	12,0	12,0	11,2	11,3	11,7	10,5	10,7	10,1	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FGV/IBRE, Centro de Estudos Fiscais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público e Tabela 8.

TABELA 7

**ESTRUTURA DO GASTO CONSOLIDADO DO GOVERNO
SEGUNDO PROGRAMAS SOCIAIS
BRASIL: 1976 - 1984**

(em %)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Educação	20,2	18,8	19,0	19,8	17,7	18,1	18,8	18,0	17,5
Cultura e Desportos	0,9	1,4	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	0,8
Saúde	13,4	13,4	13,3	13,0	13,6	14,2	14,4	14,5	15,7
Saneamento	3,4	2,8	2,6	2,9	3,0	2,8	3,0	2,5	2,0
Previdência	47,0	46,2	45,8	44,3	46,1	46,4	43,5	44,3	42,4
Assistência Social	1,3	2,9	3,4	3,9	3,6	3,3	3,8	4,3	4,0
FGTS e PIS/PASEP	6,5	6,8	7,5	8,6	7,4	7,9	8,9	9,9	11,4
Habitação e Urbanismo	7,3	7,7	7,3	6,5	7,5	6,2	6,5	5,5	6,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEF/FGV
DIESP/IBGE
IPEA, A Conta Social Consolidada: 1980-1986.
Balanço Geral da União
Balanço da Administração Descentralizada Federal

TABELA 8
EVOLUÇÃO REAL DO GASTO CONSOLIDADO DO GOVERNO
SEGUNDO PROGRAMAS SOCIAIS

(em Cz\$ milhões de 1980)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Educação	287	282	314	344	300	303	357	294	267
Cultura e Desportos	13	21	18	17	19	18	21	16	12
Saúde	189	201	219	226	230	237	274	237	239
Saneamento	48	42	43	50	51	47	57	41	30
Previdência	665	692	756	771	782	777	825	723	647
Assistência Social	18	43	56	68	61	55	72	70	61
FGTS e PIS/PASEP	91	103	123	148	126	132	169	161	175
Habitação e Urbanismo	103	115	120	113	127	104	123	89	94
TOTAL	1.415	1.500	1.651	1.738	1.696	1.676	1.898	1.630	1.526

Fonte: CEF/FGV
DIESP/IBGE
IPEA, A Conta Social Consolidada: 1980-1986.
Balanco Geral da União
Balanco da Administração Descentralizada Federal

Obs.: Deflacionado pelo IGP-DI (FGV)

TABELA 9

RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE OS PROGRAMAS SOCIAIS E O PIB
VARIOS PAISES

(em %)

	Austrália	Brasil	Estados Unidos ^{f/}	França	Japão	Reino Unido
	<u>d/</u>	<u>e/</u>	<u>f/</u>	<u>g/</u>	<u>h/</u>	<u>i/</u>
Educação <u>a/</u>	4,9	2,8	5,5	5,8	4,2	5,2
Saúde <u>b/</u>	3,9	2,4	3,2	5,9	3,8	4,2
Habitação	0,5	1,0	0,7	3,9	2,2	3,8
Assistência e Previdência	5,6	8,2 <u>c/</u>	7,0	15,0	4,6	8,2
TOTAL	14,9	14,4	16,4	30,6	14,8	21,4

Fonte: Tabela 7 e OECD

- Notas: a/ Inclui Cultura e Desportos
b/ Inclui Saneamento
c/ Inclui ressarcimentos de FGTS e desembolsos de PIS e PASEP
d/ Média entre 1970 e 1981
e/ Média do período 1976/84
f/ Média entre 1970 e 1979
g/ Média entre 1975 e 1981
h/ Média entre 1970 e 1978
i/ Média entre 1960 e 1979

TABELA 10

PARTICIPAÇÃO MÉDIA DAS ESPERAS DE GOVERNO NOS PROGRAMAS SOCIAIS
BRASIL: 1976 - 1984

	(em %)		
	1976/79	1980/84	1976/84
Previdência	100,0	100,0	100,0
. União	81,9	82,7	82,3
. Estados	15,3	14,9	15,1
. Municípios	2,8	2,4	2,6
Educação	100,0	100,0	100,0
. União	34,4	28,9	31,3
. Estados	53,3	56,3	54,9
. Municípios	12,5	14,8	13,8
Saúde	100,0	100,0	100,0
. União	68,1	70,6	69,5
. Estados	23,4	21,3	22,2
. Municípios	8,5	8,1	8,3
Habitação e Urbanismo	100,0	100,0	100,0
. União	5,2	10,7	7,1
. Estados	12,1	14,7	13,6
. Municípios	82,7	74,6	79,3

Fonte: Idem Tabela 8

TABELA 11

ESTRUTURA E EVOLUCAO DOS GASTOS SOCIAIS DA UNIAO
BRASIL: 1976 - 1984

(em % e Cz\$ milhoes 1980)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Previdencia	61.4	60.4	58.6	56.3	59.9	59.4	55.2	55.1	52.2
Saude	14.5	14.1	14.6	13.8	14.5	15.3	15.7	15.4	17.1
FGTS e PIS/PASEP	10.3	11.9	11.6	13.2	11.5	12.0	13.6	14.9	17.4
Educacao	11.7	10,0	10.2	10.4	7.6	8.0	9.3	7.7	7.2
Assistencia Social	-	3.2	3.8	4.6	4.3	3.7	4.4	5.2	4.4
Outros Gastos Sociais	2.1	0.4	1.2	1.7	2.2	1.6	1.8	1.7	1.7
TOTAL (=100,0)	885.8	940.5	1,058.3	1,117.5	1,090.5	1,096.1	1,243.2	1,075.8	1,006.1

Fonte: FGV/IBRE, Centro de Estudos Fiscais.

IPEA, A Conta Social Consolidada: 1980-1986.

Balanco Geral da Uniao.

Balancos da Administracao Descentralizada Federal.

IBGE/DIESP, Estatisticas Economicas do Governo Federal (1980).

TABELA 12

ESTRUTURA E EVOLUCAO DOS GASTOS SOCIAIS DA ESFERA ESTADUAL
BRASIL: 1976 - 1984

	(em % e Cz\$ milhoes 1980)								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Educação	40.7	4.4	41.7	42.9	42.0	43.2	42.8	42.3	42.8
Cultura	1.7	2.2	2.3	1.9	2.2	2.4	2.3	1.8	1.8
Saúde	11.8	13.4	12.1	12.2	12.7	12.7	12.5	13.1	13.5
Saneamento	10.2	7.9	6.8	7.5	8.8	7.8	9.1	8.3	6.6
Previdencia */	28.8	27.0	28.0	28.3	26.5	27.5	26.4	28.0	28.3
Assistencia Social	3.4	3.5	3.0	3.0	2.9	3.0	3.1	2.7	3.1
Habitacao e Urbanismo	3.4	5.6	6.1	4.2	4.9	3.4	3.8	3.8	3.9
TOTAL (=100,0)	359.4	379.5	407.8	424.0	407.0	403.9	451.7	389.6	354.0

Fonte: CEF/FGV
DIESP/IBGE

*/ Inclui a administração centralizada e descentralizada dos 24 estados e do Distrito Federal.

Obs.: Os gastos de "Previdencia" e "Assistencia Social" estão superestimados.

TABELA 13

ESTRUTURA E EVOLUCAO DOS GASTOS SOCIAIS DA ESFERA MUNICIPAL
BRASIL: 1976 - 1984

(em % e Cz\$ milhoes 1980)

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Educacao	22.0	19.9	19.8	23.9	23.2	23.2	23.6	27.7	26.0
Cultura	2.3	3.9	2.8	3.7	3.5	3.2	3.7	3.4	2.6
Saude	9.7	9.3	9.0	10.1	10.1	10.2	10.8	11.8	11.4
Saneamento	5.4	5.0	5.4	5.7	4.5	5.4	4.3	3.1	2.1
Previdencia	10.9	10.8	11.8	11.3	10.1	9.4	9.6	12.7	12.9
Assistencia Social	0.9	1.7	1.4	1.6	1.7	1.5	2.3	2.2	3.3
Habitacao e Urbanismo	48.8	49.4	49.8	43.7	46.9	47.1	45.7	39.1	41.7
TOTAL (=100,0)	169.8	180.0	184.9	196.4	198.4	176.0	203.1	164.6	167.9

Fonte: CEF/FGV
DIESP/IBGE

Obs.: (1) Valores estimados atraves de amostra constituída pelos municipios das capitais e das regioes metropolitanas.

(2) Os gastos da "Previdencia" e "Assistencia Social" estao superestimados.

TABELA 14

ESTRUTURA DOS GASTOS EM SAÚDE DAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL
SEGUNDO SUBPROGRAMAS
BRASIL: 1976 - 1984 */

(em %)

	Esferas de Governo	
	Estadual	Municipal
Administração	21,3	14,7
Assistência Sanitária Geral	24,4	26,7
Assistência Hospitalar Geral	52,1	58,0
Nutrição e Alimentação	2,2	0,6
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

*/ Média do período 1976 - 1984

TABELA 15

ESTRUTURA a/ DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO DAS ESFERAS ESTADUAL
E MUNICIPAL, SEGUNDO SUBPROGRAMAS
BRASIL: 1976 - 1984

	(em %)	
	Esferas de Governo	
	Estadual	Municipal
Administração	13,8 <u>b/</u>	6,6
Ensino de Primeiro Grau	62,2	81,6
Ensino de Segundo Grau	10,2	1,3
Ensino Superior	10,5	0,5
Assistência a Educandos	2,3	9,4
Outros <u>c/</u>	1,0	0,6
TOTAL	100,0	100,0

Fontes: IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

Notas: a/ Média do período 1976 - 1984

b/ Os gastos no subprograma "Administração" estão superestimados

c/ Inclui Supletivo e Ensino Especial

TABELA 16

ESTRUTURA a/ DOS GASTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO DA UNIÃO
BRASIL: 1976 - 1984

(em %)

Função	Composição dos Gastos
Educação	
. Escolas	22,3
. Entidades de Ensino Superior	53,4
. Diversos <u>b/</u>	24,3
Total	100,0
Saúde	
. Hospitais e Clínicas	84,5
. Diversos <u>c/</u>	15,5
Total	100,0

Fonte: FGV/IBRE, Centro de Estudos Fiscais.

Notas: a/ Média do período 1976 - 1984.

b/ Inclui "Administração", "Assistência a Educandos" e "Cultura e Desportos".

c/ Inclui "Administração", "Assistência Sanitária Geral" e "Saneamento".

TABELA 17

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO
(UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS)
BRASIL: 1976 - 1984

Despesa Consolidada do Governo						
Funções				Total das Despesas		
Funções Sociais	Outras Funções (%)	Juros	Total	Cz\$ milhões de 1980	% PIB	
1976	56,4	n.d.	n.d.	-	2.506,1	25,2
1977	55,8	36,0	8,2	100,0	2.683,8	25,3
1978	54,0	37,7	8,3	100,0	3.055,6	27,3
1979	56,8	34,0	9,2	100,0	3.057,7	25,3
1980	50,6	41,2	8,2	100,0	3.351,0	26,5
1981	52,5	38,2	9,3	100,0	3.188,7	27,1
1982	54,3	32,6	13,1	100,0	3.494,5	29,8
1983	52,5	30,7	16,8	100,0	3.103,2	27,4
1984	49,9	24,4	25,7	100,0	3.056,7	26,4

Fonte: FGV/IBRE, Centros de Estudos Fiscais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

TABELA 18

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DA UNIÃO
BRASIL: 1976 - 1984

(em % e Cz\$ milhões de 1980)

Despesa Consolidada da União						
Funções				Total das Despesas		
Funções Sociais	Outras Funções (%)	Funções */	Juros	Total	Cz\$ milhões de 1980	% PIB
1976	49,8	42,6	7,6	100,0	1.774,4	-
1977	47,4	42,7	9,9	100,0	1.982,9	11,7
1978	47,9	42,0	10,1	100,0	2.209,9	11,4
1979	51,0	38,0	11,0	100,0	2.190,6	- 0,9
1980	43,5	47,5	9,0	100,0	2.507,0	14,4
1981	46,1	44,2	9,7	100,0	2.376,3	- 5,3
1982	48,3	37,2	14,5	100,0	2.572,7	8,2
1983	46,4	35,5	18,1	100,0	2.319,3	- 9,9
1984	43,8	26,0	30,2	100,0	2.296,4	- 1,0

Fonte: FGV/IBRE, Centro de Estudos Fiscais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

*/ Compreende as funções de "Defesa", "Serviços Públicos Gerais" e "Serviços Econômicos".

TABELA 19

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA ESTADUAL
BRASIL: 1976 - 1984

(em % e Cz\$ milhões de 1980)

Despesa Consolidada Estadual						
Funções				Total das Despesas		
Funções Sociais	Outras Funções (%)	Funções Juros	Total	Cz\$ milhões de 1980	% PIB	
1976	46,1	n.d.	n.d.	-	780,5	-
1977	48,6	48,7	2,7	100,0	782,1	0,2
1978	44,9	52,4	2,7	100,0	907,4	16,0
1979	45,3	51,3	3,4	100,0	937,1	3,3
1980	46,2	49,4	4,4	100,0	881,0	- 6,0
1981	46,0	47,8	6,2	100,0	877,6	- 0,4
1982	45,4	47,5	7,1	100,0	997,3	13,6
1983	45,7	43,8	10,5	100,0	851,4	-14,6
1984	42,4	47,7	9,9	100,0	833,1	- 2,1

Fonte: FGV/IBRE, Centro de Estudos Fiscais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

TABELA 20

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA MUNICIPAL
BRASIL: 1976 - 1984

(em % e Cz\$ milhões de 1980)

Despesa Consolidada Municipal						
Funções				Total das Despesas		
Funções Sociais	Outras Funções (%)	Funções	Juros	Total	Cz\$ Milhões de 1980	% PIB
1976	65,1	n.d.	n.d.	-	260,6	-
1977	66,6	31,8	1,6	100,0	269,2	3,3
1978	63,2	34,7	2,1	100,0	293,2	8,9
1979	64,9	31,1	4,0	100,0	302,4	3,1
1980	63,5	33,3	3,2	100,0	312,0	3,2
1981	63,6	32,6	3,8	100,0	277,7	-11,0
1982	62,3	33,3	4,4	100,0	325,9	17,4
1983	58,5	37,1	4,4	100,0	282,5	-13,3
1984	58,0	36,6	5,4	100,0	289,8	2,6

Fontes: FGV/IBRE, Centro de Estudos Especiais.
IBGE/DIESP, Estatísticas Econômicas do Setor Público.

CAPITULO III

INDICADORES DE HABITAÇÃO */ E SANEAMENTO BASICO

*/ No que se refere aos indicadores convencionalmente utilizados para descrever as condições de habitação (material de construção, densidade por cômodo, etc.), os dados existentes não permitem discriminações relevantes, inclusive porque um dos fenômenos mais importantes para a análise, a favelização, carece de informações atualizadas. Em vista disto, ao contrário do que foi feito nos demais capítulos, optou-se por privilegiar informações sobre o principal mecanismo de intervenção, o Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Ao fim e ao cabo, o SFH foi o instrumento de âmbito nacional que, desde os anos 60, influenciou decisivamente a oferta de habitações, bem como sua distribuição pelos diversos estratos de renda.

I. O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH)

O SFH e seus mecanismos de financiamento foram instituídos em 1964, com a finalidade de proporcionar acesso à casa própria, em especial para as famílias de baixa renda e, ao mesmo tempo, contribuir para a geração de empregos, estimulando a indústria de construção civil. Posteriormente, também passaram a ser financiados através do SFH diversos itens da infra-estrutura urbana, em especial o saneamento básico, o que ampliou o alcance de seus investimentos e o consolidou como instrumento básico de ação do governo no campo do desenvolvimento urbano. As principais características desse Sistema são as seguintes:

- a) utilização de recursos não-orçamentários, captados em fontes institucionalizadas e em dimensões compatíveis com a produção de habitação e infra-estrutura em grande escala, financiáveis a longo prazo;
- b) correção monetária dos recursos, através de mecanismos de indexação da moeda, que assegura o retorno do valor real dos empréstimos concedidos e a conseqüente manutenção do potencial de replicação dos recursos;
- c) estabelecimento de subsídios internos ao Sistema, beneficiando a população de renda mais baixa e, no que se refere à infra-estrutura, os estados com menor receita tributária;
- d) manutenção de um sistema de seguros e garantias, com o objetivo de evitar que as diversas modalidades de

operações ativas e passivas sofram qualquer solução de continuidade;

- e) estabelecimento de critério de reajuste das prestações em decorrência do princípio da correção monetária, de forma a manter correspondência com o reajustamento salarial dos mutuários.

O Sistema Financeiro da Habitação consiste em dois subsistemas, a seguir delineados:

- a) um subsistema social, lastreado fundamentalmente nos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o qual financia a produção e comercialização de habitações para famílias com renda de até dez salários-mínimos mensais, bem como projetos e obras de infra-estrutura urbana, notadamente de saneamento básico, através de uma rede de agentes (companhias estaduais, regionais e municipais de habitação, cooperativas habitacionais, institutos de previdência social, companhias estaduais e municipais de saneamento, governos estaduais e municipais); e
- b) um subsistema de mercado, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), lastreado na captação de poupanças voluntárias através de cadernetas de poupança e letras imobiliárias, tendo como agentes financeiros entidades públicas e privadas (caixas econômicas federal e estaduais, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo), que financiam basicamente a produção e comercialização de habitações para famílias com renda mensal acima de cinco salários-mínimos, bem como imóveis não-residenciais, inclusive equipamentos comunitários.

A. Fontes básicas de recursos

1. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi criado em 1966, com a finalidade de oferecer garantia pecuniária aos empregados com contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contra o risco de perda do emprego, substituindo o regime de estabilidade anteriormente vigente. Atua como uma espécie de seguro-desemprego, quando utilizado nos casos de dispensa do empregado, e como pecúlio, quando sacado por motivo de aposentadoria, podendo ainda ser utilizado para amortização antecipada de financiamento habitacional.

Seus recursos provêm de uma contribuição compulsória dos empregadores, equivalente a 8% das remunerações pagas mensalmente aos assalariados. Cada um desses assalariados tem depositada em seu nome, em conta vinculada, a quantia a que faz juz mensalmente, a qual recebe atualização monetária trimestral, com base na inflação do período, mais juros nominais, atualmente de 3% a.a., capitalizados trimestralmente.

Recolhidos pela rede bancária, os recursos do FGTS são canalizados para aplicação nos programas de habitação, saneamento básico e de desenvolvimento urbano.

O FGTS compreende, atualmente, cerca de 45 milhões de contas ativas. O comportamento desses recursos pode ser visualizado na Tabela 1.

2. Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) é integrado por agentes autorizados a captar recursos do público, através da venda de letras imobiliárias ou do recebimento de depósitos em cadernetas de poupança, ambos os instrumentos

TABELA 1
EVOLUCAO DO FGTS

(Valores em 1.000 OTMs)

ANO	ARRECADACAO BRUTA	SAGUES	ARRECADACAO LIQUIDA
1967	23.629	686	22.943
1968	39.504	6.836	32.668
1969	47.423	14.933	32.490
1970	55.687	22.094	33.593
1971	65.122	28.363	36.759
1972	75.864	34.220	41.644
1973	91.713	39.606	52.107
1974	110.176	47.487	62.689
1975	128.267	60.904	67.363
1976	149.443	75.050	74.393
1977	171.201	87.994	83.207
1978	200.059	104.350	95.709
1979	230.822	121.114	109.708
1980	281.841	161.638	120.203
1981	348.472	212.550	135.922
1982	382.995	228.918	154.077
1983	364.151	297.093	67.058
1984	327.239	276.332	50.907
1985	339.650	238.905	100.745
1986	420.962	247.228	173.734
1987	395.355	249.281	146.074

Fonte: Caixa Econômica Federal (CEF).

remunerados com juros de 6% a.a. e protegidos contra os efeitos da inflação por meio de correção monetária. Esses recursos caracterizam-se como poupança voluntária e se destinam, basicamente, à produção e comercialização de habitações para classes de poder aquisitivo médio.

Por meio de mecanismos de indução, os agentes do SBPE são levados a produzir habitações de interesse social, conjugando recursos originários das cadernetas de poupança e do FGTS.

Atualmente, o Sistema abrange mais de 70 milhões de contas de poupança, cujos saldos por regiões são apresentados na Tabela 2.

B. Desempenho global

A poupança voluntária e o FGTS tiveram resultados expressivos na captação de recursos destinados a financiar os programas habitacionais e de desenvolvimento urbano. Em termos de saldo, esses dois instrumentos, juntos, passaram a uma participação de 25%, em 1976, para 36% dos haveres financeiros do país, em 1985. Mas, analisando-se seus fluxos de captação ao longo da década de 80, nota-se uma gradativa desaceleração. O fluxo desses recursos chegou a atingir, na década de 70, um valor médio equivalente a quase 2% da renda interna bruta, percentual que caiu, no período de 1980/85, para 1,2% e, em 1986, apresentou índice negativo (vide Tabela 3).

A crescente redução observada na captação através desses instrumentos está associada ao período recessivo da economia brasileira no triênio 1981/1983 e explica a forte retração das aplicações globais do SFH. Na Tabela 4 pode-se observar que as aplicações do SFH, que chegaram a representar 3% do PIB, em 1976, atingiram apenas 0,8% do PIB, em 1985.

TABELA 2

CADERNETAS DE POUPANCA - EVOLUCAO DOS SALDOS
FISIOGRAFICAS E TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO, POR REGIOES

ANOS	SALDOS POR REGIAO E TAXAS DE CRESCIMENTO												TOTAL	
	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		MIL UPC	TAXA CRESC. (%)		
	MIL UPC	TAXA CRESC. (%)	MIL UPC	TAXA CRESC. (%)	MIL UPC	TAXA CRESC. (%)	MIL UPC	TAXA CRESC. (%)	MIL UPC	TAXA CRESC. (%)				
1964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1965	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1966	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1967	-	-	498	-	1.887	-	505	-	-	-	2.890	-	-	
1968	9	-	1.033	107.4	7.393	91.8	1.331	163.3	-	-	9.766	237.9	-	
1969	81	800	1.945	88.3	16.838	127.8	3.384	154.2	-	-	22.248	127.8	-	
1970	439	442	3.312	70.3	33.631	99.7	6.527	92.9	-	-	43.909	97.4	-	
1971	653	49	5.744	73.4	48.578	44.4	9.548	46.3	-	-	64.523	46.9	-	
1972	1.075	65	8.583	49.4	83.903	72.7	18.374	92.4	-	-	111.935	73.5	-	
1973	2.119	97	14.165	65.0	132.246	57.6	29.703	61.6	2.684	-	180.917	61.6	-	
1974	2.865	35	20.815	47.0	211.364	59.8	43.806	48.8	4.544	69.3	283.484	56.7	-	
1975	4.526	58	31.861	53.1	328.043	55.2	67.391	53.5	7.033	54.8	438.854	54.8	-	
1976	6.784	50	46.029	44.5	487.661	48.6	98.663	46.4	10.747	52.8	649.884	48.1	-	
1977	8.395	24	56.461	22.7	585.076	20.0	116.249	17.8	13.339	24.1	779.520	19.9	-	
1978	10.452	25	70.784	25.4	706.670	20.8	142.418	22.5	14.669	10.0	944.993	21.2	-	
1979	13.365	24	88.652	25.2	896.791	26.9	188.627	32.4	20.711	41.2	1.208.146	27.8	-	
1980	16.947	27	113.021	27.5	1.089.648	21.5	233.754	23.9	24.866	20.1	1.478.236	22.4	-	
1981	23.164	37	162.305	43.6	1.446.513	32.8	320.920	37.3	48.151	93.6	2.001.053	35.4	-	
1982	29.145	26	200.287	23.4	1.699.096	17.5	385.673	20.2	62.449	29.7	2.376.650	18.8	-	
1983	36.767	26	241.373	20.5	1.811.680	6.6	436.355	13.1	79.517	27.3	2.605.692	9.6	-	
1984	44.783	22	280.764	16.3	1.970.326	8.8	513.808	17.7	91.429	15.0	2.901.110	11.3	-	
Em														
06.08.85	43.070	(3.8)	278.869	(0.7)	1.947.615	(1.1)	487.527	(5.1)	89.499	(2.1)	2.846.580	(1.9)	-	

Fonte: Diagnostico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulacao do Sistema Financeiro da Habitacao - BNN - nov./85.

*/ Unidade Padrao de Capital, moeda utilizada pelo SFH, cujo valor em cruzeiros variava trimestralmente; ate 28.02.86 possuia valor identico ao de uma ORTM no primeiro mes de cada trimestre civil.

TABELA 3

FLUXO EM VALORES REAIS (US\$ MILHOES DE 1984) DA CAPTACAO
DA CADERNETA DE POUPANCA (VOLUNTARIA) E DO FGTS (COMPULSORIA)
E SUA RELACAO COM O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

(US\$ milhões)

ANOS	CAPTACAO LIQUIDA (FLUXO)		(CP+FGTS)		x 100
	CADERNETA DE POUPANCA	FGTS	TOTAL	PIB (%)	
1976	3.441	1.232	4.673	2.6	
1977	1.848	1.314	3.162	1.7	
1978	2.156	1.650	3.806	1.9	
1979	3.235	1.388	4.623	2.2	
1980	2.465	1.202	3.667	1.6	
1981	4.417	1.114	5.531	2.4	
1982	2.928	1.188	4.116	1.8	
1983	2.773	408	3.181	1.4	
1984	1.439	462	1.901	0.8	
1985 */	1.439	755	2.194	0.9	
1986 */	(2.351)	1.327	(1.024)	(0.4)	

Fonte: CEF e BACEN.

Nota: Critério de conversão adotado pelo BID em seu relatório anual de 1986.

*/ Dados preliminares.

TABELA 4

RELACAO ENTRE APLICACOES DO SFH E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

ANOS	VALOR E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL				
	APLICACOES DO SFH (A)		PIB		(A/B).100
			(B)		(%)
	US\$ MILHOES	%	US\$ MILHOES	%	
1974	3.807	-	156.195	-	2.4
1975	4.525	18.9	164.655	5.4	2.7
1976	6.096	34.7	180.668	9.7	3.4
1977	3.924	(35.6)	191.042	5.7	2.0
1978	4.105	4.6	200.609	5.0	2.0
1979	4.920	19.8	213.430	6.4	2.3
1980	7.332	49.0	228.799	7.2	3.2
1981	6.333	(13.6)	225.234	(1.6)	2.8
1982	6.356	0.4	227.328	0.9	2.8
1983	3.744	(41.1)	220.137	(3.2)	1.7
1984	2.391	(36.1)	230.043	4.5	1.0
1985	2.061	(13.8)	249.137 */	8.3	0.8
1986	269.571 */	8.2	...

Fonte: Caixa Economica Federal e Banco Central do Brasil.

Notas:

- 1) Critério de conversão adotado pelo BID em seu relatório anual de 1986.
- 2) (...) Dados não disponíveis.

*/ Dados preliminares.

A adoção de subsídios internos ao sistema possibilitou uma redistribuição regional dos recursos do FGTS, através dos financiamentos. Essa redistribuição pode ser avaliada pela comparação entre as aplicações do Banco Nacional da Habitação (BNH) e os Ingressos líquidos do FGTS, apresentados na Tabela 5, para o período de 1979 a junho de 1985. O favorecimento às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste é significativo, principalmente quanto a esta última região, a qual, apesar de ter sido responsável por apenas 13,5% da arrecadação líquida do FGTS, recebeu 24,3% das aplicações do BNH.

TABELA 5

RELAÇÃO ENTRE AS APLICAÇÕES DO BNH E
ARRECADACÃO LÍQUIDA DO FGTS
PERÍODO - 1979/85 (1o. SEM.)

(Valores em 1000 UPC)

REGIÕES	APLICAÇÕES		ARRECADACÃO		A/B
	(A)	%	LÍQUIDA DO FGTS (%)	%	
NORTE	84.126	5.0	19.299	2.7	4.36
NORDESTE	411.917	24.3	95.588	13.5	4.31
SUDESTE	819.730	48.3	457.230	64.7	1.79
SUL	240.156	14.2	85.888	12.2	2.80
CENTRO-OESTE	138.601	8.2	48.265	6.9	2.87
TOTAL	1.694.530	100.0	706.270	100.0	2.40

Fonte: BNH/Caixa Econômica Federal.

II. RESULTADOS EM HABITAÇÃO

A. Resultados globais

Em termos globais, foram concedidos, através do SFH, no período 1964-1985 (1º semestre), 4.112.967 financiamentos habitacionais, correspondendo a cerca de 20% dos domicílios urbanos.

Deste total, 2.280.209 foram contratados com recursos predominantemente do FGTS e 1.832.758 com recursos do SBPE. A Tabela 6 demonstra a distribuição percentual desses financiamentos por faixa de valor unitário.

Observa-se nessa tabela que o número de financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS com valor unitário até 450 UPC corresponderam a 54,8% do total de financiamentos concedidos no período, enquanto o número de financiamentos com valor unitário até 900 UPC representaram 82,9% do total. Considerando-se que tais financiamentos se destinaram, em média, ao longo do período, aos grupos de renda inferior a 3 salários-mínimos e 5 salários-mínimos, respectivamente, verifica-se que, em número de financiamentos, o sistema atendeu, em certa medida, aos estratos de menor renda da população.

Analisando a distribuição dos financiamentos, em termos de valor, constata-se que os financiamentos concedidos com recursos do FGTS destinados aos grupos de renda inferior a 5 salários-mínimos representavam 56,2% do total, enquanto o número de

TABELA 6

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS CONTRATADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO (SFH) POR FAIXA DE VALOR UNITARIO DE FINANCIAMENTO - FLUXO NO PERIODO DE 1964 A JULHO DE 1985 a/

FAIXA DE VALOR UNITARIO DE FINANCIAMENTO (UPC)	Nº DE FINANCIAMENTOS						VALOR DOS FINANCIAMENTOS					
	FGTS E OUTROS b/		SBPE c/		SFH		FGTS E OUTROS b/		SBPE c/		SFH	
	% SIMPLES	% ACUM.	% SIMPLES	% ACUM.	% SIMPLES	% ACUM.	% SIMPLES	% ACUM.	% SIMPLES	% ACUM.	% SIMPLES	
ATE 450	54.8	54.8	5.9	5.9	38.6	38.6	25.6	25.6	1.1	1.1	11.5	
ACIMA DE 450 A 900	28.1	82.9	15.8	21.7	24.0	62.6	30.6	56.2	7.0	8.1	17.0	
ACIMA DE 900 A 1350	9.6	92.5	25.5	47.2	15.0	77.6	19.0	75.1	18.2	26.3	18.5	
ACIMA DE 1350 A 1800	4.5	97.0	19.4	66.6	9.5	87.1	12.1	87.2	19.4	45.7	16.3	
ACIMA DE 1800 A 2250	1.5	98.5	14.6	81.2	5.8	92.9	5.2	92.4	18.9	64.6	13.1	
ACIMA DE 2250 A 2700	0.6	99.1	7.1	88.3	2.7	95.6	2.4	94.8	11.2	75.8	7.5	
ACIMA DE 2700 A 3500	0.8	99.4	10.8	99.1	4.1	99.7	4.7	99.6	21.9	97.7	14.6	
ACIMA DE 3500 A 5000	0.1	100.0	0.9	100.0	0.3	100.0	0.4	100.0	2.3	100.0	1.5	
TOTAL	100.0	-	100.0	-	100.0	-	100.0	-	100.0	-	100.0	

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

a/ Os dados para o SBPE referem-se ao período 1976-julho de 1985.

b/ Recursos do FGTS predominantemente.

c/ Sistema Brasileiro de Poupança e Emprestimo.

famílias urbanas com renda inferior a 5 salário-mínimos representavam 65,7% do total, em 1980.

Considerando os dados agregados para o Sistema como um todo (FGTS e SBPE), observa-se que apenas 28,5% dos financiamentos, em termos de valor, foram destinados à habitação para a população com renda de até 5 salários-mínimos.

Conclui-se que, por ter prevalecido a lógica imposta pelas características dos recursos que administra, o SFH aplicou, em habitação para a população de baixa renda, pequena parcela do total de recursos disponíveis, favorecendo principalmente as famílias de renda média, que se constituíram no público-alvo dos segmentos envolvidos na produção de habitações.

A quantidade e o valor médio dos financiamentos contratados entre 1964 e junho de 1985, no âmbito do SFH, estão apresentados nas Tabelas 7 a 13.

Por força da dinâmica da economia brasileira que penalizou os rendimentos do trabalho, e em decorrência do aumento real observado no custo da construção civil, o Sistema defronta-se, a partir de 1983, com o problema habitacional de forma mais crítica, já que aumentou o hiato entre a renda média mensal familiar e os encargos do financiamento e entre os valores de financiamento e o preço dos imóveis, principalmente nos grandes centros urbanos.

Como consequência, reduziu-se drasticamente o volume de financiamentos contratados, cabendo ressaltar que, naquele ano, por força do impacto negativo no atendimento dos estratos de menor renda, o valor médio dos financiamentos contratados pelo BNH atingiram os mais elevados patamares da sua história.

TABELA 7

SFH - FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS CONTRATADOS ATÉ O 1º SEMESTRE DE 1985
RESUMO GERAL POR REGIÃO

REGIÕES	SFH									
	ÁREA DE INTERESSE SOCIAL		OUTROS */		TOTAL BNH		SBPE		TOTAL GERAL	
	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.
BRASIL	527	2.280.209	1.045	279.550	583	2.559.759	1.386	1.832.758	918	4.392.517
NORTE	493	105.465	1.112	13.355	539	118.820	1.458	36.895	757	155.715
NORDESTE	424	659.907	1.151	44.722	470	704.629	1.454	194.669	683	899.298
SUDESTE	604	975.236	1.004	154.308	659	1.129.544	1.411	1.143.484	1.037	2.273.028
SUL	543	347.486	1.078	49.947	610	397.433	1.273	371.252	930	768.685
CENTRO-OESTE	472	192.115	582	17.218	481	209.333	1.351	86.458	735	295.791

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho e Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação-BNH-nov./85.

Notas:

- 1) São considerados como área de interesse social os financiamentos destinados às faixas de renda de até 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários médios de emprestimo.

*/ RECON + polos econômicos.

TABELA 8

SFH - QUANTIDADE E VALOR MEDIO DAS UNIDADES FINANCIADAS, NO PERIODO 1964-1985 (ATE 30.09), SEGUNDO AS REGIOES FISIOGRAFICAS OPERACOES CONTRATADAS

BRASIL								
SFH								
ANOS	AREA INTERESSE SOCIAL				TOTAL BNH		SBPE	
	SOCIAL		OUTROS */					
	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.
1964	136	8.618	-	-	136	8.618	-	-
1965	159	16.732	-	-	159	16.732	-	-
1966	196	23.279	-	-	196	23.279	368	5.466
1967	254	59.391	95	441	260	59.832	494	25.935
1968	284	90.630	547	2.606	292	93.236	522	47.126
1969	288	106.195	375	10.322	295	116.517	546	41.942
1970	327	72.932	393	10.212	336	83.144	501	72.030
1971	322	58.260	378	10.799	331	69.059	711	50.531
1972	431	36.364	486	15.440	447	52.804	947	66.685
1973	426	48.834	770	22.324	534	71.178	1.101	76.623
1974	486	16.572	918	19.211	718	35.783	1.345	60.268
1975	391	62.144	1.231	16.401	566	78.545	1.548	64.512
1976	505	126.277	1.108	34.476	698	160.753	1.616	109.722
1977	591	135.920	1.114	24.677	671	160.597	1.523	58.013
1978	548	243.043	1.429	22.599	623	265.642	1.394	58.143
1979	703	235.535	1.390	25.804	771	261.339	1.411	109.718
1980	525	273.520	1.240	20.193	574	293.713	1.528	268.727
1981	554	197.458	1.405	13.496	608	210.954	1.687	230.953
1982	618	285.436	1.305	19.820	663	305.236	1.635	250.306
1983	852	54.174	1.198	9.046	902	63.220	1.534	132.637
1984	622	116.294	956	1.241	625	117.535	1.535	89.743
30.09.85	688	23.334	746	754	689	24.088	1.722	34.317
TOTAL	527	2.291.942	1.044	279.862	584	2.571.804	1.389	1.853.397

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

- 1) É considerada área de interesse social o atendimento destinado as faixas de renda de ate 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários médios de empréstimo.

*/ RECON + polos econômicos.

TABELA 9

SFH - QUANTIDADE E VALOR MEDIO DAS UNIDADES FINANCIADAS, NO PERIODO 1964-1985 (ATE 30.09), SEGUNDO AS REGIOES FISIOGRAFICAS OPERACOES CONTRATADAS

NORTE										
SFH										
ANOS	AREA INTERESSE				TOTAL BNH		SBPE			
	SOCIAL		OUTROS */							
	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.		
1964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1965	116	1.140	-	-	116	1.140	-	-	-	-
1966	137	154	-	-	137	154	-	-	-	-
1967	161	1.717	-	-	161	1.717	-	-	-	-
1968	227	1.276	85	176	210	1.452	-	-	-	-
1969	261	3.180	266	94	261	3.274	627	309		
1970	312	3.746	590	66	317	3.812	888	1.281		
1971	315	3.981	533	15	332	3.996	569	4.255		
1972	374	3.093	548	188	385	3.281	729	4.466		
1973	303	1.000	1.103	116	386	1.116	841	2.818		
1974	332	1.946	1.565	184	439	2.130	1.567	331		
1975	352	2.366	1.845	58	388	2.420	1.751	519		
1976	638	3.400	642	4.965	640	8.365	1.738	2.201		
1977	505	3.970	959	371	544	4.341	1.988	1.376		
1978	422	8.382	1.068	338	447	8.720	1.843	1.194		
1979	706	8.182	1.747	2.621	959	10.803	2.099	2.306		
1980	426	9.008	1.602	478	485	9.485	1.836	3.314		
1981	602	13.679	2.602	684	697	14.363	1.971	3.173		
1982	470	26.733	1.134	1.865	514	28.598	1.769	3.462		
1983	860	1.569	1.146	803	1.096	2.372	1.833	2.162		
1984	678	4.888	227	238	658	5.126	1.815	3.578		
30.09.85	1.058	2.955	285	146	1.022	3.101	1.648	833		
TOTAL	497	106.365	1.109	13.406	569	119.771	1.456	37.578		

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

- 1) É considerada área de interesse social o atendimento destinado as faixas de renda de ate 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários médios de empréstimo.

*/ RECOM + polos econômicos.

TABELA 10

SFH - QUANTIDADE E VALOR MEDIO DAS UNIDADES FINANCIADAS, NO PERIODO 1964-1985 (ATE 30.09), SEGUNDO AS REGIOES FISIOGRAFICAS OPERACOES CONTRATADAS

NORDESTE								
SFH								
ANOS	AREA INTERESSE SOCIAL		OUTROS */		TOTAL BNH		SBPE	
	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.
	1964	161	500	-	-	161	500	-
1965	120	5.023	-	-	120	5.023	-	-
1966	110	7.120	-	-	110	7.120	326	349
1967	144	18.104	500	2	144	18.106	449	1.252
1968	202	16.704	483	209	206	16.913	581	5.331
1969	197	22.150	448	1.128	210	23.368	581	7.914
1970	269	13.033	408	1.628	285	14.661	625	7.267
1971	250	14.429	343	1.514	259	15.943	668	10.286
1972	301	7.938	448	2.662	338	10.600	812	8.170
1973	373	11.998	899	2.640	469	14.638	905	5.866
1974	262	3.572	974	2.121	527	5.693	2.173	3.832
1975	278	18.086	1.250	1.361	346	19.447	1.399	4.721
1976	456	36.203	1.617	3.727	565	39.930	1.702	5.910
1977	428	39.512	1.766	2.709	514	42.221	1.603	3.547
1978	378	58.414	1.406	4.090	445	62.504	1.482	5.332
1979	580	43.482	1.285	5.424	658	48.906	1.514	10.120
1980	442	90.097	1.275	4.836	485	94.933	1.776	31.795
1981	404	78.535	1.059	3.701	434	82.236	1.841	22.403
1982	540	88.132	1.349	4.767	582	92.899	1.691	27.491
1983	587	23.331	1.078	1.999	627	25.330	1.576	18.574
1984	519	57.952	943	88	520	58.040	1.614	13.344
30.09.85	402	7.618	637	78	405	7.696	1.893	3.835
TOTAL	421	661.933	1.150	44.774	458	706.707	1.459	197.339

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

- 1) É considerada área de interesse social o atendimento destinado as faixas de renda de ate 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários medios de empréstimo.

*/ RECON + polos economicos.

TABELA 11

SFH - QUANTIDADE E VALOR MEDIO DAS UNIDADES FINANCIADAS, NO PERIODO 1964-1985 (ATE 30.09), SEGUNDO AS REGIOES FISIOGRAFICAS OPERACOES CONTRATADAS

SULESTE

SFH								
ANOS	AREA INTERESSE				TOTAL BNH		SBPE	
	SOCIAL		OUTROS */					
	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.
1964	-	-	-	-	-	-	-	-
1965	198	8.713	-	-	198	8.713	-	-
1966	234	7.856	-	-	234	7.856	-	-
1967	276	20.484	946	207	284	20.691	492	20.142
1968	336	49.381	594	1.553	344	50.934	492	32.219
1969	318	68.344	349	8.110	322	76.454	540	26.882
1970	350	43.001	373	7.551	353	50.552	461	56.329
1971	390	27.689	368	8.156	385	35.845	754	31.439
1972	564	16.522	473	10.991	528	27.513	1.004	46.214
1973	387	23.334	776	16.666	549	40.000	1.129	60.962
1974	866	4.132	966	12.986	942	17.118	1.298	47.146
1975	508	19.174	1.016	8.175	660	27.349	1.629	46.506
1976	693	49.155	1.283	14.437	827	63.592	1.713	73.765
1977	749	55.531	1.296	11.840	845	67.371	1.624	36.737
1978	673	116.142	1.369	10.967	733	127.109	1.466	34.406
1979	788	118.499	1.159	13.034	825	131.533	1.492	62.773
1980	571	139.353	1.317	10.940	626	150.293	1.602	152.367
1981	683	71.093	1.472	5.770	742	76.863	1.776	139.331
1982	761	91.893	1.507	8.858	827	100.751	1.763	137.205
1983	865	20.797	1.458	3.560	952	24.357	1.539	75.430
1984	747	21.096	1.718	348	764	21.444	1.499	49.804
30.09.85	697	7.262	1.053	256	709	7.518	1.724	18.116
TOTAL	602	979.451	985	154.405	657	1.133.856	1.411	1.152.546

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

- 1) É considerada área de interesse social o atendimento destinado as faixas de renda de ate 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários medios de empréstimo.

*/ RECON + polos economicos.

TABELA 12

SFH - QUANTIDADE E VALOR MEDIO DAS UNIDADES FINANCIADAS, NO PERÍODO 1964-1985 (ATE 30.09), SEGUNDO AS REGIOES FISIOGRAFICAS OPERACOES CONTRATADAS

SUL

ANOS	SFH							
	AREA INTERESSE SOCIAL		OUTROS */		TOTAL BNH		SBPE	
	VUF (UPC) Nº UNID.		VUF (UPC) Nº UNID.		VUF (UPC) Nº UNID.		VUF (UPC) Nº UNID.	
1964	134	4.565	-	-	134	4.565	-	-
1965	106	1.856	-	-	106	1.856	-	-
1966	282	5.697	-	-	282	5.697	321	258
1967	189	7.713	963	27	192	7.740	526	3.943
1968	236	16.742	733	251	244	16.993	557	5.584
1969	347	6.920	575	355	358	7.275	543	4.743
1970	342	9.625	516	828	356	10.453	638	6.289
1971	310	4.531	498	1.045	345	5.576	644	4.311
1972	386	6.074	557	1.344	418	7.418	846	7.012
1973	607	10.268	576	2.611	601	12.879	1.065	5.727
1974	439	1.124	675	3.215	614	4.339	1.209	8.043
1975	476	10.952	1.525	5.670	834	16.622	1.283	11.497
1976	576	18.082	787	7.533	638	25.615	1.396	21.804
1977	564	30.369	892	6.305	620	36.674	1.202	13.234
1978	514	40.573	1.581	6.227	656	46.800	1.212	13.595
1979	652	41.391	2.201	3.490	772	44.881	1.175	25.172
1980	581	29.189	892	2.826	609	32.015	1.235	64.832
1981	593	25.178	1.083	2.638	639	27.816	1.388	55.497
1982	579	50.691	891	3.248	598	53.938	1.375	68.718
1983	1.201	3.738	905	1.761	1.106	5.499	1.467	29.475
1984	838	21.301	754	448	836	21.749	1.554	18.671
30.09.85	896	4.610	711	216	888	4.826	1.729	7.968
TOTAL	548	351.189	1.077	50.038	614	401.226	1.278	376.373

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

- 1) É considerada área de interesse social o atendimento destinado as faixas de renda de ate 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários medios de empréstimo.

*/ RECON + polos economicos.

TABELA 13

SFH - QUANTIDADE E VALOR MEDIO DAS UNIDADES FINANCIADAS, NO PERIODO 1964-1985 (ATE 30.09), SEGUNDO AS REGIOES FISIOGRAFICAS - OPERACOES CONTRATADAS

CENTRO-OESTE

SFH								
ANOS	AREA INTERESSE SOCIAL		OUTROS */		TOTAL BNH		SBPE	
	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.	VUF (UPC)	Nº UNID.
	1964	136	3.553	-	-	136	3.553	-
1965	-	-	-	-	-	-	-	-
1966	294	2.452	-	-	294	2.452	510	94
1967	449	11.373	951	205	458	11.578	448	598
1968	239	6.527	489	417	255	6.944	638	3.992
1969	210	5.601	495	545	235	6.146	488	2.094
1970	252	3.527	453	139	260	3.666	495	864
1971	262	7.630	478	69	264	7.699	645	240
1972	235	3.737	996	255	285	3.992	1.099	823
1973	342	2.234	893	291	406	2.525	1.435	1.250
1974	414	5.798	821	705	458	6.503	1.422	916
1975	302	11.566	614	1.137	330	12.703	1.436	1.269
1976	555	19.437	3.201	3.814	989	23.251	1.091	6.042
1977	414	6.538	904	3.452	583	9.990	1.402	3.119
1978	441	19.532	1.331	977	484	20.509	1.301	3.616
1979	589	23.981	1.241	1.235	621	25.216	1.227	9.347
1980	584	5.873	1.046	1.113	658	6.986	1.454	16.419
1981	617	8.973	1.053	703	649	9.676	1.675	10.541
1982	587	27.987	996	1.082	602	29.069	1.513	13.430
1983	873	4.739	1.064	923	904	5.662	1.563	6.996
1984	488	11.057	958	119	493	11.176	1.383	4.346
30.09.85	743	889	824	58	748	947	1.535	3.565
TOTAL	473	193.004	1.442	17.239	478	210.243	1.354	89.561

Fonte: Diagnóstico do SFH - Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - BNH - nov./85.

Notas:

- 1) É considerada área de interesse social o atendimento destinado as faixas de renda de ate 10 salários-mínimos.
- 2) Não estão incluídos os empréstimos complementares para infra-estrutura e equipamentos comunitários não incidentes nas prestações habitacionais para a área de interesse social do BNH.
- 3) Não estão incluídas 1.159 unidades financiadas pelo BNH e não discriminadas.
- 4) Os valores unitários de financiamento (VUF), no caso do BNH, correspondem aos valores unitários medios de emprestimo.

*/ RECON + polos economicos.

B. Soluções alternativas

Os empréstimos concedidos inicialmente, no âmbito do SFH, destinavam-se quase que exclusivamente à produção de habitações completas, na forma de conjuntos habitacionais, bem como à execução de infra-estrutura e de equipamentos comunitários complementares aos conjuntos.

Verificando-se que os custos finais da habitação foram se tornando inacessíveis a uma expressiva camada da população, passaram a ser adotadas alternativas de atendimento habitacional, visando ao barateamento do custo final das unidades. Paralelamente, foram buscadas outras formas de se elevar a qualidade de vida daquela população, consubstanciadas na melhoria das condições de urbanização, notadamente no que diz respeito ao saneamento.

Descrevem-se, a seguir, as principais alternativas adotadas, iniciando-se, contudo, para maior clareza da evolução daquelas alternativas, pela descrição da modalidade mais convencional, adotada a partir da criação do SFH.

1. Companhias de Habitação (COHABS)

As Companhias de Habitação (COHABS) foram criadas sob a forma de sociedades anônimas, com controle acionário dos governos dos estados ou municípios, para produzirem e comercializarem conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, a preço de custo, ou seja, sem lucro de incorporação e despesas de corretagem.

Através deste programa, foram atendidas famílias com renda regular de até 3 salários-mínimos, até meados de 1973. A elevação dos preços dos terrenos e dos custos da construção, aliados à incapacidade real de pagamento das prestações pelas famílias dos estratos de menor renda, dificultou a participação dessas

famílias no programa. Assim, enquanto o atendimento das carências habitacionais, através desse programa, tendia a concentrar-se nas famílias com renda de 3 a 5 salários-mínimos, a alternativa posta em prática, a partir de 1973, foi a de reduzir-se a área das habitações e suas respectivas especificações de acabamento, criando-se, ao mesmo tempo, condições de serem executadas nestas, gradativamente, obras de ampliação e melhoria.

No período 1964-1986 (1º semestre), foram produzidas 1.188.750 unidades habitacionais através deste programa.

2. Financiamento individual para construção, aquisição e melhoria de habitação de baixa renda

Este programa de financiamento individual, denominado FICAM, permite que o adquirente, na medida que vá obtendo elevação de sua renda, tenha a possibilidade de ampliar e melhorar sua moradia. O programa admite a contratação de pequena empreiteira para a execução dos serviços ou o simples financiamento do material de construção, para que o pretendente promova a edificação através do seu próprio esforço.

No período 1973-1986 (1º semestre), foram concedidos 82.622 financiamentos individuais através do FICAM.

3. Lotes urbanizados

Os lotes urbanizados são financiados às famílias de mais baixa renda, às quais cabe edificar suas habitações. Inicialmente, eram comercializados apenas com os pontos de luz, água e esgotamento sanitário. Mais tarde, passaram a ser financiados com instalação hidráulica e uma unidade sanitária, dada a dificuldade de edificação desses componentes.

No período 1975-1982, foram financiados 44.643 lotes urbanizados, através do Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB), cuja evolução se encontra na Tabela 14. A partir de

1982, esta modalidade de financiamento passou a ser desenvolvida através de outros programas.

4. Urbanização de aglomerados de sub-habitação e autoconstrução

Em 1979, foi criado o Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR), destinado a promover a recuperação dos aglomerados de subhabitação, mediante a melhoria da infra-estrutura e das habitações, promovendo-se ainda o desenvolvimento comunitário da população envolvida. O Programa compreende a concessão de empréstimos aos estados e municípios, para execução das obras de infra-estrutura e de equipamentos comunitários e de financiamentos, aos moradores, para realizarem construção, melhorias ou ampliação de suas habitações. Cerca de 600.000 famílias foram beneficiadas com obras de urbanização e equipamentos comunitários, das quais 163.413 receberam financiamentos habitacionais até 1986. A evolução desses financiamentos consta da Tabela 15.

Em 1984, foi criado o Programa Nacional de Autoconstrução, buscando minimizar as dificuldades verificadas no processo espontâneo de construção de moradias. Até 1986, havia 9.557 unidades construídas através deste programa.

5. Avaliação dos resultados

Numa avaliação das alternativas de atendimento habitacional no âmbito do SFH, observa-se que estas encontram grandes dificuldades para sua realização, na escala desejável, dentre as quais pode-se destacar:

- a) preparação das equipes de apoio técnico e social, de cujo desempenho e integração com a comunidade a ser atendida depende, fundamentalmente, o sucesso dos empreendimentos;

TABELA 14

EVOLUCAO DA PRODUCAO DE LOTES URBANIZADOS NO
SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO, POR REGIOES

TOTALS ACUMULADOS												
ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO	
	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.
	(UPC)		(UPC)	(UPC)		(UPC)		(UPC)	(UPC)		(UPC)	
75/76	0	0	41.828	648	79.114	1.209	31.246	488	0	0	152.188	2.345
1977	0	0	145.672	2.373	96.658	1.602	37.530	597	37.209	732	317.069	5.304
1978	6.018	830	674.805	8.156	899.026	9.964	277.715	3.334	37.209	732	1.894.773	23.016
1979	62.723	1.350	1.276.467	12.248	1.075.135	11.120	331.725	3.802	37.209	732	2.785.259	29.342
1980	99.859	1.646	2.718.418	19.942	1.075.135	11.210	359.324	4.059	37.209	732	4.289.945	37.589
1981	99.859	1.646	2.948.188	21.641	1.075.135	11.210	463.968	5.040	37.209	732	4.624.359	40.269
1982	99.859	1.646	3.024.092	22.335	1.075.135	11.210	912.375	8.581	37.209	732	5.148.670	44.643

Fonte: BNH/CEF.

TABELA 15

EVOLUCAO DO FINANCIAMENTO A MORADIAS ATRAVES
DO PROMOTOR, POR REGIOES

TOTALS ACUMULADOS												
ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO		VALOR DO	
	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.	EMPRESTIMO	NO UNID.
	(UPC)		(UPC)	(UPC)		(UPC)		(UPC)	(UPC)		(UPC)	
79/80	2.423.426	7.000	2.960.203	15.388	2.454.812	11.289	755.073	4.114	0	0	8.593.791	37.791
1981	3.315.036	11.257	7.547.489	38.133	4.914.397	20.714	3.092.680	13.590	0	0	18.869.602	83.694
1982	4.278.565	25.988	10.395.009	48.659	6.445.211	25.527	6.164.767	26.030	1.145.580	3.909	28.429.132	130.113
1983	4.445.948	27.035	11.897.488	55.337	7.646.680	29.620	6.349.501	26.204	1.145.580	3.909	31.485.197	142.105
1984	5.067.605	29.607	14.289.092	64.412	7.797.305	30.006	6.582.582	27.230	1.440.580	5.679	35.177.164	156.932
1985	5.067.605	29.607	15.367.827	69.394	7.889.479	30.338	6.605.337	27.354	1.440.580	5.679	36.370.828	162.372
1986	5.067.605	29.607	15.367.827	69.394	7.929.908	30.475	6.721.981	28.258	1.440.580	5.679	36.527.901	163.413

Fonte: BNH/CEF.

- b) pouco interesse dos agentes promotores (COHABS) em desenvolver essas modalidades alternativas, por serem comparativamente mais trabalhosas e gerarem menores resultados em termos quantitativos que a forma tradicional de atendimento através de conjuntos habitacionais;

- c) nível de exigência da legislação de parcelamento e uso do solo, bem como da de edificações, que, em geral, não contém adaptações específicas para os projetos alternativos. Este programa afeta especialmente os projetos de urbanização de aglomerados de subhabitação, os quais são dificultados, ainda, pela falta de instrumentos legais que possibilitem a aquisição dessas áreas a preços compatíveis com a finalidade a que se destinam e que permitem maior flexibilidade na regularização da posse do terreno em nome dos ocupantes. Tais instrumentos seriam, por exemplo, o usucapião urbano e o condomínio, em regime especial, e a definição de critério para fixação do valor daquelas áreas em processos expropriatórios.

Finalmente, destaque-se que os programas alternativos se consubstanciam fundamentalmente em uma ação social do governo, não se identificando com o modelo originalmente montado para o SFH, que buscava obtenção de "produtos prontos". Apesar de terem demonstrado que podem ser conseguidas melhores condições de moradia para a população de mais baixa renda, através de métodos menor onerosos do que a produção da casa pronta, na prática, desempenharam um papel pouco expressivo no atendimento global à população mais carente, em experiências localizadas.

C. O alcance social da atuação em habitação

As soluções alternativas e os mecanismos de cunho financeiro no sentido de orientar as aplicações habitacionais para as faixas

de mais baixa renda tiveram resultados pouco expressivos frente ao déficit habitacional existente. Este déficit está fortemente concentrado nos grupos de renda inferior a 5 salários-mínimos, que correspondem a quase 70% da população urbana brasileira.

Um componente importante do déficit reside na subhabitação, que se caracteriza por moradias precárias, geralmente construídas com paredes e cobertura de taipa, sapê, madeira aproveitada, materiais usados e pisos de terra batida, que proliferam nas favelas e invasões. Diferenciam-se, assim, de um outro tipo de subhabitação, que é o das habitações mais antigas, congestionadas, deterioradas e com insuficiência de serviços, normalmente situadas em áreas centrais, usualmente conhecidas por cortiços. No total, o número de subhabitações urbanas, conforme a Tabela 16, chegou a quase 1,5 milhão, em 1980.

Na Tabela 17 são apresentadas as necessidades habitacionais para o período 1980-1990. Foram utilizados dados do Censo de 1980, referentes ao crescimento populacional, população e tamanho médio das famílias, número total de habitações existentes e sua distribuição entre normais e subnormais. Utilizou-se, ainda, uma taxa de depreciação fixa de 2% a.a., o que pressupõe uma vida útil de 50 anos para prédios residenciais.

Ressalte-se que as famílias com até 5 salários-mínimos de rendimento familiar, que compõem cerca de 70% do total, absorverão 88,9% das necessidades globais. A faixa intermediária de 5 a 10 salários-mínimos necessita, proporcionalmente, a metade do que representa no total do número de famílias. Já aquelas com mais de 10 salários, têm uma necessidade habitacional de tão-somente 4% do total, embora represente 14% do número de famílias.

Em decorrência da crise econômica do início da década de 80, a compressão dos salários reais dos mutuários provocou o aumento dos níveis de inadimplência, que atingiram patamares inéditos no

TABELA 16

1980 - CONDIÇÕES DAS HABITAÇÕES NO BRASIL

DOMICÍLIOS	PERMANENTES		TOTAL DE CORTIÇOS b/	TOTAL SUB HABITAÇÕES	% TOTAL DE HABITAÇÕES	
	DURÁVEIS a/	PRECÁRIAS				
T O T A L	25.293.411	22.252.362	2.905.935	1.014.095	3.920.030	15.5
U R B A N A	17.819.207	16.925.208	811.563	621.924	1.433.487	8.0

Fonte: Dados Censitários, FIBGE.

Notas:

a/ A diferença entre o total de habitações e o total de habitações permanentes é dada pelas habitações improvisadas (moradores em estabelecimentos comerciais e industriais, em templos, embarcações, carroças, vagões, tendas, barracas, grutas, etc.). Parte deste total deveria, a rigor, ser considerada como sub-habitação.

b/ São considerados cortiços as residências duráveis com 10 ou mais habitantes.

TABELA 17

NECESSIDADES HABITACIONAIS POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR
PERÍODO: 1980/90 */

FAIXA DE RENDA FAMILIAR (SALÁRIOS-MÍNIMOS)	NECESSIDADES HABITACIONAIS		%	% DE FAMÍLIAS NA FAIXA DE RENDA FAMILIAR
	TOTAL	URBANA		
0 - 1	5.425.199	4.280.724	31.3	16.9
1 - 3	7.938.470	5.263.807	45.8	53.6
3 - 5	2.045.282	1.613.819	11.8	
5 - 10	1.230.636	971.026	7.1	15.6
10 - +	693.316	547.057	4.0	13.9
TOTAL	17.332.903	13.676.433	100.0	100.0

Fonte: Avaliação e Propostas de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação - Marcos Cintra Cavalcanti de ALBUQUERQUE, 1985.

Nota:

*/ A distribuição das necessidades estimadas pelas classes de renda familiar seguiu o padrão adotado em BNH Relatório de Atividade 1980. A fórmula utilizada para as estimativas, tanto para a zona urbana quanto para o total (rural e urbano), foi a seguinte:

$\Delta Ht = Fo - Ho + \Delta Ft + dHo$, sendo:

ΔHt = acréscimo ao estoque de habitação durante o período de t anos,

Fo = número de famílias no início do período de t anos,

Ho = estoque de unidades habitacionais consideradas adequadas (permanentes, duráveis), habitadas até 9 pessoas, no início do período de t anos,

ΔFt = acréscimo no número de famílias durante o período de t anos,

d = taxa de reposição do estoque habitacional para o período de t anos.

Cabe observar que, a rigor, a taxa de reposição deveria ser aplicada ano a ano sobre o estoque existente em cada momento. Como o período de estimativa é tão-somente 20% da vida útil da moradia (50 anos) as distorções introduzidas não são significativas. Da mesma forma, a distribuição por faixa de renda, utilizando-se os dados censitários de 1970, não introduz sérias divergências, já que o perfil de distribuição de renda entre 1970 e 1980, não foi significativamente alterado. Para o cálculo da taxa de crescimento populacional, utilizou-se a taxa observada no período 1970-80; para as regiões urbanas, estimou-se taxa de crescimento de 75% da verificada no mesmo período. Distribuição das famílias por classe de renda segundo a PNAD, 1983 (FIBGE).

SFH. As disponibilidades para investimento também se reduziram, acompanhando a retração dos mercados onde se colocavam os produtos financiados pelo Sistema.

É nesse contexto que se verifica o crescimento relativo das aplicações do SFH na área de saneamento apresentado na Tabela 18. Esse crescimento pode ser visto sob dois aspectos. Primeiro, verifica-se que amplos segmentos populacionais carentes não têm, em virtude de insuficiência de renda, condições de acesso à habitação. Assim, o déficit habitacional deve ser visto em sentido mais amplo do que o da habitação em si, pois um atendimento mais imediato pode ser realizado através de infra-estrutura que beneficia aqueles segmentos mais carentes. A prioridade, em termos de infra-estrutura, recai sobre os serviços de saneamento básico, área em que as condições melhoraram sensivelmente a partir de 1970, mas permanece, em 1980, com um déficit ainda alto em termos absolutos. Em segundo lugar, os mecanismos de financiamento estabelecidos em 1970 para o equacionamento do saneamento básico no país permitiam que os estados, através de suas concessionárias de serviços de saneamento básico, ampliassem o atendimento nesta área, via endividamento, sem que isso representasse um acréscimo significativo de dispêndio para os usuários, como se verá adiante.

TABELA 18

BNH - COMPOSICAO DAS APLICACOES POR SETORES

SETORES	HABITACAO		SANEAMENTO		DESENV.URBANO		OUTROS		TOTAL		
	ANO	UPC MILHARES	%	UPC MILHARES	%	UPC MILHARES	%	UPC MILHARES	%	UPC MILHARES	%
	1980	203.113	68.1	59.918	20.0	27.936	9.4	7.335	2.5	298.302	100.0
	1981	210.861	65.0	95.907	29.5	13.891	4.3	3.870	1.2	324.529	100.0
	1982	217.806	67.1	89.012	27.4	15.415	4.7	2.709	0.8	324.942	100.0
	1983	191.542	69.2	73.493	26.5	10.772	3.9	1.190	0.4	276.997	100.0
	1984	121.466	69.3	46.622	26.6	5.964	3.4	1.198	0.7	175.250	100.0
	1985	95.241	50.9	82.854	44.3	8.603	4.5	488	0.3	187.186	100.0
	1986	60.440	43.0	72.668	51.7	7.450	5.3	79	0.0	140.637	100.0

Fonte: BNH/Caixa Economica Federal.

III. A ATUAÇÃO DO SFH EM SANEAMENTO BASICO

A. O saneamento básico até 1968

Em 1967, 45,3 milhões de habitantes tinham domicílio urbano no país. Deste contingente, 22,8 milhões eram atendidos com abastecimento d'água. Devido ao fato de os serviços de abastecimento d'água serem, em muitos casos, irregulares e deficientes, considerava-se que apenas 35% da população urbana possuía abastecimento de padrão adequado.

Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, o quadro apresentava-se ainda mais precário, visto que somente algumas grandes cidades contavam com aquele atendimento, o qual cobria apenas uma parte da população.

Os sistemas de saneamento básico então existentes haviam sido financiados através de recursos a fundo perdido, com fixação de tarifas insuficientes para a manutenção e financiamento de expansão do sistema.

Ao longo do tempo, foram proliferando órgãos, tanto a nível federal como estadual, com a finalidade de atuar no setor. A multiplicidade de atuação, conjugada com a aplicação de fundos originários de orçamento público, trouxe como consequência a atomização dos recursos, já escassos.

Esta proliferação de agentes resultou tanto na falta de coordenação na execução das ações como no estabelecimento de

prioridades, que quase sempre excluía os segmentos mais carentes.

B. O Sistema Financeiro de Saneamento

O Sistema Financeiro de Saneamento, constituído pelo BNH, como órgão central, e pelos estados e municípios que livremente aderissem, implementou seu primeiro programa de investimentos em 1968. A nível estadual, foram criados os Fundos de Financiamento para Água e Esgoto (FAE), sob a forma de fundos rotativos, contando com aportes de recursos de até 5% da receita tributária estadual. Os FAEs financiaram projetos no setor, a prazos e taxas de juros adequados à sua capitalização, de modo a permitir a paulatina redução dos aportes orçamentários, visando, a longo prazo, a auto-suficiência. Os projetos seriam financiados com a participação do BNH (até 37,5% do custo total), do FAE estadual (idem) e das municipalidades e companhias de água beneficiárias (25%).

Vários problemas surgiram na implementação dos planos apresentados à época, tais como impossibilidade de os estados mais pobres aportarem aos FAE os recursos necessários e incapacidade das comunidades mais pobres suportarem sua participação no custo dos projetos. Por outro lado, como a viabilidade financeira de cada projeto era analisada individualmente, as comunidades menores tinham seu atendimento postergado em favor das cidades maiores, com níveis de renda mais elevados.

A avaliação dos resultados ao longo de dois anos levou à criação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em 1970.

C. O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)

O PLANASA estabeleceu as seguintes metas principais a serem atingidas até 1980: prover 80% da população urbana de

abastecimento de água potável e atender 50% dessa população com serviços de esgotamento sanitário. Tais metas deveriam ser cumpridas por estado, independentemente de sua dimensão e perfil sócio-econômico. O PLANASA fixou como princípios a auto-sustentação, a longo prazo, dos sistemas prestadores dos serviços e a discriminação das tarifas conforme a capacidade de pagamento dos diversos segmentos atendidos.

As principais características do PLANASA, quando da sua concepção, são apresentadas a seguir.

- A concessão de financiamentos a projetos de saneamento básico ficaria condicionada à apresentação, por parte de cada estado, de um plano de viabilidade global, no qual se aplicassem os conceitos do PLANASA, em especial quanto às metas e à metodologia.
- Cada estado deveria estabelecer sua própria companhia concessionária de serviços de saneamento, a qual se responsabilizaria pela administração dos diversos sistemas então existentes e pela aplicação do plano no âmbito estadual, inclusive quanto à execução dos projetos, operação e manutenção permanente dos sistemas.
- O equilíbrio econômico necessário - gastos de operação e manutenção acrescido do serviço da dívida (amortização de principal e juros de empréstimos) sendo cobertos pelas receitas tarifárias - deveria ser considerado para a concessionária como um todo, independentemente do custo de cada sistema gerido. Esse pressuposto - aliado ao estabelecimento de uma estrutura tarifária única, na qual está implícito o mecanismo de subsídios - permitiria a operação de um conjunto de sistemas com diferentes custos, sem

entraves ao desenvolvimento contínuo da concessionária, nem prejuízos para as cidades menores.

- Quanto à questão tarifária, o Plano propunha uma tarifa mínima não superior a 5% do salário-mínimo regional (alterado, posteriormente, para 0,35 OTN, em se tratando apenas de abastecimento de água, e 0,5 OTN para os casos de água e esgoto). Não era apresentado qualquer esquema tarifário especial, sendo que o estado, no seu plano de viabilidade global, deveria alcançar o equilíbrio exigido a partir daquela tarifa mínima.
- Os financiamentos a projetos seriam concedidos a taxas de juros diferenciadas, as quais seriam diretamente proporcionais à renda **per capita** dos estados beneficiados, mantendo-se o princípio de subsídio às populações de menor nível de renda.

Os princípios básicos do PLANASA continuam vigorando, em virtude do êxito alcançado na redução do déficit em saneamento básico.

D. Resultados obtidos em saneamento básico

A Tabela 19 evidencia o avanço na redução das carências em abastecimento de água e esgotamento sanitário, a partir de 1970.

1. Abastecimento de água

A percentagem de domicílios urbanos com acesso à rede geral de abastecimento de água 1/ subiu de 54,4%, em 1970, para 76,1%, em 1980, chegando a 85,6%, em 1984.

1/ Entende-se como acesso à rede geral de abastecimento de água tanto os domicílios dotados de encanamento interno quanto aqueles que, embora desprovidos de encanamento, possuem água disponível dentro dos limites da propriedade.

O impacto da atuação do PLANASA nos resultados pode ser avaliado através das Tabelas 19 e 22 a 26.

Além da preponderante participação das concessionárias estaduais dos serviços de saneamento básico no abastecimento de água para a população urbana (61,6%, em 1980, e 68,3%, em 1984), o PLANASA alcançou a meta estabelecida quando de sua criação.

Em 1984, o PLANASA, através de companhias estaduais de saneamento, já integrava 3.900 localidades, em termos de abastecimento de água, sendo 2.910 sedes municipais e 990 vilas e povoados (vide Tabela 24). Vale destacar que 71% das localidades atendidas possuíam população inferior a 5.000 habitantes, o que demonstra o significativo grau de interiorização do PLANASA.

Até 1984, cerca de 71% dos municípios já haviam aderido às companhias estaduais de saneamento, através do PLANASA, sendo que essa proporção tendia a crescer, dada a disponibilidade de recursos para o setor.

De um modo geral, houve melhorias substanciais no abastecimento de água, tanto nos anos 70 como na primeira parte da década de 80, tendo se reduzido à metade o número de domicílios desprovidos de água de qualquer fonte. A crise econômica não implicou impactos negativos no setor, visto que a retração registrada no segmento habitacional possibilitou, inclusive, expansão do volume de recursos aplicados pelo setor público em saneamento básico.

Apesar dos resultados positivos alcançados quanto à proporção dos domicílios abastecidos de água, em termos absolutos não se registraram melhorias no que se refere à disponibilidade de água no interior das moradias, principalmente face à rápida urbanização ocorrida no período. O número de domicílios urbanos desprovidos de canalização interna, que era de 2,6 milhões, em 1970, evoluiu para 3,3 milhões, em 1984.

2. Esgotamento sanitário

A proporção de domicílios urbanos ligados à rede geral de esgotos aumentou de 22,3%, em 1970, para 36,0%, em 1980, atingindo 39,0%, em 1984.

O resultado da ação do PLANASA quanto a esgotamento sanitário, é apresentado nas Tabelas 19 e 26 a 28. Em que pese a importância relativa do mesmo na redução do déficit registrado (atendia 21,6% e 24,2% da população urbana, em 1980 e 1984, respectivamente), os resultados obtidos não alcançaram as dimensões esperadas.

Mesmo considerando-se o aumento do número de domicílios ligados ao sistema geral de esgotos, subsiste ainda um déficit expressivo a ser combatido, haja visto que, em 1984, cerca de 42% da população urbana permanecia sem acesso à rede geral ou fossa séptica. Havia, ainda, 5,7 milhões unidades residenciais (26,2% dos domicílios urbanos) com instalações sanitárias rudimentares, assim como um total de 2,1 milhões (9,5% dos domicílios urbanos) servidas por outras espécies de sistemas de esgoto ou instalações de uso comum. Além disso, 1,2 milhão unidades residenciais (5,5% dos domicílios urbanos) eram desprovidas de qualquer espécie de sistema de esgotamento sanitário.

TABELA 19

SANEAMENTO BASICO - ATENDIMENTO DA POPULACAO URBANA
BRASIL: 1970, 1980 E 1984

VARIAVEIS	1970	1980	1984
1. População urbana residente			
1.1. Número de habitantes	52.084.984	80.436.409	92.869.693
1.2. % de população total	55.9	67.6	72.4
2. Domicílios particulares permanentes urbanos			
2.1. Número de domicílios	10.276.340	17.770.981	21.936.074
2.2. % do total de domicílios	58.3	70.5	75.2
3. Abastecimento de água - acesso a rede geral			
3.1. População urbana abastecida	26.673.153	39.466.492	78.458.262
3.2. Número de domicílios urbanos abastecidos	5.592.606	13.523.338	18.781.571
3.3. % da população urbana abastecida	51.2	73.9	84.5
3.4. % da população urbana abastecida via SFS	...	61.6	68.3
3.5. % dos domicílios urbanos abastecidos	54.4	76.1	85.6
3.6. % dos domicílios urbanos abastecidos via SFS	...	54.1	62.7
3.7. Número de localidades integradas ao PLANASA através das Cias. Estaduais de Saneamento	185	2.889	3.900
4. Abastecimento de água (rede geral, poço ou nascente) com ausência de canalização interna			
4.1. Número de habitantes urbanos	13.380.031	17.103.157	15.016.968
4.2. % da população urbana	25.7	21.3	16.2
4.3. Número de domicílios urbanos	2.608.537	3.648.133	3.266.865
4.4. % dos domicílios urbanos	25.4	20.5	14.9
5. Ausência de água de qualquer fonte dentro da propriedade			
5.1. Número de habitantes urbanos	11.236.894	6.663.871	5.015.484
5.2. % da população urbana	21.6	8.3	5.4
5.3. Número de domicílios urbanos	2.258.062	1.476.449	1.146.400
5.4. % dos domicílios urbanos	22.0	8.3	5.2

TABELA 19

SANEAMENTO BASICO - ATENDIMENTO DA POPULACAO URBANA
BRASIL: 1970, 1980 E 1984 (Continuação)

VARIAVEIS	1970	1980	1984
6. Esgotamento sanitário (acesso a rede geral)			
6.1. População urbana atendida	10.513.235	26.797.402	33.458.209
6.2. Número de domicílios urbanos atendidos	2.290.573	6.400.047	8.554.936
6.3. % da população urbana atendida	20.2	33.3	36.0
6.4. % da população urbana atendida via SFS	...	21.6	24.2
6.5. % dos domicílios urbanos atendidos	22.3	36.0	39.0
6.6. % dos domicílios urbanos atendidos via SFS	...	19.3	22.7
6.7. Número de localidades integradas ao PLANASA através das Cias Estaduais de Saneamento	3	343	447
7. Ausência de acesso a rede geral de esgoto e de fossa séptica			
7.1. Número de habitantes urbanos	29.132.287	33.376.469	38.848.758
7.2. % da população urbana	55.9	41.5	41.8
7.3. Número de domicílios urbanos	5.736.723	7.075.395	8.533.642
7.4. % do total de domicílios urbanos	55.8	39.8	38.9
8. Instalações sanitárias rudimentares			
8.1. Número de habitantes urbanos	19.678.172	20.819.149	27.170.162
8.2. % da população urbana	37.8	25.9	29.3
8.3. Número de domicílios urbanos	3.777.423	4.211.784	5.747.376
8.4. % do total de domicílios urbanos	36.8	23.7	26.2
9. Outras instalações e instalações de uso comum			
9.1. Número de habitantes urbanos	2.458.001	9.952.216	8.230.582
9.2. % da população urbana	4.7	12.4	8.9
9.3. Número de domicílios urbanos	476.435	2.457.853	2.092.221
9.4. % do total de domicílios urbanos	4.6	13.8	9.5
10. Ausência de instalações sanitárias			
10.1. Número de habitantes urbanos	6.996.114	5.778.658	5.127.977
10.2. % da população urbana	13.4	7.2	5.5
10.3. Número de domicílios urbanos	1.482.868	1.284.676	1.201.225
10.4. % do total de domicílios urbanos	14.4	7.2	5.5

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 e 1980; PNAD, 1984)
CEF/OESAN.

TABELA 20

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM
ABASTECIMENTO DE AGUA NO AMBITO DO PLANASA, POR REGIOES
PERIODO: 1968/84

REGIOES	COMUNIDADES MEIAS E GRANDES		COMUNIDADES DE PEQUENO PORTE		INVESTIMENTO TOTAL	
	% SOBRE BRASIL	% SOBRE REGIAO	% SOBRE BRASIL	% SOBRE REGIAO	% SOBRE INVEST.ND ABAST.AGUA	% SOBRE INVEST.EM SANEAMENTO BASICO
	NORTE	2.7	98.9	0.5	1.1	2.6
NORDESTE	25.3	92.7	31.4	7.3	25.6	18.5
SUDESTE	56.7	96.8	29.5	3.2	55.1	39.7
SUL	9.3	87.5	20.9	12.5	10.0	7.2
CENTRO-OESTE	6.0	84.2	17.7	15.8	6.7	4.8
BRASIL	100.0	94.1	100.0	5.9	100.0	72.1

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 21

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM
ESGOTOS SANITARIOS NO AMBITO DO PLANASA, POR REGIOES
PERIODO: 1968/84

REGIOES	% SOBRE INVESTIMENTOS EM ESGOTOS SANITARIOS	% SOBRE INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BASICO
NORTE	0.7	0.2
NORDESTE	11.5	3.2
SUDESTE	75.6	21.1
SUL	10.9	3.0
CENTRO-OESTE	1.3	0.4
BRASIL	100.0	27.9

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 22

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 ABASTECIMENTO DE AGUA - EVOLUCAO DA POPULACAO
 BENEFICIADA PELO PLANASA, POR REGIOES
 PERIODO: 1970/84

ANOS	REGIOES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
1970	455.671	2.582.229	7.238.834	1.289.358	314.790	11.880.882
1971	476.644	3.097.250	8.170.217	1.530.320	335.948	13.610.379
1972	499.105	3.805.315	8.522.136	2.259.645	354.520	15.440.721
1973	544.640	4.409.675	9.708.412	2.702.205	477.945	17.842.877
1974	604.825	5.037.075	10.206.625	3.441.225	1.206.870	20.496.620
1975	685.460	5.680.140	10.857.618	4.162.030	1.343.645	22.728.893
1976	938.955	6.419.400	15.699.903	4.659.375	1.630.115	29.347.748
1977	1.081.825	7.512.580	18.818.040	5.575.455	2.044.995	35.032.895
1978	1.171.130	8.288.515	20.782.126	6.285.600	2.260.645	38.788.016
1979	1.541.979	9.332.783	23.909.554	6.731.551	2.558.610	44.074.477
1980	1.836.765	10.116.554	27.073.397	7.572.038	2.969.833	49.568.587
1981	1.909.586	10.567.078	28.632.023	7.852.120	3.347.737	52.308.544
1982	2.112.426	11.494.544	30.389.600	8.500.139	3.596.677	56.093.386
1983	2.438.390	12.853.138	31.229.069	9.297.946	4.028.587	59.847.130
1984	2.647.636	13.831.705	32.755.010	9.801.926	4.380.180	63.416.457

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 23

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 ABASTECIMENTO DE ÁGUA - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES
 RESIDENCIAIS SERVIDAS PELAS CIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO, POR REGIÕES
 PERÍODO: 1970/84

ANOS	REGIÕES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C. OESTE	BRASIL
1970	91.134	516.445	1.491.229	257.872	62.958	2.419.638
1971	95.329	619.451	1.682.747	306.064	67.190	2.770.781
1972	99.821	761.063	1.754.964	451.929	70.904	3.138.681
1973	108.928	881.935	1.993.238	540.441	95.589	3.620.131
1974	120.965	1.007.415	2.094.882	688.245	241.374	4.152.881
1975	137.092	1.136.028	2.228.601	832.406	268.729	4.602.856
1976	187.791	1.283.880	3.227.863	931.875	326.023	5.957.432
1977	216.365	1.502.516	3.876.798	1.115.091	408.999	7.119.769
1978	234.226	1.657.703	4.282.432	1.257.120	452.129	7.883.610
1979	254.607	1.753.072	4.685.533	1.312.443	493.801	8.499.456
1980	313.949	1.934.355	5.297.772	1.476.564	584.025	9.606.665
1981	333.637	2.105.823	6.119.183	1.716.617	685.477	10.960.737
1982	373.268	2.299.812	6.741.397	1.894.953	756.149	12.065.579
1983	432.534	2.570.783	6.922.855	2.104.301	845.457	12.875.930
1984	470.077	2.769.396	7.351.432	2.237.809	918.425	13.747.139

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 24

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 NUMERO DE LOCALIDADES INTEGRADAS AO PLANASA ATRAVES
 DAS CIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO, POR REGIOES
 PERIODO: 1968/84

REGIOES	SEDES MUNICIPAIS			OUTRAS LOCALIDADES			TOTAL		
	POPULACAO	POPULACAO	SUBTOTAL	POPULACAO	POPULACAO	SUBTOTAL	POPULACAO	POPULACAO	SUBTOTAL
	ATE 5000 HABIT.	ACIMA 5000 HABIT.		ATE 5000 HABIT.	ACIMA 5000 HABIT.		ATE 5000 HABIT.	ACIMA 5000 HABIT.	
NORTE	80	54	134	46	1	47	126	55	181
NORDESTE	738	383	1121	312	17	329	1.050	400	1.450
SUDESTE	408	309	717	301	24	325	709	333	1.042
SUL	378	275	653	216	5	221	594	280	874
CENTRO-OESTE	126	126	285	68	-	68	227	126	353
BRASIL	1.763	1.147	2.910	943	47	990	2.706	1.194	3.900

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 25

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 NUMERO DE LOCALIDADES INTEGRADAS AO PLANASA
 ATRAVES DAS CIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO
 DISTRIBUICAO PERCENTUAL, POR REGIOES
 PERIODO: 1968/84

REGIOES	POPULACAO ATE 5.000 HABIT.		POPULACAO ACIMA DE 5.000 HABIT.		TOTAL	
	% SOBRE BRASIL	% SOBRE REGIAO	% SOBRE BRASIL	% SOBRE REGIAO	% SOBRE BRASIL	% SOBRE REGIAO
	NORTE	4.7	74.0	4.6	26.0	4.6
NORDESTE	38.8	77.3	33.5	22.7	37.2	100.0
SUDESTE	26.2	68.8	27.9	31.2	26.7	100.0
SUL	21.9	74.7	23.4	25.3	22.4	100.0
CENTRO-OESTE	8.4	80.7	10.6	19.3	9.1	100.0
BRASIL	100.0	71.0	100.0	29.0	100.0	-

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 26

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 NUMERO DE LOCALIDADES INTEGRADAS AO PLANASA
 ATRAVES DAS CIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO
 PERIODO: 1968/84

ANO	ABASTECIMENTO DE AGUA			ESGOTOS SANITARIOS		
	SEDES MUNICIPAIS	OUTRAS LOCALIDADES	TOTAL	SEDES MUNICIPAIS	OUTRAS LOCALIDADES	TOTAL
1968	61	1	62	-	-	-
1969	98	1	99	-	-	-
1970	184	1	185	3	-	3
1971	229	1	230	6	-	6
1972	357	14	371	67	1	68
1973	780	30	810	87	1	88
1974	984	45	1.029	95	1	96
1975	1.188	73	1.261	135	2	137
1976	1.566	125	1.691	175	4	179
1977	1.814	139	1.953	208	8	216
1978	2.027	163	2.190	239	8	247
1979	2.285	202	2.487	260	11	271
1980	2.455	434	2.889	327	16	343
1981	2.512	497	3.009	348	19	367
1982	2.590	590	3.180	386	25	411
1983	2.721	760	3.481	400	37	437
1984	2.910	990	3.900	409	38	447

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 27

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 ESGOTOS SANITARIOS - EVOLUCAO DA POPULACAO SERVIDA
 PELO PLANASA, POR REGIOES
 PERIODO: 1970/84

ANOS	REGIOES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
1970	34.350	-	6.043.492	-	-	6.077.842
1971	34.350	2.498	6.322.989	-	-	6.377.837
1972	35.075	406.330	6.574.448	418.276	145.845	7.579.974
1973	38.625	501.297	7.453.917	443.147	158.185	8.595.171
1974	38.625	551.406	7.814.290	533.901	172.168	9.110.390
1975	38.965	660.716	8.692.040	569.539	512.130	10.473.390
1976	38.965	750.428	8.561.526	603.629	564.810	10.519.358
1977	42.240	1.003.454	10.188.604	678.754	783.794	12.696.846
1978	42.240	1.069.320	10.686.300	753.248	824.512	13.375.620
1979	51.617	1.247.414	11.440.298	1.000.439	948.453	14.688.221
1980	71.361	1.443.918	13.098.394	1.686.075	1.107.647	17.407.395
1981	132.035	1.583.871	13.994.668	1.814.049	1.133.078	18.657.701
1982	137.131	1.663.875	14.230.090	1.974.493	1.177.884	19.183.473
1983	140.681	1.757.168	15.242.027	2.203.431	1.332.406	20.675.713
1984	148.881	2.143.497	16.279.131	2.327.828	1.582.100	22.481.437

Fonte: CEF/DESAN.

TABELA 28

SISTEMA FINANCEIRO DE SANEAMENTO
 ESGOTOS SANITARIOS - EVOLUCAO DO NUMERO DE UNIDADES RESIDENCIAIS
 SERVIDAS PELAS CIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO, POR REGIOES
 PERIODO: 1970/84

ANOS	REGIOES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
1970	6.870	-	1.245.228	-	-	1.252.098
1971	6.870	4.100	1.303.217	-	-	1.314.187
1972	7.015	81.266	1.355.289	83.655	29.169	1.556.394
1973	7.725	100.259	1.532.135	88.829	31.637	1.760.585
1974	7.725	110.281	1.606.180	106.780	34.434	1.865.400
1975	7.793	132.143	1.789.740	113.908	102.426	2.146.010
1976	7.793	150.086	1.969.015	120.726	112.962	2.360.582
1977	8.448	200.691	2.098.405	135.751	156.759	2.600.054
1978	8.448	213.814	2.201.827	150.650	164.902	2.739.691
1979	8.448	234.723	2.258.752	197.857	187.312	2.887.092
1980	12.218	278.704	2.580.718	329.982	219.193	3.420.815
1981	23.032	317.633	3.000.820	402.078	230.469	3.974.032
1982	23.992	334.999	3.154.221	446.745	251.488	4.211.445
1983	24.715	353.378	3.378.600	500.094	283.982	4.540.769
1984	26.182	430.960	3.653.525	533.304	336.998	4.980.969

Fonte: CEF/DESAN.

CAPITULO IV

INDICADORES SOBRE SAUDE

I. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre epidemiologia social tem-se desenvolvido muito nos últimos anos. Tais estudos, aliados ao aprofundamento do conhecimento em demografia e sua aplicação no campo da saúde, tem permitido estabelecer prioridades no uso de indicadores que poderiam medir o estado de saúde e a eficácia dos serviços voltados a combater a doença. Mas nem sempre os sistemas estatísticos nacionais estão preparados para realizar tais levantamentos.

No caso do Brasil, poucos têm sido os avanços registrados nos sistemas de notificação de doenças. O mesmo ocorre com as estatísticas de demanda social pelos serviços de saúde que são praticamente inexistentes. A procura, neste caso, tem sido mal espelhada nos indicadores de produção de serviços, os quais, dada a gregação, não refletem a diversidade de modalidades assistenciais e especialidades médicas requisitadas pela população. Isto traz dificuldades na obtenção de indicadores que possam hierarquizar a direcionalidade das ações de saúde.

Tendo em vista estes problemas, os indicadores de saúde no Brasil podem ser classificados em três módulos: indicadores de mortalidade, indicadores de capacidade instalada e produção de serviços e indicadores de gasto.

No primeiro caso, deveriam ser incluídos, além da mortalidade, os dados de morbidade. Porém tais estatísticas são praticamente inexistentes. Em algumas unidades da federação, são registradas, com enorme margem de erro, apenas as doenças

transmissíveis de notificação obrigatória pelo Ministério da Saúde. Sendo assim, optou-se apenas pelo relato dos indicadores de mortalidade. Os indicadores gerais relacionados a esta variável, como é o caso da esperança de vida e das taxas de mortalidade geral e infantil, não serão abordados em profundidade, dado que já foram objeto do Capítulo I do presente volume. 1/ Desta forma, a análise ficou restrita aos indicadores de mortalidade proporcional por causa, coletados entre 1979 e 1984, que são publicados anualmente pelo Ministério da Saúde, a partir da coleta de informações junto às Secretarias Estaduais de Saúde. 2/

Quanto aos indicadores de capacidade instalada e produção de serviços de saúde, foram utilizadas, basicamente, as estatísticas dos Inquéritos de Assistência Médico-Sanitária (AMS) do IBGE, coletados entre 1978 e 1980 e as estatísticas do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Tais estatísticas, no caso da AMS, são de boa qualidade e cobrem a totalidade dos serviços de saúde do País. Os dados do INAMPS referem-se apenas aos serviços próprios, conveniados ou contratados pela instituição.

Por fim, os dados de gasto com saúde foram oriundos de trabalhos elaborados a partir de pesquisas do IPEA/IPLAN e do

-
- 1/ Ver trabalho sobre Transição Demográfica e Distribuição Espacial da População, elaborado por Luiz Antônio Pinto de OLIVEIRA, constante do Capítulo I deste volume.
 - 2/ Foram utilizados os trabalhos de C. L. SZWARCWALD & E. A. CASTILHO, Brasil: Indicadores de Mortalidade. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CIS, 1986. Mimeo, e dos mesmos autores "O Impacto na Mortalidade", in Solon M. VIANNA, coord. O Impacto da crise nos serviços de saúde: o caso do Brasil. Brasília, IPEA/IPLAN, 1987. Mimeo. Os dois autores têm trabalhado sistematicamente com as estimativas de mortalidade proporcional por causa produzidas pelo Ministério da Saúde.

IEI/URFJ, ao longo de 1987 3/, e levantam indicações da magnitude do gasto federal e estadual com saúde e de seu comportamento na crise dos anos 80. A maior parte destas informações refere-se ao gasto público com saúde, dada a inexistência de fontes diretas que possam fornecer a magnitude do gasto privado das empresas e das famílias com tais serviços.

3/ Ver A.C. MEDICI, "O Gasto em saúde no contexto da crise", in S.M. VIANNA, coord.. O Impacto da crise nos serviços de saúde: o caso do Brasil, op.cit. Ver também A.C. MEDICI, O Custeio da política social ao nível regional: subsídios para uma estratégia de descentralização. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1987. (Texto para Discussão, 134).

II. OS INDICADORES DE MORTALIDADE

No Brasil, entre 1950 e 1980, a esperança de vida ao nascer tem crescido sistematicamente, passando de 45,5 para 60,1 anos de idade. 4/ Em que pese este progresso, persistem fortes desigualdades regionais em sua magnitude. Em 1980, os 51,0 anos de esperança de vida do nordestino contrastavam com a média de 67,2 anos estimada para os moradores da Região Sul. Analisada diferencialmente segundo o sexo, a esperança de vida feminina era de 63,4 anos, enquanto a masculina não passava dos 57,0 anos. 5/

Cabe mencionar que o indicador de esperança de vida ao nascer é fortemente afetado pela mortalidade infantil. Entre 1970 e 1984, a probabilidade de morte antes de um ano caiu de 113,8 para 68,1 por mil, representando uma melhoria extraordinária quanto ao comportamento deste indicador. Mesmo assim, a taxa de mortalidade infantil no Brasil é muito superior a existente nos países desenvolvidos, sendo inclusive maior que a registrada em algumas nações com menor grau de desenvolvimento econômico. 6/

4/ A esperança de vida na idade x é o número de anos de vida que restam ao conjunto de sobreviventes de idade x , divididos pelo número de sobreviventes na idade x , a partir dos cálculos constantes de uma tábua de mortalidade (ver A. SAUVY, Elementos de Demografia. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 92 e seguintes). Sobre a afirmação de que a esperança de vida é o indicador mais importante de bem-estar ver BANCO MUNDIAL, La Pobreza en América Latina: el impacto de la depresión. Washington, D.C., abr. de 1987. 27p.

5/ Os dados sobre esperança de vida podem ser observados nas tabelas constantes do Capítulo I deste volume, elaborado por Luiz Antônio Pinto de OLIVEIRA.

6/ Os dados de probabilidade de morte antes de um ano de idade também podem ser encontrados no Capítulo I deste volume.

Esta redução, no entanto, também deve ser qualificada regionalmente. Em Alagoas, tal probabilidade era de 132,1 por mil, em 1984, enquanto na Região Sul, ela era quase três vezes menor (45,6-por mil). No Piauí, este indicador se eleva de 95,5 para 99,0 por mil, entre 1980 e 1984. Fenômeno semelhante verificou-se nas áreas rurais do estado do Ceará.

As estatísticas do registro civil coletadas pelo IBGE, corrigido o sub-registro de nascimentos e óbitos através de técnicas indiretas de mensuração 7/, permitem estimar a evolução da taxa de mortalidade infantil 8/ entre 1980 e 1986. O comportamento dos dados contidos na Tabela 1 revela uma redução de 30,4% nesse período, passando a referida taxa de 76,2 para 53,0 por mil. A maior queda foi observada no Nordeste (37,8%) e a menor na região Norte (2,8%).

Apesar da existência de grandes discrepâncias regionais quanto a este indicador, observa-se tendência a redução das disparidades regionais. Em 1980, a taxa de mortalidade infantil no Nordeste era 2,2 vezes maior que a observada no Sudeste (120,1 para 53,6 por mil, respectivamente). Em 1986, esta relação reduziu-se para 1,9 vezes (74,7 para 38,4 por mil, respectivamente).

A ampliação da rede básica de serviços de saúde no Nordeste, através do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), operado pelo Ministério da Saúde, a expansão da rede de serviços do INAMPS naquela região e os programas de atenção materno-infantil e alimentação e nutrição operados pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), como é o

7/ C. SIMOES & L.P. ORTIZ, "A Mortalidade Infantil no Brasil dos anos 80", in SEMINARIO SOBRE AJUSTE ECONOMICO E A INFANCIA NO BRASIL, São Paulo, UUSP/FEA, Ordem dos Economistas de São Paulo, UNICEF, 25/26 abr. 1988. Mimeo.

8/ Refere-se à taxa de mortalidade ocorrida entre crianças com menos de um ano de idade.

caso do Programa de Suplementação Alimentar (PSA), podem ser apontados como fatores que contribuíram para a redução da mortalidade infantil no Nordeste.

Mesmo assim, os dados de mortalidade infantil, estimados através das estatísticas do registro civil, mostram que a crise econômica teve efeitos na elevação, mesmo que tênue, deste indicador. Entre 1982 e 1984, a taxa de mortalidade infantil no Brasil aumenta de 62,7 para 68,2 por mil, voltando a cair para 55,0 e 53,0 por mil, em 1985 e 1986, respectivamente. Este movimento ocorre de forma similar em todas as macro-regiões fisiográficas do País.

As taxas estimadas de mortalidade das crianças com idade entre 1 a 4 anos, obtidas a partir das estatísticas do registro civil, conforme constam da Tabela 2, também apresentam redução ao longo dos anos 80. Entre 1981 e 1986, este indicador para o Brasil sofreu queda de 26,5% (de 3,13 para 2,30 por mil, respectivamente), apesar da tênue elevação observada em 1983 e 1984. Para este grupo etário, a menor e a maior queda na mortalidade foram registradas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, onde, neste último caso, o indicador se reduziu de 2,16 para 1,50 por mil.

Embora não existam dados confiáveis para a região Norte quanto a este indicador, vale frisar que seu comportamento é regionalmente mais homogêneo que para o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste. Exclui-se, obviamente, o Nordeste, onde a taxa de mortalidade deste grupo, em 1986 (4,01 por mil), foi, no mínimo, o dobro da registrada nas outras três regiões.

Feitas estas considerações de ordem mais ampla, cabe detalhar as principais causas que têm influenciado o comportamento da mortalidade geral e infantil no Brasil.

A. A mortalidade por causa no Brasil

O Brasil tem passado, nos últimos quarenta anos, por uma rápida transformação em seu perfil de mortalidade. As doenças infecciosas e parasitárias, evitáveis por imunização, vêm paulatinamente perdendo peso na estrutura geral de mortalidade. Em consequência, aumenta o peso das doenças urbanas, como as neoplasias e as cardiovasculares. O rápido processo de urbanização observado nas últimas décadas tem sido fator decisivo para a mudança dos padrões de morbi-mortalidade. Este movimento atravessa, também, a estrutura de mortalidade dos anos 80.

Os dados da Tabela 3 revelam que as doenças infecciosas e parasitárias reduzem seu peso na estrutura geral de mortalidade, entre 1979 e 1984, passando de 10,26% para 7,50% do total das causas de morte registradas nas estatísticas do Ministério da Saúde. Embora não seja desprezível o papel de órgãos como a SUCAM no combate de grandes endemias, através de estratégias de imunização, acredita-se que a própria urbanização, por si só, tem efeitos por si só na redução destas causas na estrutura geral de mortalidade.

Verifica-se, em contrapartida, o aumento das causas "urbanas" de mortalidade, como é o caso das neoplasias e das doenças do aparelho circulatório. Entre 1979 e 1984, ocorre uma elevação de 8,13% para 8,54% das mortes provocadas pelas diversas formas de câncer. No mesmo período, verifica-se ligeira elevação das mortes provocadas por doenças cardiovasculares. Estima-se que a hipertensão arterial, um dos principais condicionantes das doenças do aparelho circulatório, atinja mais de 40% da população adulta nas regiões urbanas brasileiras.

Pelos dados expostos na Tabela 3, verifica-se que as doenças do aparelho circulatório constituem a principal causa na estrutura geral de mortalidade do País. Dados relativos a 1980, onde estão excluídas as causas mal definidas (Tabela 4), mostram

que as doenças do aparelho respiratório são mais freqüentes nas regiões mais urbanizadas (Sudeste e Sul) e menos comuns nas regiões com forte presença da população rural (Norte e Nordeste).

Da mesma forma, o aumento desta classe de doenças pode ser visto como decorrência de um processo de envelhecimento da população. A Tabela 5 mostra a predominância das doenças cardiovasculares nos grupos etários mais avançados, na estrutura geral de mortalidade, para o ano de 1980. Para exemplificar, as doenças cardiovasculares respondiam por 54,5% das mortes com causa definida das pessoas com mais de 50 anos, em 1980.

Retornando à Tabela 3, observa-se uma redução relativa das mortes provocadas por doenças do aparelho respiratório no período, ao lado de uma relativa estabilidade das causas ligadas a doenças das glândulas endócrinas, da nutrição, do metabolismo e transtornos imunológicos. As doenças do aparelho digestivo aumentam ligeiramente como causa na estrutura relativa da mortalidade registrada entre 1979 e 1984.

Vale destacar, no entanto, o rápido aumento das chamadas "causas externas" na estrutura de mortalidade. Tais causas, que englobam os acidentes do trabalho e de trânsito, os homicídios e os suicídios, entre outras, passam de 9,2% para 10,7% das causas registradas de mortalidade, entre 1979 e 1984. A violência urbana e o crescimento desordenado das cidades, com impactos sociais e psicológicos na população, influenciam grandemente este grupo, que já constitui a terceira principal causa na estrutura de mortalidade brasileira, só perdendo posição para as doenças do aparelho circulatório e para as causas mal-definidas. Dentro da estrutura conhecida de mortalidade é, portanto, a segunda principal causa.

Os dados de mortalidade por causa aqui apresentados possuem alguns problemas. Dentre eles, destaca-se a grande percentagem de causas mal-definidas que chegavam a 22,5% do total da estrutura

de mortalidade em 1984. Afora isto, acredita-se que tais estatísticas, coletadas pelo Ministério da Saúde, não cubram mais que cerca de 25% dos óbitos para a totalidade do País. As disparidades regionais, no que diz respeito à cobertura, são também bastante grandes, dado que o sub-registro de óbitos, praticamente nulo nas capitais do Sul e Sudeste, pode atingir valores superiores a 50% nas localidades do interior do Nordeste. 9/

Podem também ser detectadas algumas diferenças na estrutura de mortalidade por causa, segundo o sexo. A Tabela 6 mostra que quase todas as causas (doenças infecciosas e parasitárias; neoplasmas; doenças das glândulas endócrinas, da nutrição, do metabolismo e transtornos imunológicos e doenças do aparelho circulatório) detêm maior peso na estrutura da mortalidade feminina do que na masculina. Neste particular, destacam-se as neoplasias, as doenças glandulares e de metabolismo (grupo 3) e as doenças do aparelho circulatório.

No entanto, em dois grupos de causa, o peso dos homens é maior na estrutura geral de mortalidade definida: nas doenças do aparelho digestivo e nas causas externas. As mortes por doenças do aparelho digestivo atingem mais os homens dado que, entre outros fatores, o alcoolismo é mais freqüente entre a população masculina, trazendo uma série de doenças ligadas às funções hepáticas, como a cirrose.

No caso das causas externas, a proeminência masculina está relacionada ao grupo de idade adulta. Ao deterem uma maior taxa de atividade que o contingente feminino, os homens adultos

9/ Ver R.A. BECKER & A. LECHTIG, Brasil: Evolução da Mortalidade Infantil no período 1977-1984. Brasília, Ministério da Saúde/Centro de Documentação, 1986. Ver também M.H.P.M. JORGE, "Sub-registro de óbitos e aspectos da legislação sobre mortalidade", in REUNIAO NACIONAL DE SUB-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE, 2., Brasília, 1987.

expõem-se cotidianamente aos riscos de acidentes de trânsito e de trabalho, especialmente nos grandes centros urbanos, onde as causas externas detêm peso ainda maior. Por outro lado, como afirmam SZWARCWALD e CASTILHO 10/, a maioria dos óbitos por homicídios, em todas as regiões, dizem respeito a indivíduos do sexo masculino de 20 a 39 anos. Nas épocas de crise, existe uma tendência a aumentar a taxa de homicídios. Para exemplificar, na cidade de São Paulo, os homicídios elevaram-se de 36 para 66 por 100.000 habitantes entre 1982 e 1984.

As causas de mortalidade também se distribuem desigualmente na medida em que evolui a idade no contexto de cada país. No Brasil, a Tabela 5 mostra que, em 1980, até 1 ano de idade, as principais causas de morte associavam-se às doenças perinatais (38,8%), às doenças infecciosas e parasitárias (28,7%) e às doenças do aparelho respiratório (15,4%). Entre 1 e 4 anos de idade predominam as doenças infecciosas e parasitárias (34,7%) e as doenças do aparelho respiratório (25,8%). No período que vai da segunda infância ao fim da adolescência (5 a 19 anos), as causas externas representam 50,7% das mortes. Na juventude e maturidade (20 a 49 anos), continuam prevalecendo as causas externas (33,8%) e começam a crescer em importância as doenças cardiovasculares (24,3%) e os neoplasmas (10,6%). A partir dos cinquenta anos as doenças cardiovasculares (54,5%) e os neoplasmas (16,0%) passam a ser as principais causas de morte.

B. Principais causas da mortalidade infantil

Os indicadores de mortalidade infantil por causa são considerados precários, especialmente no que diz respeito aos óbitos de crianças de até um ano de idade. O sub-registro, que

10/ C.L. SZWARCWALD & E.A. CASTILHO. "Mortalidade por causas externas no estado do Rio de Janeiro, no período de 1976 a 1980". Revista Cadernos de Saúde Pública, (2): 199-41, abr./jun. 1986. Ver também C.L.SZWARCWALD, Mortalidade por causas externas no Brasil. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/RADIS, 1985.

para a mortalidade geral já é considerado elevado nas regiões rurais do Norte/Nordeste, tem sido bem mais alto no que diz respeito aos dados de mortalidade infantil.

A Tabela 7 mostra a evolução da participação de algumas causas de mais fácil identificação na estrutura da mortalidade infantil das crianças de até 5 anos de idade, entre 1979 e 1984. Verifica-se que as doenças infecciosas intestinais, a despeito de sua redução como causa de mortalidade, representavam 15,52% do total das mortes destas crianças em 1984. As doenças transmissíveis, como tuberculose, difteria, coqueluche, tétano, poliomielite e sarampo têm apresentado quedas sistemáticas quanto à participação na estrutura da mortalidade infantil no período considerado.

Destaca-se, no entanto, que as causas associadas a septicemia, a deficiências nutricionais e a pneumonia, não só tem se mantido constantes no período, como elevam sua participação na estrutura da mortalidade desta faixa etária entre 1983 e 1984. Somente a pneumonia respondia por mais de 10% das mortes de crianças de 0 a 5 anos no Brasil, em 1984. As deficiências nutricionais diretamente identificadas (sem contar as causas de morte indiretamente derivadas na desnutrição), respondiam por mais de 5% das mortes registradas de crianças neste grupo de idade.

As causas externas, entre 1979 e 1984 passam de 1,59% para 2,00% do total de mortes das crianças com idade entre 0 e 5 anos. Isto é particularmente grave quando se refere a um grupo de idade que requer supervisão permanente dos pais, das creches ou das instituições pré-escolares. O forte aumento da inserção feminina

no mercado de trabalho 11/ tem levado compulsoriamente muitas mães a abandonarem seus filhos sozinhos nas casas ou nas ruas, o que aumenta a exposição de crianças a situações de risco que, eventualmente, levam a morte.

A Tabela 8, relativa aos dados de 1980, mostra que, em geral, as infecções perinatais, as enterites e as pneumonias são as principais causas diretas de mortalidade dos menores de 1 ano de idade no Brasil. Nas regiões com menor desenvolvimento como a Norte e a Nordeste, onde a taxa de mortalidade infantil é mais elevada, as enterites são a principal causa de morte, enquanto nas regiões de maior desenvolvimento, como a Sul e a Sudeste, as infecções perinatais matam mais.

Vale ressaltar que os indicadores de mortalidade por deficiências nutricionais têm sido considerados como capazes de expressar as condições de qualidade de vida. Na série contida na Tabela 7, observa-se que, desde 1983, este indicador apresenta elevações, sendo que, em 1984, ele se situa em patamares superiores aos de 1979, a despeito de todos os recursos atribuídos aos programas de alimentação e nutrição ao longo do período. Informações complementares indicam que este aumento ocorre, inclusive, nas principais capitais do país, como é o caso de São Paulo, onde os valores registrados em 1984 são superiores àqueles verificados em 1977.

Com base nestas informações, as principais conclusões que podem ser extraídas são:

- a) Apesar de estarem em flagrante declínio ao longo das últimas quatro quedas, os indicadores de mortalidade geral apresentaram, em alguns casos, ligeiros aumentos

11/ No Brasil, a taxa de atividade feminina entre 1979 e 1984 passa de 33,4% para 35,6% das mulheres. Nas idades de 25 a 29 anos e 30 a 39 anos essa taxa aumenta de 42,4% e 41,6% para 48,5% e 49,7%, entre 1979 e 1985, respectivamente (informações colhidas nas PNADs).

nos anos de 1983 e 1984, que marcaram o pior momento da conjuntura econômica, ao longo da crise;

- b) As doenças do aparelho circulatório, as causas mal-definidas, as causas externas, as doenças infecciosas e parasitárias e os neoplasmas são as cinco principais causas de morte no Brasil;
- c) Entre os homens, as três principais causas de morte em 1984 eram as doenças do aparelho circulatório, as causas externas e os neoplasmas, enquanto para as mulheres, as três principais causas eram as doenças do aparelho circulatório, os neoplasmas e as doenças do aparelho respiratório;
- d) As duas principais causas definidas de mortalidade na infância (até 1 ano) são as infecções perinatais e as enterites, e de 1 a 4 anos de idade são as pneumonias e as enterites;
- e) As causas externas predominam como principal fator de mortalidade entre crianças com mais de 5 anos, adolescentes e jovens até 29 anos.

III. CAPACIDADE INSTALADA E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Nesta seção, procurar-se-á descrever como se comportou a capacidade instalada no setor saúde, detalhando o crescimento da rede ambulatorial e hospitalar por tipo de instituição prestadora de serviços (pública ou privada). No que diz respeito a rede hospitalar, será analisada a distribuição e expansão do número de leitos disponíveis.

Serão estudados, também, aspectos relacionados a distribuição regional dos estabelecimentos e leitos, buscando traçar um perfil das principais diferenças regionais nesse campo.

Por fim, serão investigados alguns aspectos relacionados à produção de serviços, especialmente no que diz respeito a consultas e internações. Com isso pretende-se fornecer um painel dos principais efeitos das políticas de ajuste e estratégias de administração do setor saúde ao longo da crise na expansão da rede e na cobertura real dos serviços.

A. O crescimento da capacidade instalada

Entre 1978 e 1985, o número de estabelecimentos de saúde em atividade no Brasil passou de 15.345 para 29.180 (Tabela 9). Isto equivale a um incremento bruto de pouco mais de 90%; crescimento bastante elevado para um intervalo de 7 anos situado, em sua maioria, em plena conjuntura recessiva. Entre 1980 e 1984, o crescimento geométrico anual do número de estabelecimentos foi de 10,5%. Entre 1984 e 1985, esse crescimento reduziu-se um pouco, situando-se em 5,9%.

No bojo desse crescimento, vale destacar que o setor público foi o que apresentou as maiores taxas. Em 1978, o setor público já respondia por 51% dos estabelecimentos. Em 1984, essa participação passou para 67% (Tabela 9-A). Esse forte crescimento da rede pública está certamente associado ao crescimento da chamada rede ambulatorial (ou rede de estabelecimentos sem internação).

Entre 1978 e 1985, a rede ambulatorial passou de 9.637 para 22.404 estabelecimentos, o que equivale a um crescimento bruto de 114,7%. O crescimento geométrico dessa rede, entre 1980 e 1984, foi de 13,7% ao ano, destacando-se o forte incremento do setor público (17,5%) com relação ao privado (8,9%). No interior do próprio setor privado, os setores não-lucrativos (filantrópico e beneficente), apresentaram um decréscimo de -4,1% e -20,6% em termos geométricos anuais no período 1980-1984. Enquanto isso, o setor privado lucrativo aumentou o número de estabelecimentos sem internação a uma taxa de 15,2% ao ano, ou seja, quase comparável ao incremento experimentado pela rede pública. Entre 1984 e 1985, a rede de estabelecimentos sem internação (ou de caráter ambulatorial) seguiu crescendo à taxa de 8,3%.

Assim, com tal processo de transformação, o setor público, que respondia por 70,2% da rede ambulatorial do País, passou a deter 81% dessa mesma rede em 1984. Apesar da perda de participação do setor privado, o segmento lucrativo também apresentou incremento de participação (de 12,8% para 13,3%) no mesmo período.

No interior do setor público, vale destacar que os Estados detém a maior fatia da rede sem internação. Em 1984, 42,3% dos estabelecimentos ambulatorias pertenciam ao poder estadual. Isso ocorre a despeito do forte incremento da participação federal, que evoluiu de 10,7% para 19,9% entre 1978 e 1984 (Tabela 11-A). Cabe ressaltar que esse crescimento da rede federal foi elevado, particularmente nos primeiros anos da década de 80, em função do

já mencionado PIASS e do crescimento da rede ambulatorial do INAMPS. Com o tempo, os estabelecimentos da rede PIASS, assim que estavam em condições operacionais eram repassados para os Estados, o que propiciava o crescimento da rede estadual. O crescimento dos estabelecimentos municipais ficou abaixo da média do setor público.

No que diz respeito à rede hospitalar (ou de estabelecimentos com internação), verifica-se fenômeno contrário ao observado para a rede ambulatorial, cabendo destacar:

- a) Seu baixo crescimento no período. O número de estabelecimentos com internação passou de 5.708 para 6.861, entre 1978 e 1984, o que denota um crescimento geométrico anual de 3,4%, entre 1978 e 1980, e de 3,0%, entre 1980 e 1984 (Tabelas 10 e 10-B);
- b) A alta participação do setor privado na rede. O setor privado absorvia 81,22% dos estabelecimentos com internação em 1978. Apesar dessa participação ser declinante, o que denota um crescimento mais acelerado da rede pública do que da rede privada, ele ainda respondia por 77,45% dos estabelecimentos de natureza hospitalar em 1984 (Tabela 10-A);
- c) No setor público, a rede hospitalar cresceu em torno de 6,2% ao ano contra os 2,1% encontrados no setor privado, entre 1980 e 1984. Dentro do setor público, o crescimento foi mais ou menos homogêneo, no que diz respeito ao setor federal e estadual e um pouco inferior na esfera municipal. Quanto ao setor privado, destaca-se, mais uma vez, o decréscimo da rede beneficente e filantrópica e o crescimento da rede lucrativa.

Em termos globais, portanto, no que diz respeito à capacidade instalada, pode-se concluir que:

- a) A rede ambulatorial teve um crescimento mais intenso do que a rede hospitalar;
- b) Em ambas as redes, o setor público cresceu mais que o setor privado;
- c) No interior do setor público, as esferas estadual e federal absorveram a maior parcela do crescimento dos estabelecimentos;
- d) No interior do setor privado ocorreu uma queima de capacidade instalada dos setores não-lucrativos (beneficente e filantrópico);
- e) O setor privado lucrativo teve um crescimento de sua capacidade instalada ligeiramente inferior ao observado pela rede pública;
- f) Enquanto que a rede ambulatorial é hegemonicamente mantida pelo setor público (81,27%, em 1984), a rede hospitalar é preponderantemente privada, dado que 77,47% dos estabelecimentos com internação, em 1984, eram particulares.

**B. O crescimento da capacidade instalada do
setor saúde ao nível regional**

A Tabela 12 mostra que, entre 1978 e 1984, houve uma relativa desconcentração regional dos estabelecimentos de saúde no Brasil. As regiões Norte e Nordeste aumentam sua participação no total de estabelecimentos, enquanto que a Sul e a Sudeste perdem participação relativa. Na região Centro-Oeste, o nível de participação permanece relativamente estável.

Cabe analisar, no entanto, como se comporta essa divisão regional da capacidade instalada em saúde, no que diz respeito às redes ambulatorial e hospitalar.

Entre 1978 e 1984, ocorreu uma ligeira desconcentração da rede hospitalar ao nível regional. A região Norte, que detinha 4,7% dos estabelecimentos com internação, passou a ter 6,3% dessa rede. O mesmo aconteceu com a Nordeste, onde a participação evoluiu de 25,3% para 27,7%, e com a Centro-Oeste, onde essa participação passa de 9,0% para 10,9% (Tabela 12-A).

É oportuno destacar que, tanto na região Norte como na Nordeste, a participação do setor público na rede hospitalar é maior do que nas outras regiões. Na região Norte, o setor público respondia por 43,4% dos estabelecimentos hospitalares e no Nordeste essa participação chegava a 42%, em 1984.

Nesse mesmo período, regiões como a Sudeste e a Sul, que detinham participações de 38,6% e 22,4%, respectivamente, perdem participação para 36,3% e 18,9%. Nestas regiões, a rede hospitalar privada tem sido absolutamente hegemônica, respondendo por 86,1% e 89,6% do conjunto dos estabelecimentos de natureza hospitalar, em 1984, respectivamente. Ao que tudo indica, a região Centro-Oeste apresenta a mesma tendência de participação do setor privado.

Quanto aos estabelecimentos sem internação, observa-se a mesma tendência de desconcentração verificada para a rede hospitalar (Tabela 12-B). Apesar do forte peso do setor público, vale salientar que, nas regiões Sudeste e Sul, o peso da rede ambulatorial privada é bem mais elevado do que nas outras regiões, atingindo 27% na Sudeste, em 1984.

Existe ainda uma tendência ao aumento da participação do setor público no conjunto dos estabelecimentos de saúde em todas as regiões. Tal tendência, no entanto, não invalida o fato de que

há uma forte concentração do setor privado, especialmente na rede hospitalar do Sul e Sudeste, onde as condições de formalização do mercado de trabalho e o nível de renda das famílias permite a sustentação previdenciária e autônoma do setor privado.

C. A natureza da rede conveniada com o INAMPS

Uma das estratégias de ajuste utilizadas pelo INAMPS ao longo da crise recente foi, sem dúvida, o aumento da parcela de recursos canalizada para o setor público e a desativação do ritmo de compra de serviços do setor privado. Os dados das pesquisas de Assistência Médico-Sanitária (AMS) do IBGE refletem, em parte, esse movimento.

Em termos gerais, a participação dos estabelecimentos conveniados com o INAMPS ou INAMPS/EMPRESA no total de estabelecimento de saúde permanece estável, entre 1978 e 1984, passando de 45,2% para 44,3%, respectivamente. Nota-se, no entanto, que até 1980 essa participação era ascendente, chegando a 49,8%, em 1980. A partir de então começa a declinar, atingindo em 1984 o percentual acima referido (Tabela 13).

Cabe ressaltar, no entanto, que tal tendência é fruto da combinação de movimentos opostos ocorridos entre o setor público e o setor privado. No setor público, a parcela de estabelecimentos conveniados cresce sistematicamente no período, passando de 23,5% para 37,6%, entre 1978 e 1984. Neste particular, destaca-se o crescimento dos estabelecimentos do setor público federal conveniados, que passam de 29,0% para 57,8% do total de estabelecimentos públicos federais no período. Isto, certamente, é o reflexo do aumento dos convênios firmados pelos hospitais universitários, hospitais do Ministério da Saúde, Fundação SESP, etc. No caso da esfera municipal, não se observa no período um aumento significativo da parcela de estabelecimentos conveniados.

Apesar do setor privado deter participação declinante, sua parcela de conveniados no total de estabelecimentos é bem mais elevada do que a existente no setor público. Entre 1978 e 1980, os estabelecimentos privados conveniados passam de 67,1% para 70,3% do total da rede privada, movimento que caracteriza resquícios da antiga forma de relacionamento do INAMPS com os prestadores privados de serviços. A partir de 1980, tal participação começa a declinar, atingindo 57,8% em 1984. Este movimento de declínio se verifica tanto no setor privado lucrativo como no beneficente, dado que o setor filantrópico mantém estável sua participação no período.

Essas evidências apontam no sentido de uma inversão, nos anos de crise, da relação contratual que significava repasses fantásticos de recursos do INAMPS para a rede de prestadores privados. 12/ Mas pode representar, também, uma desistência da rede privada mais eficiente em manter relações contratuais com o INAMPS com o atual padrão de remuneração de serviços.

D. Evolução do número de leitos hospitalares

Entre 1978 e 1984, a taxa de crescimento do número de leitos hospitalares ficou aquém do desejável. Em 1981, existiam 4,18 leitos hospitalares para cada 1000 habitantes no País. Em 1984, essa relação já chegava a 3,98.

Portanto, apesar do crescimento absoluto do número de leitos de internação no período (de 463.129 para 522.818, entre 1978 e 1984, conforme Tabela 14), ele denota estar aquém do crescimento populacional.

É importante destacar, ainda, que o setor público vem tendo participação declinante no conjunto dos leitos de internação. Em

12/ Ver A.C. MEDICI & P.L.B. SILVA, Financiamento e gasto do setor saúde no Brasil até 1986: balanço, perspectivas e opções de política. Rio de Janeiro, 1986. Mimeo.

1978, esse setor respondia por 16,4% do total de leitos, enquanto que, em 1984, essa participação caiu para 23,8%. Tal declínio observa-se com maior intensidade nos níveis estaduais, dado que no federal e no municipal a participação permanece praticamente a mesma. As fortes restrições financeiras enfrentadas pelos estados certamente dificultaram uma ampliação da capacidade hospitalar existente. É possível que em alguns estados tenha ocorrido até desativação de leitos pela depreciação e pela incapacidade de custeio. Assim, entre 1978 e 1984, o número de leitos hospitalares estaduais se reduz de 83.049 para 78.588.

No caso do setor privado, vale destacar o crescimento da participação do ramo com fins lucrativos. Este que detinha 35,9% dos leitos, em 1978, passa a deter 40,5%, em 1984. O mesmo não se pode dizer com relação aos ramos não-lucrativos (beneficentes e filantrópicos), cuja participação relativa se reduz no período. No caso do setor beneficente, até mesmo o número absoluto de leitos se reduz.

A distribuição regional dos leitos de internação é sensivelmente mais concentrada do que a do número de hospitais (Tabela 15). Isso se deve ao fato de que os hospitais de grande porte localizam-se, em sua maioria, no Sul e no Sudeste. Dessa forma, apesar de ter ocorrido ligeira desconcentração, o Sudeste continuava concentrando mais da metade dos leitos existentes no País, em 1984. Os leitos do setor público apresentam-se melhor distribuídos do que os do setor privado. No entanto, a diferença entre os dois padrões (público e privado) de distribuição do número de leitos não é muito forte, dado que, em 1984, a região Sudeste concentrava 49,5% dos leitos públicos e 54,8% dos leitos privados. Cabe mencionar que na região Sudeste ocorreu redução absoluta do número de leitos públicos entre 1978 e 1984.

A participação do número de leitos conveniados sobre o total de leitos privados permanece constante em torno dos 89%, entre 1978 e 1984 (Tabela 16). Ressalta-se, no entanto, que no setor

lucrativo, tal participação é declinante no período. Isso justifica, em parte, a paulatina diminuição da transferência de recursos do INAMPS para o setor privado, já discutida em seções anteriores deste capítulo. Conforme foi visto, houve uma forte redução da transferência de recursos do INAMPS aos prestadores privados de serviços, o que se expressa, de um lado, na redução do valor da tabela de pagamentos e de outro, pela efetiva redução do número de leitos contratados.

E. A cobertura dos serviços

Algumas mudanças na capacidade instalada tiveram fortes efeitos na produção de serviços assistenciais. Destaca-se, nesse caso, o rápido aumento da produção de consultas. Como mostra a Tabela 19, o número de consultas por habitante evoluiu de 4,79 para 5,86, entre 1981 e 1984. Isto se deve, certamente, à expansão da rede ambulatorial instalada no período.

De acordo com a Tabela 17, em 1981, o sistema de saúde produziu 584,6 milhões de consultas. Em 1984, esse número passou para 768,9 milhões. É certo que a participação pública/privada permaneceu basicamente a mesma. Em média, o setor público produz 60% das consultas e o privado 40%.

Com relação ao número de internações, esse movimento já não ocorreu no mesmo sentido. Entre 1981 e 1984, o número de internações para cada 1.000 habitantes caiu de 141 para 134. Tal queda parece ter sido mais elevada no setor privado do que no público, em função da política do INAMPS de proceder a uma racionalização na compra de serviços do setor privado. A Tabela 18 mostra como no setor conveniado privado tal redução ocorreu com maior intensidade.

Mesmo assim, somente 17% das internações eram efetuadas pelo setor público em 1984. No que diz respeito aos estabelecimentos conveniados, a participação do setor público era ainda menor.

Portanto, apesar da política de racionalização de compra de serviços privados do INAMPS, muita coisa ainda há de ser feita, no sentido de recuperar a capacidade de prestação de serviços, principalmente de natureza hospitalar, do setor público, pois caso contrário, a compra de serviços privados continuará a nortear os recursos voltados à saúde.

Recentemente, como mostra a Tabela 19, as internações realizadas pelo INAMPS sofreram forte redução. Entre 1982 e 1986, o volume de internações decresce a uma taxa geométrica anual de 3,47%. Com relação às consultas, apesar destas continuarem a crescer, nota-se uma redução no ritmo de incremento quando se compara o período 1982/86 com o 1978/82.

IV. OS INDICADORES DE GASTO PUBLICO COM SAUDE

Apesar de atingir US\$ 4,4 bilhões, em 1986, o gasto público federal com saúde não pode ser considerado alto, haja visto que ele constitui a principal fonte de custeio das ações de saúde no Brasil. Estes US\$ 4,4 bilhões representavam 1,67% do Produto Interno Bruto de 1986.

De 1980 e 1986, a participação do gasto federal em saúde nunca foi muito mais elevada do que tal proporção. Como mostra a Tabela 21, o máximo que atingiu foi 1,84% do PIB, em 1982, e o mínimo foi obtido no ano seguinte (1,56%).

De qualquer forma, o gasto federal per capita em saúde é declinante, em termos anuais, entre 1980 e 1983, passando de US\$ 35,64 para US\$ 26,63, nesse lapso de tempo. Em 1984, inicia-se uma pequena recuperação do montante per capita gasto com saúde pelo Governo Federal. Tal recuperação, que se prolonga pelos dois anos seguintes, não chega a ser suficiente para repor o patamar de gasto por habitante existente em 1982 (Tabela 21). Em 1986, gastava-se US\$ 31,85 por habitante/ano com saúde, no nível federal.

Nestes anos de crise, o gasto federal em saúde sofre algumas mudanças significativas em sua composição interna. Em 1980 somente 12,9% dos recursos federais provinham de fundos do Tesouro. A maior parcela dos recursos (85,1%) era representada pelos aportes do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS). A partir de então, podem ser identificadas as seguintes mudanças na estrutura, conforme mostra a Tabela 20-A:

- a) Aumento da participação da fonte Tesouro que, em 1986, já passa a representar 21,8% do gasto federal em saúde, em grande medida favorecida pelos aportes orçamentários do FINSOCIAL;
- b) Perda de importância relativa dos recursos do FPAS que, em 1986, correspondiam a 77,7% do total da despesa da União com saúde, contra os 85,1% de participação que detinham em 1980;
- c) Redução gradativa da importância dos recursos do FAS à disposição do setor.

Apesar destas mudanças não terem invertido o peso dos recursos do FPAS, como principal fonte de custeio no setor, ao nível federal, pode-se dizer que elas aumentaram significativamente a participação do Tesouro. Esta, por sua vez, teve como principal fonte adicional de recursos o FINSOCIAL. Os recursos deste fundo ingressam, não somente de forma independente, através do BNDES (como mostra a Tabela 20), mas também de forma vinculada ao orçamento ordinário de órgãos como o Ministério da Saúde. Pode-se dizer que, cada vez mais, o FINSOCIAL tem sido responsável por grande parcela dos recursos do Ministério da Saúde (42,4% em 1986) como mostra a Tabela 22.

A crise econômica representou grandes perdas de recursos para o setor saúde. Como mostra a Tabela 20-B, entre 1980 e 1984, o gasto federal total com saúde se contraiu a uma taxa de 4,3% ao ano, sendo que os recursos ordinários vinculados e os do FPAS foram os principais responsáveis por essa queda. Já no período 1984/1986, ocorre forte recuperação do volume de gastos, com um crescimento anual médio de 11% no período. Embora os recursos do FPAS tenham crescido apenas em 8,1% ao ano, os gastos do Tesouro se incrementaram a uma taxa de 28,6% ao ano neste intervalo de tempo.

Ao observar o comportamento do gasto federal (do Tesouro) com saúde, a partir de 1978, nota-se que, de 1978 a 1980, ele já era declinante (Tabela 23). Em outras palavras, mesmo antes da crise econômica, o Governo Federal vinha reduzindo sua parcela de gasto público com saúde, haja visto a participação cada vez mais reduzida do Ministério da Saúde no Orçamento Geral da União.

Mais interessante, ainda, é que nos anos mais duros da crise, particularmente em 1981, o gasto federal com saúde recomeça a crescer, embora não tenha atingido, em 1982, o nível existente em 1979. Em 1983 e 1984, a despesa federal com saúde volta a baixar, só recuperando-se em 1985 e 1986, quando atinge os níveis reais mais elevados da história recente. Com efeito, o gasto federal, em 1986, foi de US\$ 943,3 milhões - 37% mais elevado que o de 1978, que foi o ponto mais alto atingido antes da crise dos anos 80.

Tradicionalmente, os recursos do Tesouro na área de saúde têm sido utilizados para financiar as chamadas ações de alcance coletivo, enquanto que os fundos da previdência são voltados para as ações de assistência médica. Tal tradição, no entanto, não correspondeu ao desempenho efetivo do gasto do Tesouro em saúde ao longo da crise.

Ao observar a Tabela 23-A, verifica-se que os programas de assistência médica, que já absorviam 33% dos recursos do Tesouro desembolsados com saúde, em 1978, passaram a absorver, em 1984, quase 50% do gasto. Tais programas correspondem ao desembolso com os hospitais militares, os hospitais de referência do Ministério da Saúde, a rede assistencial da Fundação SESP e os hospitais universitários.

Este aumento relativo do gasto com os programas de assistência médica teve reflexos na redução relativa dos recursos destinados aos programas de atenção coletiva nos anos de crise. Programas como os de controle e erradicação de doenças

transmissíveis tiveram seus recursos reduzidos de 20,8%, em 1978, para 14,6%, em 1984. No primeiro ano, gastou-se US\$ 143,3 milhões com este programa, enquanto que, em 1984, foi desembolsado pouco mais da metade desses recursos para sua execução.

Outros programas de atenção coletiva, como os de fiscalização e inspeção sanitária e de produtos profiláticos e terapêuticos tiveram seus recursos reduzidos, não só do ponto de vista absoluto como relativo.

Em 1985 e 1986, observa-se uma retomada nos gastos dos programas sobre a coletividade e sobre o meio. O programa "Controle e Erradicação de Doenças Transmissíveis", que respondia por 13,9% dos gastos do Tesouro com a função saúde em 1984, passa a deter 23,3% do total de recursos. O mesmo acontece com programas como fiscalização e inspeção sanitária e "produtos profiláticos e terapêuticos", que aumentam não só o montante à sua disposição como o peso relativo no total dos gastos. Ao mesmo tempo, reduz-se a participação relativa da assistência médica na massa de recursos do Tesouro.

A. Indicadores de gasto do INAMPS

Nos anos de crise, a estrutura do gasto do INAMPS não se modificou substancialmente. Como mostram as Tabelas 24 e 24-A, parece ter havido, naqueles anos, um ligeiro aumento dos gastos com assistência médica sobre o total dos gastos da instituição, até 1984, tendência que se inverte particularmente nos anos de 1985 e 1986.

Quanto aos gastos com assistência médica propriamente ditos, vale destacar que, ao longo da crise, o peso dos serviços privados contratados no total dos recursos consumidos permanece alto. Em 1981, 55% dos recursos do INAMPS eram desembolsados com pagamento de prestadores privados. Adicionando-se os convênios com as entidades filantrópicas, os sindicatos e as empresas, essa

proporção chegava a 65% naquele mesmo ano. Em 1984, essas cifras eram de 58,3% e 62,4%, respectivamente. Portanto, não pode ser vislumbrado, ao longo da crise, nenhum esforço no sentido de redirecionar a composição interna do gasto em assistência médica do INAMPS.

Tal esforço é sentido a partir de 1985, quando efetivamente aumentam os recursos gastos com serviços próprios e custeio da assistência médica de outros órgãos governamentais. A parcela transferida ao setor privado, que se reduziu para 43,8% em 1986, se deve não à uma diminuição do volume de contratos, mas sim à não atualização do valor real desses contratos. Os recursos gastos com serviços próprios, outros órgãos governamentais e hospitais universitários, já chegavam a 42,3% da despesa do INAMPS, em 1986, quando em 1984 eles não passavam dos 26,5%.

Vale dizer também que, a partir do CONASP surge, em 1983, um programa específico intitulado "Reorganização e Racionalização da Assistência Médica" que passa a absorver parcela significativa de recursos do INAMPS. Em 1983, esse programa gastou US\$ 17,0 milhões. Em 1985, ele já desembolsava US\$ 79 milhões. Certamente que os gastos nesta linha irão culminar com o processo de estadualização da rede do INAMPS, ora em curso, e com a reforma administrativa da Direção do órgão e sua transferência para Brasília, no ano de 1987 e 1988.

O aumento de recursos do programa "Custeio da Assistência Médica de Outros Órgãos Governamentais", a partir de 1984, foi bastante significativo. Em 1983, somente 4,6% dos recursos do INAMPS eram canalizados para o programa. Em 1986, este percentual se elevou para 10,6%. Este rápido aumento se deve ao desenvolvimento de programas como o de Ações Integradas de Saúde (AIS) que tem, como finalidade básica, repassar recursos para o custeio da rede pública de saúde dos estados e municípios. Recentemente, a criação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS), ao nível dos estados, tem

respondido por uma parcela cada vez maior de recursos do INAMPS transferidos para esses programas.

Nos anos recentes - 1985 e 1986 - aumentam também os recursos transferidos aos hospitais universitários, tendo em vista reforçar os programas de atendimento universal destes hospitais. Assim, esses estabelecimentos que, em 1984, recebiam 2,7% do volume de gastos do INAMPS, passam a receber 4,4% desses recursos, em 1986.

Ao que tudo indica, portanto, o INAMPS vem, nos últimos anos, redirecionando sua atividade para um melhor aproveitamento da rede pública de serviços e uma efetiva descentralização de suas ações, com maior autonomia dos estados e municípios na gestão de recursos do órgão. Mas apesar da redução dos recursos repassados para a rede privada, a relação entre o setor público e os prestadores particulares de serviços é um capítulo inconcluso na história recente do órgão.

B. O gasto em saúde do FAS e do FINSOCIAL

Como já foi visto anteriormente, os recursos do FINSOCIAL foram, nos últimos anos, progressivamente incorporados, de forma vinculada, ao Orçamento dos Ministérios Sociais, sem passar pela sua instância gestora, ou seja, o BNDES. Essa perda paulatina de autonomia do BNDES, na gestão dos recursos do FINSOCIAL, acarretou um esvaziamento das transferências de recursos negociadas a partir deste fundo.

No que diz respeito aos gastos com saúde, em 1982, foram negociados diretamente com o setor US\$ 365,4 milhões, o que representava 41% dos recursos do FINSOCIAL. Em 1985, a parcela negociada não alcançou os US\$ 71,0 milhões e isto não chegava a 25% dos recursos do fundo à disposição do BNDES. Em 1986, não foi registrada nenhuma transferência negociada de recursos do FINSOCIAL para o setor saúde (Tabela 25).

No tocante aos recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), observa-se uma forte contração real dos recursos postos à disposição do setor saúde. Em 1981, tais recursos chegaram a US\$ 87,0 milhões (Tabela 24). Já em 1986 eles não passavam de US\$ 23,1 milhões. Em termos relativos, essa redução não foi tão grande. Os recursos do FAS, em 1981, chegavam a US\$ 321,1 milhões. Com a crise, tais recursos se reduziram bastante e, em 1986, chegavam a apenas US\$ 94,4 milhões. Com isso, a participação relativa dos recursos transferidos para o setor saúde nos dispêndios globais do FAS caiu de 27,1% para apenas 24,4%. 13/

Os recursos do FAS, no campo da saúde, têm sido utilizados prioritariamente no aumento da capacidade instalada, tanto do setor público como do setor privado. Sua redução parece bastante grave, justamente num período onde é necessário injetar recursos para reaparelhar a rede existente que se encontra em rápido processo de deterioração.

Cabe observar, ainda, que nos últimos anos vem ocorrendo uma forte redução dos recursos repassados a fundo perdido (geralmente associados a projetos do setor público) ao lado de um aumento da parcela de recursos destinados a financiamento. Isto mostra que, mesmo nos anos recentes, o setor público não vem sendo contemplado com recursos adicionais para ampliação e melhoria de sua capacidade instalada.

C. O gasto global em saúde por categoria econômica

Uma outra forma de visualizar o decréscimo dos gastos com saúde ao longo da crise é analisá-lo a partir da natureza econômica da despesa. A Tabela 27 mostra que o gasto federal global com saúde sofreu um decréscimo real de 19,7%, entre 1980 e 1983. Considera-se gasto federal global a soma dos recursos do

13/ Ver Relatórios da CEF/FAS.

Tesouro, do FPAS, do FAS, do FINSOCIAL e de outras fontes de menor importância. A partir de 1984, ele começa a se recuperar lentamente, alcançando US\$ 4,4 bilhões, em 1986 - quantia superior ao desembolso de 1980.

Nesta seção utilizou-se a seguinte classificação econômica da despesa: despesas de CUSTEIO, destacando-se as de pessoal e serviços pagos a terceiros; as TRANSFERENCIAS CORRENTES, destacando-se as intragovernamentais (entre níveis diferentes de uma mesma esfera de Governo) e as intergovernamentais (entre diferentes esferas de Governo); os INVESTIMENTOS, as INVERSÕES FINANCEIRAS e as TRANSFERENCIAS DE CAPITAL.

Entre 1980 e 1986, observa-se uma constante queda relativa das despesas de custeio na massa total de recursos do setor saúde. Estas, que representavam 86,1% do gasto total em saúde, em 1980, passam a conter apenas 65,2% desse gasto, em 1986 (ver Tabelas 27 e 27-A). A principal hipótese relacionada à esta queda refere-se à perda de importância dos serviços de terceiros que é o principal item de gasto no total de custeio.

No setor saúde, os serviços pagos a terceiros respondem pela compra de serviços, através de contratos e convênios do INAMPS com o setor privado. Os serviços pagos a terceiros representavam 63,0% do gasto total em saúde, em 1980, mas em 1986, respondiam apenas por 36,1%. Na medida em que o INAMPS é o principal responsável por esta despesa, pode-se dizer que a redução do valor das tabelas de pagamento dos prestadores privados tem sido o principal elemento responsável pela queda das despesas de custeio.

Outro item de grande importância nas despesas de custeio - o item Pessoal - tem tido crescimento quase que constante no período, o que pode estar associado ao rápido aumento da força de trabalho em saúde no setor público. Os gastos em pessoal evoluem

de 16,4% para 21,7% do total do gasto federal em saúde, entre 1980 e 1986.

A redução das despesas de custeio tem sido contrabalançada pelo aumento das despesas com transferências correntes. Estas representavam apenas 9,5% do volume de gastos, em 1980, enquanto em 1986 passam a englobar 28,4% das despesas federais, como principais elementos indutores, as transferências intragovernamentais e as transferências intergovernamentais.

Em 1980, as transferências intragovernamentais respondiam por 5,5% dos gastos federais em saúde. Em 1986, elas passam a representar 11,3% destes gastos. Este aumento certamente se deve ao aumento das transferências de recursos do INAMPS para os hospitais universitários, para o Ministério da Saúde e para outros órgãos federais, no marco das ações integradas de saúde.

No caso das transferências intergovernamentais, cabe mencionar que estas representavam apenas 1,2% dos gastos federais em saúde no ano de 1980. Em 1986, com 10,7% desses gastos, tais transferências respondem pelos repasses de recursos do INAMPS e do Ministério da Saúde às redes estaduais e municipais, tendo em vista as estratégias de descentralização que se iniciaram com o programa de Ações Integradas de Saúde. Assim, é possível que nos próximos anos (desde que continue a estratégia de estadualização posta em marcha pelo INAMPS), as transferências intergovernamentais em saúde assumam proporções cada vez maiores.

Com relação ao investimento, vale destacar que sua participação é irrisória no que diz respeito às necessidades do setor. Estimativas feitas recentemente, indicam que para manter o nível de reposição da capacidade instalada, sem depreciar a rede existente, a taxa de investimento deveria ser de 11,0%. Entre 1980 e 1986, o investimento oscilou entre 2,8% e 2,9% dos gastos globais, o que indica que, além de não estar existindo

investimento líquido, o volume de recursos jogados nesta rubrica não é capaz de manter em bom estado a rede atualmente existente.

Conforme é demonstrado na Tabela 28, o INAMPS é responsável pela maior fatia do gasto global em saúde no Brasil. No entanto, tal participação vem declinando nos últimos anos. Em 1980, 85,1% da despesa federal com saúde era realizada pelo INAMPS. Em 1986, essa participação se reduziu para 77,7%. Isto demonstra o esforço recente (1985 e 1986) dos órgãos federais em conferir, através do orçamento do Tesouro, maiores aportes de recursos para o setor.

No que diz respeito às despesas de custeio, observa-se que, apesar de declinante, o INAMPS respondia por quase 90,0% destes gastos em 1986. Isto se deve ao grande peso dos serviços pagos a terceiros, que é praticamente uma despesa exclusiva do INAMPS, embora se deva também aos gastos de pessoal que, em 1986, eram em 83,2% cobertos pelo INAMPS.

Com relação às transferências e aos investimentos, é oportuno mencionar que o INAMPS vem detendo participação crescente, embora bastante inferior ao nível de cobertura verificado nas despesas de custeio. O INAMPS cobria apenas 50,0% do investimento em saúde em 1986. Em 1984, esta participação não chegava a 20%. Vale dizer, no entanto, que as transferências do INAMPS a outras esferas do setor público constituem formas indiretas de financiamento do investimento, notadamente no que diz respeito aos estados e municípios.

Portanto, o papel do INAMPS tem sido determinante no que diz respeito ao custeio dos sistemas de saúde no Brasil. Quanto aos investimentos, é necessário que se crie uma estrutura responsável pela canalização de recursos e pela escolha de prioridades nesse campo. Os investimentos feitos no setor até 1984 concentraram-se, basicamente, na rede ambulatorial pública, seja no Nordeste (investimentos do Ministério da Saúde através do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento - PIASS), seja a

partir do crescimento geral da rede de Postos de Assistência Médica (PAM's) do INAMPS.

D. O gasto em saúde ao nível estadual e municipal

Em 1979, o gasto dos estados com os programas de saúde chegava a US\$ 964,1 milhões. Isto equivalia a 6,04% do dispêndio total daquelas esferas, o que representava, sem dúvida, mais do que o desembolsado, em termos relativos, pelo orçamento federal. Com a crise econômica dos anos 80, o gasto estadual com saúde se retraiu em 9,4%, passando para US\$ 874,0 milhões, em 1984. Naquele ano, isto correspondia a 5,98% do total das despesas das administrações estaduais.

Portanto, durante a crise, os gastos estaduais com saúde se reduziram não só em termos absolutos como em termos relativos. Tal redução ocorreu em todos os itens de despesa, destacando-se, em particular, as despesas de consumo que caem de US\$ 833,1 para US\$ 792,5 milhões. Mesmo assim, as despesas de consumo, que incluem os gastos com pessoal e encargos, pagamento de serviços a terceiros e material de consumo, correspondiam a quase 91% dos gastos com saúde, em 1984. No caso dos estados, diferentemente do que acontece no Governo Federal, as despesas com pessoal correspondem ao maior item de custos (Tabela 29). 14/

A Tabela 30 mostra a estrutura dos gastos em saúde dos estados e municípios das capitais e regiões metropolitanas no ano de 1984. Destaca-se o grande peso dos gastos com administração, especialmente nos estados. Isto ocorre mesmo quando se sabe que os gastos com pessoal não estão concentrados nesta rubrica, mas distribuem-se segundo os distintos subprogramas.

14/ Ver A.C.MEDICI, O custeio da política social ao nível regional..., op.cit.

O programa de saúde que absorve mais recursos ao nível dos estados é o de Assistência Hospitalar Geral. Tal fato ocorre porque muitos estados detêm hospitais gerais, que além do atendimento de urgência, recebem qualquer clientela em caráter universal.

No caso dos municípios, o programa de assistência sanitária geral absorve a maior parcela dos recursos (66,1%), o que demonstra que estas esferas destinam seus recursos, em maior proporção, para os cuidados de caráter coletivo.

Em termos globais, o gasto dos estados e municípios com saúde chegava, em 1986, a quase 30% do gasto federal consolidado. Isto não representa muito, dado que é nessas esferas que é fornecida a maior parcela dos cuidados gerais com a saúde da população. Na medida em que o sistema de saúde no Brasil passa por um processo de descentralização, é necessário que sejam pensadas formas de aumentar os recursos à disposição das esferas descentralizadas.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns indicadores per capita relacionados a oferta de serviços de saúde podem fornecer uma visão da direção que vem sendo tomada pelos serviços de saúde. A Tabela 31 mostra que, entre 1978 e 1984, ocorre um crescimento sistemático dos empregos em saúde. O número de empregos médicos por mil habitantes passou de 1,17 para 1,51 neste período, o mesmo ocorrendo com a totalidade de empregos em saúde que evoluiu de 3,85 para 5,04 por mil habitantes no mesmo período. Mesmo com o aumento do número de empregos, que ocorre tanto no setor público federal como no setor privado conveniado com o INAMPS, o gasto federal per capita com saúde sofreu acentuada queda entre 1980 e 1986. No ano de 1983, o gasto federal anual per capita de US\$ 26,63 foi 25,3% inferior ao registrado em 1980 (US\$ 35,64). Pode-se dizer que a recuperação verificada a partir de 1984 até 1986 não conseguiu repor o nível de gastos federais existentes em 1980.

A Tabela 31 mostra, também, que a redução do número de leitos e internações por cada mil habitantes, que se observa com nitidez desde 1981, faz parte de uma política deliberada de racionalizar a atenção hospitalar e fortalecer a atenção ambulatorial. Nesse processo, observa-se, também, o forte crescimento do número de consultas por habitante registradas ao longo do período.

ANEXO I
NOTAS CONCEITUAIS E METODOLOGICAS SOBRE
AS TABELAS ESTATISTICAS

NOTAS CONCEITUAIS E METODOLOGICAS SOBRE AS TABELAS

O anexo estatístico, apresentado a seguir, encontra-se dividido em 3 partes. A primeira, representada pelas Tabelas 1 a 8, contém informações sobre mortalidade infantil e mortalidade proporcional, segundo os grupos de causa de morte.

As Tabelas 1 e 2 representam as taxas de mortalidade calculadas a partir das estatísticas do Registro Civil, coletadas pelo IBGE. Tais estatísticas tiveram correção da estimativa de sub-registro de nascimentos e óbitos, a qual foi feita por técnicos do IBGE e da Fundação SEADE.

As Tabelas 3 a 8 analisam a mortalidade proporcional por causa, a partir de dados coletados pelo Ministério da Saúde, com tratamento secundário por técnicos do Centro de Informações de Saúde da FIOCRUZ e do Departamento de Indicadores Sociais do IBGE. Os dados do Ministério da Saúde também sofrem sérios níveis de sub-registro, estimando-se que, para o ano de 1984, ele chegava, em média, a 25%. Naturalmente, em determinadas regiões, como as áreas rurais das regiões Norte e Nordeste, houve níveis de sub-registro bem maiores. Estima-se, de qualquer forma, que as informações são de boa qualidade para as áreas urbanas e metropolitanas do País.

A segunda parte do referido anexo, representada pelas Tabelas 9 a 19, apresenta dados sobre capacidade instalada (estabelecimentos de saúde e leitos de internação), produção de serviços de saúde (consultas e internação) e produção de serviços de saúde (consultas e internações) da rede pública e privada de

serviços. Os dados primários, relativos ao período 1979-1984, foram obtidos a partir dos Inquéritos de Assistência Médico-Sanitária do IBGE, através de tabulações especiais desenhadas especialmente pelo autor. A única exceção é a Tabela 18 que se utilizou de dados da Previdência Social, particularmente do INAMPS.

Por fim, a terceira parte é constituída por informações relativas ao gasto com saúde, obtidas a partir de agregações feitas pelo IPEA/IPLAN/CSP, no caso dos dados referentes ao Governo Federal; e pelo próprio autor, no caso dos dados estaduais e municipais. A primeira fonte direta (para o Governo Federal) são os dados disponíveis na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério da Fazenda. A segunda fonte direta (para os governos estaduais e municipais) são as estatísticas do DEASP/IBGE. Ambas as fontes apresentam problemas relacionados à dupla contagem das informações, especialmente no que diz respeito às transferências. No entanto, são as únicas fontes de dados disponíveis sobre o assunto.

Na última tabela, de número 31, são utilizadas as estimativas de população do IBGE, para efeito dos cálculos relacionados às variáveis per capita.

ANEXO II
ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA 1
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL, SEGUNDO AS MACRORREGIOES
BRASIL: 1980-1986

MACRORREGIOES	TAXAS DE MORTALIDADE (POR MIL) SEGUNDO OS ANOS						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
BRASIL	76,2	69,7	62,7	63,8	68,2	55,0	53,0
NORTE	60,1	58,5	52,6	63,5	63,8	56,2	58,4
NORDESTE	120,1	109,3	91,1	101,1	113,7	81,6	74,7
SUDESTE	53,6	50,1	47,8	44,9	46,5	39,4	38,4
SUL	54,7	47,5	42,6	39,0	44,4	38,6	37,0
CENTRO-OESTE	59,0	56,5	39,4	62,9	47,1	45,5	40,7

FONTE: IBGE, Estatísticas do Registro Civil do Brasil, 1980-1986, in C. SIMOES e L.P. ORTIZ, "A mortalidade infantil no Brasil dos Anos Oitenta", abr. 88. Nimeo.

TABELA 2
TAXAS DE MORTALIDADE DAS CRIANCAS DE 1 A 4 ANOS DE IDADE,
SEGUNDO AS MACRORREGIOES
BRASIL: 1981-1985

MACRORREGIOES	TAXAS DE MORTALIDADE (POR MIL) SEGUNDO OS ANOS				
	1981	1982	1983	1984	1985
BRASIL	3,13	2,64	2,65	2,85	2,30
NORDESTE	5,36	4,40	4,61	5,12	4,01
SUDESTE	2,16	1,92	1,79	1,87	1,50
SUL	1,89	1,52	1,54	1,69	1,43
CENTRO-OESTE	2,53	2,06	2,43	2,06	1,96

FONTE: Ver Tabela 1.

OBS.: Foram excluídos os dados da Região Norte por serem inexatos.

TABELA 3
DISTRIBUICAO DA MORTALIDADE,
SEGUNDO OS PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSA
BRASIL: 1979-1984

(Em %)

CAUSAS	ANOS DE OCORRENCIA DOS OBITOS					
	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Doenças Infecciosas e Parasitarias	10,26	9,26	8,55	8,00	7,47	7,50
Neoplasmas	8,13	8,16	8,39	8,75	8,77	8,54
Doenças das Glândulas Endócrinas, da Nutrição, do Metabolismo e Transtornos Imunológicos	3,54	3,41	3,33	3,34	3,31	3,42
Doenças do Aparelho Circulatório	25,09	25,21	25,63	25,83	26,09	25,83
Doenças do Aparelho Respiratório	8,08	7,94	7,80	7,87	7,71	7,81
Doenças do Aparelho Digestivo	3,28	3,38	3,36	3,40	3,45	3,50
Causas Externas	9,17	9,35	9,57	9,91	10,11	10,18
Demais Causas	12,33	11,79	12,27	11,90	11,59	10,72
Causas Mal-Definidas	20,10	21,50	21,10	21,00	21,50	22,50
TOTAL DAS CAUSAS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: BRASIL. Ministerio da Saúde, Estatísticas de Mortalidade de 1979 a 1984. Os dados constam do trabalho de C.L.SZWARCWALD & E.A.CASTILHO, "O impacto na mortalidade" in S.M. VIANNA, coord. O impacto da crise econômica nos serviços de saúde. Brasília, IPEA/IPLAN, 1987. Mimeo.

TABELA 4
MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRANDES
REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSA DE MORTE
BRASIL: 1980

GRUPOS DE CAUSA DE MORTE a/	MORTALIDADE PROPORCIONAL (%)					
	BRASIL	GRANDES REGIÕES				
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
TOTAL b/	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Doenças infecciosas e Parasitárias	14,8	26,1	21,0	9,1	8,0	14,8
Neoplasmas	9,5	7,1	7,4	10,8	13,3	8,8
Doenças do Aparelho Circulatório	29,4	19,9	24,4	34,6	35,6	26,1
Doenças do Aparelho Respiratório	9,8	8,2	9,3	10,6	9,9	9,4
Causas Perinatais	9,2	12,6	9,9	8,8	7,0	9,3
Causas Externas	12,2	13,1	12,3	11,1	12,3	16,9
Demais Causas	15,1	13,0	15,7	15,0	13,9	14,7

FONTE: BRASIL. Ministério da Saúde, in IBGE, Indicadores Sociais - Tabelas selecionadas. Rio de Janeiro, 1985. v.2.

Notas:

a/ Classificação de causas de mortalidade proposta pela IX Conferência de Revisão da Classificação Internacional de Doenças, promovida pela Organização Mundial da Saúde, em 1985.

b/ Estão excluídas as causas mal-definidas.

TABELA 5
MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPOS
DE IDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSA DE MORTE
BRÁSIL: 1980

GRUPOS DE CAUSA DE MORTE a/	MORTALIDADE PROPORCIONAL (%)					
	TOTAL b/	GRUPOS DE IDADE				
		ATE 1 ANO	1 A 4 ANOS	5 A 19 ANOS	20 A 49 ANOS	50 ANOS E +
TOTAL c/	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Doenças Infecciosas e Parasitarias	14,8	28,7	34,7	9,4	7,7	3,9
Neoplasmas	9,5	0,2	3,1	7,6	10,6	16,0
Doenças do Aparelho Circulatorio	29,4	0,7	2,3	7,2	24,3	54,5
Doenças do Aparelho Respiratorio	9,8	15,4	25,8	7,5	5,4	8,5
Causas Perinatais	9,2	38,3	0,1	-	-	-
Causas Externas	12,2	0,7	12,2	50,7	33,8	4,7
Demais Causas	15,1	16,0	21,8	17,6	18,2	12,4

FONTE: Ver Tabela 4.

Notas:

a/ Ver nota a de Tabela 4.

b/ Estao excluidas as pessoas com idade ignorada.

c/ Estao excluidas as causas mal-definidas.

TABELA 6
DISTRIBUICAO DA MORTALIDADE POR SEXO,
SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSA - BRASIL: 1984

(Em %)

GRUPOS DE CAUSA MACRORREGIOES	SEXO		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100,00	100,00	100,00
Grupo 1	7,50	7,37	7,69
Grupo 2	8,54	8,06	9,23
Grupo 3	3,42	2,78	4,34
Grupo 4	25,83	23,86	28,69
Grupo 5	7,81	7,69	8,07
Grupo 6	3,50	3,96	2,78
Grupo 7	10,18	14,18	4,50
Grupo 8	33,32	32,10	34,70

FONTE: Ver Tabela 3.

- OBS.: Grupo 1: Doenças Infecciosas e Parasitárias.
 Grupo 2: Neoplasmas.
 Grupo 3: Doenças das Glândulas Endócrinas, da Nutrição, do Metabolismo e Transtornos Imunológicos.
 Grupo 4: Doenças do Aparelho Circulatório.
 Grupo 5: Doenças do Aparelho Respiratório.
 Grupo 6: Doenças do Aparelho Digestivo.
 Grupo 7: Causas Externas.
 Grupo 8: Demais Causas e Causas mal-definidas.

TABELA 7
 PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS CAUSAS SELECIONADAS NA
 ESTRUTURA DE MORTALIDADE DAS CRIANÇAS COM MENOS DE 5 ANOS
 BRASIL: 1979-1984

(Em %)

CAUSAS DE ÓBITO	ANOS DE OCORRÊNCIA DOS ÓBITOS					
	1979	1980	1981	1982	1983	1984
01. Doenças Infecciosas e Parasitárias	18,66	17,14	16,12	15,71	15,38	15,52
02. Tuberculose	0,22	0,22	0,21	0,18	0,17	0,17
03. Difteria	0,17	0,20	0,18	0,17	0,18	0,14
04. Coqueluche	0,14	0,18	0,16	0,20	0,08	0,07
05. Tetano	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02
06. Septicemia	1,85	1,81	1,89	2,23	1,96	2,52
07. Poliomielite	0,14	0,06	0,01	0,00	0,00	0,00
08. Sarampo	1,44	1,40	1,06	0,82	0,89	1,20
09. Deficiências Nutricionais	4,60	4,48	4,29	4,20	4,23	5,19
10. Pneumonia	10,68	10,17	10,37	10,86	9,68	10,10
11. Causas Externas	1,59	1,69	1,72	1,99	1,96	2,00

FONTE: Ver Tabela 3.

TABELA 8
MORTALIDADE PROPORCIONAL PARA CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS
DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E CAUSAS
DE MORTE - BRASIL: 1980

		MORTALIDADE PROPORCIONAL PARA CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE (%)					
GRUPOS DE CAUSA DE MORTE		BRASIL	GRANDES REGIÕES				
			MORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
MESES DE 1 ANO a/		100	100	100	100	100	100
	Infecções Perinatais	38	38	33	41	38	41
	Enterites	24	41	40	18	17	19
	Pneumonias	13	9	9	15	13	12
	Deficiências Nutricionais	6	1	4	7	7	5
	Demais Causas	19	11	14	19	25	23
1 A 4 ANOS a/		100	100	100	100	100	100
	Pneumonias	20	16	20	23	16	17
	Enterites	19	36	28	12	13	12
	Doenças Imunizáveis b/	11	13	12	11	12	9
	Causas Externas	12	11	9	13	15	19
	Deficiências Nutricionais	8	3	6	9	10	6
	Demais causas	30	21	25	32	34	37

FONTE: Ver Tabela 4.

Notas:

a/ Estão excluídas as causas mal-definidas.

b/ Doenças consideradas como de vacinação obrigatória pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (sarampo, poliomielite, coqueluche e tuberculose).

TABELA 9
EVOLUCAO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS
DE SAUDE, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICOS				PRIVADOS			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	15.345	7.839	1.271	4.410	2.158	7.506	2.036	1.641	3.829
1979	17.079	8.748	1.487	4.801	2.460	8.331	2.092	1.992	4.247
1980	18.489	10.045	1.575	5.768	2.702	8.444	2.104	1.969	4.371
1981	22.341	13.890	3.829	7.010	3.056	8.451	1.955	901	5.367
1982	24.018	15.286	4.018	7.927	3.341	8.732	1.917	909	5.688
1983	25.651	16.749	4.278	8.726	3.745	8.902	1.920	978	5.804
1984	27.552	18.363	4.463	9.533	4.367	9.189	1.930	1.041	5.996
1985	29.180	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

OBS.: No total dos estabelecimentos privados, estão incluídas as fundações particulares. Os dados de 1985 são estimativas preliminares.

TABELA 9-A
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS
DE SAUDE, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICOS				PRIVADOS			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	100,0	51,1	8,3	28,7	14,1	48,9	13,3	10,7	24,9
1979	100,0	51,2	8,7	28,1	14,4	48,8	12,3	11,7	24,9
1980	100,0	54,3	8,5	31,2	14,6	45,7	11,4	10,7	23,6
1981	100,0	62,2	17,1	31,4	13,7	37,8	8,8	4,0	24,0
1982	100,0	63,6	16,7	33,0	13,9	36,4	8,0	3,8	23,7
1983	100,0	65,3	16,7	34,0	14,6	34,7	7,5	3,8	22,6
1984	100,0	66,6	16,2	34,6	15,8	33,4	7,0	3,8	21,8

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 9-B
TAXAS DE CRESCIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS
DE SAUDE, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

(Em %)

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
79/78	11,3	11,6	17,0	8,9	14,0	11,0	2,7	21,4	10,9
80/79	8,3	14,8	5,9	20,1	9,8	1,4	0,6	-1,2	2,9
81/80	20,8	38,3	142,8	21,5	13,1	0,1	-7,1	-54,2	22,8
82/81	7,5	10,0	5,1	13,1	9,3	3,3	-1,9	0,9	6,0
83/82	6,8	9,6	6,5	10,1	12,1	1,9	0,2	7,6	2,0
84/83	7,4	9,6	4,3	9,2	16,6	3,2	0,5	6,4	3,3
80/78	9,8	13,2	11,3	14,4	11,9	6,1	1,7	9,5	6,8
84/80	10,5	16,3	29,7	13,4	12,8	2,1	-2,1	-14,7	8,2

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1974.

TABELA 10
EVOLUCAO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE COM
INTERNAÇÃO HOSPITALAR, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICOS				PRIVADOS			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	5.708	1.072	239	529	304	4.636	1.454	584	2.598
1979	6.036	1.162	261	567	334	4.874	1.504	596	2.774
1980	6.103	1.217	269	600	348	4.886	1.508	567	2.811
1981	6.473	1.342	303	665	374	5.131	1.437	497	3.059
1982	6.650	1.422	312	724	386	5.228	1.424	487	3.175
1983	6.680	1.450	327	731	392	5.230	1.430	493	3.164
1984	6.861	1.547	342	781	424	5.314	1.426	485	3.245
1985	6.776	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

OBS.: No total dos estabelecimentos privados estão incluídas as fundações particulares. Os dados de 1985 são estimativas preliminares.

TABELA 10-A
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE
COM INTERNACAO HOSPITALAR, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	100,0	18,8	4,2	9,3	5,3	81,2	25,5	10,2	45,5
1979	100,0	19,2	4,3	9,4	5,5	80,8	24,9	9,9	46,0
1980	100,0	19,9	4,4	9,8	5,7	80,1	24,7	9,3	46,1
1981	100,0	20,7	4,7	10,3	5,8	79,3	22,2	7,7	47,3
1982	100,0	21,4	4,7	10,9	5,8	78,6	21,4	7,3	47,7
1983	100,0	21,7	4,9	10,9	5,9	78,3	21,4	7,4	47,4
1984	100,0	22,6	5,0	11,4	6,2	77,4	20,8	7,1	47,3

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 10-B
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE
COM INTERNACAO HOSPITALAR, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL

(Em %)

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
79/78	5,7	8,4	9,2	7,2	9,9	5,1	3,4	2,0	6,8
80/79	1,1	4,7	3,1	5,8	4,2	0,2	0,3	4,9	1,3
81/80	6,1	10,3	12,6	10,8	7,5	5,0	-4,4	-12,3	8,8
82/81	2,7	6,0	3,0	8,9	3,2	1,9	-0,9	-2,0	3,8
83/82	0,4	2,0	4,8	1,0	1,6	0,0	0,4	1,2	-0,3
84/83	2,7	0,5	4,6	6,8	8,2	1,6	-0,3	-1,6	2,6
80/78	3,4	6,5	6,1	6,5	6,1	2,7	1,8	-1,5	4,0
84/80	3,0	6,2	6,2	6,8	5,1	2,1	-1,4	-3,8	3,6

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 11
EVOLUCAO DOS ESTABELECIMENTOS SEM INTERNACAO
HOSPITALAR POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	9.637	6.767	1.032	3.881	1.854	2.870	582	1.057	1.231
1979	11.043	7.586	1.226	4.234	2.126	3.457	588	1.396	1.473
1980	12.386	8.828	1.306	5.168	2.354	3.558	596	1.402	1.560
1981	15.868	12.548	3.521	6.345	2.682	3.320	518	404	2.308
1982	17.368	13.864	3.706	7.203	2.955	3.504	493	422	2.513
1983	18.971	15.299	3.951	7.995	3.353	3.672	490	485	2.64
1984	20.691	16.816	4.121	8.752	3.943	3.875	504	556	2.751
1985	22.204	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

OBS.: No total dos estabelecimentos privados estao incluídas as fundações particulares. Os dados de 1985 são estimativas preliminares.

TABELA 11-A
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE
SEM INTERNACAO HOSPITALAR, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	100,0	70,2	10,7	40,3	19,2	29,8	6,0	11,0	12,8
1979	100,0	68,7	11,1	38,3	19,3	31,3	5,3	12,6	13,4
1980	100,0	71,3	10,5	41,7	19,0	28,7	4,8	11,3	12,6
1981	100,0	79,1	22,2	40,0	16,9	20,9	3,3	2,6	14,5
1982	100,0	79,8	21,3	41,5	17,0	20,2	2,8	2,4	14,5
1983	100,0	80,6	20,8	42,1	17,7	19,4	2,6	2,6	13,9
1984	100,0	81,3	19,9	42,3	19,1	18,7	2,4	2,7	13,3

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 11-B
 TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS
 DE SAUDE SEM INTERNACAO HOSPITALAR POR
 CATEGORIA INSTITUCIONAL
 BRASIL 1978-1984

(Em %)

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
79/78	14,6	12,1	18,8	9,1	14,7	20,4	1,0	32,1	19,7
80/79	12,2	16,4	6,5	22,1	10,7	2,9	1,4	0,4	5,9
81/80	28,1	42,1	169,6	22,8	13,9	-6,7	-13,1	-71,2	47,9
82/81	9,4	10,5	5,3	13,5	10,2	5,5	-4,8	4,5	8,9
83/82	9,2	10,3	6,6	11,0	13,5	4,8	-0,6	14,9	5,0
84/83	9,1	9,9	4,3	9,5	17,6	5,5	2,9	14,6	4,2
80/78	13,4	14,2	12,5	15,4	12,7	11,3	1,2	15,2	12,6
84/80	13,7	17,5	33,3	38,9	13,8	8,9	-4,1	20,6	15,2

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 12
 DISTRIBUICAO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE,
 POR REGIAO E CATEGORIA INSTITUCIONAL
 BRASIL: 1978 - 1984

ANOS E REGIOES	CATEGORIA INSTITUCIONAL					
	TOTAL		PUBLICO		PRIVADO	
	ABSOL.	%	ABSOL.	%	ABSOL.	%
1978						
BRASIL	15.345	100,0	7.839	100,0	7.506	100,0
NORTE	619	4,0	439	5,6	180	2,4
NORDESTE	4.115	26,8	2.621	33,4	1.494	19,9
SUDESTE	6.365	41,5	2.989	38,1	3.376	45,0
SUL	3.237	21,1	1.316	16,8	1.921	25,6
CENTRO-OESTE	1.009	6,6	474	6,0	535	7,1
1984						
BRASIL	27.552	100,0	18.363	100,0	9.189	100,0
NORTE	1.593	5,8	1.265	6,9	328	3,6
NORDESTE	8.348	30,3	6.634	36,1	1.750	19,0
SUDESTE	10.982	39,9	6.417	34,9	4.565	49,7
SUL	4.860	17,6	3.058	16,7	1.802	19,6
CENTRO-OESTE	1.733	6,3	989	5,4	744	8,1

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 12-A
DISTRIBUICAO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE COM INTERNACAO
HOSPITALAR, POR REGIAO E CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978 - 1984

ANOS E REGIOES	CATEGORIA INSTITUCIONAL					
	TOTAL		PUBLICO		PRIVADO	
	ABSOL.	%	ABSOL.	%	ABSOL.	%
1978						
BRASIL	5.708	100,0	1.072	100,0	4.636	100,0
NORTE	267	4,7	122	11,4	145	3,1
NORDESTE	1.446	25,3	530	49,4	916	19,8
SUDESTE	2.203	38,6	267	24,9	1.936	41,8
SUL	1.279	22,4	100	9,3	1.179	25,4
CENTRO-OESTE	513	9,0	53	4,9	460	9,9
1984						
BRASIL	6.861	100,0	1.547	100,0	5.314	100,0
NORTE	432	6,3	187	12,1	245	4,6
NORDESTE	1.902	27,7	794	51,3	1.108	20,9
SUDESTE	2.484	36,2	347	22,4	2.137	40,2
SUL	1.297	18,9	135	8,7	1.162	21,9
CENTRO-OESTE	746	10,9	84	5,4	662	12,5

FORTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 12-B
DISTRIBUICAO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAUDE SEM INTERNACAO
HOSPITALAR, POR REGIAO E CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978 - 1984

ANOS E REGIOES	CATEGORIA INSTITUCIONAL					
	TOTAL		PUBLICO		PRIVADO	
	ABSOL.	%	ABSOL.	%	ABSOL.	%
1978						
BRASIL	9.637	100,0	6.767	100,0	2.870	100,0
NORTE	352	3,7	317	4,7	35	12,2
NORDESTE	2.669	27,7	2.091	30,9	578	20,1
SUDESTE	4.162	43,2	2.722	40,2	1.440	50,2
SUL	1.958	20,3	1.216	18,0	742	25,9
CENTRO-OESTE	495	5,1	421	6,2	75	2,6
1984						
BRASIL	20.691	100,0	16.816	100,0	3.875	100,0
NORTE	1.161	5,6	1.078	6,4	83	2,1
NORDESTE	6.482	31,3	5.840	34,7	642	16,6
SUDESTE	8.498	41,1	6.070	36,1	2.428	62,7
SUL	3.563	17,2	2.923	17,4	640	16,5
CENTRO-OESTE	987	4,8	905	5,4	82	2,1

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 13
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS CONVENIADOS COM O INAMPS
E/OU COM O INAMPS/EMPRESA, POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	45,2	23,6	29,0	23,8	21,6	67,1	69,3	64,5	67,1
1979	47,9	27,0	39,1	23,4	26,5	69,9	75,4	75,6	64,5
1980	49,8	32,6	46,5	31,7	26,2	70,3	75,0	76,4	64,6
1981	45,5	36,4	54,1	31,9	24,5	60,6	82,5	60,8	56,4
1982	45,3	37,5	54,5	34,6	26,0	59,1	72,9	59,4	53,7
1983	45,2	37,7	55,8	35,0	23,3	59,2	74,2	58,0	53,8
1984	44,3	37,6	57,8	35,2	22,4	57,8	72,9	53,1	52,8

FORTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 14
EVOLUCAO DO NUMERO DE LEITOS DE INTERNACAO,
POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

(Em mil leitos)

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	463,1	122,4	27,9	83,0	11,5	340,8	134,5	39,9	166,4
1979	475,4	116,1	29,1	75,4	11,7	359,3	141,8	38,8	178,7
1980	495,6	120,3	29,6	78,2	12,5	375,4	150,1	37,7	187,5
1981	509,2	122,3	29,2	79,6	13,5	386,9	142,8	33,7	200,9
1982	516,9	124,8	29,8	81,1	13,7	391,2	138,8	32,6	208,0
1983	518,6	124,4	30,8	79,3	14,2	394,2	139,8	33,9	208,3
1984	522,8	124,3	31,0	78,6	14,6	398,6	140,3	33,0	211,8

FORTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 14-A
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS LEITOS,
POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
1978	100,0	26,4	6,0	17,9	2,5	73,6	29,0	8,6	35,9
1979	100,0	24,4	6,1	15,9	2,4	75,6	29,8	8,2	37,6
1980	100,0	24,3	6,0	15,8	2,5	75,7	30,3	7,6	37,8
1981	100,0	24,0	5,7	15,6	2,6	76,0	28,1	6,6	39,5
1982	100,0	24,2	5,8	15,7	2,7	75,8	26,9	6,3	40,3
1983	100,0	24,0	5,9	15,3	2,8	76,0	27,0	6,5	40,2
1984	100,0	23,8	5,9	15,0	2,8	76,2	26,8	6,3	40,5

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 14-B
TAXAS DE CRESCIMENTO DOS LEITOS,
POR CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978-1984

(Em %)

ANOS	TOTAL	PUBLICO				PRIVADO			
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	FILAN.	BENEF.	C/LUC
79/78	2,7	-5,1	4,3	-9,2	1,5	5,4	5,4	-2,7	7,4
80/79	4,2	3,6	1,8	3,6	7,3	4,5	5,8	-2,7	5,0
81/80	2,8	1,7	-1,2	1,8	7,7	3,1	-4,8	-10,8	7,1
82/81	1,3	2,0	2,5	1,9	1,6	1,6	-2,9	-3,2	3,5
83/82	0,5	-0,3	2,8	-2,2	4,1	0,8	0,8	3,8	0,2
84/83	0,8	-0,1	0,8	-1,0	2,7	1,1	0,3	-2,6	1,7
80/78	3,4	-0,9	3,1	-3,0	4,4	4,9	5,6	-2,7	6,2
84/80	1,3	0,8	1,2	0,1	4,0	1,5	1,7	-3,3	3,1

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 15
DISTRIBUIÇÃO DOS LEITOS HOSPITALARES,
POR REGIÃO E CATEGORIA INSTITUCIONAL
BRASIL: 1978 - 1984

(Em mil leitos)

ANOS E REGIOES	CATEGORIA INSTITUCIONAL					
	TOTAL		PUBLICO		PRIVADO	
	ABSOL.	%	ABSOL.	%	ABSOL.	%
1978						
BRASIL	463,1	100,0	122,4	100,0	340,8	100,0
NORTE	14,0	3,0	7,7	6,3	6,4	1,9
NORDESTE	77,4	16,8	27,5	20,9	49,9	14,6
SUDESTE	256,3	55,3	64,9	53,0	191,4	56,9
SUL	89,5	19,3	15,6	12,5	74,0	21,7
CENTRO-OESTE	25,9	5,6	6,7	5,5	19,1	5,6
1984						
BRASIL	522,8	100,0	124,3	100,0	398,6	100,0
NORTE	17,0	3,2	8,0	6,4	9,1	2,3
NORDESTE	96,2	18,4	31,2	25,1	65,0	16,3
SUDESTE	279,9	53,4	61,5	49,5	218,4	54,8
SUL	94,0	18,0	16,0	12,9	78,0	19,6
CENTRO-OESTE	35,7	6,8	8,0	6,1	28,1	7,1

FONT E: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 16
EVOLUCAO DOS LEITOS CONVENIADOS DO SETOR PRIVADO
BRASIL: 1978-1984

(Em mil leitos)

ANOS	LEITOS CONVENIADOS							
	TOTAL		FILANTROPICOS		BENEFICENTES		LUCRATIVOS	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
1978	305,3	89,6	122,0	90,7	34,5	86,5	148,8	89,4
1979	321,7	89,6	128,6	90,7	34,8	86,7	158,4	88,6
1980	338,3	90,1	137,6	91,7	33,8	89,9	166,8	88,9
1981	349,8	90,4	131,8	92,3	31,2	92,6	177,9	88,6
1982	352,7	91,1	127,8	92,1	30,1	92,3	183,6	88,3
1983	352,9	89,5	128,0	91,6	31,7	93,8	181,8	87,3
1984	355,7	89,2	127,5	90,9	30,8	93,3	184,6	87,2

FONT E: IBGE/AMS, 1978-1984.

OBS.: Os percentuais acima indicados referem-se ao total de leitos conveniados sobre o total de leitos existentes.

TABELA 17
EVOLUCAO DO NUMERO DE CONSULTAS REALIZADAS
BRASIL: 1981-1984

(Em mil consultas)

ANOS	CATEGORIA INSTITUCIONAL					
	TOTAL		PUBLICO		PRIVADO	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
1981	584.560,3	100	347.261,7	59	237.298,6	41
1982	640.129,8	100	375.722,0	59	264.407,8	41
1983	712.925,2	100	417.957,1	62	294.968,1	38
1984	768.877,3	100	439.836,4	57	329.040,9	43

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

TABELA 17-A
EVOLUCAO DO NUMERO DE CONSULTAS REALIZADAS
NOS ESTABELECIMENTOS CONVENIADOS COM O INAMPS */
BRASIL: 1981-1984

(Em mil consultas)

ANOS	CATEGORIA INSTITUCIONAL					
	TOTAL		PUBLICO		PRIVADO	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
1981	325.973,2	100	137.795,1	42	188.178,1	58
1982	372.595,2	100	159.000,8	43	213.594,4	57
1983	417.323,5	100	181.946,2	44	235.377,3	56
1984	452.115,2	100	187.200,6	41	264.914,6	59

FONTE: IBGE/AMS, 1978-1984.

*/ Inclui os convênios do tipo INAMPS/EMPRESA.

OBS.: Crescimento Geométrico Anual no período.

Total: 9,6%
Públicos: 8,2%
Privados: 11,5%

Crescimento Geométrico Anual das Consultas Conveniadas.

Total: 11,5%
Públicos: 10,7%
Privados: 12,1%

TABELA 18
EVOLUCAO DO NUMERO DE CONSULTAS E INTERNACOES
HOSPITALARES REALIZADAS PELO INAMPS
BRASIL: 1978-1984

(Em mil)

ANOS	CONSULTAS MEDICAS		INTERNACOES	
	ABSOLUTO	TAXA GEOM. DE CRESC. ANUAL	ABSOLUTO	TAXA GEOM. DE CRESC. ANUAL
1971	47.799,5	-	2.931,6	-
1974	55.384,7	5,03	4.082,7	11,67
1978	145.411,6	27,29	9.658,1	24,02
1982	206.248,4	9,13	13.070,9	7,85
1986	237.525,2	3,50	11.394,8	-3,47

FONTES: De 1971 a 1974, dados do INPS. De 1978 a 1986, dados do INAMPS.

OBS.: As taxas geometricas de crescimento anual sao relativas aos periodos de intervalo entre os anos constantes na tabela.

TABELA 19
NUMERO DE LEITOS, CONSULTAS E INTERNACOES,
POR HABITANTE - BRASIL: 1981-1984

ANOS	LEITOS/1000 HAB.	CONSULTAS/HAB.	INTER./1000 HAB.
1981	4,18	4,79	141
1982	4,13	5,12	139
1983	4,05	5,57	131
1984	3,98	5,86	134

FONTES: IBGE/AMS, 1981-1984.

TABELA 20
EVOLUCAO DO GASTO FEDERAL CONSOLIDADO EM SAUDE,
POR FONTE DE RECURSOS
BRASIL: 1980 - 1986

(Em US\$ milhoes de 1986)

ANOS	FONTES DE RECURSOS						
	TOTAL	TESOURO			FPAS	FAS	OUTROS
		TOTAL	ORD. VINC.	FINSOCIAL			
1980	4.245,2	548,4	548,4	-	3.614,2	67,1	15,5
1981	4.018,6	572,2	572,2	-	3.337,5	87,0	21,9
1982	4.165,3	647,2	647,2	-	3.406,9	80,4	30,8
1983	3.411,4	625,1	559,6	87,6	2.740,1	40,8	5,4
1984	3.561,6	577,8	504,1	73,7	2.919,3	62,0	2,5
1985	4.071,1	829,9	729,8	100,1	3.217,8	23,4	-
1986	4.391,2	955,0	943,3	11,7	3.413,1	23,1	-

FONTE: IPEA/IPLAN/CSP.

OBS.: Os gastos ordinários vinculados do Tesouro incluem recursos do FINSOCIAL alocados no orçamento do Ministério da Saúde. Já os gastos sob a rubrica FINSOCIAL referem-se apenas aos recursos alocados aos Ministerios para a função saúde através do BNDES. Os gastos em saúde do FPAS nao correspondem somente aos gastos do INAMPS, mas também aos gastos de saúde de outros órgãos da Previdência e repasses da Previdência para gastos em saúde em outras esferas.

TABELA 20-A
DISTRIBUICAO DO GASTO FEDERAL CONSOLIDADO EM SAUDE,
POR FONTE DE RECURSOS
BRASIL: 1980 - 1986

(Em %)

ANOS	FONTES DE RECURSOS						
	TOTAL	TESOURO			FPAS	FAS	OUTROS
		TOTAL	ORD. VINC.	FINSOCIAL			
1980	100,0	12,9	12,9	-	85,1	1,6	0,4
1981	100,0	14,2	14,2	-	83,0	2,2	0,6
1982	100,0	15,5	15,5	-	81,8	1,9	0,8
1983	100,0	18,3	16,4	1,9	80,3	1,2	0,2
1984	100,0	16,2	14,2	2,0	82,0	1,7	0,1
1985	100,0	20,4	17,9	2,5	79,0	0,6	-
1986	100,0	21,8	21,5	0,3	77,7	0,5	-

FONTE: Tabela 20.

TABELA 20-B
TAXA DE CRESCIMENTO DO GASTO FEDERAL EM SAUDE,
POR FONTE DE RECURSOS
BRASIL: 1980 - 1986

(Em %)

ANOS	FONTES DE RECURSOS						
	TOTAL	TESOURO			FPAS	FAS	OUTROS
		TOTAL	ORD. VINC.	FINSOCIAL			
1980/81	- 5,3	4,3	4,3	-	- 7,7	29,7	41,3
1981/82	3,7	13,1	13,1	-	2,1	- 7,6	40,6
1982/83	-18,1	- 3,4	- 3,4	-	-19,6	-49,2	-82,5
1983/84	4,4	- 7,6	- 9,9	-15,9	6,5	52,0	-53,7
1984/85	14,3	43,6	44,8	35,8	10,2	-62,3	-
1985/86	7,9	15,1	29,2	-88,3	6,1	- 1,3	-
1980/84 (aa)	- 4,3	1,3	- 2,1	-	- 5,2	- 1,9	-36,6
1984/86 (aa)	11,0	28,6	36,8	-60,1	8,1	-39,0	-

FONTE: Tabela 20.

TABELA 21
RELAÇÃO ENTRE O GASTO FEDERAL
COM SAUDE, O PIB E A POPULAÇÃO
BRASIL: 1980-1986

(Em US\$ de 1986)

ANOS	GASTO FEDERAL EM SAUDE SOBRE O PIB (%)	GASTO FEDERAL EM SAUDE PER CAPITA ANUAL (US\$)
1980	1,74	35,64
1981	1,76	32,95
1982	1,84	33,33
1983	1,56	26,63
1984	1,59	27,13
1985	1,68	30,27
1986	1,67	31,85

FONTE: IPEA/IPLAN/CSP.

TABELA 22
COMPOSICAO DO ORCAMENTO DO
MINISTERIO DA SAUDE
BRASIL: 1986

FONTES	PARTICIPACAO PERCENTUAL
TESOURO	24,8
FINSOCIAL	42,4
TRANSFER. */	20,9
OUTROS */	11,9
TOTAL	100,0

FONTE: Secretaria Geral/MS.

*/ Inclui transferencias do INAMPS ao MS.

TABELA 22-A
PARTICIPACAO DO FINSOCIAL
NO GASTO DE SAUDE DO TESOURO FEDERAL
BRASIL: 1982-1986

(Em %)

FONTES	PARTICIPACAO
1982	56,45
1983	27,56
1984	51,74
1985	20,13
1986	31,14

FONTE: IPEA/IPLAN.

TABELA 23
EVOLUCAO DOS GASTOS FEDERAIS (TESOURO) COM SAUDE, POR SUBPROGRAMAS
BRASIL: 1978-1986

(Em US\$ milhões de 1986)

SUBPROGRAMAS	ANOS								
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
TOTAL	689,4	648,4	548,4	572,2	647,2	559,6	504,1	729,8	943,3
Assist. Medico-Sanitária	229,3	202,6	225,8	245,0	301,2	274,0	248,2	301,6	369,4
Controle e Erradic. de Doenças Transmissíveis	143,3	139,2	102,0	69,4	90,0	69,4	73,9	138,5	219,7
Fiscal. e Insp. Sanit.	4,1	4,1	3,4	3,8	3,3	2,4	1,7	4,6	7,4
Prod. Profil. e Terap.	17,4	13,9	77,9	20,1	19,8	14,9	7,5	2,3	37,6
Saúde Materno-Infantil	-	-	-	-	-	-	-	30,4	33,4
Outros gastos	295,3	288,6	139,3	233,9	232,9	198,9	172,8	252,1	275,8

FONTE: IPEA/IPLAN/CSP.

TABELA 23-A
EVOLUCAO DA ESTRUTURA DOS GASTOS FEDERAIS
(TESOURO) COM SAUDE POR SUBPROGRAMAS
BRASIL: 1978-1986

(Em %)

SUBPROGRAMAS	ANOS				
	1978	1980	1982	1984	1986
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assist. Médico-Sanitária	33,3	41,2	46,5	49,2	39,2
Controle e Erradic. de Doenças Transmissíveis	20,8	18,6	13,9	14,6	23,3
Fiscal. e Insp. Sanit.	0,6	0,6	0,5	0,3	0,8
Prod. Profil. e Terap.	2,5	14,2	3,1	1,5	4,0
Saúde Materno-Infantil	-	-	-	-	3,5
Outros gastos	42,8	25,4	36,0	34,4	29,2

FONTES: Tabela 23.

TABELA 23-B
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO GASTO FEDERAL
(TESOURO) COM SAUDE, POR SUBPROGRAMAS
BRASIL: 1978-1986

(Em %)

SUBPROGRAMAS	PERIODOS			
	1986/1978	1980/1978	1984/1980	1986/1984
TOTAL	4,0	-10,8	0,5	36,8
Assist. Médico-Sanitária	6,1	- 0,8	2,4	22,0
Controle e Erradic. de Doenças Transmissíveis	5,5	-15,6	- 7,7	72,4
Fiscal. e Insp. Sanit.	7,7	- 8,9	-15,9	108,6
Prod. Profil. e Terap.	10,1	111,6	-44,3	123,9
Saúde Materno-Infantil	-	-	-	-
Outros gastos	- 0,9	-31,3	5,5	26,3

FONTES: Tabela 23.

TABELA 24
INAMPS: EVOLUCAO DAS DESPESAS
REALIZADAS, SEGUNDO O PROGRAMA DE TRABALHO
BRASIL: 1981-1986

(Em US\$ milhoes de 1986)

SUBPROGRAMAS	ANOS					
	1981	1982	1983	1984	1985	1986
TOTAL GERAL	3.337,5	3.406,9	2.740,1	2.919,3	3.217,9	3.410,9
ADMINISTRACAO	181,7	177,3	134,8	119,6	163,5	199,7
ASSIST. MEDICO-SANITARIA	3.107,6	3.108,3	2.476,9	2.691,5	2.906,6	3.029,4
Controle e Expans. de Unid. de Assist. Medica						
Controle e Expans. de Unid. Ambulatoriais	-	-	-	-	-	1,1
Assist. Medica - Serv. Prop.	692,1	632,1	348,2	555,9	-	7,6
Assist. Medica - Serv. Cont.	1.853,6	1900,8	1.466,5	1.701,9	823,8	933,6
Custeio da Assist. Medica de Outros Org. Governam.	157,5	185,2	125,0	140,4	1.373,3	1.401,1
Hospitais Universitarios	74,8	100,8	89,9	79,8	270,9	360,5
Rede de distr. de medicam.	77,0	72,9	52,0	51,4	156,1	148,0
Assist. Medica - Filantrop.	112,6	124,3	87,1	61,3	69,3	42,4
Assist. Medica - Sindicatos	85,8	60,9	42,2	31,2	75,4	50,1
Assist. Medica - Empresas	116,0	100,1	48,9	28,3	34,2	30,1
Reor. e Rec. da Ass. Medica	-	-	17,0	41,3	24,5	11,7
Particip. de Org. Internac.	-	-	-	-	79,0	43,0
Projetos	11,5	-	-	-	-	0,1
OUTROS PROGRAMAS	48,2	121,3	128,4	108,5	147,8	181,8

FORTE: IPEA/IPLAN/CSP.

TABELA 24-A
DISTRIBUICAO DO GASTO DO INAMPS
BRASIL: 1982-1986

(Em %)

PROGRAMAS	ANOS		
	1982	1984	1986
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0
ADMINISTRACAO	5,20	5,08	5,85
ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA	91,24	92,20	88,76
OUTROS PROGRAMAS	3,56	2,72	5,39

FONTE: Tabela 24.

TABELA 25
EVOLUCAO DOS GASTOS DO
FINSOCIAL */ COM PROGRAMAS DE SAUDE
BRASIL: 1982-1986

(Em US\$ milhoes de 1986)

ANOS	VALOR	% SOBRE OS RECURSOS DO FINSOCIAL
1982	365,4	41,03
1983	172,2	15,50
1984	267,8	33,60
1985	70,8	24,10
1986	-	-

FONTE: IPEA/IPLAN/CSP.

*/ Sao considerados apenas os programas de aplicacao direta de recursos pelo BNDES. Nao estao incluidos os recursos repassados diretamente aos orçamentos dos Ministerios da área social.

OBS.: Em 1986 nao foi registrado nenhum repasse direto de recursos ao setor.

TABELA 26
RECURSOS DO FAS REPASSADOS PARA O SETOR SAUDE
BRASIL: 1979-1986

(Em US\$ milhões de 1986)

ANOS	RECURSOS					
	TOTAL		FINANCIAMENTO		FUNDO PERDIDO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1979	71,2	100,0	61,4	86,2	9,8	13,8
1980	67,1	100,0	60,1	89,6	7,0	10,4
1981	87,0	100,0	72,7	83,6	14,3	16,4
1982	80,4	100,0	65,1	81,0	15,3	19,0
1983	40,8	100,0	37,0	90,7	3,8	9,3
1984	62,0	100,0	59,6	96,1	2,4	3,9
1985	23,4	100,0	21,2	90,6	2,2	9,4
1986	23,1	100,0	21,0	90,9	2,1	9,1

FOENTE: IPEA/IPLAN/CSP.

TABELA 27
EVOLUCAO DO GASTO FEDERAL CONSOLIDADO EM SAUDE (TESOURO + FPAS +
FINSOCIAL + OUTRAS FONTES), SEGUNDO A NATUREZA ECONOMICA DA DESPESA
BRASIL: 1980-1986

(Em US\$ milhões de 1986)

NATUREZA DA DESPESA	ANOS						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
TOTAL GERAL	4.245,2	4.018,6	4.165,3	3.410,8	3.561,6	4.071,1	4.391,2
DESPESAS DE CUSTEIO	3.656,6	3.184,7	3.287,7	2.624,9	2.755,4	3.028,7	2.862,1
Pessoal	696,1	698,3	763,9	620,5	582,0	927,3	952,4
Serv. de Terceiros	2.675,0	2.233,7	2.309,0	1.817,1	1.999,7	1.879,7	1.585,1
Outras a/	285,5	252,7	214,8	187,3	173,7	221,7	324,6
TRANSF. CORRENTES	405,6	655,8	643,9	633,1	638,4	887,0	1.248,3
Intragovernamentais	231,7	278,9	225,6	199,0	220,7	358,8	496,0
Intergovernamentais	49,4	145,7	249,1	215,2	245,9	313,4	468,0
Outras transferências b/	124,5	231,2	169,2	218,9	171,8	214,8	584,3
INVESTIMENTOS c/	117,1	127,1	120,8	64,7	82,2	155,4	280,8
INVERS. FINANC. d/	8,5	0,2	3,3	0,3	0,2	0,1	0,1
TRANSF. DE CAPITAL e/	57,4	50,8	109,6	87,8	85,4	100,5	155,2

FOENTE: IPEA/IPLAN/CSP.

Notas:

a/ Corresponde a soma do material de consumo com as despesas diversas.

b/ Transferências a instituições privadas, pessoas, ao exterior, PASEP, encargos da dívida interna e externa e transferências diversas.

c/ Obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos específicos e investimentos diversos.

d/ Aquisição de títulos, represent. capital integralizado e aquisição de imóveis.

e/ Transferências inter e intragovernamentais, transferências a instituições privadas, amortização da dívida interna e externa, diversas transferências de capital e diferenças de câmbio.

TABELA 27-A
 ESTRUTURA DO GASTO FEDERAL CONSOLIDADO EM SAÚDE,
 SEGUNDO A NATUREZA ECONOMICA DA DESPESA
 BRASIL: 1980-1986

NATUREZA DA DESPESA	(Em %)			
	ANOS			
	1980	1982	1984	1986
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0
DESPESAS DE CUSTEIO	86,1	78,9	77,4	65,2
Pessoal	16,4	18,3	16,3	21,7
Serv. de Terceiros	63,0	55,4	56,1	36,1
Outras	6,7	5,2	5,0	7,4
TRANSF. CORRENTES	9,5	15,7	17,9	28,4
Intragovernamentais	5,5	5,4	6,2	11,3
Intergovernamentais	1,2	6,0	6,9	10,7
Outras transferências	2,8	4,3	4,8	6,4
INVESTIMENTOS	2,8	2,9	2,3	2,9
INVERS. FINANÇ.	0,2	0,1	0,0	0,0
TRANSF. DE CAPITAL	1,4	2,4	2,4	3,5

FONTE: Tabela 27.

TABELA 28
 PARTICIPACAO DO INAMPS NO GASTO CONSOLIDADO COM SAÚDE
 SEGUNDO A NATUREZA ECONOMICA DA DESPESA
 BRASIL: 1980-1986

NATUREZA DA DESPESA	(Em %)			
	PARTICIPACAO DO INAMPS			
	1980	1982	1984	1986
TOTAL GERAL	85,1	81,8	82,0	77,7
DESPESAS DE CUSTEIO	93,9	92,3	93,1	89,8
Pessoal	74,6	73,6	74,5	83,2
Serv. de Terceiros	99,3	99,3	99,3	97,1
TRANSF. CORRENTES	31,7	55,1	53,7	62,0
Intergovernamentais	73,9	55,3	56,8	78,5
INVESTIMENTOS	29,5	7,8	14,4	50,1
INVERS. FINANCEIRAS	99,7	99,3	95,4	95,7
TRANSF. DE CAPITAL	12,6	1,0	0,5	3,3

FONTE: IPEA/IPLAN/CSP.

TABELA 29
 GASTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS DOS GOVERNOS ESTADUAIS COM OS
 PROGRAMAS DE SAUDE, SEGUNDO A NATUREZA ECONOMICA DA DESPESA
 BRASIL: 1979-1984

(Em US\$ milhoes de 1986)

ANOS	ANOS DE REFERENCIA			
	1979		1984	
	VALOR	%	VALOR	%
TOTAL	964,1	100,0	874,0	100,0
FORM. BRUTA DE CAP. FIXO	73,3	7,6	65,5	7,5
CONSUMO	833,1	86,4	792,5	90,7
TRANSFERENCIAS	36,5	3,8	15,9	1,8
INVERS. FINANCEIRAS	21,2	2,2	0,1	0,0

FONTE: A.C. MEDICI, O Custeio da política social ao nível regional: subsídios para uma estratégia de descentralização.

OBS.: Estão excluídas as transferências intergovernamentais e intragovernamentais, dado que elas representam duplicações de recursos ao nível destas esferas.

TABELA 30
 DISTRIBUICAO DOS GASTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS
 CONSOLIDADOS COM OS SUBPROGRAMAS DE SAUDE
 BRASIL: 1984

(Em US\$ milhoes de 1986)

SUBPROGRAMAS	ESFERAS ADMINISTRATIVAS					
	TOTAL		ESTADOS		MUNICIPIOS	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
TOTAL	1357,5	100,0	881,7	100,0	475,8	100,0
ADMINISTR.	294,2	21,7	237,4	26,9	56,8	11,9
ASS. SANITARIA GERAL	509,0	37,5	194,6	22,1	314,4	66,1
ASS. HOSPITALAR GERAL	496,3	36,6	394,2	44,7	102,1	21,5
NUTR./ALIMENT.	19,5	1,4	17,0	1,9	2,5	0,5
EST. E PESQ.	38,5	2,8	38,5	4,4	-	-

FONTE: Ver Tabela 29.

OBS.: Os gastos incluem as transferências inter e intragovernamentais. Na esfera municipal foram considerados somente os municípios das capitais estaduais e das regiões metropolitanas.

TABELA 31
INDICADORES DE SAUDE PER CAPITA
BRASIL: 1978-1986

ANOS	EMPREGOS MEDICOS POR 1000 HAB.	EMPREGOS EM SAUDE POR 1000 HAB.	GASTO FEDERAL EM SAUDE (US\$ p/cap)	LEITOS POR 1000 HAB.	CONSULTAS POR HABITANTE	INTERNACOES POR 1000 hab.
1978	1,17	3,85	-	4,26	-	-
1979	1,19	3,99	-	4,27	-	-
1980	1,23	4,05	35,64	4,16	-	-
1981	1,30	4,28	32,95	4,25	4,79	141
1982	1,40	4,53	33,33	4,22	5,12	139
1983	1,44	4,60	26,63	4,14	5,57	131
1984	1,51	5,04	27,13	4,08	5,86	134
1985	-	-	30,27	-	-	-
1986	-	-	31,85	-	-	-

FONTE: IBGE/AMS (empregos, leitos, consultas e internações); IPEA/IPLAN/CSP (gasto com saúde) e IBGE (estimativa de população).

CAPITULO V

INDICADORES DA PREVIDENCIA SOCIAL - BENEFICIOS

I. INTRODUÇÃO

Um capítulo de indicadores sociais sobre este tema deveria apresentar que riscos são cobertos, quem são os contribuintes e beneficiários e quais os valores envolvidos. Embora não nos afastemos aqui totalmente de uma descrição desse tipo, vamos nos concentrar, por razões expostas mais adiante, nas dimensões que interessam mais de perto à viabilidade e à equidade de um sistema previdenciário como o nosso.

É importante mencionar que, além de benefícios em dinheiro (seguro social), a Previdência Social brasileira presta serviços de assistência médica e de assistência social a menores e grupos carentes.

No Anexo I, apresentamos sob a forma de quadro sinótico os benefícios da previdência social urbana e rural, suas respectivas formas de cálculo e os esquemas de contribuição dos contribuintes individuais.

No quadro apresentado ao final desse mesmo Anexo é descrito o conjunto de órgãos que forma o sistema previdenciário (SINPAS).

Na Tabela 1 */ , mostra-se a participação de cada um dos órgãos previdenciários no total das despesas: enquanto, na Tabela 2, encontra-se a receita total do sistema nos últimos anos. Já

*/ Todas as tabelas estatísticas constam do Anexo II deste capítulo.

que a assistência médica foi tratada no Capítulo IV - Indicadores de Saúde, aqui abordaremos apenas a dimensão referente ao seguro social.

Nas Tabelas 3, 4 e 5 são mostradas, respectivamente, a composição da receita e a estrutura da despesa com benefícios.

II. TENDÊNCIAS

Em primeiro lugar, emerge deste quadro a constatação de que hoje se trata de um sistema praticamente universalizado e com pretensões de compensar desigualdades. Quanto ao primeiro aspecto - grau de universalização -, de fato, e não só formalmente, a imensa maioria da população brasileira encontra-se vinculada ao sistema oficial de previdência social, seja como contribuinte ou beneficiário (Tabela 6). Como seria de se esperar, há alguma variação em termos da posição na ocupação. Nota-se que 19% dos empregados e 36% dos trabalhadores por conta própria não mantêm qualquer vínculo com a previdência (Tabela 7). Certamente, grande parte dessa diferença reside na necessidade, para os segundos, de uma contribuição individual em dobro para integrarem-se ao sistema.

Na compensação de desigualdades, ressalte-se o caso do trabalhador rural, onde o benefício é generalizado, sem a contrapartida generalizada das contribuições. Mesmo não expresso no quadro sinótico antes mencionado, não se deve omitir outra forma de compensação cuja dimensão é regional, pela qual há regiões cujas despesas totais ultrapassam em muito sua arrecadação (Tabela 8).

Estes dois aspectos são ilustrativos de todo um processo de redefinição dos conceitos que vêm orientando a formulação de uma concepção de seguridade social em toda sua amplitude.

A trajetória da Previdência Social brasileira, desde seus primeiros passos na década de 20, implicou em mudanças na sua concepção e natureza. Fragmentada no início, restrita às categorias profissionais mais organizadas, a Previdência aproximava-se à idéia de seguro. Nesta concepção, seu desempenho não deve ser avaliado a partir de considerações sobre equidade e viabilidade financeira, dado que o sistema se propõe a proteger os segmentos que não contribuem e a viabilidade reduz-se a uma questão atuarial, na qual as contribuições dos segurados, das suas empresas e a capitalização dos excedentes financeiros devem dar conta dos compromissos assumidos perante a clientela. Dessa concepção, o sistema vai evoluir na direção da unificação e da universalização, assumindo encargos crescentes e diversificados, tornando cada vez mais tênues e obscuras as relações entre os benefícios concedidos e contribuições. A capitalização de eventuais superávits vai passando a um plano secundário, os créditos e débitos com a União perdem em transparência e o sistema vai funcionando cada vez mais à base da repartição simples entre receitas correntes e despesas correntes. Assim, agora, equidade e viabilidade passam a ser parâmetros para avaliar o desempenho da Previdência Social, dado que num sistema de repartição simples com acesso universal, nenhuma dessas dimensões está assegurada a priori, dependendo muito de decisões políticas, tanto a nível de concessão e valor de benefícios, quanto em termos de alíquotas de contribuições e eventuais aportes de recursos fiscais. Para nossos objetivos, não cabe aqui abordar essas questões do ângulo das decisões de gestão que, de uma forma ou outra, contornaram os problemas financeiros. Mas, cabe sim examiná-los de um ponto de vista estrutural, que revele as relações entre aqueles que contribuem e os que se beneficiam do sistema.

III. QUESTOES RELATIVAS A EQUIDADE

Tende a ser consensual a idéia de que as incidências formais das contribuições acabam, em grande parte, por diluir-se pela sociedade como um todo, seja via repasse a preços dos custos que incidem sobre as empresas (cerca de 2/3 das contribuições sociais), seja via recursos da União provenientes de incidências parafiscais ou mesmo fiscais. Assim, alega-se que, de fato, a contribuição é generalizada e não guarda correspondência com a desigualdade na distribuição dos benefícios. Dessa maneira, ganha força o entendimento de que a receita previdenciária é muito mais um imposto do que uma contribuição. Se todos pagam - direta ou indiretamente - todos deveriam ter direitos. Por coerência, esta visão não poderia encarar os benefícios, enquanto valores, como rígidos, como de fato não os vê, mas como função da "arrecadação". E é isto que, de fato, ocorre.

Até 1979, os benefícios eram elásticos em relação à fase expansiva do ciclo, mantendo relação mais ou menos constante com a receita. Na fase descendente, entretanto, as despesas com benefícios não caem na mesma proporção do que a arrecadação. Durante os anos de crise até 1984, a relação entre despesas com benefícios e receita de contribuição sobe de patamar (Tabela 9). Isto foi um dos fatores importantes na geração do volumoso déficit nesse período, que só não foi ainda maior devido ao aumento das alíquotas, em 1982 (Tabela 10).

A guisa de conclusão, esses movimentos parecem sugerir que, na verdade, os benefícios concedidos têm menos a ver com os

riscos a serem cobertos do que com o volume de arrecadação. Evidentemente, nas fases de expansão, há uma tendência à incorporação de beneficiários e, portanto, de aumento de despesas que não pode ser completamente revertida nas fases de desaceleração, face aos compromissos com as pessoas. Portanto, na prática, a Previdência já está funcionando muito mais sob a lógica do imposto do que de contribuição versus riscos, o que resolve um dos elementos da equação, mas não nos diz muito sobre as desigualdades na distribuição dos benefícios.

Em relação à equidade, sob o ponto de vista interno do sistema, tomemos a aposentadoria por tempo de serviço que representa 60% do gasto com aposentadorias. Essas aposentadorias são calculadas com base no período final da vida ativa e não em relação à média das contribuições. Como se sabe, os perfis idade/renda, em função do tipo de inserção no mercado de trabalho, indicam que a maioria dos trabalhadores menos instruídos e nos níveis inferiores de remuneração, ainda que no setor formal da economia, vão experimentar cadeias de mobilidade mais curtas, isto é, menores possibilidades de ascensão profissional, chegando mesmo, em certos casos, onde a força física é um requisito importante, a apresentar diminuição das remunerações ao final da vida ativa. O contrário ocorre com aqueles trabalhadores mais educados, nos níveis mais elevados da estrutura ocupacional, cuja tendência é a de aumentar o nível de suas remunerações nos últimos anos de atividade. Isto significa que não há grandes variações em torno do rendimento médio para os primeiros ao longo da vida, enquanto há para os segundos. Como resultado, independentemente da esperança de vida, a relação entre o valor médio das aposentadorias e o das contribuições é mais elevada para os melhor situados do que para os mais pobres. 1/

1/ Ver sobre este aspecto, Maria Emilia Azevedo e Francisco Oliveira, MPAS, 1986.

IV - QUESTÕES RELATIVAS A VIABILIDADE

O conceito de viabilidade utilizado aqui se aproxima da noção de equilíbrio financeiro do sistema, tomando como fixas as regras do jogo. Descartamos o que tem sido feito até hoje para sanar eventuais desajustes - mudanças de alíquotas e de valores dos benefícios - pois, neste caso, a própria menção à viabilidade fica comprometida, uma vez que esta fica garantida através da simples adoção dos atos administrativos correspondentes.

O problema da viabilidade se coloca a partir da constatação de que os fatores que atuam na configuração do sistema previdenciário - econômicos e demográficos - pesam, distintamente, na receita e na despesa. Fixemo-nos nos elementos decisivos de cada lado: contribuições sociais e aposentadorias por tempo de serviço.

No caso das receitas, as contribuições baseadas na folha de salários, tanto por parte dos empregados como da empresa, irão depender do ritmo de absorção de mão-de-obra pelo setor organizador e do nível de salários. Num país integrado e desenvolvido, o mais importante é a relação entre a população em idade ativa e a população idosa. No Brasil, entretanto, a população em idade ativa não é o dado fundamental, de vez que a existência de um setor não organizado, de dimensões substanciais, faz com que boa parcela dos novos incorporados ao mercado de trabalho não seja de contribuintes (Tabela 7).

Durante a década de 70, o ritmo de absorção de mão-de-obra pelo setor organizado permitiu um crescimento acelerado da receita, superior inclusive ao aumento do PIB (Tabelas 11 e 12). Nos anos 80, o comportamento da economia foi bastante instável, o que se refletiu na queda da arrecadação, até 1984, que não foi contornada nem mesmo pelo aumento das alíquotas em 1982. 2/ A recuperação em 1985/86, com seus conhecidos impactos no mercado de trabalho, não só pela criação de novos empregos no setor formal como também pelo aumento real das remunerações, tanto para empregados como para os que trabalham por conta própria, refletiu-se positivamente na receita previdenciária (Tabela 13).

Do lado da despesa, além dos fatores de ordem econômica, que se manifestam pela expansão do mercado de trabalho há trinta anos atrás, aspectos de ordem demográfica, especialmente no que diz respeito à esperança de vida, ganham importância. Alguns consideraram o aumento das despesas, no final dos anos 70, consequência do crescimento das aposentadorias, uma "onda" que se reverteria com o passar do tempo. No entanto, tudo indica que a pressão por aposentadorias irá prosseguir a um ritmo até mais intenso, de vez que, a partir da década de 50, intensifica-se a incorporação de mão-de-obra no setor organizado urbano, o que, certamente, caracterizará uma demanda crescente daqui por diante. Além disso, pela grande incorporação de contribuintes efetivada nos anos 70 (empregadas domésticas, autônomos, etc.), é possível antever que aquele ritmo seguirá intenso por muito tempo.

Além das implicações óbvias do aumento da expectativa de vida para a viabilidade do sistema, é importante discuti-la vis-à-vis a questão da aposentadoria por tempo de serviço, sob o prisma da equidade.

2/ No caso brasileiro, a característica marcante do mercado de trabalho é a do aumento da informalização da mão-de-obra, nos períodos recessivos, que assume características mais graves do que o desemprego aberto (ver Capítulo II do presente volume).

Aqueles que defendem a aposentadoria por tempo de serviço o fazem baseados em dois argumentos concernentes à equidade: em geral, os trabalhadores de menores rendimentos ingressam muito cedo no mercado de trabalho em comparação aos demais e, em função disto, teriam um período de contribuição relativamente maior; para esses mesmos trabalhadores, a esperança de vida seria menor.

Embora tal tese reflita sensatez, a evidência empírica disponível não a sustenta. No primeiro caso, embora as informações sejam muito agregadas, não há grandes diferenciações no ingresso no mercado de trabalho, por nível de renda, para a maioria dos trabalhadores brasileiros (Tabela 15). Provavelmente, para uma minoria privilegiada, o ingresso no mercado deve se dar em idade muito superior. Tampouco no segundo caso, confirma-se a hipótese de substanciais diferenças na esperança de vida por nível de renda, para as pessoas em idade próxima da aposentadoria (Tabela 16).

Resta finalmente assinalar, agora do ângulo da viabilidade, que o aumento da expectativa de vida vai trazer problemas financeiros sérios à Previdência, especialmente no que tange à aposentadoria por tempo de serviço que, como se sabe, está concentrada na faixa de idade até 55 anos (Tabela 17). Nestes casos, o volume de benefícios a serem recebidos crescerá em relação às contribuições efetuadas durante a vida útil, a não ser que se busque bases de incidência adicionais e formas de incluir como contribuintes os até agora não incorporados. A equação financeira da Previdência, mantidas as regras do jogo, não tem fácil solução. 3/

3/ Outros aspectos de menor importância, como o dos trabalhadores rurais e idosos que não contribuem, o baixo tempo de contribuição obrigatório para aposentadoria (60 meses) e o impacto diferenciado da política salarial sobre a receita e a despesa da Previdência são agravantes, do ponto de vista da viabilidade. Ver sobre isto: Maria Emilia Azevedo e Francisco Oliveira, op.cit.

ANEXO I

QUADRO SINÓTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL */

*/ Ministério da Previdência e Assistência Social, 1986.

PREVIDENCIA SOCIAL URBANA

I - BENEFICIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

1. Tipos	2. Forma de Apuração do valor
- Aposentadorias	
. por invalidez	- mediante cálculo
. por velhice	- mediante cálculo
. por tempo de serviço (inclusive especiais)	- mediante cálculo
- Abono de permanência em serviço	- mediante cálculo
- Pensão por morte	- mediante cálculo
- Auxílio-reclusão	- mediante cálculo
- Auxílio-doença	- mediante cálculo
- Renda mensal vitalícia	- 50% do salário-mínimo
- Salário-maternidade	- salário efetivo da segu- rada
- Salário-família	- 5% do salário-mínimo por filho menor de 14 anos ou inválido - Benefícios de- correntes de acidente do trabalho (condicionados ao salário de benefícios)
. Aposentadoria por invalidez	- salário de contribuição do dia do acidente
. Pensão por morte	- Idem
. Auxílio-doença	- 92% do salário de contri- buição do dia do acidente
. Auxílio-acidente	- 40% do salário de contri- buição do dia do acidente
. Auxílio suplementar	- 20% do salário de contri- buição do dia do acidente
- Benefícios do Estudante	
. Pensão por morte do pai ou responsável	- 50% SM
. Auxílio-invalidez	- 50% SM

II - BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO ÚNICA

1. Tipos

- Auxílio-funeral
- Auxílio-natalidade
- Abono anual (devido a aposentadorias, pensões, auxílios-doença e reclusão)
- Pecúlio (devido a aposentados que retornaram à atividade ou a segurados que ingressam na previdência após 60 anos e afastam-se da atividade)
- Decorrentes de acidente do trabalho
 - . Pecúlio por morte
 - . Pecúlio por invalidez
- Benefícios do estudante
 - . Pecúlio por morte do responsável

2. Valor

- até 2 VR da localidade de trabalho do segurado
- 1 VR da localidade por filho nascido
- 1/12 do total recebido no ano civil
- total das contribuições previdenciárias corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 4% ao ano
- 30 VR da localidade
- 15 VR da localidade
- 2 SM

OBS: SM = Salário-Mínimo
VR = Valor de Referência

CRITERIOS DE CALCULO DOS BENEFICIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA

PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA

Variáveis envolvidas no cálculo

1 . Salário de Benefício:

Valor básico para o cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada.

1.1 - Forma de apuração:

Corresponde à média dos 12 ou 36 últimos salários de contribuição do segurado.

1.2 - Fator de correção:

Índices de correção apurados trimestralmente pela SEA/MPAS para corrigir os 24 salários de contribuição anteriores aos 12 últimos, no caso de cálculos baseados em até 36 salários de contribuição.

1.3 - Limites:

O salário de benefícios não pode ser inferior a 01 salário-mínimo, nem superior ao maior valor-teto.

- Aposentadoria por velhice e tempo de serviço: utiliza até 95% do salário de benefício.
- Auxílio-doença: utiliza até 90% do salário de benefício.
- Aposentadoria por invalidez, pensão e auxílio-reclusão: utiliza até 100% do salário de benefícios.
- Abono de permanência em serviço: utiliza 50 ou 52,5% do salário de benefício.

2. Tetos Limites:

2.1 - Limite máximo do salário de contribuição:

Expressa o valor máximo sobre o qual incidem as contribuições previdenciárias. Fixado, hoje, em 20 salários-mínimos.

2.2 - Maior valor-teto do salário de benefício:

Expressa o valor máximo que o salário de benefício pode atingir. Fixado, hoje, em 20 unidades salariais, o que representa 15,20 salários-mínimos.

3. Renda Mensal do Benefício:

3.1 - Se o salário-benefício é igual ou inferior ao menor valor-teto, a renda mensal será apurada mediante a aplicação sobre o mesmo de percentuais previstos em lei, segundo as características do benefício:

- Aposentadoria por invalidez: 70% + 1%, por cada ano completo de atividade, até o máximo de 30%.
- Aposentadoria por velhice ou especial: 70% + 1%, por cada ano completo de atividade, até o máximo de 25%.
- Aposentadoria por tempo de serviço: mulher, 95% aos 30 anos de serviço; homem, 80% aos 30 anos de serviço, mais 3% por cada nono ano completo de atividade até o máximo de 95%, aos 35 anos de serviço.
- Abono de permanência em serviço: 20% para o segurado com 30 a 34 anos de serviço e 25% para o segurado com 35 ou mais anos de serviço.
- Pensão ou auxílio-reclusão: 50% da aposentadoria do segurado, ou da que faria jus, mais 10%, por cada dependente, até o máximo de 5.
- Auxílio-doença: 70% + 1%, por cada ano completo de atividade, até o máximo de 20%.

3.2 - Se o salário de benefício é superior ao menor valor-teto será dividido em duas parcelas:

- parcela básica - valor igual ao menor valor-teto, sobre o qual são aplicados os percentuais acima descritos.
- parcela adicional - corresponde ao valor do salário de benefício que excede ao menor valor-teto, do qual são utilizados 1/30 (um trinta avos), por cada grupo de 12 contribuições acima do menor valor-teto, a partir de setembro de 1973. Sua utilização está limitada a 80%, ou seja, a 8 unidades salariais.
- a renda mensal, neste caso, é igual à soma das parcelas básica e adicional.

3.3 - Limites da renda mensal do benefício:

Nenhuma renda mensal pode ser superior, inclusive após reajustamento, a 90% do maior valor-teto do salário de benefício.

PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA - TIPOS E VALORES DE BENEFÍCIOS

1.Tipos	2.Valor Mínimo	3.Valor Máximo
- Aposentadorias		
. por invalidez	90% do SM	90% do MVT e 100% do SB
. por velhice	90% do SM	90% do MVT e 95% do SB
. por tempo de serviço (inclusive especiais)	90% do SM	90% do MVT e 95% do SB
- Abono de permanência em serviço	20 ou 25% do SM	50 ou 52,5% do MVT e do SB
- Pensão por morte	60% do SM	90% do MVT e 100% do SB
- Auxílio-reclusão	60% do SM	90% do MVT e 100% do SB
- Auxílio-doença	75% do SM	90% do MVT e 90% do SB
- Renda mensal vitalícia	50% do SM	50% do SM
- Salário-maternidade	100% do SM	-
- Salário-família	5% do SM	5% do SM (por dependente)
- Benefícios decorrentes de acidente do trabalho (condicionados ao salário de benefício)		
. Aposentadoria por invalidez	100% do SM	90% do MVT e 100% do SB
. Pensão por morte	100% do SM	90% do MVT e 100% do SB
. Auxílio-doença	92% do SM	92% do MVT e 92% do SB
. Auxílio-acidente	40% do SM	40% de 20 SM
. Auxílio-suplementar	20% do SM	20% de 20 SM

- Benefícios do estudante

- . Pensão por morte do pai ou responsável 50% do SM 50% do SM
- . Auxílio-invalidez 50% do SM 50% do SM

OBS.: SM = Salário-Mínimo

MVT = Maior valor-teto do salário de benefício

SB = Salário de benefício

PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA-CONTRIBUENTES E FORMAS DE CONTRIBUIÇÃO

Aliquotas e Salários de Contribuição dos Contribuintes Individuais (Dec.Lei no. 1910, de 29.12.81)

CATEGORIAS	ALÍQUOTAS	SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO
EMPREGADOR	. Empresa: 10%	Salário-Base:
	. Segurado:	
	8,5% = 18,5%	de 1 a 3 SM
	8,75% = 18,75%	mais de 3 a 5 SM
	9,0% = 19,0%	mais de 5 a 10 SM
	9,5% = 19,5%	mais de 10 a 15 SM
	10,0% = 20,0%	mais de 15 a 20 SM
CONTRIBUINTE EM DOBRO	19,2%	Salário declarado
CONTRIBUINTE FACULTATIVO, AUTÔNOMOS E EQUIPARADOS	19,2%	Salário-Base
ESTUDANTE	. Empregador: 10%	
	. Segurado: 8,5%	18,5% Salário constante na carteira de trabalho (até 3 SM)
ESTUDANTE	8,5%	Salário-mínimo vigente

PREVIDENCIA SOCIAL RURAL - "A" - SUB-REGIME DO TRABALHADOR

RURAL - PRORURAL

Prestações Atuais

I - Trabalhador Rural

- Aposentadoria por invalidez.....50% SM
- Aposentadoria por velhice.....50% SM
- Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez,
no caso de acidente do trabalho.....75%SM
- Reabilitação profissional em caso de acidente de trabalho
- Assistência médica e assistência complementar

II - Dependentes do Trabalhador Rural

- Auxílio-funeral.....100% SM
- Pensão.....50% SM
- Trabalho.....75% SM
- Assistência médica e assistência complementar

III - Renda Mensal Vitalícia.....50% SM

Forma Atual de Custeio

I - Trabalhador Rural: não contribui.

II - Produtor Rural

2,5% (dois e cinco décimos por cento) sobre o valor mensal da primeira comercialização ou industrialização dos produtos rurais, sendo que destes, 0,5% (cinco décimos por cento) vinculam-se às prestações por acidentes do trabalho.

III- Da Empresa em geral, entidade ou órgão equiparado, vinculados à Previdência Social Urbana:

2,4% (dois e quatro décimos por cento) da folha de salários de contribuição dos seus empregados, inclusive dos aposentados por ato institucional e dos trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço.

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL - "B" - SUB-REGIME DO SEGURADO

EMPREGADOR RURAL

Prestações Atuais

I - Segurado Empregador Rural

- Aposentadoria por Invalidez: 90% de 1/12 da média dos 3 (três) últimos valores sobre os quais incidiu sua contribuição anual, não podendo ser inferior a 90% do salário-mínimo;
- Aposentadoria por velhice: idem;
- Assistência médica;
- Reabilitação profissional;
- Assistência complementar.

II- Dependentes do Segurado Empregador Rural

- Auxílio-funeral; até 2 (duas) vezes o valor de referência da localidade;
- Pensão: 70% da aposentadoria por invalidez ou por velhice, não podendo ser inferior a 63% do salário-mínimo.
- Assistência médica
- Reabilitação profissional
- Assistência complementar.

Forma Atual de Custeio

I - Do Segurado Empregador Rural

- 1,44% do valor da respectiva produção no ano anterior, recolhido anualmente;
- 0,72% do valor da parte da propriedade rural mantida sem cultivo, segundo a última avaliação feita pelo INCRA, recolhido anualmente.

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Regime Urbano

- 01 - Aposentadoria por invalidez
- 02 - Aposentadoria por velhice
- 03 - Aposentadoria por tempo de serviço (inclusive especiais)
- 04 - Abono de permanência em serviço
- 05 - Abono anual (inclusive em caso de acidente do trabalho)
- 06 - Pensão por morte
- 07 - Auxílio-doença
- 08 - Auxílio-natalidade
- 09 - Auxílio-reclusão
- 10 - Auxílio-funeral
- 11 - Auxílio-invalidez
- 12 - Salário-maternidade
- 13 - Salário-família
- 14 - Pecúlio
- 15 - Renda mensal vitalícia

Decorrentes de acidente do trabalho

- 16 - Aposentadoria por invalidez
- 17 - Pensão por morte
- 18 - Auxílio-doença
- 19 - Auxílio-acidente
- 20 - Auxílio-suplementar
- 21 - Pecúlio por invalidez
- 22 - Pecúlio por morte

Regime Rural

A - Sub-Regime Trabalhador Rural

- 01 - Aposentadoria por invalidez
- 02 - Aposentadoria por velhice
- 03 - Pensão por morte
- 04 - Auxílio-funeral
- 05 - Renda mensal vitalícia

Decorrentes de acidente do trabalho

- 06 - Aposentadoria por invalidez
- 07 - Pensão por morte
- 08 - Auxílio-doença

B - Sub-Regime Empregador Rural

- 01 - Aposentadoria por invalidez
- 02 - Aposentadoria por velhice
- 03 - Auxílio-funeral
- 04 - Pensão por morte

SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SINPAS

OBJETIVO E ESTRUTURA ORGÂNICA

SEGURO SOCIAL	INPS	Instituto Nacional de Previdência Social: seguro social para as clientela urbana e rural; reabilitação profissional; assistência aos segurados por doença ou acidente do trabalho; e amparo financeiro aos idosos e inválidos.
---------------	------	--

ASSISTENCIA MEDICA	INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social: assistência médica e odontológica aos segurados e seus dependentes (urbanos e rurais); e assistência médica emergencial à toda população do País.
--------------------	--------	---

ASSISTENCIA SOCIAL	LBA	Legião Brasileira de Assistência: assistência social à população carente.
	FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor: execução da política nacional de bem-estar do menor carente.

APOIO	IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social: arrecadação, fiscalização de contribuição e gestão financeira e patrimonial dos recursos do Sistema Previdenciário.
	DATAPREV	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social: serviço de tratamento de informações e de processamento de dados do Sistema Previdenciário.

ANEXO II
ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA 1
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DO SINPAS
 (Em percentagem)

ANOS	SINPAS	INPS	INAMPS	IAPAS	LBA	FUNABEM
1971	100,0	65,7	27,9	5,4	0,7	0,4
1976	100,0	62,4	31,6	5,5	0,3	0,2
1981	100,0	68,3	24,3	5,7	1,3	0,4
1986	100,0	70,5	24,8	2,9	1,5	0,3

FONTE: MPAS.

TABELA 2
RECEITA TOTAL DO SINPAS
 (Em US\$ Milhões)

ANOS	RECEITA
1983	12.117,7
1984	10.742,0
1985	11.770,1
1986	14.026,1
1987	13.918,7

FONTE: MPAS.

TABELA 3

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO SINPAS

(Em US\$ milhões)

ANOS	RECEITA TOTAL	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (%)*/	CONTRIBUIÇÕES DA UNIAO (%)	OUTRAS RECEITAS (%)
1984	10.742,0	0,85	0,14	0,01
1985	11.770,1	0,89	0,07	0,04
1986	14.026,1	0,92	0,05	0,03
1987	13.918,7	0,80	0,03	0,17

FONTE: MPAS/IAPAS.

*/ As contribuições individuais representam cerca de 7 a 8% das contribuições sociais.

TABELA 4

SIMPAS - DESPESA COM BENEFÍCIOS - PREVIDENCIA URBANA E RURAL

(Em C\$ de 1986)

ESPECIFICACAO	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
PREV. SOC. URBANA	46.337	74.800	118.438	185.694	375.665	624.934	1.818.298	4.100.430	11.781.896	38.554.574	106.681.899
-Aposentadorias	20.404	33.810	55.375	90.469	182.302	405.783	900.081	2.071.878	6.287.147	21.338.800	58.160.669
-Invalidez a/	6.280	10.172	16.228	25.865	52.138	115.844	260.363	594.291	1.708.032	5.971.317	16.543.011
-Velhice	1.921	3.427	5.237	8.737	17.862	39.026	86.839	199.612	765.811	2.560.156	7.337.320
-Tempo de Serviço	12.203	20.211	33.910	55.868	112.303	248.913	552.879	1.277.975	3.833.304	12.807.327	34.280.330
-Abonos	2.946	4.866	8.803	11.814	27.211	58.130	133.624	289.459	693.488	1.753.191	7.389.196
-Perm. Serviço	929	1.398	1.990	2.973	5.969	13.253	29.517	68.244	149.491	378.837	975.785
-Anual	2.017	3.467	6.219	8.341	21.242	44.877	104.307	221.216	543.997	1.374.304	6.413.415
-Pensões	6.194	9.919	14.644	19.900	40.016	88.902	198.930	456.079	1.475.062	5.373.832	14.457.244
-Auxílios	6.878	9.915	16.591	26.184	52.907	117.528	262.449	602.942	1.266.617	3.470.156	9.184.089
-Reclusão	20	29	43	65	132	294	652	1.511	3.791	12.190	32.509
-Doença	6.110	8.844	15.059	23.882	48.255	107.171	239.456	549.766	1.170.291	3.223.181	8.524.017
-Natalidade	632	888	1.267	1.902	3.846	8.569	19.023	43.988	77.085	188.282	501.496
-Funeral	115	155	222	334	674	1.493	3.317	7.676	15.450	46.503	126.066
-RVM	2.203	4.526	6.945	10.413	21.130	47.006	104.172	239.757	539.965	1.638.387	4.419.133
-Salário Família	4.590	7.363	10.012	17.402	30.680	62.794	112.503	201.404	648.511	2.342.398	6.056.004
-Sel. Maternidade	281	448	655	1.139	4.347	8.908	23.132	47.308	149.382	521.469	1.285.926
-Pecúlios	218	366	583	726	1.460	3.245	7.209	16.662	54.267	220.106	602.358
-Outros	146	207	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-Benef. Acid. Trab.	2.478	3.380	5.424	7.648	15.613	34.640	76.000	174.941	667.457	1.896.235	4.827.281
-Apos. Invalidez	-	-	-	-	1.670	3.727	8.285	19.145	74.993	296.538	801.447
-Pensões	-	-	-	-	3.816	8.502	18.080	43.651	139.591	487.519	1.300.917
-Auxílios	-	-	-	-	8.450	18.808	41.817	96.600	259.763	868.712	2.330.129
-Outros	-	-	-	-	1.677	3.603	7.019	15.544	193.110	243.466	394.788
PREV. SOC. RURAL	6.578	10.444	17.965	28.121	57.859	129.009	284.996	658.572	1.806.633	6.446.494	17.600.706
-Aposentadorias	4.942	7.670	13.172	20.232	41.642	92.815	204.891	473.266	1.220.613	4.235.657	11.565.630
-Invalidez a/	431	796	1.382	2.406	4.944	11.037	24.268	56.368	204.403	803.600	2.188.237
-Velhice	4.511	6.574	11.791	17.827	36.698	81.778	180.529	416.899	1.016.210	3.432.058	9.377.393
-Pensões	808	1.438	2.490	4.213	8.681	19.360	47.788	98.908	344.751	1.364.206	3.736.969
-RVM	752	1.248	2.155	3.345	6.856	15.325	33.968	78.694	219.816	773.980	2.103.948
-Aux. Funeral	62	60	96	202	414	922	2.034	4.694	11.070	35.281	94.913
BENEF. ACID. TRAB b/	15	29	52	129	265	588	1.306	3.010	10.383	37.370	99.245
-Apos. Invalidez	-	-	-	-	21	46	102	235	1.753	8.368	22.616
-Pensões	-	-	-	-	14	31	68	157	905	4.755	13.201
-Aux. Doença	-	-	-	-	230	512	1.136	2.619	7.725	24.228	63.428
TOTAL GERAL	52.915	85.244	136.403	213.815	433.524	953.944	2.103.294	4.759.002	13.588.529	45.001.068	123.982.605

FONTE: CI/SP/INPS.

ELABORACAO: SEE/MPAS.

Notas: a/ Exclusiva as aposentadorias provenientes de acidente de trabalho.

b/ Inclusive as aposentadorias provenientes de acidente de trabalho.

TABELA 5

SINPAS - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS - 1987

BENEFÍCIOS	%
Aposentadoria por tempo de serviço	24,7
Aposentadoria por invalidez	15,7
Pensões	15,5
Aposentadoria por velhice	14,1
Auxílio-doença	7,4
Abono anual	5,8
Renda mensal vitalícia - inválidos	2,9
Renda mensal vitalícia - idosos	2,7
Outros benefícios	11,2
TOTAL	100,0

FONTE: MPAS/DATAPREV.

TABELA 6

BRASIL - PESSOAS COM INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU NÃO A SISTEMA DE PREVIDÊNCIA a/,
SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR	PESSOAS b/			
	TOTAL	Vinculadas a Previdência	Não Vinculadas a Previdência	Sem Declaração
TOTAL	124.257.462	95.800.192	28.455.409	1.861
Ate 1 salário mínimo	17.170.227	10.388.175	6.782.052	-
Mais de 1 a 2 SM	27.255.586	18.788.638	8.466.948	-
Mais de 2 a 3 SM	20.244.482	15.695.897	4.548.476	109
Mais de 3 a 5 SM	22.113.386	18.448.358	3.665.028	-
Mais de 5 a 10 SM	20.722.975	18.100.479	2.622.386	110
Mais de 10 a 20 SM	9.592.200	8.749.533	842.559	108
Mais de 20 SM	4.189.838	3.893.640	296.198	-
Sem rendimento c/	1.993.205	1.071.282	921.923	-
Sem declaração	975.563	664.190	309.839	1.534
HOMENS	61.920.493	46.946.115	14.973.552	826
Ate 1 salário mínimo	8.056.738	4.837.120	3.219.618	-
Mais de 1 a 2 SM	13.559.744	9.159.675	4.400.069	-
Mais de 2 a 3 SM	10.189.748	7.698.638	2.490.001	109
Mais de 3 a 5 SM	11.262.401	9.178.191	2.084.210	-
Mais de 5 a 10 SM	10.480.156	8.938.345	1.549.811	-
Mais de 10 a 20 SM	4.834.092	4.341.631	492.353	108
Mais de 20 SM	2.127.780	1.954.016	173.764	-
Sem rendimento c/	890.166	499.565	390.601	-
Sem declaração	512.668	538.934	173.125	609
MULHERES	62.336.969	48.854.077	13.481.857	1.035
Ate 1 salário mínimo	9.113.489	5.551.055	3.562.434	-
Mais de 1 a 2 SM	13.695.842	9.628.963	4.066.879	-
Mais de 2 a 3 SM	10.055.734	7.997.259	2.058.475	-
Mais de 3 a 5 SM	10.850.985	9.270.167	1.580.818	-
Mais de 5 a 10 SM	10.234.819	9.162.134	1.072.575	110
Mais de 10 a 20 SM	4.758.108	4.407.902	350.206	-
Mais de 20 SM	2.062.058	1.939.624	122.434	-
Sem rendimento c/	1.103.039	571.717	531.322	-
Sem declaração	462.895	325.256	136.714	925

FONTE: IBGE/PNAD-83; suplemento.

Notas:

a/ Cerca de 95% das pessoas vinculadas a Previdência são vinculadas ao S(IMPAS, sendo o restante a outras (estaduais, municipais, militares, privados...).

b/ Excluída a população da região Norte. Excluída pensionistas e empregados domésticos.

c/ Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente os benefícios.

TABELA 7

BRASIL - PESSOAS OCUPADAS, COM INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU NÃO
A SISTEMA DE PREVIDÊNCIA, SEGUNDO O SEXO
E A POSIÇÃO OCUPACIONAL

SEXO E POSIÇÃO OCUPACIONAL	P E S S O A S			
	Total	Vinculadas à Previdência	Não Vinculadas à Previdência	Sem Declaração
TOTAL	48.466.493	36.866.184	11.599.417	892
Empregados	31.507.644	25.537.668	5.969.194	782
Conta própria	10.962.352	6.948.589	4.013.653	110
Empregadores	1.506.734	1.279.165	127.569	-
Não-remunerados	4.489.763	3.000.762	1.489.001	-
Sem declaração	-	-	-	-

FONTE: IBGE/PNAD 1983 - Suplemento.

TABELA 8

SINPAS - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
EM RELAÇÃO A DESPESA TOTAL - 1986

REGIOES	%
BRASIL	98,2
NORTE	106,6
NORDESTE (Paraíba, Piauí, Maranhão)	53,0
SUDESTE (São Paulo)	144,3
SUL	101,9
CENTRO-OESTE	144,7

FONTE: DATAPREV/MPAS.

TABELA 9

CRESCIMENTO REAL DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
E DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS
1973/1986

(Em Cz\$ mil de 1986 */)

ANO	Receita de Contribuição (A)	Variação Real (%)	Despesa com Benefícios (B)	Variação Real (%)	B/A (%)
1973	83.905,0	-	55.362,4	-	66,0
1974	95.691,7	14,0	62.889,9	13,6	65,7
1975	112.391,7	17,4	73.323,3	16,6	65,2
1976	127.495,0	13,4	85.621,6	16,8	67,2
1977	141.101,3	10,7	96.692,3	12,9	68,5
1978	151.324,1	7,2	111.550,3	15,4	73,7
1979	164.339,1	8,6	113.716,8	1,9	69,2
1980	154.587,1	(5,9)	115.132,7	1,2	74,5
1981	151.570,1	(2,1)	120.637,1	4,8	79,6
1982	190.671,9	25,8	136.083,1	12,8	71,4
1983	150.979,2	(20,8)	120.878,6	(11,2)	80,6
1984	135.455,3	(10,3)	107.756,8	(10,9)	79,6
1985	153.279,1	13,2	109.352,1	1,5	71,3
1986	181.553,3	18,4	123.982,6	13,4	68,3

FONTES: Contribuições, 1970 a 1978 - Grupo de Custeio do MPAS e Balanços do FPAS: 1979 em diante - DATAPREV. Despesas: Coordenadoria de Informática da Secretaria de Planejamento do INPS.

ELABORAÇÃO: Secretaria de Estudos Especiais/MPAS.

*/ Deflator - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP/DI- Publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 10
EVOLUÇÃO DOS SUPERAVITS/DEFICITS DO SINPAS
1972/1985

(Em US\$ milhões de 1986)

ANOS	DEFICIT OU SUPERAVIT
1972	350,3
1973	646,7
1974	660,0
1975	515,4
1976	- 144,4
1977	- 93,7
1978	58,8
1979	- 75,6
1980	- 905,8
1981	- 1.096,0
1982	1.227,4
1983	- 215,5
1984	- 35,9
1985	453,5

FONTES: Grupo de Custeio do MPAS e Balanços do FPAS.

TABELA 11
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CONTRIBUINTES DA PREVIDÊNCIA E DA
POPULAÇÃO URBANA - 1971/1981

ANO	CONTRIBUINTES DA PREVIDENCIA		POPULAÇÃO URBANA		CONTRIB./ POP.URB.
	Número em 1.000	Taxa de Crescimento	Número em 1.000	Taxa de Crescimento	
1971	9.690	-	54.219	-	17,87
1972	10.436	7,70	56.606	4,40	18,44
1973	11.963	14,63	59.034	4,29	20,26
1974	14.973	25,16	61.522	4,21	24,34
1975	16.347	9,18	64.091	4,18	25,50
1976	15.595	13,75	66.727	4,11	27,87
1977	20.957	12,67	69.458	4,09	30,17
1978	21.166	10,26	72.277	4,06	29,28
1979	22.436	6,00	75.177	4,01	29,84
1980	23.782	6,00	78.153	3,96	30,43
1981	24.448	2,80	81.209	3,91	30,10

FONTES: MPAS, 1986, p.737.

TABELA 12

TAXAS DE CRESCIMENTO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES E DO PIB
1971/1983

ANO	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		PIB %
	Cr\$ bilhões 1982	%	
1971	693,8	-	-
1972	876,6	26,3	11,1
1973	1.112,2	26,9	14,0
1974	1.324,8	19,1	9,5
1975	1.520,6	14,8	5,6
1976	1.749,8	15,1	9,7
1977	1.934,2	10,5	5,4
1978	2.062,8	6,6	4,8
1979	2.250,7	9,1	6,7
1980	2.291,9	1,8	7,9
1981	2.360,3	3,0	- 1,9
1982	2.962,5	25,5	1,0
1983	2.900,7	- 2,1	- 3,2

FONTE: CNRH - Documentos de Trabalho n.15 - Previdência Social - Maria Emilia R. M. de Azevedo e Francisco E. B. Oliveira. A análise contida neste documento consta de trabalhos anteriores.

Obs.: Preços de 1982 - Índice baseado nos reajustes salariais.

TABELA 13

EVOLUÇÃO DA MASSA SALARIAL REAL DOS OCUPADOS NA RMSP E DA
RECEITA REAL DA PREVIDÊNCIA (ÍNDICE, 1983 = 100)

ANO	MASSA SALARIAL	RECEITA SINPAS
1983	100,0	100,0
1984	88,6	88,3
1985	95,2	96,7
1986	117,1	115,2

FONTE: IBGE/PME e MPAS/IAPAS.

TABELA 14
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1983

	CRESCIMENTO ABSOLUTO (1.000)
1. Empregados c/ carteira.	- 242
1.1 - Na indústria de transformação	- 308
2. Empregados s/ carteira	312
3. Conta própria c/ previdência	22
4. Conta própria s/ previdência	103
5. Desempregados	271
6. Empregadores	- 20
7. Não-remunerados	2
8. PEA	448

FONTE: IBGE/PNAD's.

TABELA 15

PESSOAS OCUPADAS NO ANO DE REFERENCIA VINCULADAS A PREVIDENCIA, POR SISTEMA DE VINCULACAO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E GRUPOS DE IDADE COM QUE COMECARAM A TRABALHAR COM REMUNERACAO

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E GRUPOS DE IDADE COM QUE COMECARAM A TRABALHAR COM REMUNERACAO	PESSOAS OCUPADAS NO ANO DE REFERENCIA a/									
	SISTEMA DE VINCULACAO									
	TOTAL	SINPAS	SINPAS e outro sistema de Previdência Social	SINPAS e outro sistema de Previd�ncia Social e Privado	SINPAS e Privado	Outro sistema de Previd�ncia social	Outro sistema de Previd�ncia social	Privado	Outro	Sem declara�o
TOTAL	39.719.729	36.171.725	923.790	26.764	738.542	1.748.149	62.227	45.928	2.604	-
Ate 9 anos	1.725.745	1.624.339	15.888	-	23.051	57.389	2.789	2.289	-	-
10 a 13 anos	8.994.090	8.525.245	77.705	2.075	106.088	267.735	6.401	8.677	164	-
14 a 18 anos	18.759.299	17.036.081	393.968	11.710	382.329	877.121	38.226	19.480	384	-
19 a 21 anos	4.123.420	3.482.276	197.087	5.968	133.957	288.967	8.889	6.170	106	-
22 a 39 anos	3.427.122	2.859.649	226.028	7.011	89.874	232.963	5.922	4.052	1.623	-
40 anos ou mais	239.792	215.957	11.093	-	2.797	9.205	-	740	-	-
Idade ignorada	97.796	91.901	1.223	-	281	4.064	-	-	327	-
Nunca trabalharam com remunera�o	2.352.465	2.336.277	798	-	165	10.705	-	4.520	-	-
Ate 3 SM	24.237.337	22.686.626	449.729	6.160	121.612	934.227	14.966	22.996	1.021	-
Ate 9 anos	1.187.660	1.138.129	8.514	-	6.456	32.250	1.113	1.198	-	-
10 a 13 anos	6.312.932	6.088.090	45.635	426	23.966	147.504	1.495	5.816	-	-
14 a 18 anos	11.960.850	11.229.389	189.527	3.269	61.716	458.114	8.662	9.798	275	-
19 a 21 anos	2.415.396	2.157.729	84.059	1.039	15.235	152.098	2.333	2.797	106	-
22 a 39 anos	2.043.719	1.782.307	111.489	1.426	11.932	132.242	1.363	2.647	313	-
40 anos ou mais	195.392	174.935	9.370	-	2.197	8.150	-	740	-	-
Idade ignorada	64.723	60.658	763	-	-	2.975	-	-	327	-
Nunca trabalharam com remunera�o	56.765	55.389	372	-	110	894	-	-	-	-
Maiores de 3 a 5 SM	4.175.188	3.536.918	166.903	3.509	122.514	325.349	13.903	6.092	-	-
Ate 9 anos	174.272	156.820	1.909	-	4.300	10.690	385	148	-	-
10 a 13 anos	834.773	736.699	11.317	224	21.720	59.159	2.406	1.248	-	-
14 a 18 anos	2.198.431	1.883.180	67.746	1.641	62.213	171.847	8.751	3.053	-	-
19 a 21 anos	549.393	427.413	44.971	629	20.895	52.688	1.768	1.029	-	-
22 a 39 anos	401.566	314.880	40.473	1.015	13.386	30.625	593	594	-	-
40 anos ou mais	11.435	11.054	381	-	-	-	-	-	-	-
Idade ignorada	5.212	4.872	-	-	-	340	-	-	-	-
Nunca trabalharam com remunera�o	106	-	106	-	-	-	-	-	-	-
Maiores de 5 SM	5.922.887	4.666.177	289.153	16.352	484.975	422.575	33.136	9.536	983	-

TABELA 15 (cont.)

PESSOAS OCUPADAS NO ANO DE REFERENCIA VINCULADAS A PREVIDENCIA, POR SISTEMA DE VINCULACAO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E GRUPOS DE IDADE COM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR COM REMUNERACAO

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E GRUPOS DE IDADE COM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR COM REMUNERACAO	PESSOAS OCUPADAS NO ANO DE REFERENCIA									
	SISTEMA DE VINCULACAO									
	TOTAL	SIMPAS	SIMPAS e outro sistema de Previdência Social	SIMPAS e outro Sistema de Previdência Social e Privado	SIMPAS e Privado	Outro sistema de Previdência social	Outro sistema de Previdência social	Privado	Outro	Sem declaração
Ate 9 anos	191.444	160.838	5.035	-	11.514	12.319	1.291	647	-	-
10 a 13 anos	975.487	843.751	18.249	999	59.807	48.785	2.500	1.396	-	-
14 a 18 anos	3.057.611	2.427.798	127.202	6.800	253.161	216.450	20.591	5.500	109	-
19 a 21 anos	893.532	645.351	64.596	3.983	95.535	77.842	4.788	1.437	-	-
22 a 39 anos	781.698	569.646	72.434	4.570	64.077	65.375	3.966	756	874	-
40 anos ou mais	16.180	13.499	1.342	-	600	739	-	-	-	-
Idade ignorada	6.085	5.294	295	-	281	215	-	-	-	-
Nunca trabalharam com remuneração	850	-	-	-	-	850	-	-	-	-
Sen rendimento b/	5.243.410	5.156.948	15.620	317	5.343	57.931	-	7.087	164	-
Ate 9 anos	167.056	163.997	110	-	781	1.692	-	476	-	-
10 a 13 anos	840.132	826.265	2.504	-	218	10.764	-	217	164	-
14 a 18 anos	1.477.593	1.438.639	8.375	-	3.009	26.658	-	912	-	-
19 a 21 anos	245.663	235.132	2.824	317	1.174	5.309	-	907	-	-
22 a 39 anos	185.185	179.266	1.322	-	106	4.436	-	55	-	-
40 anos ou mais	15.192	15.192	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade ignorada	17.845	17.569	165	-	-	111	-	-	-	-
Nunca trabalharam com remuneração	2.294.744	2.280.888	320	-	55	8.961	-	4.520	-	-
Sen declaração	140.907	125.056	2.385	426	4.098	8.067	222	217	436	-
Ate 9 anos	5.313	4.555	320	-	-	438	-	-	-	-
10 a 13 anos	30.766	28.440	-	426	377	1.523	-	-	-	-
14 a 18 anos	64.914	57.075	1.118	-	2.230	4.052	222	217	-	-
19 a 21 anos	19.436	16.651	637	-	1.118	1.030	-	-	-	-
22 a 39 anos	14.954	13.350	310	-	373	285	-	-	436	-
40 anos ou mais	1.593	1.277	-	-	-	316	-	-	-	-
Idade ignorada	3.931	3.508	-	-	-	423	-	-	-	-
Nunca trabalharam com remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE-PHAD-1983, Suplemento especial.

Notas: a/ Exclui-se a população rural da região Norte.

b/ Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

TABELA 16

BRASIL - ESPERANÇA DE VIDA AOS 50 ANOS,
POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR

Classes de Renda Familiar	Expectativa de Vida aos 50 anos
Até 1 SM	22,00
1 a 2 SM	23,54
2 a 3 SM	26,14
3 a 5 SM	26,61
+ de 5 SM	28,00
TOTAL	25,98

FONTE: IBGE/PNAD - 1984 - suplemento, tabulação especial.

TABELA 17

APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO A IDADE DO SEGURADO,
NA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO
(Posição em 31.12.85)

FAIXA DE IDADE NA ÉPOCA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	PARTICIPAÇÃO	
		Simples (%)	Acumulado (%)
Até 41 anos	1.260	0,13	0,13
Mais de 41 a 45 anos	56.334	5,54	5,67
Mais de 45 a 50 anos	262.520	26,30	31,97
Mais de 50 a 55 anos	316.143	31,67	63,64
Mais de 55 a 60 anos	217.804	21,82	85,46
Mais de 60 a 65 anos	91.518	9,17	94,63
Mais de 65 a 69 anos	13.987	1,40	96,03
Mais de 69 a 75 anos	4.694	0,47	96,50
Mais de 75 anos	555	0,06	96,56
Ignorada	34.427	3,44	100,00
TOTAL	998.242	100,00	-

FONTE: DATAPREV.

ELABORAÇÃO: Secretaria de Estudos Especiais/MPAS.

TABELA 18

PERCENTUAL DE APOSENTADOS POR TEMPO DE SERVIÇO a/ ATÉ CADA IDADE,
NA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO

IDADE NA DATA INÍCIO BENEFÍCIO	SEXO		
	MASCULINO	FEMININO	AMBOS <u>b/</u> OS SEXOS
Até 45 anos	4,41	10,93	5,05
Até 50 anos	28,25	44,48	29,43
Até 55 anos	59,21	73,27	59,61
Até 60 anos	81,90	90,05	81,56

FONTE: MPAS.

Notas: a/ B.42.

b/ Inclui também os benefícios para os quais o cadastro não contém o item sexo.

TABELA 19

BRASIL - ESPERANÇA DE VIDA SEGUNDO SEXO

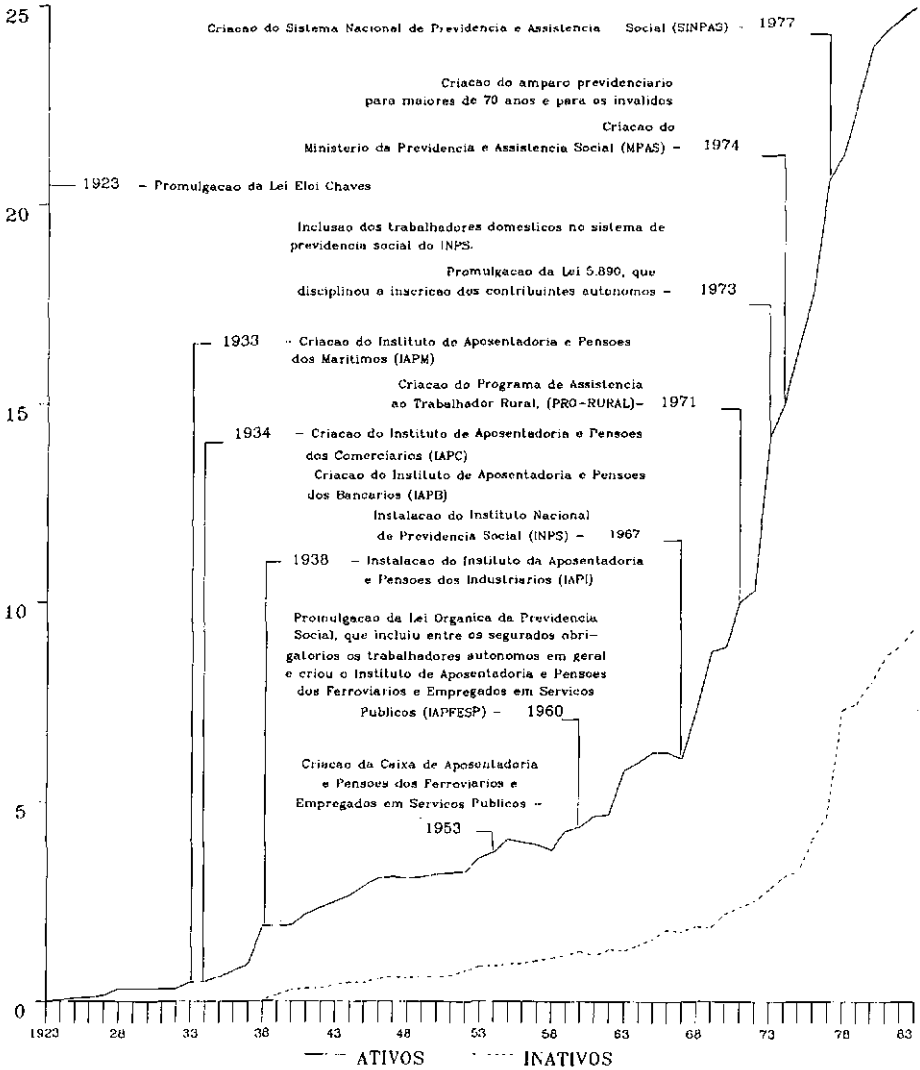
ANO DE NASCIMENTO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)	
	Homens	Mulheres
1910	33,4	34,6
1920	33,8	35,2
1930	35,7	37,3
1940-1950	43,3	43,1
1950-1960	52,3 <u>*/</u>	-
1960-1970	54,9	59,0
1970-1975	58,8	63,1
1975-1980	61,3	65,5

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1981.

*/ Ambos os sexos.

GRAFICO 1

ATIVOS E INATIVOS (EM MILHOES)



Segurados contribuintes.

FONTE: Maria Emilia R.M.AZEVEDO & Francisco E.B. OLIVEIRA,
Previdencia MPAS, Rumo da Nova Previdencia, Tomo II, pag.147.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUTINHO, Maurício C. e SALM. Cláudio - "Previdência Social",
in: Transição Incompleta, E. Bacha e H. Klein (org.), Paz e
Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL - "Rumos da
Nova Previdência" - Anais do Grupo de Trabalho para
Reestruturação da Previdência Social, vol. II, 1986.
- O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: Estrutura e Conjuntura.
Ministério do Trabalho/Sec. Emprego e Salário e Instituto
de Economia Industrial/UFRJ. Brasília, abril-1987.

CAPITULO VI
INDICADORES EDUCACIONAIS

I. A EXPANSÃO (1950/1980)

Estruturado na década de 40, o sistema educacional brasileiro se manteve, do ponto de vista de seu desempenho, sem maiores alterações até a segunda metade da década de 60, quando teve início um período de expansão significativa que atravessou toda a década de 70 (Tabelas 1, 2 e 3). Essa expansão propiciou inegáveis resultados positivos, com uma real melhoria do atendimento escolar, comprovada não só pelo crescimento da matrícula em todos os níveis de ensino como pela elevação do conteúdo educacional das pessoas ocupadas (Tabela 4). Essa expansão apresenta algumas características marcantes, que merecem os comentários especiais feitos a seguir.

A. A expansão e o analfabetismo

No período 1950/1980, há que se destacar a redução, em números relativos, do contingente de analfabetos maiores de 15 anos - de 50,4% em 1950 para 25,45% em 1980 -, embora tenha havido, nesse mesmo período, um aumento do contingente de analfabetos em números absolutos - de 15.272.632 em 1950, para 18.716.847 em 1980 (Tabela 5). Para uma melhor análise e compreensão desses resultados, deve-se considerar não só a expansão do sistema formal de ensino, mas também um conjunto de ações, realizado fora desse sistema, na área do ensino não-formal/educação de adolescentes e adultos, onde se registram campanhas específicas de alfabetização, cujos resultados só figuram nas estatísticas oficiais do Ministério da Educação a partir de 1970.

Tais informações passam a ser organizadas e divulgadas basicamente no que se refere à ação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), hoje Fundação EDUCAR, que de 1970 a 1980 teve em seus cursos de alfabetização funcional um total de 38.933.971 matrículas e 14.383.173 aprovados (Tabela 6). O ensino básico oferecido pelo sistema formal para adolescentes e adultos analfabetos (ensino supletivo) foi sabidamente insuficiente, mas sua comprovação é dificultada pelo fato de seus dados (matrículas, concluintes, evasão, etc.) estarem diluídos nas estatísticas gerais do ensino de 1º. e 2º. graus.

B. O alcance efetivo da expansão:

A seletividade do sistema

No processo de expansão da oferta de vagas no sistema regular de ensino os seus diferentes segmentos cresceram a taxas muito elevadas, com exceção das quatro primeiras séries do 1º. grau, onde se pode observar níveis mais modestos (Tabela 3). A menor expansão na base indicaria que o crescimento do sistema teria contribuído mais para a melhoria do fluxo de alunos a partir da 5ª. série do 1º. grau até o ingresso no 3º. grau, do que para a efetiva cobertura da população de 7 a 14 anos, faixa etária considerada de escolarização obrigatória.

E aqui, deparamos com informações contraditórias de vez que, com base nos Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980, o aumento da taxa de escolarização de 1º. grau no período resultou numa redução, em termos relativos, do contingente da população de 7 a 14 anos que permanece fora da escola - de 48,1% em 1960 para 34,6% em 1980. Ainda de acordo com os Censos, em termos absolutos, esse mesmo contingente teria aumentado - de 6.295.319 em 1960, para 7.715.489 em 1980 (Tabela 7). Entretanto, tomando-se por base os dados IBGE/MEC/SEEC para 1980, a população de 7 a 14 anos fora da escola atingiria um total bem menor, ou seja, 4,505 milhões de crianças (Tabela 8).

De qualquer forma, a taxa de escolarização não é um indicador suficiente para avaliar a verdadeira cobertura do sistema, de vez que a relação relevante é aquela entre concluintes e entrantes. Como se sabe, repetência e evasão são fenômenos que têm caracterizado o ensino de 1º. grau no País. Como primeira observação pode-se dizer que, ao longo das últimas décadas, o fluxo escolar vem melhorando, embora de forma medíocre. Isto é particularmente acentuado no caso da passagem da 1ª. para a 2ª. série: nos últimos 40 anos o fluxo melhorou em apenas 20%, aproximadamente. Isto significa que a expansão não eliminou ou sequer diminuiu substancialmente o grande gargalo do 1º. grau: até hoje pouco mais da metade dos que ingressam no sistema consegue passar para a 2ª. série (Tabela 9).

Além disso, para a grande maioria dos que chegam à escola, o 1º. grau de 8 séries ainda não é uma realidade; mesmo ao se considerar que o fluxo de passagem da 4ª. para a 5ª. série do 1º. grau vem aumentando, mais de 60% dos matriculados na 1ª. série não conseguem ultrapassar o antigo curso primário. Assim, mesmo quando se observa que a reforma do ensino feita no ano de 1971 eliminou, do ponto de vista formal, o exame de ingresso no antigo ciclo médio ou ginasial, os índices de repetência e de evasão apontam a 5ª. série como o segundo grande gargalo do 1º. grau. Isto se confirma no fato de que, a despeito da melhoria visível no fluxo desse grau de ensino, apenas, aproximadamente, 18% dos que nele ingressam conseguem concluí-lo, fato que coloca o Brasil num patamar ainda extremamente baixo em termos de qualquer comparação internacional (Tabela 9).

C. O alcance efetivo da expansão: A manutenção das características do ensino de 2º. Grau

No quadro geral da evolução do sistema, percebe-se que a expansão do ensino de 2º. grau se deu nos limites determinados pelo fluxo do 1º. grau, isto é, o seu comportamento foi no sentido de acompanhar a pressão da demanda dos egressos do 1º.

grau, propiciando, a partir de 1966, o atendimento à pequena parcela da demanda reprimida. Com isto, a matrícula inicial na 1ª. série do 2º. grau é inferior à matrícula da 8ª. série até 1966 e superior, a partir daí, até 1980 (Tabela 9). Todavia, esta pequena abertura para a demanda reprimida não foi suficiente para alterar as características do fluxo de alunos nas três séries, nem a composição da clientela. Assim, mesmo na década de 70 a relação matrícula urbana/matriculada rural se mantém estável (a matrícula rural em torno de 1% da urbana). No que se refere às conclusões, elas são, em 1970, 22% da matrícula inicial, caindo para 19% em 1976, percentual que se repete em 1980 (Tabela 10).

Em relação ao fluxo geral das matrículas, pode-se afirmar que a expansão do 2º. grau atendeu aos 18% da matrícula inicial da 1ª. série do 1º. grau que conseguem concluir a 8ª. série e que constituem o grupo que tende a continuar os estudos. O atendimento à quase totalidade dos egressos do 1º. grau determinou, por sua vez, a intensificação da demanda pelo ensino de 3º. grau, através do aumento dos concluintes de 2º. grau. A intensidade da expansão do 3º. grau evitou que se estreitasse o 3º. gargalo do sistema de ensino - o ingresso no curso superior. Pelo contrário, se até a metade da década de 60 apenas 11% dos que ingressavam no 1º. grau conseguiam chegar ao nível superior, a partir de 1970, esse índice se eleva significativamente, o que confere um melhor desempenho ao ensino de 2º. grau na relação concluintes/matriculada inicial na 1ª. série do 3º. grau.

Tal como a educação básica, o ensino de 2º. grau também apresenta o fenômeno da evasão, embora em percentuais bem menores. Historicamente, os estudantes que chegam ao 2º. grau tendem a concluí-lo, à exceção dos alunos que trabalham (36% da matrícula total na década de 70). É a este sub-grupo que pertencem, de modo geral, os evadidos do ensino de 2º. grau, resultantes das dificuldades de conciliação entre as condições de trabalho e a rotina escolar (Tabela 11).

D. A notável expansão do ensino superior

No ensino superior, o processo de expansão se deu de forma um tanto diferente daquela apresentada no 1º. e 2º. graus. O período mais significativo de crescimento é de 1968 a 1974. A partir daí, observa-se uma discreta "desaceleração", que se intensifica de 1980 em diante (Tabela 2). Mesmo assim, a evolução da matrícula e do total de concluintes confere ao ensino superior taxas de crescimento notáveis durante toda a década de 70 e em parte da década de 60. No período 1960/70, a matrícula inicial cresce de 356,51% e o número de concluintes a 279,15%. No período 1970/80, essas taxas são de 223,70% e 253,52%, respectivamente. Em relação ao número de estabelecimentos, as taxas de crescimento são de 34,41%, no período 1960/70, e de 51,55%, no período 1970/80 (Tabela 12).

Em termos absolutos, isso significa que o ensino de 3o. grau saltou de um total de 16.893 concluintes em 1960, para 226.423 em 1980 e de uma matrícula inicial de 93.202 em 1960, para 1.377.286 em 1980 (Tabela 13).

Deve-se destacar, ainda, a expansão da pós-graduação, que alcança índices significativos no período 1960/70, mas tem seu pique de crescimento no período 1970/80. Assim, de uma matrícula total, em 1960, de 2.489 alunos, esse segmento passa a 7.833 alunos, em 1970, e a 38.599, em 1980. A pós-graduação cresceu, assim, a taxas de 214,7%, em 1960/70, e de 392,77%, em 1970/80. Nos mesmos períodos, o total de concluintes cresce a taxas de 96,05% e 224,88%, mostrando que o fluxo dentro desse nível de ensino se manteve nos mesmos padrões de desempenho.

Considerando-se as áreas de ensino, observa-se que a participação de cada uma delas no total de matriculados e de concluintes na graduação e na pós-graduação se manteve sem grandes alterações no período 1972/80. Isto pode significar que, em que pese a expansão do mercado de trabalho e a elevação do

status de alguns ramos ocupacionais mais ligados aos avanços tecnológicos, não houve variação significativa da demanda, no sentido do deslocamento do interesse de parcelas substanciais dos que ingressam no 3º. grau, na graduação e na pós-graduação, para essas áreas de ensino. Assim, no período 1970/80, a área de Ciências Humanas mantém os maiores índices de matrícula inicial e de concluintes, seguida pelas de Ciências Exatas e de Ciências Biológicas (Tabelas 14 e 15).

E. A participação do setor privado no processo de expansão

Numa análise mais geral, observou-se que o crescimento do sistema educacional se deu de forma diferenciada, ao se comparar os três níveis de ensino. Esta diferenciação vai estar presente também no que diz respeito à participação do setor privado no processo de expansão.

No período 1950/80, o número de escolas particulares de 1º. grau passa de 6.384 em 1950, para 14.115 em 1970, caindo para 12.211 em 1980; em termos relativos, a rede particular se manteve sempre em torno de 10% da rede pública. No que se refere à matrícula inicial, a rede particular participou, em 1950, com o equivalente a 10% da matrícula da rede pública; este percentual sobe para 17% em 1960, declinando a partir daí até os anos 80.

No quadro geral da evolução do ensino de 1o. grau, encontramos, no setor privado, um crescimento significativo da rede física no período 1950/60 - 85,98% -, taxa que cai para 18,88%, em 1960/70, e se torna negativa, -13,49%, em 1970/80 (Tabelas 16 e 17). Quanto à matrícula inicial, somente no período 1950/60 a rede privada apresenta percentual de crescimento superior à da rede pública (212,47% contra 77,92%).

Nestas circunstâncias, chama a atenção o fato de que, em 1960, ainda que participando com apenas 17% da matrícula total do ensino de 1o. grau, a rede particular é responsável por 64%

das conclusões; esse percentual cai para 43,4%, em 1970 (quando a rede particular tinha 14% da matrícula total), e para 26,8%, em 1980 (com uma matrícula equivalente a 12% da matrícula total). A análise desses percentuais nos indica um desempenho marcante da escola particular no início do período. Entretanto, há, a partir daí, uma queda progressiva e significativa, contrariando algumas avaliações feitas nos últimos anos nos meios políticos e educacionais, que apontam para um processo de melhoria da participação e do desempenho do ensino privado de 1o. grau, e a correspondente queda da qualidade do ensino público de 1960 a 1980. Em suma, tudo indica também uma queda da qualidade no ensino privado de 1o. grau.

No 2o. grau, a relação estabelecimentos público/privados se comporta de maneira diferente. Em 1960, a rede pública representa 30% do total de estabelecimentos de ensino de 2o. grau, percentual que se eleva para 39%, em 1970, e para 48%, em 1980. Nesse período, a rede pública cresceu a taxas de 122,53% em 1960/70 e de 92,77% em 1970/80, enquanto que o crescimento da rede particular foi de 55,99% em 1960/70 e de 31,78% em 1970/80. Do ponto de vista da matrícula inicial e das conclusões, a rede privada apresenta taxas de crescimento inferiores às da rede pública no período 1960/70 e superiores no período 1970/80. Em números absolutos, as conclusões na rede particular se apresentam sempre superiores às da rede pública, mesmo quando sua matrícula inicial é inferior, como ocorre nos anos de 1970 e 1980 (Tabelas 18 e 19). Pode-se inferir daí que o fluxo de alunos da rede particular apresenta menores índices de evasão e repetência em relação à rede pública, garantindo um maior contingente de concluintes. Estes menores índices podem ser creditados tanto à oferta de um ensino de melhor qualidade, quanto ao abandono da escola particular ser mais difícil em razão do investimento feito, como ainda ao fato da clientela da escola particular de 2o. grau ser eminentemente oriunda de famílias de médio e alto padrões sócio-econômicos.

No ensino de 3o. grau, a participação do setor privado é bem mais acentuada no processo de expansão, notadamente na graduação. Em 1960, a matrícula inicial nas instituições particulares de ensino superior representava 44% da matrícula total, passando a 50,5%, em 1970, e a 64%, em 1980. No que se refere aos concluintes, os da rede privada são, em 1960, 46% do total e chegam a 64%, em 1980. Em relação à rede física, em 1970, os estabelecimentos particulares são 75% do total da rede de instituições de ensino superior, percentual que atinge 77% em 1980 (Tabelas 12 e 13). Na relação matrícula inicial/concluintes, observa-se um equilíbrio entre o desempenho da rede particular e da rede pública, com os concluintes representando, em ambas, uma média de 16% da matrícula inicial.

F. O atendimento do sistema aos adolescentes e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade: O ensino supletivo

Incorporado à legislação do ensino em 1971, o ensino supletivo de 1o. e 2o. graus só dispõe de dados oficiais relativos aos exames de suplência de educação geral e profissionalizante. Nos exames de educação geral, os dados do período 1975/80 permitem observar uma tendência de declínio no número de candidatos tanto aos exames de 1o. grau quanto aos de 2o. grau; observa-se, também, a persistência de baixos percentuais de aprovação, de um modo geral creditados ao despreparo dos candidatos. Na distribuição por regiões, vê-se que a maior procura pelos exames é no Nordeste, fato explicado por ser esta a região onde se registra o mais fraco desempenho do sistema regular de ensino.

No que se refere às conclusões via exames de suplência, os índices também são extremamente baixos. No período 1971/81, os exames de suplência de 1o. grau totalizaram 187.650 concluintes e os exames de 2o. grau chegaram a 131.401 concluintes. Ambos os totais são pouco expressivos tanto em relação à clientela potencial do ensino supletivo quanto em relação às conclusões do

ensino regular. No período 1975/78, o total de concluintes dos exames de 1o. grau equivalia a apenas 2,4% do total de concluintes do ensino regular de 1o. grau. No mesmo período, os concluintes dos exames de 2o. grau equivaliam a apenas 3,2% do total de concluintes do ensino regular de 2o. grau (Tabelas 20 a 25).

Em relação aos exames profissionalizantes, observa-se um crescimento da demanda, com destaque para os anos de 1977 e 1978. O número de candidatos presentes aos exames e de candidatos habilitados também cresce, embora se deva notar que o percentual de habilitação permanece baixo, principalmente se levarmos em conta que estes exames são aplicados a trabalhadores que já exercem há pelo menos dois anos as funções/ocupações nas quais estão buscando uma habilitação formal. No período 1976/78, esses exames habilitaram 13.509 candidatos, ou seja, apenas 0,9% do total de concluintes do ensino regular de 2o. grau que, lembre-se, àquela época era obrigatoriamente profissionalizante (Tabela 26).

Quanto às características da clientela do ensino supletivo, especialmente dos exames de suplência, trata-se de uma população cuja idade varia em média de 25 a 40 anos, que trabalha e recebe de 1 a 3 salários-mínimos, cuja família procede do interior. Um dado relevante na pesquisa que levantou o perfil desta clientela é o fato de terem tido, de modo geral, um bom desempenho quando frequentaram a escola regular: a maioria ingressou na escola com até 7 anos de idade e nunca repetiu série alguma e os que repetiram o fizeram apenas uma vez.

Outra informação extremamente importante é a que se refere à escolaridade anterior à realização dos exames: os candidatos aos exames de 1o. grau possuem em média 6 anos de estudo; os candidatos aos exames de 2o. grau possuem em média 9 anos de estudo. A quase totalidade da clientela concluiu a 4a. série do 1o. grau, sendo absolutamente inexpressivo (1%) o

percentual de candidatos que não concluiu o antigo curso primário (as quatro primeiras séries do 1o. grau) ou nunca frequentaram a escola (Tabelas 27 a 33).

Estes dados nos induzem a duas conclusões: a primeira é de que a clientela efetiva do ensino supletivo é composta por aqueles que abandonaram a escola por motivos alheios ao fracasso escolar, sendo o maior deles a necessidade de trabalhar. A segunda conclusão é a de que os evadidos da escola de 1o. grau, que não completaram as quatro primeiras séries (pelo menos 60% dos que ingressam na 1a. série do 1o. grau), dificilmente retornam aos estudos. Isto explica a permanência dos altos percentuais da população maior de 15 anos com nenhuma escolaridade ou com, no máximo, quatro anos de estudo e que constitui a maior fração da clientela potencial do ensino supletivo.

Os evadidos antes da conclusão do antigo curso primário, face à escassez de oferta de cursos supletivos correspondentes às quatro primeiras séries, pouco se apresentam para a prestação de exames. O levantamento realizado pelo Conselho Federal de Educação, em 1982, aponta a participação incipiente das secretarias estaduais e municipais de educação na área do ensino supletivo em classe (Tabela 24).

G. A permanência dos fenômenos da evasão e da repetência:
O problema da qualidade do ensino

Os fenômenos da evasão e da repetência estão associados à questão da qualidade do ensino oferecido, notadamente na rede pública, onde a adoção de até quatro turnos de duas horas e meia diárias, a má formação dos docentes, a precariedade dos equipamentos escolares e a escassez de recursos técnico-pedagógicos e financeiros têm sido alguns dos principais determinantes do fracasso escolar e do abandono prematuro da escola de 1o. grau. Também o fato de a grande maioria da

população que hoje frequenta a escola básica pública ser proveniente das camadas populares, de baixo nível de renda familiar, tem sido apontado como um aspecto decisivo no tratamento da questão da qualidade do ensino básico.

Em relação à competência dos docentes, as referências básicas estão tanto na queda da qualidade dos cursos de formação de professores, quanto na presença, nos sistemas de ensino, de professores leigos. Embora, do ponto de vista formal, o professor leigo seja aquele que não tem formação pedagógica, o que inclui mesmo aqueles formados em curso superior que não tenham feito licenciatura, o problema maior está naqueles que não possuem sequer o 1o. grau completo. Esses docentes representavam, de 1971 a 1981, cerca de 15% do total de professores de 1o. grau e se localizavam principalmente na zona rural e nas regiões Norte e Nordeste (Tabelas 34 e 37). Se tomarmos como referência o docente que não tem curso superior de qualquer natureza e nem o curso de 2o. grau de formação de professores teremos, no período 1971/80, uma média de 30% dos professores leigos no ensino de 1o. grau do País concentrados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Aliada à precariedade do trabalho didático, estas regiões são ainda as que apresentam a rede física mais carente (Tabelas 38 a 43), embora também nas regiões Sul e Sudeste se constate a existência de prédios escolares precários e de escolas rurais com apenas uma sala de aula (Tabela 35), o que dificulta, sobremaneira, o trabalho do professor, principalmente daqueles despreparados para as atividades docentes.

Em relação ao atendimento a crianças oriundas de grupos carentes, constata-se a estreita relação com a migração rural-urbana que trouxe para as periferias dos centros urbanos os problemas educacionais considerados característicos do meio rural até meados da década de 60. Considerando o período 1950/80, observa-se que a população rural de 7 a 14 anos apresenta algum crescimento, em termos absolutos, nos anos 60, decrescendo a

partir daí, até atingir, em 1980, o mesmo total registrado no final dos anos 50. Em termos relativos, os índices são sempre decrescentes: em 1960, a população rural de 7 a 14 anos equivalia a 58,91% do total da faixa etária, em 1970, este percentual cai para 46,87% e, em 1980, para 36,85% (Tabela 18).

A expansão do sistema educacional no âmbito do 1o. grau permitiu o acesso deste contingente populacional à escola, sem preocupações, contudo, com o aspecto qualitativo, o que resultou na oferta de uma escola inadequada às características dessa nova população escolar, redundando tanto no desestímulo à permanência da maioria dos que nela ingressam, quanto num verdadeiro processo de expulsão daqueles que pretendessem nela permanecer, através das sucessivas reprovações. Tais fatos contribuem para a permanência do percentual da população maior de 10 anos de idade com no máximo quatro anos de escolaridade, apesar da expansão do sistema de ensino; em 1980, esta população representava 72% do total da faixa etária e 68% da PEA (Tabela 44 e 45).

II. A DÉCADA DE 80

Na década de 80, observa-se queda significativa das taxas de crescimento em todos os níveis de ensino. A retração do processo de expansão iniciado nos anos 80 coincide com a crise econômica, tendo como consequência, dentre outras, a diminuição dos investimentos públicos na área social. Os reflexos dessa crise são perceptíveis em alguns resultados obtidos nas análises do desempenho do sistema educacional a partir de 1980.

A. O ensino de 1o. grau

No período 1980/85, a evolução da rede física do ensino de 1o. grau apresenta taxas negativas, tanto na rede pública quanto na particular. Ressalte-se que esta última já apresentara índices negativos no período 1970/80, o que significa que os problemas da década de 80 podem apenas ter acelerado um processo de retirada do setor privado do âmbito do ensino básico, processo este que já se instalara desde a unificação da antiga escola primária com o ciclo médio ginasial. Acompanhando esse movimento, caem também as taxas de crescimento da matrícula inicial total (de 42,09%, em 1970/80, para 9,61%, em 1980/85) e a de conclusões (de 107,04%, em 1970/80, para 2,86%, em 1980/85). A taxa de conclusões na rede particular, que era de 27,68%, em 1970/80, torna-se negativa em 1980/85: - 12,38%.

No que se refere ao desempenho global do ensino de 1o. grau, os anos 80 repetem e, em alguns casos aprofundam, todos os fenômenos apontados nas décadas anteriores, mesmo no pico da

expansão. Assim, aumentam as taxas de evasão imediata em todas as séries e também as de repetência na 1a. e na 5a. séries. Em relação ao atendimento efetivo da população de 7 a 14 anos, em 1980, permanecem fora da escola 19,6% desta população e, em 1985, esse percentual sobe para 23% (Tabelas 8 e 47). Desdobrando-se estes dados por localização, observa-se uma melhoria no atendimento da população urbana (10,9%, em 1980, ficaram fora da escola; em 1985, este percentual cai para 7%) e uma menor cobertura no meio rural: 34,4% ficaram fora da escola, em 1980; em 1985, este percentual sobe para 50%.

Um aspecto significativo é o fato de, mesmo na região Sudeste, onde historicamente sempre foram registrados os melhores resultados da área educacional, observa-se uma queda no atendimento à população de 7 a 14 anos do meio rural. De 1980 a 1985, esse contingente aumentou de 1,887 milhão para 2,131 milhões, ao mesmo tempo em que a matrícula inicial de 1o. grau cai de 1,450 milhão (com 23,2% da população em idade escolar fora da escola) para 998.392 (com 54% de crianças de 7 a 14 anos sem acesso à escola). Na região Nordeste, onde, embora o crescimento do total da população de 7 a 14 anos fora da escola tenha sido pouco significativo (de 30,8% em 1980 para 32,6% em 1985), no que se refere ao meio rural esses índices são de 26,7%, em 1980, e de 48,5%, em 1985.

Embora a matrícula total do 1o. grau, em 1985, representasse 94,3% do total da população de 7 a 14 anos, as altas taxas de repetência e a existência de escolas funcionando com mais de 2 turnos escondem um déficit de oferta de vagas da ordem de 2,2 milhões. Segundo projeções calculadas pelo MEC/SEEC para o período 1985/1990, a partir das taxas de crescimento da população e de estimativas de crescimento da matrícula de 1o. grau, os índices de escolarização da faixa etária de 7 a 14 anos tendem a diminuir, chegando a aproximadamente 78,6%, em 1990.

B. O ensino de 2o. grau

A taxa de escolarização nesse grau de ensino alcançou, em 1985, apenas 14% do total da população de 15 a 19 anos. Na medida em que a pressão para a oferta de vagas é condicionada pelo desempenho do 1o. grau (concluintes de 8a. série) e que este desempenho evolui de maneira muito lenta na década de 80, a análise dos dados específicos do 2o. grau, em confronto com o crescimento da população da faixa etária de 15 a 19 anos, serve muito mais para apontar o fraco desempenho do 1o. grau do que para uma avaliação do 2o. grau em si mesmo. Do ponto de vista do que poderíamos chamar de "demanda real", ou seja, do contingente de concluintes do 1o. grau, podemos afirmar que, embora tenham decrescido significativamente as taxas de crescimento, no período 1980/85, a oferta de ensino de 2o. grau vem sendo satisfatória, já que, no mínimo, vem mantendo uma taxa de escolarização em torno de 87% dos concluintes de 1o. grau (Tabela 48).

Todavia, do ponto de vista do seu processo próprio, a expansão observada ao longo dos anos 70 foi praticamente paralisada nos anos 80: de 10,8% ao ano ela se reduz a 1,2% entre 1980 e 1984. Neste declínio se destaca a queda nas matrículas do setor privado que, de um crescimento de 189,4% em 1970/80, passa, em 1980/85 a uma taxa negativa: -23,4%. O decréscimo da participação da escola privada aparece com maior peso nas regiões Sul e Sudeste, onde se localizavam 70,5% das matrículas em estabelecimentos particulares de 2o. grau. E será nessas regiões que ocorrerá 80% das perdas. Não por acaso, será também nessas regiões que a rede pública apresentará melhores níveis de absorção de novos alunos no quadro geral de retração do 2o. grau (Tabelas 49 e 50). Ressalte-se que o melhor desempenho no período foi da região Nordeste, que apresentou menor retração do setor privado e maior aumento líquido de matrículas no setor público. Observando-se os dados do período 1960/1985, percebe-se que, a despeito de toda a crítica feita à política do ensino de 2o. grau, principalmente na década de 70 com a profissionalização

compulsória, a tendência foi de inverter a relação ensino público/ensino privado, tal como também ocorreu no ensino de 1o. grau, com o setor público se tornando responsável por mais de 50% do total de matrículas.

C. O ensino superior

As principais variáveis que compõem o sistema de ensino superior, a partir de 1980, nos mostram a permanência do perfil já traçado no período da expansão: predominância de escolas isoladas sobre universidades, de escolas particulares sobre públicas, de cursos de ciências humanas e sociais sobre os demais. No quadro geral da evolução do sistema, observa-se que embora tenha havido um declínio significativo nas taxas de crescimento de 1980 a 1985, esta tendência já se pronunciava na década anterior quando, somente no item de conclusões, o comportamento foi melhor do que na década de 60 (Tabela 12).

Na comparação estabelecimento público/particular, observam-se taxas negativas no setor privado, no que se refere ao número de estabelecimentos de ensino e matrícula inicial. Já no que se refere a conclusões, o setor privado apresenta resultados melhores que o setor público, ainda que sua taxa de crescimento tenha caído extraordinariamente (de 400,98%, em 1970/80, para 4,30%, em 1980/85). Assim, será o setor público, que já diminuiu sensivelmente suas taxas na década de 70, que irá de certa forma sustentar o discreto crescimento da primeira metade da década de 80, em que pese ter diminuído drasticamente sua taxa de concluintes.

Ainda na análise das participações dos setores públicos e privados, em 1985, a matrícula nos estabelecimentos públicos representava 40,7% do total das matrículas no ensino superior, índice que representa um ganho em relação ao ano de 1980, mas é inferior aos índices de 1960 e 1970. Na distribuição por região,

observa-se que é no Sudeste que a área pública tem a menor participação (29%) e no Norte a maior (77%) (Tabelas 51 e 52).

No que se refere à pós-graduação, comparados os dados de 1980 e 1985, observa-se um aumento de 18,3% no número de cursos e um decréscimo na matrícula total e nos concluintes - 18,6% e 3%, respectivamente (Tabelas 50 e 53). A distribuição por dependência administrativa e por região (Tabela 54) mostra que praticamente todos os alunos dos cursos de Doutorado estão na região Sudeste (95%) e que o setor privado mantém apenas 21% do total de matrículas na pós-graduação. Na distribuição por área, o quadro da pós-graduação em 1985 repete o da década de 80, com a maior concentração de matrículas nas áreas das Artes e das Ciências Humanas e Sociais.

D. A queda da qualidade do ensino

No que tange à qualidade do ensino, a década de 80 está sendo caracterizada como aquela em que o sistema educacional mais se deteriorou, apresentando maus resultados em todos os níveis de ensino, mas particularmente na escola de 1o. grau.

Esse destaque ao 1o. grau se explica, em parte, pelo fato de que o processo de expansão da rede física já nas décadas de 60 e 70 se deu, em algumas regiões, à custa da implantação de regimes de mais de dois turnos diurnos, o que significa para o aluno uma permanência diária na escola de apenas 2 horas e meia em média. Essa estratégia foi ampliada na década de 80, como mecanismo de obtenção de um certo equilíbrio entre o processo de expansão, que fora significativamente refreado, e o aumento da demanda pelo crescimento demográfico. Os resultados dessa estratégia se concretizam, em 1985, no fato de 47,5% da matrícula inicial de 1o. grau, cerca de 12 milhões de alunos, estarem em escola de mais de 2 turnos. Desse total, 95,5% estão no meio urbano e são as redes estaduais que apresentam maior índice de alunos neste regime (75% de sua matrícula inicial) (Tabela 55).

Outro fator a destacar, embora em linhas gerais, é o que diz respeito aos recursos financeiros: embora no cômputo geral venha aumentando, progressivamente, a dotação para o ensino de 10. grau, estes recursos não são exclusivos da função pedagógica. Explicando melhor, na medida em que se agravou o contexto sócio-econômico brasileiro, a escola pública foi sendo transformada num agente executor de políticas que, em princípio, não lhe diriam respeito, a não ser pelo fato de serem destinadas à população em idade escolar.

Nesse processo, o ensino público de 10. grau inclui, por exemplo, nos recursos que lhe são destinados, gastos com alimentação (através do programa de merenda escolar), com a distribuição de material escolar e bolsas de estudo. Nestas áreas, o MEC duplicou seu atendimento no período 1970/1984, passando de 10,4 milhões para 20,8 milhões de alunos atendidos (Tabelas 56 a 59). A contrapartida desse processo foi a redução do montante de recursos destinados à construção e manutenção de prédios escolares, à compra de equipamentos e outros recursos técnico-pedagógicos, bem como ao financiamento de programas de atualização/reciclagem de professores.

No conjunto, a carga horária reduzida e as precárias condições de trabalho concorrem para uma ação pedagógica pouco consistente - uma das principais causas do fracasso escolar.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA 1

BRASIL: EVOLUCAO DO FLUXO ESCOLAR (RETENCAO/EVASAO) NO SISTEMA DE ENSINO, NOS PERIODOS DE 1942/53 E 1979/90

(Em números absolutos)

PERIODO ESCOLAR	MATRICULAS NO INICIO DO ANO											
	1o. GRAU								2o. GRAU			Ingresso no 3o. Grau
	1a. Serie	2a. Serie	3a. Serie	4a. Serie	5a. Serie	6a. Serie	7a. Serie	8a. Serie	1a. Serie	2a. Serie	3a. Serie	
1942/1953...	1.681.699	680.181	461.625	260.811	120.173	90.233	74.340	58.636	57.913	45.721	33.059	74.340
1943/1954...	1.645.837	686.635	466.974	261.547	131.136	95.373	78.097	64.342	63.760	48.528	36.192	16.999
1944/1955...	1.685.687	705.539	491.136	287.038	132.780	98.793	82.809	67.971	66.092	51.378	38.044	17.580
1945/1956...	1.758.465	725.056	513.847	297.910	134.194	106.229	89.000	72.366	72.054	55.443	40.419	18.005
1946/1957...	1.889.502	781.697	543.969	321.083	152.569	118.527	98.115	79.998	79.622	61.242	44.128	18.852
1947/1958...	1.994.340	830.195	569.543	342.062	162.181	127.555	106.105	86.067	85.328	64.190	56.345	20.767
1948/1959...	2.221.615	868.802	607.069	357.249	171.818	138.781	114.125	95.558	92.449	68.407	57.999	22.004
1949/1960...	2.321.755	922.324	639.876	374.221	196.135	156.330	125.268	102.225	99.071	73.466	62.511	23.753
1950/1961...	2.458.702	946.220	655.697	393.853	212.826	171.280	135.256	110.052	107.769	78.078	54.846	24.705
1951/1962...	2.579.844	988.393	691.318	428.061	229.003	183.139	144.334	117.467	113.682	81.130	70.400	27.384
1952/1963...	2.670.265	1.029.098	740.154	459.524	247.042	196.292	158.169	126.843	120.853	92.921	80.488	34.533
1953/1964...	2.763.525	1.108.381	799.154	498.328	269.797	218.446	172.564	136.654	137.278	103.173	93.626	43.458
1954/1965...	2.954.475	1.167.238	832.588	535.712	297.904	237.138	185.166	163.396	151.321	120.163	103.705	43.405
1955/1966...	3.157.680	1.257.915	909.824	589.925	318.623	250.574	202.364	173.314	182.807	135.727	125.647	46.617
1956/1967...	3.334.861	1.355.636	1.005.862	689.848	337.400	346.056	234.195	203.017	199.608	158.563	141.730	66.001
1957/1968...	3.484.953	1.450.531	1.101.900	720.443	369.812	310.670	263.068	221.793	226.900	184.844	164.731	75.639
1958/1969...	3.633.846	1.557.514	1.150.770	751.278	410.938	365.056	282.286	250.191	266.839	210.512	190.347	101.024
1959/1970...	3.782.738	1.626.500	1.200.001	819.334	510.852	380.096	325.175	290.542	309.929	247.577	220.772	135.600
1960/1971...	3.950.504	1.692.440	1.285.889	916.088	569.496	442.281	382.651	338.187	359.216	287.990	248.712	191.585
1961/1972...	4.120.575	1.836.371	1.349.510	985.692	627.673	509.238	437.661	374.294	397.506	304.441	264.658	235.611
1962/1973...	4.398.277	1.956.328	1.542.837	1.007.882	707.368	567.496	479.988	424.473	445.773	347.435	303.595	271.414
1963/1974...	4.701.627	2.109.342	1.497.008	1.150.886	777.354	627.106	542.769	473.587	503.132	407.882	352.014	327.322 a/
1964/1975...	5.118.465	2.051.076	1.658.027	1.232.585	923.023	737.825	630.645	545.528	580.157	464.563	411.270	266.879
1965/1976...	4.949.815	2.223.048	1.976.619	1.253.892	1.014.060	819.530	699.460	642.256	639.718	523.064	440.113	275.778
1966/1977...	5.208.365	2.323.749	1.923.469	1.469.477	1.158.836	929.802	869.984	685.757	722.636	577.161	483.503	298.562
1967/1978...	5.408.429	2.456.733	1.984.679	1.590.311	1.267.915	1.135.798	954.529	868.002	885.349	687.226	571.746	308.900
1968/1979...	5.692.105	2.592.356	2.094.373	1.745.414	1.690.608	1.249.655	1.144.010	980.109	1.004.013	763.554	610.331	330.700 b/
1969/1980...	5.719.518	2.799.364	2.270.895	1.904.559	1.607.764	1.434.316	1.242.378	1.017.800	1.065.848	780.336	629.606	-
1970/1981...	5.790.816	3.007.590	2.393.416	2.025.218	1.827.891	1.488.500	1.260.046	1.051.767	1.105.041	820.461	-	-
1971/1982...	6.035.360	3.171.856	2.493.847	2.103.856	1.913.413	1.533.267	1.297.414	1.087.055	1.172.005	-	-	-
1972/1983...	6.204.757	3.185.964	2.533.070	2.127.473	1.945.143	1.616.468	1.367.715	1.114.233	-	-	-	-
1973/1984...	6.181.137	3.144.620	2.522.638	2.093.206	2.008.443	1.635.365	1.369.647	-	-	-	-	-
1974/1985...	5.702.070	3.119.037	2.505.399	2.115.354	2.091.913	1.649.897	-	-	-	-	-	-
1975/1986...	5.721.045	3.109.574	2.580.827	2.183.465	2.171.836	-	-	-	-	-	-	-
1976/1987...	5.816.655	3.218.412	2.697.948	2.251.302	-	-	-	-	-	-	-	-
1977/1988...	6.249.135	3.430.307	2.837.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1978/1989...	6.502.323	3.641.780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1979/1990...	6.989.094	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEEC/MEC/SESU/MEC

Notas:

a/ Dado estimado.

b/ Dado estimado para o 2o. semestre.

TABELA 2

BRASIL: EVOLUCAO DA MATRICULA INICIAL, POR GRAUS DE ENSINO,
E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO - 1960/1985

ANO	1a./4a. SERIES		5a./8a. SERIES		2o. GRAU		SUPERIOR	
	NUMERO	TAXA	NUMERO	TAXA	NUMERO	TAXA	NUMERO	TAXA
1960	7.448.217	-	909.794	-	256.829	-	95.691	-
1961	7.764.294	4,2	1.081.628	18,9	300.599	17,0	98.892	3,3
1962	8.340.231	7,4	1.129.117	4,4	334.982	11,4	107.299	8,5
1963	8.917.553	6,9	1.321.993	17,0	396.596	18,4	116.980	9,0
1964	9.756.336	9,4	1.453.671	10,0	439.040	10,7	142.386	21,7
1965	9.505.781	-2,6	1.645.320	13,2	509.110	15,9	154.981	8,8
1966	10.240.276	7,7	1.889.799	14,8	593.413	16,5	180.109	16,2
1967	10.741.382	4,9	2.120.103	12,2	685.172	15,5	212.882	18,2
1968	11.426.199	6,4	2.404.411	13,4	797.140	16,3	278.295	30,7
1969	11.766.030	3,0	2.719.117	13,1	906.268	13,7	346.824	24,6
1970	12.274.864	4,3	3.082.598	13,3	998.926	10,2	425.478	22,7
1971	13.059.259	6,4	3.442.705	11,7	1.115.525	11,7	561.397	31,9
1972	13.676.582	4,7	4.338.646	26,0	1.291.634	15,8	688.382	22,6
1973	13.886.166	1,5	4.497.705	3,6	1.456.295	12,7	772.800	12,3
1974	13.483.616	-3,0	5.274.219	17,3	1.656.912	13,8	937.593	21,3
1975	13.490.243	(-)	5.624.400	6,6	1.902.623	14,8	1.072.548	14,3
1976	13.524.834	0,3	5.756.256	2,3	2.174.742	14,3	1.096.727	2,2
1977	14.163.728	4,7	5.974.092	3,7	2.401.148	10,4	1.159.046	5,6
1978	14.814.043	4,6	6.182.048	3,4	2.495.708	3,9	1.225.557	5,7
1979	15.719.836	6,1	6.305.613	1,9	2.622.122	5,1	1.311.799	7,0
1980	15.575.951	-1,0	6.572.857	4,2	2.823.544	7,6	1.377.286	4,9
1981	15.945.670	2,3	6.468.194	-1,5	2.785.345	-1,3	1.386.792	6,9
1982	15.900.261	-0,3	6.397.322	-1,1	2.874.505	3,2	1.407.987	1,5
1983 */	16.694.584	5,0	6.848.871	7,0	2.944.097	2,4	1.438.992	2,2
1984	17.488.899	4,7	17.300.419	6,6	2.951.624	0,2	1.399.539	-2,7
1985	17.308.854	-1,0	7.460.882	2,1	3.016.175	2,1	1.367.609	-2,2

Fonte: MEC/SEINF/SEEC.

*/ Media dos anos 1982 e 1984.

TABELA 3

BRASIL: TAXAS MEDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA MATRICULA,
POR GRAUS DE ENSINO E POR PERIODOS - 1960/1985

PERIODOS	1o. Grau		2o. Grau	Superior
	1a./4a.ser.	5a./8a.ser.		
1960-1970	5,1	13,0	14,5	16,9
1970-1975	1,7	12,2	13,2	23,8
1975-1980	2,9	3,2	8,3	5,1
1980-1985	2,1	2,6	1,3	(- 0,1)

TABELA 4

BRASIL: DISTRIBUICAO DA POPULACAO OCUPADA POR ANOS
DE ESTUDO, SEGUNDO DUAS FAIXAS DE RENDA FAMILIAR
SALARIO-MINIMO - 1970/1981

ANOS DE ESTUDO	1 a 2 SM		10 SM e +	
	1970	1981	1970	1981
Ate 4 anos	82,0	58,4	39,9	12,3
5 a 8	14,1	26,9	24,9	12,3
9 a 11	3,4	12,5	18,0	21,1
12 e +	0,5	2,1	17,2	54,3

Fonte: Tabulações especiais do Censo de 1970 e PNAD's 1976/81/85.

Nota: Exclusivo aqueles sem instrução e com menos de 1 ano de instrução e os sem declaração de rendimentos.

TABELA 5

BRASIL: POPULACAO DE MAIS DE 15 ANOS,
POR CONDIÇÃO DE INSTRUÇÃO - 1950/1980

INSTRUÇÃO	POPULACAO DE MAIS DE 15 ANOS			
	1950	1960	1970	1980
Sabem ler e escrever	14.916.779	24.259.284	35.586.771	54.783.268
%	49,31	60,22	65,89	74,49
Nao sabem	15.272.632	15.964.852	18.146.977	18.716.847
%	50,49	39,64	33,60	25,45
Total	33.189.411	40.224.136	53.733.748	73.500.115
%	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE.

TABELA 6

BRASIL: ALFABETIZACAO E EDUCACAO CONTINUADA DE ADOLESCENTES E ADULTOS
ALFABETIZACAO FUNCIONAL - CONVENIAMENTO E APROVACAO - 1970/1982

UF/ REGIOES	1970		1971		1972		1973		1974		1975	
	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS
RO	-	-	2.500	736	5.650	1.431	6.000	2.066	9.200	3.406	10.950	4.851
AC	1.417	467	-	-	13.500	7.806	25.750	13.210	19.116	14.948	24.310	9.152
AM	15.255	3.106	24.152	6.620	76.133	26.342	76.848	24.668	71.230	30.063	58.487	19.015
RR	-	-	1.500	600	1.313	340	3.306	979	1.700	652	3.110	325
PA	1.714	508	27.599	11.155	66.679	23.205	89.322	40.284	64.478	33.234	63.802	33.525
AP	3.000	990	953	304	2.480	8.670	6.410	2.199	10.000	2.690	9.575	2.163
NORTE	21.386	5.131	56.704	19.415	155.655	69.796	207.635	83.385	175.724	84.992	170.234	69.031
MA	31.190	10.331	162.794	75.961	273.492	166.880	268.977	150.846	285.573	176.343	270.585	162.978
PI	12.997	5.090	198.999	91.106	136.201	64.242	139.335	43.612	141.513	56.833	147.036	50.202
CE	14.727	4.566	119.506	52.106	233.765	114.779	365.701	137.869	292.627	96.070	351.150	104.672
RN	5.087	1.270	81.314	29.814	155.874	43.703	143.697	37.559	107.524	27.402	147.401	36.587
PB	9.256	3.530	272.045	142.375	440.551	257.393	311.840	124.424	236.767	131.195	136.935	58.289
PE	16.288	5.083	192.410	73.405	491.765	234.904	602.594	175.355	631.091	275.155	550.325	218.386
AL	11.333	3.734	155.887	54.432	219.791	95.851	213.231	65.888	270.421	100.306	206.969	76.377
SE	5.824	1.941	37.099	10.266	34.224	16.600	88.642	32.798	81.727	35.785	74.577	23.747
BA	14.812	5.921	124.748	50.699	373.379	173.302	600.145	226.262	567.310	208.298	554.899	190.474
NORDESTE	121.514	41.456	1.344.801	580.164	2.359.042	1.147.654	2.754.162	994.613	2.614.553	1.106.587	2.438.877	920.712
MG	65.933	19.618	347.057	141.530	624.997	269.893	659.237	221.596	584.464	159.486	615.984	176.268
ES	5.128	27.247	7.649	88.615	37.896	37.896	107.054	32.179	84.220	31.755	62.179	23.206
RJ	44.471	14.671	72.036	24.817	217.321	88.785	299.503	96.005	373.542	122.187	381.565	135.728
SP	129.671	30.863	242.392	101.132	230.841	123.035	236.217	92.372	299.748	91.475	201.670	83.643
SUDESTE	245.203	66.840	688.732	275.128	1.161.774	519.609	1.302.011	442.152	1.341.974	404.903	1.261.398	418.845
PR	27.413	12.031	185.594	83.350	191.433	114.376	241.535	97.339	179.568	92.534	177.750	89.906
SC	13.506	5.802	102.886	54.061	94.732	65.116	66.584	34.491	92.624	64.025	28.564	17.200
RS	36.231	131.777	146.392	44.392	116.536	56.858	111.652	38.185	112.574	55.180	95.181	39.938
SUL	77.149	36.157	420.257	181.803	402.701	236.350	419.771	170.015	384.766	213.739	301.495	147.044
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	17.350	7.205	27.777	10.148	59.674	24.142	99.292	41.504	95.216	50.840	87.212	45.295
GO + DF	24.990	15.282	49.204	14.086	99.508	40.571	148.239	51.352	125.158	54.837	114.654	45.377
CENTRO-OESTE	42.340	22.487	76.981	24.234	159.182	64.713	247.531	92.856	220.374	105.677	201.866	90.672
BRASIL	507.592	172.071	2.587.475	1.080.744	4.238.354	2.038.122	4.931.110	1.783.022	4.737.391	1.915.698	4.373.870	1.646.304

TABELA 6 (Continuação)

BRASIL: ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTÍNUA DE ADOLESCENTES E ADULTOS
ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL - CONVENIAMENTO E APROVAÇÃO - 1970/1982

UF/ REGIÕES	1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982	
	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS	CONVENIADOS	APROVADOS*	CONVENIADOS	APROVADOS
RO	8.220	2.689	4.330	1.285	6.453	1.273	10.729	2.145	8.731	3.374	6.106	-	5.739	1.732
AC	17.095	7.714	15.288	4.995	12.215	3.219	17.213	6.919	10.343	3.981	7.334	-	5.788	1.679
AM	54.911	18.944	42.071	15.638	31.450	10.840	17.362	6.371	18.214	6.046	13.682	-	9.549	3.159
RR	2.880	505	1.728	416	1.976	368	1.610	323	1.578	347	331	-	576	39
PA	74.477	29.837	60.423	23.412	63.991	29.413	56.229	23.054	41.593	14.524	20.493	-	19.246	5.869
AP	11.830	2.820	9.997	2.177	8.823	1.678	8.411	1.825	5.216	925.000	2.894	-	3.291	587
NORTE	169.413	62.509	133.837	47.923	124.908	46.431	111.554	40.637	85.675	29.197	51.040	-	44.189	13.065
MA	262.732	158.953	272.928	128.674	274.983	123.343	203.436	91.546	152.950	50.866	85.031	-	47.153	14.705
PI	165.574	56.792	150.164	44.797	138.618	39.856	126.275	34.094	74.827	21.799	40.263	-	23.948	8.586
CE	279.066	92.665	315.427	85.218	496.034	161.444	367.679	110.303	182.069	58.969	93.980	-	59.849	17.137
RN	132.598	31.829	122.601	29.139	114.684	27.796	96.039	23.467	80.455	21.221	77.263	-	50.434	9.133
PB	98.624	44.578	104.927	43.844	100.408	39.723	141.264	54.810	107.513	41.036	76.826	-	75.550	32.711
PE	305.486	126.166	306.942	103.161	303.110	89.491	314.938	103.929	219.792	64.283	203.242	-	103.023	38.638
AL	229.586	82.348	166.948	58.955	124.344	29.019	101.215	33.704	97.836	31.813	83.592	-	47.473	18.037
SE	109.055	34.879	115.492	26.753	112.726	29.264	100.641	25.160	82.957	18.254	51.340	-	37.525	10.565
BA	610.290	177.594	807.919	194.188	778.832	200.521	678.592	209.006	495.958	140.360	321.518	-	290.901	68.462
NORDESTE	2.193.011	806.004	2.363.348	714.729	2.443.759	750.457	2.130.079	686.019	1.494.259	448.601	1.033.055	-	735.856	217.974
MG	550.203	174.454	536.028	136.759	495.079	137.962	344.612	97.180	283.358	110.041	91.662	-	63.448	21.926
ES	49.876	18.187	49.818	11.879	44.420	8.637	48.956	11.700	38.106	8.510	13.777	-	3.488	1.777
RJ	241.190	76.158	184.411	47.902	156.908	44.720	118.134	29.600	113.947	26.678	104.397	-	55.682	11.143
SP	241.065	82.502	145.503	45.889	122.492	43.120	130.631	50.162	154.419	45.558	100.105	-	91.451	23.424
SUDESTE	1.082.334	324.301	915.760	242.429	818.899	234.439	642.333	188.642	569.830	192.787	314.626	-	224.358	59.981
PR	210.249	97.345	200.241	90.391	245.275	122.030	221.377	111.131	104.236	49.318	62.596	-	50.692	24.646
RS	14.727	8.504	14.220	8.422	10.685	8.243	11.491	7.814	25.459	15.232	3.357	-	3.471	2.022
SC	63.582	23.574	55.498	20.901	73.164	26.320	58.129	25.053	44.930	17.387	24.348	-	15.042	4.985
SUL	288.558	129.423	269.959	199.714	329.124	156.593	290.997	143.998	174.625	81.937	90.301	-	69.205	31.653
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	20.337	6.945	13.740	-	11.100	3.304
MT	76.042	26.919	54.946	19.363	53.304	17.345	52.108	16.361	12.939	5.474	8.788	-	5.519	2.052
GO + DF	114.007	52.171	154.885	54.190	163.049	53.281	123.607	49.028	82.613	29.275	39.373	-	37.370	10.233
CENTRO-OESTE	190.049	79.090	209.631	73.553	216.353	70.716	171.875	65.389	115.889	41.694	61.101	-	53.989	15.589
BRASIL	3.923.365	1.401.327	3.892.735	1.198.348	3.933.023	1.258.636	3.348.678	1.124.685	2.460.278	794.216	1.551.123	477.746	1.127.597	338.262

Fonte: Departamento de Planejamento - DEPLA.

*/ Informações extraviadas.

TABELA 7

BRASIL: POPULAÇÃO E MATRÍCULA DE 1o. GRAU DE 7 A 14 ANOS
1960/1980

ANO	POPULAÇÃO 7-14 ANOS		MATRÍCULA 1o. GRAU 7-14 ANOS		B/A	D/C	C/A	D/B
	TOTAL (A)	RURAL (B)	TOTAL (C)	RURAL (D)				
	1960	14.406.371	8.486.638	7.481.052				
1970	19.693.089	9.229.511	11.780.300	4.532.207	46,87	38,47	59,82	49,11
1980	22.981.805	8.468.921	15.266.316	3.660.853	36,85	23,98	66,43	43,23

Fonte: IBGE - Censos 1960/1980.
MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

*/ Matrícula inicial de 7-14 anos do Ensino Primário.

TABELA 8

BRASIL: POPULAÇÃO E MATRÍCULA INICIAL DE 1o. GRAU DE 7 A 14 ANOS,
POR REGIÃO - 1980

REGIÃO	LOCALI- ZACAO	POPULAÇÃO	MATRÍCULA	FORA DA	%	%
		7-14 ANOS	INICIAL DE	ESCOLA	B/A	FORA DA
		(A)	1o. GRAU DE	(B)		
			7 A 14 ANOS			
BRASIL	TOTAL	22.981.791	18.476.634	4.505.157	19,6	100,0
	URBANO	14.512.870	12.921.622	1.591.248	10,9	35,3
	RURAL	8.468.921	5.555.012	2.913.909	34,4	64,7
NORTE	TOTAL	1.285.458	898.932	386.526	30,0	8,6
	URBANO	649.379	558.781	90.598	13,9	2,0
	RURAL	636.079	340.151	295.928	46,5	6,6
NORDESTE	TOTAL	7.529.684	5.203.644	2.326.040	30,8	51,6
	URBANO	3.640.723	2.738.049	902.674	24,7	20,0
	RURAL	3.888.961	2.465.595	1.423.366	26,7	31,6
SUDESTE	TOTAL	8.976.030	8.063.889	912.141	10,1	20,2
	URBANO	7.088.428	6.613.737	474.691	6,6	10,5
	RURAL	1.887.602	1.450.152	437.450	23,2	9,7
SUL	TOTAL	3.637.880	3.066.876	571.004	15,6	12,7
	URBANO	2.098.055	2.057.211	40.844	1,9	0,9
	RURAL	1.539.825	1.009.665	530.160	34,4	11,8
CENTRO-OESTE	TOTAL	1.552.739	1.243.293	309.446	19,9	6,9
	URBANO	1.036.285	953.844	82.441	7,9	1,8
	RURAL	516.454	289.449	227.005	44,0	5,0

Fonte: IBGE - MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 9

BRASIL: EVOLUÇÃO DO FLUXO ESCOLAR (RETENÇÃO/EVASÃO) NO SISTEMA DE ENSINO,
NOS PERÍODOS DE 1942/53 E 1979/90 - NÚMEROS RELATIVOS

PERÍODO ESCOLAR	MATRICULAS NO INÍCIO DO ANO											
	1o. GRAU								2o. GRAU			Ingresso no 3o. Grau
	1a. Serie	2a. Serie	3a. Serie	4a. Serie	5a. Serie	6a. Serie	7a. Serie	8a. Serie	1a. Serie	2a. Serie	3a. Serie	
1942/1953...	1.000	404	274	155	71	54	44	35	34	27	20	10
1943/1954...	1.000	417	284	159	80	58	47	39	39	29	22	10
1944/1955...	1.000	419	291	170	79	59	49	40	39	30	23	10
1945/1956...	1.000	412	292	169	78	60	51	41	41	32	23	10
1946/1957...	1.000	414	288	170	81	63	52	42	42	32	23	10
1947/1958...	1.000	416	286	172	81	64	53	43	43	33	32	27
1948/1959...	1.000	391	273	161	77	62	51	42	42	31	26	10
1949/1960...	1.000	397	276	161	84	67	54	44	43	32	27	10
1950/1961...	1.000	385	267	160	87	70	55	45	44	32	26	10
1951/1962...	1.000	383	268	166	89	75	56	48	44	31	27	11
1952/1963...	1.000	385	277	172	93	74	59	48	45	35	30	13
1953/1964...	1.000	401	289	180	98	79	62	49	50	37	34	16
1954/1965...	1.000	395	282	181	101	80	63	52	51	41	35	15
1955/1966...	1.000	398	288	187	101	79	64	55	58	43	39	15
1956/1967...	1.000	407	302	207	101	84	70	61	60	48	42	20
1957/1968...	1.000	415	316	207	106	89	75	64	65	53	47	23
1958/1969...	1.000	429	317	207	113	95	72	69	73	58	52	28
1959/1970...	1.000	430	317	217	135	100	86	77	82	65	58	36
1960/1971...	1.000	428	326	232	144	112	97	86	91	73	63	48
1961/1972...	1.000	446	328	239	152	124	108	91	95	74	64	57
1962/1973...	1.000	443	351	229	161	129	109	97	101	79	69	62
1963/1974...	1.000	449	318	245	165	133	115	101	107	87	75	70
1964/1975...	1.000	401	324	241	180	144	123	107	113	91	80	52
1965/1976...	1.000	449	359	274	205	168	141	130	129	106	89	56
1966/1977...	1.000	446	369	282	223	179	167	132	139	111	93	57
1967/1978...	1.000	454	367	294	234	210	176	161	164	127	106	57
1968/1979...	1.000	456	368	307	290	220	201	172	176	134	107	59
1969/1980...	1.000	490	397	333	295	251	217	178	186	136	110	-
1970/1981...	1.000	519	413	350	316	257	218	182	191	142	-	-
1971/1982...	1.000	526	413	349	317	254	215	180	194	-	-	-
1972/1983...	1.000	513	408	343	313	260	220	180	-	-	-	-
1973/1984...	1.000	509	408	339	325	265	222	-	-	-	-	-
1974/1985...	1.000	547	439	371	367	289	-	-	-	-	-	-
1975/1986...	1.000	544	451	382	380	-	-	-	-	-	-	-
1976/1987...	1.000	553	464	387	-	-	-	-	-	-	-	-
1977/1988...	1.000	549	454	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1978/1989...	1.000	560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1979/1990...	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEEC/MEC/SESU/MEC

Notas:

a/ Dado estimado.

b/ Dado estimado para o 2o. semestre.

TABELA 10

BRASIL: EDUCACAO BASICA - ENSINO DE 2º GRAU
MATRICULA INICIAL POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZACAO - 1970/1982

ANO	MATRICULA INICIAL					
	TOTAL		PUBLICA		PARTICULAR	
	TOTAL	RURAL	TOTAL	RURAL	TOTAL	RURAL
1970	1.003.475	-	550.619	-	452.856	-
1971	1.119.421	12.072	632.373	-	487.048	-
1972	1.299.837	14.270	744.766	10.998	555.171	3.272
1973	1.477.650	13.217	843.364	9.719	634.286	3.498
1974	1.681.728	18.349	944.865	14.261	736.863	4.088
1975	1.935.903	20.401	1.058.467	18.158	877.036	2.243
1976	2.212.749	21.681	1.202.954	16.943	1.009.795	4.738
1977	2.437.701	25.570	1.310.287	17.119	1.127.414	8.451
1978	2.537.949	24.640	1.363.803	16.573	1.174.146	8.067
1979	2.658.078	27.142	1.419.245	17.365	1.238.833	9.777
1980	2.819.182	32.520	1.508.261	20.506	1.310.921	12.014
1981	2.820.998	29.494	1.601.282	18.374	1.219.716	11.120
1982	2.874.505	29.077	1.696.682	18.975	1.177.823	10.102

Fonte: SEEC/MEC.

TABELA 11

BRASIL: PESSOAS OCUPADAS DE 7 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE FREQUENTAVAM CURSO REGULAR,
 POR GRUPOS DE HORAS NORMALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA EM TODOS OS TRABALHOS,
 SEGUNDO O GRAU E A REDE DE ENSINO QUE FREQUENTAVAM - 1982 a/

GRAU E REDE DE ENSINO QUE FREQUENTAVAM	PESSOAS OCUPADAS DE 7 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE FREQUENTAVAM CURSO REGULAR					
	NUMEROS RELATIVOS (%)					
	NUMEROS ABSOLUTOS b/	TOTAL b/	GRUPOS DE HORAS NORMALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA EM TODOS OS TRABALHOS			
			ATE 14 HORAS	15 A 29 HORAS	30 A 39 HORAS	40 HORAS OU MAIS
TOTAL	4.985.086	100,0	3,9	25,0	16,0	55,1
Pública	3.635.834	100,0	4,3	29,2	17,0	49,5
Particular	1.349.252	100,0	2,7	13,7	13,4	70,2
1o. GRAU	3.132.428	100,0	4,9	32,1	18,2	44,8
Pública	2.859.412	100,0	5,0	33,1	18,4	43,5
Particular	273.016	100,0	4,6	21,1	15,8	58,5
2o. GRAU	1.062.010	100,0	1,6	10,9	10,3	77,2
Pública	618.076	100,0	1,3	11,7	10,3	76,7
Particular	443.934	100,0	2,0	9,9	10,3	77,8
SUPERIOR	790.648	100,0	2,8	15,9	15,2	66,1
Pública	158.346	100,0	4,5	26,6	17,9	51,0
Particular	632.302	100,0	2,4	13,2	14,5	69,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Notas:

a/ Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

b/ Exclusiva as pessoas sem declaração de horas trabalhadas.

TABELA 12

BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO DO ENSINO DE 3o. GRAU - 1960/1985

PERIODO	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	TAXA DE CRESCIMENTO DO 3o. GRAU (%)			
		ESTABELECIMENTOS	DOCENTES	MATRICULA INICIAL	CONCLUINTE
1960/70	TOTAL	34,41	148,22	356,51	279,15
	PUBLICA	-	161,76	305,69	286,90
	PARTICULAR	-	129,37	420,42	270,19
1970/80	TOTAL	51,55	114,80	223,70	253,52
	PUBLICA	36,05	95,59	133,71	131,21
	PARTICULAR	56,78	145,31	311,91	400,98
1980/85	TOTAL	-2,61	4,84	-0,70	3,42
	PUBLICA	16,50	8,48	13,09	1,85
	PARTICULAR	-8,21	0,24	-8,38	4,30

Fonte: MEC/SG/SEPLAN.

TABELA 13

BRASIL: EVOLUCAO DO ENSINO DE 3o. GRAU
DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA - 1960/1985

(Em números absolutos)

ANO	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO DE 3o. GRAU (GRADUACAO)			
		ESTABELECIMENTOS	DOCENTES */	MATRICULA INICIAL	CONCLUINTE
1960	TOTAL	433	21.912	93.202	16.893
	PUBLICA	-	12.750	51.915	9.049
	PARTICULAR	-	9.162	41.287	7.844
1970	TOTAL	582	54.389	425.478	64.049
	PUBLICA	147	33.374	210.613	35.011
	PARTICULAR	435	21.015	214.865	29.038
1980	TOTAL	882	116.827	1.377.286	226.423
	PUBLICA	200	65.276	492.232	80.948
	PARTICULAR	682	51.551	885.054	145.475
1985	TOTAL	859	122.486	1.367.609	234.173
	PUBLICA	233	70.809	556.680	82.444
	PARTICULAR	626	51.677	810.929	151.729

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

*/ Estao incluídos os docentes de pós-graduação.

TABELA 14
BRASIL: ENSINO SUPERIOR - POS-GRADUACAO
NUMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS E MATRICULAS NOVAS - 1973/1982

AREA DO CONHECIMENTO	ANO INI-VEL	CANDIDATOS INSCRITOS										MATRICULAS NOVAS									
		1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Educação (Ciências Humanas e Sociais)	M	1.070	1.608	1.380	1.771	1.538	1.508	1.087	1.328	6.318	6.041	621	848	918	585	675	818	595	720	2.512	2.593
	D	-	-	-	17	11	32	67	40	343	518	-	-	-	14	12	19	5	35	198	298
	T	1.070	1.608	1.380	1.788	1.547	1.540	1.092	1.388	6.661	6.559	621	848	918	599	687	837	600	755	2.710	2.891
Ciências Exatas	M	1.547	1.829	2.041	2.195	1.999	2.252	1.868	2.230	2.605	2.203	939	1.071	1.170	1.261	1.208	1.477	1.046	1.099	1.139	1.164
	D	77	84	91	210	240	243	154	202	358	247	135	156	158	165	177	225	181	193	203	212
	T	1.624	1.913	2.132	2.405	2.239	2.495	2.022	2.432	2.963	2.450	1.074	1.227	1.328	1.426	1.385	1.702	1.227	1.292	1.342	1.376
Ciências Biológicas	M	881	904	1.085	1.486	1.154	1.612	1.138	1.637	1.358	1.183	505	502	441	525	490	575	473	588	555	621
	D	94	139	159	174	167	243	74	194	268	199	117	155	150	145	139	145	76	155	151	226
	T	975	1.043	1.244	1.660	1.321	1.855	1.212	1.833	1.626	1.382	622	657	591	670	629	720	549	743	706	847
Profissoes Tecnicas (Engenharia)	M	2.369	2.677	2.713	2.780	2.787	3.975	3.465	4.167	4.418	4.370	1.397	1.291	1.598	1.662	1.623	1.063	1.466	1.752	1.471	1.647
	D	73	96	132	92	86	93	87	97	288	155	53	58	49	92	74	127	60	137	109	117
	T	2.442	2.773	2.845	2.872	2.873	4.068	3.552	4.264	4.706	4.525	1.450	1.349	1.647	1.754	1.697	2.190	1.526	1.889	1.580	1.764
Profissoes de Saude	M	1.128	1.031	1.265	1.709	1.423	1.502	1.381	1.928	2.055	1.848	689	643	735	865	717	1.120	786	1.023	1.034	969
	D	81	90	128	174	169	187	230	300	305	348	35	48	85	112	85	201	128	197	271	272
	T	1.209	1.121	1.393	1.883	1.592	1.689	1.611	2.228	2.360	2.196	724	691	820	977	800	1.321	914	1.220	1.305	1.241
Profissoes Sociais	M	2.872	4.834	4.898	2.900	2.379	2.069	2.959	3.807	3.801	3.059	805	1.185	1.267	1.112	935	1.157	1.190	1.648	1.704	1.701
	D	47	46	54	82	74	40	10	34	176	98	20	20	162	26	32	44	26	56	137	68
	T	2.919	4.880	4.952	2.982	2.453	2.109	2.969	3.841	3.977	3.157	825	1.205	1.429	1.138	967	1.201	1.216	1.704	1.841	1.769
Profissoes Agro-Industriais	M	1.125	1.510	1.674	1.884	1.404	1.985	1.647	2.398	1.510	1.819	472	608	757	917	694	1.031	712	887	671	945
	D	44	89	73	71	107	58	117	120	135	36	79	84	65	53	98	41	77	81	104	104
	T	1.169	1.599	1.787	1.957	1.475	2.092	1.705	2.515	1.630	1.974	508	687	811	982	747	1.129	753	964	752	1.049
Ciência Sociais *	M	2.723	2.817	2.433	3.493	4.428	3.576	4.215	3.684	-	-	1.150	1.051	1.016	1.238	1.398	1.398	1.122	1.288	-	-
	D	10	35	27	38	161	94	110	216	-	-	10	28	19	37	72	86	73	155	-	-
	T	2.733	2.852	2.460	3.531	4.589	3.670	4.325	3.900	-	-	1.160	1.079	1.035	1.275	1.470	1.484	1.195	1.443	-	-
Letras e Linguística *	M	1.450	1.409	1.102	1.150	1.391	929	926	964	-	-	653	618	521	510	716	470	456	487	-	-
	D	33	31	20	9	62	109	89	89	-	-	28	27	24	28	14	44	80	60	-	-
	T	1.483	1.440	1.133	1.170	1.400	991	1.035	1.053	-	-	681	645	545	538	730	514	536	547	-	-
Artes	M	-	39	83	71	38	843	73	21	323	92	-	64	22	18	8	-	15	66	33	41
	D	-	-	-	-	-	-	-	-	28	14	-	-	-	-	-	-	-	-	19	12
	T	-	39	83	71	38	843	73	21	351	106	-	64	22	18	8	-	15	66	52	53
Total	M	15.165	18.118	18.674	19.439	18.539	20.251	18.759	22.164	22.388	20.615	7.231	7.881	8.445	8.693	8.464	10.109	7.861	9.558	9.119	9.681
	D	459	610	755	880	988	1.101	837	1.311	1.886	1.734	434	571	731	684	656	989	670	1.065	1.169	1.309
	T	15.624	18.728	19.409	20.139	19.527	21.352	19.596	23.475	24.274	22.349	7.665	8.452	9.176	9.377	9.120	11.098	8.531	10.623	10.288	10.990

Fonte: MEC/CAPEX.

*/ A partir de 1981 estas áreas passaram a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais.

Legenda: M = Mestrado D = Doutorado T = Total

TABELA 15

BRASIL: ENSINO SUPERIOR - PÓS-GRADUAÇÃO
NÚMERO DE ALUNOS TITULADOS - 1973/1982

ÁREA DO CONHECIMENTO	ANO	NÍVEL	ALUNOS TITULADOS								
			1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Educação (Ciências Humanas e Sociais)	M	57	102	241	162	276	383	153	291	911	1.007
	D	-	-	-	-	-	-	-	-	98	132
	T	57	102	241	162	276	384	153	294	1.009	1.139
Ciências Exatas	M	267	263	405	422	529	524	290	607	560	97
	D	52	51	47	69	73	88	34	107	93	97
	T	319	314	452	491	602	612	324	714	653	629
Ciências Biológicas	M	125	141	239	234	328	344	215	385	366	365
	D	23	40	45	67	93	121	79	175	86	96
	T	148	181	284	301	421	465	294	560	452	461
Profissões Técnicas (Engenharia)	M	244	302	299	347	324	395	235	539	539	592
	D	38	6	10	5	28	18	8	25	29	45
	T	282	308	309	352	352	413	243	564	568	637
Profissões de Saúde	M	53	78	247	192	364	390	296	590	497	444
	D	1	11	15	13	49	63	55	69	55	88
	T	54	89	262	205	413	453	351	659	552	532
Profissões Sociais	M	16	29	87	130	164	592	454	348	337	372
	D	-	-	-	5	-	2	2	15	10	45
	T	16	29	87	135	164	594	456	363	347	417
Profissões Agro-Industriais	M	141	172	244	379	436	474	211	551	478	471
	D	4	6	9	13	26	42	20	42	40	55
	T	145	178	253	392	462	516	231	593	518	526
Ciências Sociais */	M	58	91	248	212	294	440	343	508	-	-
	D	7	1	4	5	28	29	17	70	-	-
	T	65	92	252	217	322	469	360	578	-	-
Letras e Linguística */	M	37	67	159	120	190	258	139	292	-	-
	D	-	5	8	11	19	12	3	48	-	-
	T	37	72	167	131	209	270	142	340	-	-
Artes	M	-	-	2	1	2	85	135	10	13	18
	D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	2	1	2	85	135	10	13	18
Total	M	998	1.245	2.171	2.199	2.907	3.885	2.471	4.121	3.701	3.801
	D	125	120	138	188	316	376	218	554	411	558
	T	1.123	1.365	2.309	2.387	3.223	4.261	2.689	4.675	4.112	4.359

Fonte: MEC/CAPEIS.

*/ A partir de 1981 estas áreas passaram a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais.

Legenda: M = Mestrado D = Doutorado T = Total

TABELA 16

BRASIL: EVOLUCAO DO ENSINO DE 1o. GRAU
DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA - 1950/1985

ANO	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO DE 3o. GRAU (GRADUACAO)			
		ESTABELE- CIMENTOS	DOCENTES	MATRICULA INICIAL	CONCLUJNTES d/
1950	TOTAL a/	57.673	112.499	4.352.043	-
	PUBLICA	51.289	97.475	3.887.310	-
	PARTICULAR	6.384	15.024	464.733	-
	CICLO GINASIAL	1.448	19.930	338.059	45.763
1960 b/	TOTAL	99.996	284.115 c/	8.368.285 c/	118.055 c/
	PUBLICA	88.123	220.850	6.916.124	41.632
	PARTICULAR	11.873	63.265	1.452.161	76.423
1970	TOTAL	154.881	654.395	15.904.627	406.236
	PUBLICA	140.766	531.219	13.555.945	229.646
	PARTICULAR	14.115	123.176	2.348.682	176.590
1980	TOTAL	201.926	884.257	22.598.254	841.067
	PUBLICA	189.715	757.504	20.457.684	615.605
	PARTICULAR	12.211	126.753	2.140.570	225.462
1985	TOTAL	187.273	1.040.553	24.769.359	865.131 e/
	PUBLICA	176.885	900.832	21.775.652	667.450
	PARTICULAR	10.388	139.721	2.993.707	197.681

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

Notas:

a/ Informaões relativas ao Ensino Fundamental Comum.

b/ Ensino Primário Comum + Ensino Médio de 1o. ciclo.

c/ Dados estimados por dependência administrativa.

d/ Para 1960 e 1970, os dados referem-se aos concluintes do Ensino Médio de 1o. ciclo.

e/ Concluintes de 1984.

TABELA 17

BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO DO ENSINO DE 1o. GRAU - 1950/1985

PERIODO	DEPENDENCIA ADMINISTRATI VA	TAXA DE CRESCIMENTO DO 1o. GRAU (%)			
		ESTABELE- CIMENTOS	DOCENTES	MATRICULA INICIAL	CONCLUINTES
1950/60	TOTAL	73,38	152,55	92,28	157,97
	PUBLICA	71,82	126,57	77,92	-
	PARTICULAR	85,98	321,09	212,47	-
1960/70	TOTAL	54,89	130,33	90,06	244,11
	PUBLICA	59,74	140,53	96,00	451,61
	PARTICULAR	18,88	94,70	61,74	131,07
1970/80	TOTAL	30,37	35,13	42,09	107,04
	PUBLICA	34,77	42,60	50,92	168,07
	PARTICULAR	-13,49	2,90	23,37	27,68
1980/85	TOTAL	- 7,26	17,68	9,61	2,86 */
	PUBLICA	- 6,76	18,92	6,44	8,42
	PARTICULAR	-15,08	10,10	3,14	-12,38

Fonte: MEC/SG/SEPLAN.

*/ Taxa de crescimento calculada para o periodo 1980/1984.

TABELA 18

BRASIL: EVOLUÇÃO DO ENSINO DE 2o. GRAU
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1950/1985

(Em números absolutos)

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO DE 2o. GRAU			
		ESTABELECIMENTOS	DOCENTES	MATRICULA INICIAL	CONCLUINTE
1950 a/	TOTAL	624	8.680	68.861	14.285
	PÚBLICA	-	-	-	-
	PARTICULAR	-	-	-	-
1960 c/	TOTAL	2.709	35.590 b/	267.144	61.101 b/
	PÚBLICA	839	13.804	93.617	20.458
	PARTICULAR	1.870	21.786	173.527	40.643
1970 c/	TOTAL	4.784 b/	112.243	1.003.475	225.913
	PÚBLICA	1.867	60.581	550.619	111.651
	PARTICULAR	2.917	51.662	452.856	114.262
1980	TOTAL	7.443	198.087	2.819.812	541.325
	PÚBLICA	3.599	110.531	1.508.891	239.051
	PARTICULAR	3.844	87.556	1.310.921	302.274
1985	TOTAL	9.260	206.111	3.016.138	585.193 d/
	PÚBLICA	5.196	132.153	2.011.910	314.322
	PARTICULAR	4.064	73.958	1.004.228	270.871

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

Notas:

a/ Ensino Médio de 2o. ciclo (científico e clássico).

b/ Valores estimados quanto a dependência administrativa.

c/ Ensino Médio de 2o. ciclo.

d/ Concluintes de 1984.

TABELA 19

BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO DO ENSINO DE 2o. GRAU - 1950/1985

PERÍODO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TAXA DE CRESCIMENTO DO 2o. GRAU (%)			
		ESTABELECIMENTOS	DOCENTES	MATRICULA INICIAL	CONCLUINTE
1950/60	TOTAL	334,13	310,02	287,95	327,73
	PÚBLICA	-	-	-	-
	PARTEicular	-	-	-	-
1960/70	TOTAL	76,60	215,38	275,63	269,74
	PÚBLICA	122,53	338,87	488,16	445,76
	PARTEicular	55,99	137,15	160,97	181,14
1970/80	TOTAL	55,58	76,48	181,00	139,62
	PÚBLICA	92,77	82,45	174,04	114,11
	PARTEicular	31,78	69,48	189,48	164,54
1980/85	TOTAL	24,41	4,05	6,96	8,10
	PÚBLICA	44,37	19,56	33,34	31,49
	PARTEicular	5,72	- 9,60	- 23,40	-10,39

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 20

BRASIL: EXAMES DE SUPLENCIA DE EDUCACAO GERAL - 1o. GRAU
DISTRIBUICAO POR REGIAO GEOGRAFICA - 1971/1981

REGIOES	TOTAL	ANO DE CONCLUSAO										
		1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	3.784	88	384	192	173	912	380	282	250	246	443	434
NORDESTE	65.138	116	202	6.113	17.945	5.066	7.438	4.807	5.164	6.848	6.637	4.802
SUDESTE	88.061	-	426	8.829	10.340	8.250	12.442	13.720	8.034	7.351	9.751	8.918
SUL	15.141	-	1.714	2.019	1.153	1.816	1.721	2.085	1.908	1.321	678	726
CENTRO-OESTE	15.140	-	360	359	1.565	1.904	2.574	1.580	2.139	1.582	1.786	1.291
BRASIL	187.264	204	3.086	17.512	51.176	17.948	24.555	22.474	17.495	17.348	19.295	16.171

Fonte: CFE - Conselho Federal de Educaçao.

Relatório de Pesquisa sobre Ensino Supletivo - 1982.

TABELA 21

BRASIL: EXAMES DE SUPLENCIA DE EDUCACAO GERAL - 2o. GRAU
DISTRIBUICAO POR REGIAO GEOGRAFICA - 1971/1981

REGIOES	TOTAL	ANO DE CONCLUSAO										
		1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
NORTE	3.540	82	18	110	76	515	640	282	262	410	698	447
NORDESTE	32.200	47	91	1.378	3.331	2.605	3.210	3.095	3.178	5.950	4.979	4.336
SUDESTE	75.456	-	345	7.542	10.220	12.170	12.451	7.651	4.562	7.032	6.200	7.283
SUL	13.152	-	1.187	2.080	1.165	1.296	1.225	1.198	1.709	1.160	1.250	882
CENTRO-OESTE	17.053	-	617	1.126	1.556	2.264	3.682	1.368	2.370	1.334	1.403	1.333
BRASIL	141.401	129	2.258	12.236	16.348	18.850	21.208	13.594	12.081	15.886	14.530	14.281

Fonte: CFE - Conselho Federal de Educaçao.

Relatório de Pesquisa sobre Ensino Supletivo - 1982.

TABELA 22

BRASIL: CONCLUINTEES EM EXAMES DE SUPLENCIA DE EDUCACAO GERAL DE 1o. GRAU
DISTRIBUICAO POR REGIAO E PERCENTUAL SUPLETIVO/REGULAR - 1976/1978

REGIOES	CONCLUINTEES DO 1o. GRAU, VIA ENSINO REGULAR E EXAMES SUPLETIVOS								
	1976			1977			1978		
	ENSINO REGULAR	EXAMES SUPLETIVOS	PERCENTUAL SUPLETIVO/ REGULAR	ENSINO REGULAR	EXAMES SUPLETIVOS	PERCENTUAL SUPLETIVO/ REGULAR	ENSINO REGULAR	EXAMES SUPLETIVOS	PERCENTUAL SUPLETIVO/ REGULAR
NORTE	25.427	819	3,2	27.878	330	1,1	29.231	234	0,8
NORDESTE	155.961	7.438	4,7	186.324	4.807	2,5	172.759	5.064	2,9
SUDESTE	474.331	12.442	2,6	453.466	13.720	3,0	440.768	8.034	1,8
SUL	136.530	1.721	1,2	181.509	2.085	1,1	159.989	1.908	1,1
CENTRO-OESTE	50.424	2.574	5,1	55.545	1.580	2,8	53.425	2.139	4,0
BRASIL	842.673	24.994	2,9	904.722	22.522	2,4	856.172	17.379	2,0

Fonte: CFE - Conselho Federal de Educaçao.
Relatório de Pesquisa sobre Ensino Supletivo - 1982.

TABELA 23

BRASIL: CONCLUINTEES EM EXAMES DE SUPLENCIA DE EDUCACAO GERAL DE 2o. GRAU
DISTRIBUICAO POR REGIAO E PERCENTUAL SUPLETIVO/REGULAR - 1976/1978

REGIOES	CONCLUINTEES DO 2o. GRAU, VIA ENSINO REGULAR E EXAMES SUPLETIVOS								
	1976			1977			1978		
	ENSINO REGULAR	EXAMES SUPLETIVOS	PERCENTUAL SUPLETIVO/ REGULAR	ENSINO REGULAR	EXAMES SUPLETIVOS	PERCENTUAL SUPLETIVO/ REGULAR	ENSINO REGULAR	EXAMES SUPLETIVOS	PERCENTUAL SUPLETIVO/ REGULAR
NORTE	11.776	640	5,4	13.062	282	2,1	19.849	262	1,3
NORDESTE	89.136	3.210	3,6	97.990	3.095	3,1	110.772	3.178	2,8
SUDESTE	255.563	12.451	4,8	244.167	7.651	3,1	280.704	4.562	1,6
SUL	58.525	1.225	2,0	83.290	1.198	1,4	82.759	1.709	2,0
CENTRO-OESTE	20.489	3.682	17,9	25.942	1.368	5,2	30.440	2.370	7,7
BRASIL	435.489	21.208	4,8	464.451	13.594	2,9	524.524	12.081	2,3

Fonte: CFE - Conselho Federal de Educaçao.
Relatório de Pesquisa sobre Ensino Supletivo - 1982.

TABELA 24

BRASIL: CURSOS SUPLETIVOS EM CLASSE
MATRICULAS E CONCLUINTES EM ESCOLAS QUE EXPEDEM CERTIFICADOS - ENSINO DE 1o. GRAU
DISTRIBUICAO POR REGIAO E POR REDE DE ENSINO - 1981

REGIOES	MATRICULAS E CONCLUINTES EM ESCOLAS QUE EXPEDEM CERTIFICADOS VIA SUPLETIVO									
	TOTAL		SITUACAO POR REDE DE ENSINO							
			FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES
NORTE	2.555	1.451	387	142	2.168	1.309	-	-	-	-
NORDESTE	195.395	25.607	84.259	16.521	109.642	8.633	-	-	434	240
SUDESTE	236.327	130.512	-	-	87.371	35.637	12.881	6.877	136.075	87.998
SUL	118.325	111	-	-	68.598	111	865	-	48.322	-
CENTRO-OESTE	14.434	2.253	-	-	13.361	2.253	-	-	1.073	-
BRASIL	567.036	159.934	84.646	16.663	281.140	47.943	13.746	6.877	184.831	88.238

Fonte: CFE - Conselho Federal de Educaçao.

Relatório de Pesquisa sobre Ensino Supletivo - 1982.

TABELA 25

BRASIL: CURSOS SUPLETIVOS EM CLASSE
MATRICULAS E CONCLUINTES EM ESCOLAS QUE EXPEDEM CERTIFICADOS - ENSINO DE 2o. GRAU
DISTRIBUICAO POR REGIAO E POR REDE DE ENSINO - 1981

REGIOES	MATRICULAS E CONCLUINTES EM ESCOLAS QUE EXPEDEM CERTIFICADOS VIA SUPLETIVO									
	TOTAL		SITUACAO POR REDE DE ENSINO							
			FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES	MATRICULAS	CONCLUINTES
NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	1.343	55	-	-	1.108	-	-	-	235	55
SUDESTE	77.946	52.975	-	-	133	109	2.252	1.291	75.561	52.025
SUL	95.414	-	-	-	-	-	-	-	95.414	-
CENTRO-OESTE	7.586	-	-	-	4.668	725	-	-	2.918	-
BRASIL	182.289	53.030	-	-	5.909	834	2.252	1.291	174.128	51.630

Fonte: CFE - Conselho Federal de Educaçao.

Relatório de Pesquisa sobre Ensino Supletivo - 1982.

TABELA 26

BRASIL: EDUCACAO BASICA - ENSINO SUPLETIVO
EVOLUCAO DOS EXAMES DE SUPLENCIA PROFISSIONALIZANTE - 1974/1982

ANO	NUMERO DE UF	NUMERO DE MODALIDADES	NUMERO DE INSCRITOS	NUMERO DE PRESENTES	NUMERO DE HABILITADOS	PERCENTUAL H/P
1974	3	10	1.446	1.010	338	33,4
1975	3	15	2.054	1.423	561	39,4
1976	5	22	5.253	4.167	1.852	44,4
1977	20	27	15.565	12.756	6.660	52,2
1978	20	35	12.966	10.290	4.997	48,5
1979	25	40	8.972	7.288	3.569	48,9
1980	23	33	10.919	8.933	3.596	40,2
1981	25	34	12.315	9.916	3.940	39,7
1982	27	30	15.077	12.027	6.048	48,0
TOTAL	151	246	84.037	67.810	31.257	46,0

Fonte: Relatórios das SEG.

TABELA 27

CANDIDATOS AOS EXAMES DE SUPLENCIA
 REPETENCIA NOS NIVEIS PRIMARIO, GINASIAL E COLEGIAL - 1976

(Em percentagens)

REPETENCIA/NIVEIS	C A P I T A I S									
	BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL	
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
Primário: 1 vez	-	23,4	18,1	15,6	32,3	28,6	29,9	25,1	26,2	21,6
2 vezes	-	7,0	10,2	6,8	15,1	14,2	11,7	8,2	12,8	6,7
3 ou mais vezes	-	1,1	3,7	1,4	5,9	2,8	4,0	0,9	2,8	2,3
nunca	-	68,5	68,0	76,1	46,6	54,4	54,4	65,8	58,1	69,5
TOTAL */	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ginásial: 1 vez	-	29,0	29,4	32,1	32,5	30,9	31,9	34,4	30,3	26,0
2 vezes	-	11,9	15,2	13,5	15,9	16,4	17,1	13,3	12,7	12,3
3 ou mais vezes	-	2,6	5,4	3,2	4,1	5,3	6,8	1,8	0,8	2,6
nunca	-	56,5	50,0	51,2	47,4	47,4	44,2	50,5	56,2	59,1
TOTAL */	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Colegial: 1 vez	-	27,6	-	22,0	-	29,4	-	29,5	-	25,3
2 vezes	-	4,8	-	8,6	-	9,4	-	8,3	-	5,1
3 ou mais vezes	-	0,3	-	4,1	-	1,6	-	1,2	-	2,8
nunca	-	67,3	-	65,3	-	59,5	-	61,1	-	66,8
TOTAL */	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informações para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSU - 1977.

*/ Os totais podem não somar 100, devido a erros de arredondamento.

TABELA 28

CANDIDATOS AOS EXAMES DE SUPLENCIA
 IDADES EM QUE OS CANDIDATOS ABANDONARAM A ESCOLA REGULAR - 1976

(Em porcentagens)

IDADES	C A P I T A I S									
	BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL	
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
Ate 15	-	17,0	39,0	23,3	52,9	29,4	46,1	26,1	36,5	18,2
16 - 18	-	35,0	42,9	35,8	32,1	27,7	41,1	36,4	42,8	35,2
19 - 20	-	24,4	10,8	18,6	7,3	19,8	6,6	22,6	9,7	23,3
21 e mais	-	24,0	7,6	22,0	7,3	22,9	6,4	14,7	10,9	23,1
TOTAL	a/	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Media	b/	-	18,6	16,5	18,2	15,6	17,9	15,8	17,7	16,8
Desvio Padrao	b/	-	4,3	3,3	4,1	3,8	4,7	3,6	3,9	4,5

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informação para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSU - 1977.

Notas:

a/ Os totais podem nao somar 100, devido a erros de arredondamento.

b/ As medias e os desvios padrao foram calculados a partir da distribuicao original (nao agrupada) da variável.

TABELA 29

CANDIDATOS AOS EXAMES DE SUPLENCIA
SITUACAO ATUAL DE TRABALHO - 1976

(Em percentagens)

SITUACAO ATUAL DE TRABALHO	C A P I T A I S									
	BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL	
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
Procurando Emprego/Desempregados	-	10,9	10,0	8,1	6,4	4,1	4,7	3,6	7,5	3,5
Aposentado	-	0,0	0,7	0,5	0,4	0,6	1,1	1,1	0,3	0,4
Trabalhando	-	72,1	70,1	74,8	79,5	86,3	74,2	79,6	73,0	84,7
Nao Trabalha	-	17,0	19,2	16,6	13,7	9,0	20,0	15,7	19,2	11,5
TOTALS */	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informação para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSU - 1977.

*/ Os totais podem nao somar 100, devido a erros de arredondamento.

TABELA 30

CANDIDATOS AOS EXAMES DE SUPLENCIA
 NUMERO DE ANOS FORA DA ESCOLA REGULAR - 1976

(Em percentagens)

NUMERO DE ANOS	C A P I T A I S										
	BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL		
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	
Nunca deixou	-	2,3	1,1	2,3	0,6	2,6	0,6	0,9	1,2	1,0	
1 - 3	-	28,8	22,5	18,6	22,3	26,3	15,0	15,8	26,9	26,4	
4 - 6	-	19,4	21,4	20,3	22,3	17,7	21,2	22,6	29,7	23,7	
7 - 9	-	13,5	14,2	13,2	15,5	13,7	15,3	16,0	12,9	14,6	
10 - 12	-	8,5	11,3	10,2	11,0	8,7	11,5	13,0	8,0	8,3	
13 - 15	-	5,0	7,7	7,4	6,7	7,7	9,8	8,0	5,0	6,0	
16 - 18	-	5,9	5,5	7,0	5,6	5,2	7,1	5,3	4,6	5,8	
19 e mais	-	17,0	16,6	20,5	15,6	18,5	19,7	18,7	11,9	13,8	
TOTAL	a/	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Media	b/	-	9,5	10,0	11,2	9,8	9,8	11,6	11,0	8,3	9,1
Desvio Padrao	b/	-	9,0	8,5	9,2	8,1	8,5	9,6	8,8	7,7	7,9

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informação para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSU - 1977.

Notas:

a/ Os totais podem não somar 100, devido a erros de arredondamento.

b/ As médias e os desvios padrão foram calculados a partir da distribuição original (não agrupada) da variável.

TABELA 31

CANDIDATOS AOS EXAMES DE SUPLENCIA
MOTIVOS PELOS QUAIS OS CANDIDATOS DEIXARAM A ESCOLA REGULAR - 1976

(Em porcentagens)

MOTIVOS	C A P I T A I S									
	BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL	
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
Falta de recursos/trabalho	-	52,8	58,4	55,9	54,7	55,2	49,5	52,6	43,4	44,2
Escola longe/mudança	-	8,5	11,0	9,4	13,9	6,9	12,2	11,5	25,7	15,5
Dificuldades na escola	-	8,0	10,7	10,4	15,1	15,8	18,3	15,8	10,0	9,6
Por doença	-	7,1	6,1	6,1	4,6	4,9	6,3	3,3	3,8	4,1
Preparar para exames	-	6,3	5,5	7,1	4,5	4,6	5,5	6,6	9,2	10,1
Outros motivos	-	16,1	8,0	10,1	7,1	11,5	8,1	10,2	7,4	16,1
Nao deixou	-	1,1	0,2	1,0	0,0	1,1	0,2	0,0	0,5	0,3
TOTALS */	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informação para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSU - 1977.

*/ Os totais podem nao somar 100, devido a erros de arredondamento.

TABELA 32

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA ESCOLARIDADE REGULAR DOS CANDIDATOS
 AOS EXAMES DE SUPLENCIA DE 1o. E 2o. GRAUS - 1976

(Em percentagens)

ESCOLARIDADE	a/	C A P I T A E S									
		BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL	
		1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
Nenhuma	-	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	1,2	
Primário incompleto	-	0,7	4,8	1,5	2,9	1,5	5,4	1,9	4,7	1,6	
Primário completo	-	7,8	28,8	8,9	32,4	10,7	18,0	9,5	35,8	13,3	
Ginasial incompleto	-	25,1	66,2	35,4	64,6	26,6	76,5	27,0	59,1	27,3	
Ginasial completo	-	23,0	-	14,9	-	18,9	-	18,5	-	20,2	
Colegial incompleto	-	43,2	-	38,9	-	42,3	-	42,5	-	36,4	
TOTAIS	b/	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Media	c/	-	8,8	6,0	8,4	6,1	8,7	6,3	8,7	5,5	8,2
Desvio Padrao	c/	-	2,5	1,9	2,7	1,8	2,5	1,8	2,6	2,5	3,1

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informação para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSU - 1977.

Notas:

a/ Adotou-se terminologia anterior a reforma de 1o. e 2o. graus.

b/ Os totais podem não somar 100, devido a erros de arredondamento.

c/ As medias e os desvios padrao foram calculados atribuindo-se os seguintes valores medios aos anos de escolaridade: nenhuma = 0; primário incompleto = 2; primário completo = 5; ginasial incompleto = 7; ginasial completo = 9; colegial incompleto = 11 (vide texto).

TABELA 33

CANDIDATOS AOS EXAMES DE SUPLENCIA
 IDADES DE INGRESSO NA ESCOLA REGULAR - 1976

(Em porcentagens)

IDADES	C A P I T A I S									
	BELEM		RECIFE		BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE		DISTRITO FEDERAL	
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
Ate 7	-	56,7	45,0	57,4	68,0	75,2	68,1	73,5	42,5	55,9
8 - 10	-	37,9	44,0	33,8	28,2	22,2	28,0	24,2	42,8	35,8
11 e mais	-	5,3	10,6	8,8	3,8	2,7	3,9	2,2	14,6	8,4
TOTAIS	a/	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Media	b/	-	7,5	8,1	7,6	7,5	7,3	7,4	7,2	8,4
Desvio Padrao	b/	-	1,7	1,9	1,9	1,2	1,1	1,3	1,1	2,0

Fonte: Relatório de Pesquisa "Sistema de Informação para o Ensino Supletivo" - UNB/MEC/DSJ - 1977.

Notas:

a/ Os totais podem não somar 100, devido a erros de arredondamento.

b/ As medias e os desvios padrao foram calculados a partir da distribuição original (não agrupada) da variável.

TABELA 34

BRASIL: NÚMERO DE DOCENTES LEIGOS POR LOCALIZAÇÃO E DOCENTES HABILITADOS
NO ENSINO DE 1o. GRAU, POR REGIÃO GEOGRÁFICA - 1980

REGIÃO	DOCENTES LEIGOS						DOCENTES HABILITADOS		TOTAL GERAL	
	TOTAL		URBANO		RURAL		TOTAL		N.A.	%
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%		
NORTE	17.034	46,6	6.391	37,5	10.643	62,4	19.528	53,4	36.562	100
NORDESTE	101.800	44,1	26.592	26,1	75.208	73,8	129.102	55,9	230.902	100
SUDESTE	45.073	11,3	19.807	43,9	25.266	56,0	353.262	88,7	398.335	100
SUL	44.587	26,9	13.362	29,9	31.255	70,0	120.857	73,1	165.444	100
CENTRO-OESTE	17.753	33,5	8.947	50,3	8.806	49,6	35.261	66,5	53.014	100
BRASIL	226.247	25,6	75.099	33,1	151.148	66,8	658.010	74,4	884.257	100

Fonte: SEEC/SEINF/MEC.

Extraído de "A Questão do Professor Leigo" - MEC/FUNDAÇÃO CENAFOR - 1985.

TABELA 35

BRASIL: TOTAL DE DOCENTES DE ESCOLAS DE 1o. GRAU DE UMA SO SALA POR
REGIÃO E DOCENTES LEIGOS POR LOCALIZAÇÃO E REGIÃO - 1980

REGIÃO	DOCENTES		DOCENTES LEIGOS					
			TOTAL		URBANO		RURAL	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
NORTE	8.864	6,0	8.510	96,0	239	2,8	8.271	97,2
NORDESTE	69.394	48,5	61.822	89,0	4.070	6,6	57.752	93,4
SUDESTE	29.941	21,0	23.513	78,5	746	3,2	22.767	96,8
SUL	27.784	19,5	20.447	73,6	231	1,2	20.216	98,8
CENTRO-OESTE	7.335	5,0	6.772	92,3	216	3,2	6.556	96,8
BRASIL	143.318	100,0	121.064	84,5	5.502	4,6	115.562	95,4

Fonte: Síntese Estatística da Educação Básica 1979/1980 - SEEC/MEC.

Extraído de "A Questão do Professor Leigo" - MEC/FUNDAÇÃO CENAFOR - 1985.

TABELA 36

BRASIL: DOCENTES LEIGOS, SEGUNDO
A REGIAO GEOGRAFICA - 1980

REGIAO	DOCENTES LEIGOS	
	N.A.	%
NORTE	17.234	7,5
NORDESTE	101.800	45,0
SUDESTE	45.073	20,0
SUL	44.587	19,5
CENTRO-OESTE	17.753	8,0
BRASIL	226.247	100,0

Fonte: SEEC/SEINF/MEC.

Extraido de "A Questao do Professor
Leigo" - MEC/FUNDACAO CENAFOR - 1985.

TABELA 37

BRASIL: NUMERO DE DOCENTES LEIGOS E DE DOCENTES HABILITADOS
NO ENSINO DE 1o. GRAU - 1973/1983

ANO	DOCENTES LEIGOS		DOCENTES HABILITADOS		TOTAL GERAL	
	TOTAL		TOTAL			
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
1973	209.121	32,0	490.041	70,0	699.162	100,0
1974	242.097	27,5	638.324	72,5	880.421	100,0
1975	241.924	27,0	654.728	73,0	896.652	100,0
1976	205.630	24,5	645.243	75,5	850.873	100,0
1977	201.012	22,5	696.151	77,5	897.163	100,0
1978	206.551	24,0	648.272	76,0	854.823	100,0
1979	216.674	25,0	646.661	75,0	863.335	100,0
1980	226.247	25,5	658.010	74,5	884.257	100,0
1981 */	226.164	25,0	680.567	75,0	906.731	100,0
1982 */	231.644	25,0	684.454	75,0	916.098	100,0
1983 */	238.406	26,0	688.051	74,0	926.457	100,0

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino de 1o. Grau - 1973/1980 - SEEC/MEC.

Tabela extraída de "A Questão do Professor Leigo" - MEC/FUNDAÇÃO CENAFOR - 1985.

*/ Dados estimados

TABELA 38

BRASIL: PESSOAL DOCENTE DO ENSINO REGULAR DE 1o. GRAU
POR GRAU DE FORMACAO - 1973/1983

NIVEL DE FORMACAO	ANO	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 */	1982 */	1983 */
	Com 1o. Grau (%)		25,5	24,0	17,0	18,5	17,0	18,0	18,0	17,5	17,0	17,0
- Completo		37,5	40,0	29,0	32,5	28,0	26,0	26,0	26,0	25,0	25,0	25,0
- Incompleto		62,5	60,0	71,0	67,5	72,0	74,0	74,0	74,0	75,0	75,0	75,0
Com 2o. Grau (%)		34,5	32,0	36,0	32,0	34,0	38,0	38,0	39,0	40,0	40,5	41,0
- Com formacao para o magisterio completa		87,0	88,0	72,0	82,0	84,5	83,0	81,0	79,0	80,5	80,0	79,0
- Com formacao para o magisterio incompleto		-	-	21,0	10,0	8,5	10,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,5
- Outro completo		13,0	12,0	4,0	5,0	5,0	5,0	6,0	7,0	7,0	7,0	7,5
- Outro incompleto		-	-	3,0	3,0	2,0	2,0	4,0	5,0	3,5	4,0	4,0
Com 3o. Grau (%)		40,0	44,0	47,0	49,0	49,0	44,0	44,0	43,5	43,0	42,5	42,0
Total de Docentes (nos. absolutos)		699.162	880.421	896.652	850.873	897.163	854.823	863.335	884.257	906.731	916.098	926.457

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Regular de 1o. Grau - 1973/1980 - MEC/SEEC.

Extraído de "A Questão do Professor Leigo" - MEC/FUNDAÇÃO GENAFOR - 1985.

*/ Dados estimados.

TABELA 39

BRASIL: PREDIOS ESCOLARES, SEGUNDO AS
CARACTERISTICAS DE CONSTRUCAO - 1985

PAREDES		PISO		COBERTURA	
TIPO	%	TIPO	(%)	TIPO	%
Tijolo	71,4	Cimento	49,6	Amianto	20,9
Madeira	17,0	Madeira	28,7	Telha (barro)	66,9
Estuque/adobe	7,2	Vinílico	0,9	Metal	2,4
Palhas	1,1	Ladrilho/cerâmica	8,7	Madeira	0,6
Outro	2,4	Terra	8,9	Palha	6,0
+ de um	0,9	Outro	2,3	Outro	2,2
Nao informou	0,9	+ de um	0,1	+ de um	0,1
		Nao informou	0,7	Nao informou	1,0
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 40

BRASIL: PREDIOS ESCOLARES, SEGUNDO AS
CARACTERISTICAS DE TERRENO E ACESSO - 1985

ESPECIFICACAO	TERRENO CERCADO (%)	VIA DE ACESSO PAVIMENTADA (%)
Sím	20,8	21,8
Nao	5,7	74,1
Nao informou/inválido	75,3	4,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 41

BRASIL: PREDIOS ESCOLARES SEGUNDO AS CARACTERISTICAS
DE INFRA-ESTRUTURA - 1985

ESGOTO SANITARIO	%	ELETRICIDADE	%	ABASTECIMENTO DE AGUA	%
Rede pública	12,8	Rede pública	36,3	Rede pública	23,4
Fossa septica	47,9	Gerador próprio	1,2	Poço com bomba	10,3
Inexistente	37,3	Inexistente	60,7	Poço sem bomba	24,2
Nao informou	2,0	Nao informou	1,9	Inexistente	39,2
				Nao informou	2,2
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 42

BRASIL: PREDIOS ESCOLARES, SEGUNDO A
FINALIDADE ORIGINAL DE SUA CONSTRUCAO

FINALIDADE ORIGINAL	%
Educação	77,5
Outra	21,1
Nao informou	1,3
Inválido	0,1
TOTAL	100,0

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 43

BRASIL: PREDIOS ESCOLARES, SEGUNDO DISPONIBILIDADE
DE ENERGIA ELETRICA E AGUA ENCANADA - 1985

ESPECIFICACAO	ENERGIA ELETRICA (%)	AGUA ENCANADA (%)
Sim	43,4	38,6
Nao	56,6	61,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 44

BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO O SEXO, CONDIÇÃO E SETOR DE ATIVIDADES - 1980

SEXO, CONDIÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE								
	TOTAL	ANOS DE ESTUDO							
		SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 A 8 ANOS	9 A 11 ANOS	12 ANOS E MAIS
TOTAL	87.811.196	23.905.109	4.765.929	7.444.575	9.536.198	10.237.584	13.902.933	6.797.508	3.145.645
ECONOMICAMENTE ATIVA	43.235.712	10.573.004	1.856.600	3.094.581	4.259.951	9.672.193	6.860.104	4.359.728	2.511.100
Atividades agropecuárias de extração vegetal e pesca	12.661.017	6.611.936	812.569	1.222.322	1.402.799	2.002.439	476.381	100.367	29.330
Indústrias de transformação	6.959.421	759.764	220.219	419.639	679.267	2.062.082	1.663.359	777.421	351.465
Indústria de construção	3.171.046	746.554	184.216	327.315	444.753	862.751	404.694	124.885	74.210
Outras atividades industriais	661.996	123.803	25.876	45.422	63.766	149.424	100.123	91.798	60.793
Comércio de mercadorias	4.037.917	398.556	117.838	204.632	320.800	1.006.16	1.134.892	690.323	160.209
Transportes e comunicações	1.800.243	158.309	53.788	112.098	193.701	602.475	396.064	208.453	73.638
Prestação de serviços	7.032.126	1.213.645	315.709	540.962	808.121	1.909.953	1.355.287	585.291	296.114
Atividades sociais	2.971.100	103.815	34.822	64.596	114.403	440.171	482.786	827.771	890.016
Administração pública	1.722.284	115.286	36.527	63.808	98.446	327.198	388.589	391.191	296.011
Outras atividades	1.274.376	88.686	19.142	35.267	51.959	135.915	247.212	449.603	242.218
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	44.575.484	13.332.105	2.909.329	4.349.994	5.276.247	8.565.391	7.042.829	2.437.780	634.545

Fonte: IBGE.

MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 45

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS
DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR ANOS DE ESTUDO, SEXO,
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 1980

ANOS DE ESTUDO	TOTAL (PEA + PNEA)			PEA			PNEA		
	TOTAL GERAL	H	M	T	H	M	T	H	M
Sem instrução e - de 1 ano	27,5	26,9	28,1	24,7	26,8	19,1	30,3	27,2	31,4
1 ano	5,5	5,9	5,1	4,5	4,8	3,3	6,5	8,9	5,7
2 anos	8,3	8,5	8,1	7,0	7,5	5,8	9,5	11,2	8,9
3 anos	10,8	10,6	10,9	9,8	10,1	8,8	11,7	11,9	11,7
4 anos	20,5	20,5	20,5	21,9	22,4	20,7	19,0	15,2	20,4
5 a 8 anos	15,9	16,0	15,8	15,9	15,3	17,7	15,9	18,1	15,1
9 a 11 anos	7,9	7,4	8,3	10,3	8,1	15,9	5,5	5,5	5,6
12 anos e mais	3,7	4,2	3,2	5,9	4,9	8,6	1,4	2,1	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE.

MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 46

BRASIL: TAXAS DE ENSINO DE 1o. GRAU

ANO	ENSINO DE 1o. GRAU							
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.
	Taxa de Evasão Imediata							
1969	12,61	9,96	9,66	7,73	4,99	4,99	2,23	2,63
1981	12,03	8,92	8,26	7,54	13,21	11,34	10,84	9,05
1984	14,01	9,57	8,96	8,45	17,52	14,68	13,85	11,26
	Taxa de Repetência							
1970	27,77	15,70	11,58	8,48	15,31	12,32	9,82	6,47
1982	28,28	19,80	16,22	12,84	20,98	18,70	16,35	11,84
1985	24,48	19,29	15,75	12,86	23,25	19,72	19,40	14,73
	Taxa de Aprovação							
1970	67,36	77,33	84,97	86,63	70,76	76,33	80,51	86,51
1981	67,40	76,81	80,64	84,51	71,12	75,84	79,16	85,32
1984	71,38	76,43	80,61	83,65	67,88	74,39	78,95	86,20

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 47

BRASIL: POPULACAO E MATRICULA INICIAL DE 1o. GRAU DE
7 A 14 ANOS, POR REGIAO E SITUACAO DE DOMICILIO - 1985

REGIAO	LOCALIZACAO	POPULACAO 7 a 14 ANOS	MATRICULA INICIAL DE 1o. GRAU DE 7 a 14 ANOS
BRASIL	TOTAL	26.260.952	20.187.819
	URBANA	16.616.589	15.366.976
	RURAL	9.644.363	4.820.843
NORTE	TOTAL	1.681.493	1.328.039
	URBANA	844.600	845.735
	RURAL	836.893	482.304
NORDESTE	TOTAL	8.472.601	5.702.219
	URBANA	4.086.622	3.447.301
	RURAL	4.385.979	2.254.918
SUDESTE	TOTAL	10.273.586	8.533.284
	URBANA	8.141.619	7.534.892
	RURAL	2.131.967	998.392
SUL	TOTAL	3.955.992	3.106.031
	URBANA	2.282.742	2.308.638
	RURAL	1.673.250	797.393
CENTRO-OESTE	TOTAL	1.877.280	1.518.246
	URBANA	1.261.006	1.230.410
	RURAL	616.274	287.836

Fonte: IBGE

MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 48

BRASIL: INDICADORES DE DEMANDA DO
ENSINO REGULAR DE 2º GRAU - 1975/1985

ANO	DEMANDA POTENCIAL REAL	MATRICULA INICIAL	TAXA DE ESCOLARIZACAO
1975	2.347.073	1.935.903	82,48
1976	2.642.550	2.212.749	83,73
1977	2.968.491	2.437.701	82,12
1978	3.270.140	2.537.949	77,61
1979	3.393.814	2.658.078	78,32
1980	3.340.364	2.819.182	84,39
1981	3.338.758	2.820.998	84,44
1982	3.281.887	2.874.505	87,59
1983	3.315.939	2.944.097	88,85
1984	3.312.384	2.951.624	89,11
1985	3.460.140	3.016.175	87,17

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 49

BRASIL: EXPANSÃO DA OFERTA
DO ENSINO DE 2º GRÁU POR REGIÃO, SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA-1974/78 E 1980/85

REGIÕES	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)						
	1974/1978	1980/1984			1984/1985		
	TOTAL	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA
NORTE	20,9	4,3	8,9	-9,3	2,5	4,0	-4,2
NORDESTE	11,4	4,7	9,3	-1,7	3,0	4,8	-0,2
SUDESTE	9,0	-0,5	6,4	-8,6	2,3	6,5	-4,4
SUL	13,1	-0,3	0,6	-2,4	0,3	0,4	-1,0
CENTRO-OESTE	14,9	4,8	9,7	-5,7	2,9	4,5	2,3
BRASIL	10,8	1,2	6,2	-6,1	2,2	4,8	-2,8

Fonte: SEEC/MEC. Síntese Estatísticas do Ensino de 2º. Grau.

TABELA 50

BRASIL: VARIACAO ABSOLUTA DA OFERTA DO
 ENSINO DE 2º GRAU POR REGIAO, SEGUNDO A
 DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA - 1980/1984 E 1984/1985

REGIOES	VARIACAO ABSOLUTA (1.000 MATRICULAS)					
	1980/84			1984/85		
	TOTAL	PUBLICA	PRIVADA	TOTAL	PUBLICA	PRIVADA
NORTE	19,6	29,7	-10,1	3,2	4,2	-1,0
NORDESTE	114,0	130,5	-16,5	20,3	20,9	-0,6
SUDESTE	-29,0	195,9	-224,9	33,8	57,9	-24,1
SUL	-7,0	7,7	-14,7	1,5	3,1	-1,1
CENTRO-OESTE	34,8	46,9	-12,1	5,8	6,9	-1,1
BRASIL	132,4	410,7	-278,3	64,6	93,0	-28,4

Fonte: SEEC/MEC. Sinopses Estatísticas do Ensino de 2º Grau.

TABELA 51

BRASIL: NUMERO DE MATRICULAS E PERCENTUAL DA MATRICULA
NAS ESCOLAS PUBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1985

REGIOES	TOTAL		UNIVERSIDADES		FEDERACOES E ISOLADAS	
	TOTAL	PUBLICA (%)	TOTAL	PUBLICA (%)	TOTAL	PUBLICA (%)
BRASIL	1367.609	41	671.977	65	695.632	18
NORTE	35.134	77	23.569	100	11.565	29
NORDESTE	226.059	67	160.996	77	65.063	40
SUDESTE	762.905	29	290.486	59	472.419	11
SUL	270.573	46	158.892	55	111.681	34
CENTRO-OESTE	72.938	42	38.034	74	34.904	8

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 52

BRASIL: CARACTERISTICAS DO ENSINO DE
POS-GRADUACAO - 1960/1985

ANO	ENSINO DE POS-GRADUACAO			
	CURSOS	DOCENTES	MATRICULAS	CONCLUINTES
1960	76	848	2.489	734
1970	203	2.912	7.833	1.439
1980	982	... */	38.599	4.675
1985	1.162	19.106	37.726	4.513

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.
MEC/CAPES.

*/ Somados aos docentes de graduacao.

TABELA 53

BRASIL: EXPANSÃO DO ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO - 1960/1985

PERÍODO	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)			
	CURSOS	DOCENTES	MATRICULAS	CONCLUÍNTES
1960/70	167,11	243,40	214,70	96,05
1970/80	383,74	... */	392,77	224,88
1980/85	18,33	... */	-2,26	3,47

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

*/ Somados aos docentes de graduação.

TABELA 54

BRASIL: ENSINO SUPERIOR - POS-GRADUAÇÃO
NÚMERO DE ALUNOS VINCULADOS POR NATUREZA
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1985

REGIÕES	FEDERAL		ESTADUAL		PARTICULAR	
	MESTRADO	DOCTORADO	MESTRADO	DOCTORADO	MESTRADO	DOCTORADO
BRASIL	15.922	2.173	9.082	4.169	5.847	533
NORTE	228	31	-	-	-	-
NORDESTE	3.079	67	-	-	17	-
SUDESTE	8.916	1.835	9.000	4.169	5.380	516
SUL	3.079	212	82	-	450	17
CENTRO-OESTE	620	28	-	-	-	-

Fonte: MEC/SESU/CAPEES.

TABELA 55

BRASIL: ENSINO DE 1º GRAU
MATRICULA INICIAL SEGUNDO A CONCENTRACAO DE TURNOS
(ESCOLAS COM ATÉ 2 TURNOS E ESCOLAS COM MAIS DE 2 TURNOS),
POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZACAO - 1985

LOCALIZACAO	MATRICULA INICIAL			DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA												
				FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR			NAO INFOR.
	ATE 2 TURNOS	+ 2 TURNOS	NAO INFOR.	ATE 2 TURNOS	+ 2 TURNOS	ATE 2 TURNOS	+ 2 TURNOS	NAO INFOR.	ATE 2 TURNOS	+ 2 TURNOS	NAO INFOR.	ATE 2 TURNOS	+ 2 TURNOS	NAO INFOR.	ATE 2 TURNOS	
URBANO	8.051.318	11.105.889	12.079	46.225	40.142	4.170.124	8.617.300	7.498	1.489.402	1.936.69	2.538	2.345.443	1511.462	2.043	124	
RURAL	4.960.842	634.076	670	22.574	7.907	1.147.071	236.043	287	3.696.481	354.518	357	94.622	35.608	26	94	
NAO INFORMADO	1.085	3.400	-	-	-	48	-	-	383	64	-	62	-	-	592	
TOTAL	13.013.245	11.743.365	12.749	68.799	48.049	5.317.243	8.853.343	7.785	5.186.266	2.291.272	2.895	2.440.127	1547.070	2.069	810	

Fonte: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

TABELA 56

BRASIL: EDUCACAO BASICA (PRE-ESCOLAR E 1º GRAU)
ASSISTENCIA AO ESTUDANTE - 1970/1984

ANO	MUNICIPIOS	ESCOLAS	ALUNOS	GENEROS ALIMENTICIOS (t)	
1970	3.385	93.273	10.416.847	39.292,3	
1971	3.423	94.281	11.014.961	38.123,4	
1972	3.344	103.015	12.279.357	41.796,6	
1973	3.514	105.168	11.703.941	69.027,9	
1974	3.455	98.031	11.310.976	105.129,6	
1975	3.446	92.368	11.137.981	66.820,8	
1976	3.426	96.539	11.769.481	128.648,3	
1977	3.525	104.956	12.976.677	132.956,9	
1978	3.498	103.904	14.072.448	136.591,4	
1979	3.549	110.297	14.003.762	112.813,1	
1980	3.674	117.240	15.050.526	103.494,9	
1981	3.734	119.959	15.623.016	125.851,6	
1982	3.932	153.922	18.720.108	127.973,6	
1983	3.957	188.389	19.542.393	96.716,9	
1984	*/	3.957	191.903	20.837.586	119.820,6

Fontes: Relatório CNAE - 1970 - 80.

Relatório INAE - 1981.

INAE - "Desempenho do PNAE" - 1982.

INAE - DAF - "Levantamento de Despesas Realizadas - 1980/82.

Relatório FAE - 1983.

FAE/DIPLAN/DEOR - "Demonstrativo dos Recursos Aplicados no PNAE/1983".

FAE/SUPER/DEFIN/DICOM - Relatório de Prestação de Contas do Convênio FAE/COBAL e FAE/SAB - Jul/84.

*/ FAE-DAAN - Estimativa.

TABELA 57

BRASIL: EDUCACAO BASICA (PRE-ESCOLAR E 1º GRAU)
EVOLUCAO DO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTACAO ESCOLAR, POR REGIOES - 1970/1984

ANO	MUNICIPIOS		ESCOLAS		ALUNDS		REFEICOES
	EXISTENTES a/	ATENDIDOS	EXISTENTES	ATENDIDOS	EXISTENTES	ATENDIDOS	
1970	3.950	3.385	156.785	93.273	16.446.957	10.416.847	1.187.412.240
1971	3.951	3.423	177.525	94.281	17.654.39	11.014.961	1.294.783.680
1972	3.951	3.344	265.061	103.015	20.867.914	12.279.357	1.463.041.059
1973	3.951	3.514	276.098	105.168	20.917.478	11.703.941	1.567.397.074
1974	3.951	3.455	207.888	98.021	20.753.421	11.310.976	1.004.511.258
1975	3.951	3.446	204.740	92.368	20.544.207	11.137.981	1.178.620.498
1976	3.974	3.426	197.992	96.589	21.138.694	11.769.481	1.349.888.680
1977	3.974	3.525	202.926	104.956	21.457.340	12.976.677	1.551.194.451
1978	3.974	3.498	191.260	103.904	21.729.688	14.072.448	1.766.360.887
1979	3.974	3.549	185.292	110.297	22.036.828	14.003.762	112.813,100t c/
1980	3.974	3.674	185.460	117.240	22.066.819	15.050.526	1.990.825.844
1981	4.007	3.734	176.010	119.959	21.631.860	15.623.016	2.117.930.965
1982	4.014	3.932	198.307	153.922	24.523.978	18.720.108	3.877.113.879
1983	4.103	3.957	220.600	188.389	24.350.990	19.542.393	-
1984 b/	4.103	3.957	225.001	191.903	25.081.520	20.837.586	-

Fontes: Relatório CNAE - 1970 - 80.

Relatório INAE - 1981.

INAE - "Desempenho do PNAE" - 1982.

INAE - DAF - "Levantamento de Despesas Realizadas - 1980/82.

Relatório FAE - 1983.

FAE/DIPLAN/DEOR - "Demonstrativo dos Recursos Aplicados no PNAE/1983".

FAE/SUPER/DEFIN/DICOM - Relatório de Prestação de Contas do Convênio FAE/COBAL e FAE/SAB - Jul/84.

Notas:

a/ FIBGE - Anuários Estatísticos (Municípios Instalados).

b/ FAE-DAAN - Estimativa.

c/ Dados disponíveis somente em toneladas de alimentos.

TABELA 58

BRASIL: EDUCACAO BASICA - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE
 EVOLUCAO DA PRODUCAO DE MATERIAL DIDACTICO E PEDAGOGICO - 1970/1984

ANO	PROGRAMA	PRODUCAO EDITORIAL -		MATERIAL ESCOLAR		
		PUBLICACOES		FABRICACAO DE CADERNOS	OUTROS	
		TITULOS	TIRAGEM		TIPOS a/	UNIDADES
1970		-	-	-	-	-
1971	
1972	
1973	
1974		13	1.065.000	17.684.000	16	13.866.943
1975		16	902.500	24.377.335	25	23.757.970
1976		16	827.000	26.856.860	19	16.046.080
1977		16	815.000	24.348.104 c/	22	39.135.280
1978		...	2.734.479	34.115.479	16	33.742.210
1979		...	1.880.456	20.183.183	16	54.945.709
1980		...	1.529.242	43.607.069	14	28.266.306
1981		...	1.262.091	33.426.638	16	34.515.805
1982		11	595.000	30.903.283	36	51.745.473
1983		10	620.785	7.614.385 d/	5 d/	10.066.831 d/
1984 b/		16	542.000	25.899.974	17	67.512.917 e/

Fontes: Relatório FENAME 1977.

Relatório FENAME 1982.

Notas:

a/ Lápis, apontador, régua, borracha, bloco de rascunho, papel almaço, etc.

b/ FAE - DADP - Executado até novembro/84.

c/ Dados até 28.11.77.

d/ Apenas material escolar distribuído no programa de módulos escolares.

e/ Material distribuído de módulos escolares e vendas institucionais (não inclui vendas em postos).

TABELA 59

BRASIL: EDUCACAO BASICA - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE
EVOLUCAO DO ATENDIMENTO COM BOLSAS DE ESTUDO DE 1o. E 2o. GRAUS - 1976/1984

ANO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	BOLSAS		BOLSAS		BOLSAS		BOLSAS		BOLSAS		BOLSAS	
	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU	1o. GRAU	2o. GRAU
1976	3.673	2.157	28.286	17.377	15.512	12.230	5.139	6.066	2.491	2.245	56.100	40.075
1977	4.088	2.860	34.144	23.271	19.488	15.430	6.580	6.776	3.202	2.796	67.502	51.133
1978	5.135	3.706	45.614	34.866	25.012	21.599	8.822	9.634	3.974	3.890	88.567	73.684
1979	5.591	4.693	61.870	50.382	27.617	28.483	10.100	12.940	5.006	5.498	110.184	101.906
1980	5.615	5.024	83.957	64.379	29.636	33.304	10.556	13.885	6.194	6.986	135.968	123.567
1981	4.832	4.401	97.085	70.188	26.270	30.734	8.562	11.319	5.439	6.030	142.188	122.672
1982	4.735	4.064	11.983	83.379	26.675	37.427	7.307	12.279	1.162	6.108	155.862	148.257
1983	334	3.404	78.288	100.122	3.475	36.360	-	10.969	1.723	6.366	80.820	157.211
1984	2.728	2.977	91.728	75.497	23.068	42.248	5.413	11.004	4.955	6.302	127.800	137.938

Fonte: FAE - Diretoria de Apoio Complementar - Relatório de 1984.

OBS.: Em 1983, aproximadamente 80.000 bolsas de estudo de 1o. grau foram absorvidas pelo Sistema de Manutenção de Ensino - FNDÉ.

